U.PORTO

MESTRADO

ARQUITETURA

Igreja de São Francisco de Bragança: Leitura do Edifício no Tempo

Rui Miguel da Silva Correia

M

2021

U.PORTO

Rui Miguel da Silva Correia . Igreja de São Francisco de Bragança: Leitura do Edifício no Tempo

M.FAUP **2021**

Igreja de São Francisco de Bragança: Leitura do Edifício no Tempo

Rui Miguel da Silva Correia

FACULDADE DE ARQUITECTURA

Rui Miguel da Silva Correia
Orientação por Professora Doutora Maria José Casanova
Coorientação por Doutora Maria Sofia Teixeira Gomes Santos
Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Nota à edição:

A presente dissertação é escrita mediante as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O texto corrente exclui-se apenas de cumprir as regras de ortografia que definem que, salvo raras exceções, os meses do ano e os pontos cardeais deverão ser principiados com uma letra minúscula.

Informa-se ainda que as citações textuais provenientes da obra de Frei Manoel da Esperança (*História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco*) são transcritas para português corrente pela mão do autor da dissertação.

Destaca-se que a presente versão física da dissertação é resultado de uma reorganização entre o texto e a imagem de modo a possibilitar a impressão do documento em folhas compreendidas entre os formatos A4 e A3. Salienta-se ainda que a presente edição conta com figuras que não marcam presença na versão digital submetida no 2 de Novembro de 2021. As figuras acrescentadas (figura 3, figura 4 e figura 93) são ilustrativas e a integração das mesmas na presente versão da dissertação não altera o conteúdo da mesma.

Aos meus *Anjos da Guarda.*

Agradecimentos

Aos meus pais e ao meu irmão,
Pela paciência, pela compreensão, pelo companheirismo - por serem os meus Anjos da Guarda.

À Professora Doutora Maria José Casanova e à Doutora Maria Sofia Santos,
pela orientação, pelo apoio e pela disponibilidade constante.

À Augusta,
pela disponibilidade com que abriu as portas da Igreja de São Francisco de Bragança e pela amizade que sempre me demonstrou.

À Vitória Barata,
Pela companhia nas horas de estudo.

À Inês Pousa,
Pelo apoio, pelo carinho, pela motivação.

Ao Arquivo Municipal de Bragança,
pela facultação dos documentos gráficos e textuais que relativos aos estudos arqueológicos e arquitetónicos realizados sobre a Igreja de São Francisco de Bragança entre 1994 e 2002.

À Biblioteca do Exército,
pela disponibilização dos documentos cartográficos modernos e contemporâneos do núcleo urbano de Bragança.

À Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto,
pela facultação de publicações e de trabalhos académicos que em muito contribuíram para a construção do estado do conhecimento em torno da Ordem de São Francisco.

À Biblioteca Municipal de Bragança,
pela disponibilização de publicações basilares para a construção do estado do conhecimento em torno do núcleo urbano de Bragança e do Convento de São Francisco.

À Biblioteca Nacional Digital,
por ter possibilitado a consulta de múltiplas publicações seiscentistas e setecentistas que se revelaram fundamentais para a construção do estado do conhecimento relativo ao Convento de São Francisco de Bragança.

Resumo

A Igreja do Convento de São Francisco de Bragança constitui o objeto do presente estudo. A instituição franciscana brigantina surge no século XIII; período de vida embrionário da Ordem de São Francisco, do reino de Portugal e do núcleo urbano de Bragança. Assim, a dissertação procura valorizar a Igreja de São Francisco de Bragança enquanto objeto histórico e arquitetónico portador de uma extensa narrativa.

O estudo interpreta a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança enquanto parte integrante de uma série de entidades mais extensas; o templo franciscano brigantino é observado no tempo longo enquanto objeto indissociável da história e da arquitetura de Portugal, da Ordem de São Francisco, do território ibérico e transmontano e do núcleo urbano de Bragança. O estudo nasce precisamente do cruzamento entre a evolução histórica e/ou arquitetónica dos vários organismos e do modo como o mesmo se reflete na Igreja de São Francisco de Bragança.

Abstract

The Church of the Convent of San Francis of Bragança is the object of the current study. The Franciscan Church was founded in the 13th century - embryonic period in the life of the Order of San Francis, the kingdom of Portugal, and of Bragança. Thus, the dissertation seeks to value the Church of San Francis of Bragança as a historical and architectural object bearing an extensive narrative.

The study interprets the Church of the Convent of San Francis of Bragança as an integral part of a series of extensive entities; the Church of San Francis of Bragança is analyzed as an inseparable part of the history and architecture of: Portugal; Order of San Francis; Iberian Peninsula; portuguese region of Trás-os-Montes; city of Bragança. The study is born from dissecting historical intersections between said entities and the way they are reflected in the historic and architectural narrative of the Church of San Francis of Bragança.

Índice
Agradecimentos
Resumo
Abstract

1. Território
   1.1 Noroeste Peninsular: Estradas Romanas e Caminhos de Santiago; Regiões Administrativas Franciscanas
   1.2 Trás-os-Montes: Rede Viária Medieval, Casas da Ordem de São Francisco, Centros de Poder Religioso

2. Núcleo Urbano e Fortificado de Bragança
   2.1 Núcleo Fortificado representado por Duarte de Armas no Códice de Lisboa e de Madrid
   2.2 Evolução das Linhas Muralhadas
   2.3 Vias e Dinâmicas urbanas

3. Espaço Público e de Pregação
   3.1 Evolução do Espaço Público: Espaço de Pregação; Limitações causadas pelas Muralhas e pela Topografia
   3.2 Espaço Público na Atualidade: Projetos, Intervenções e Escavações Arqueológicas Recentes

4. Convento de São Francisco de Bragança
   4.1 Pré-Existências: Capela de Santa Catarina e Cripta
   4.2 Leitura do Desaparecido Convento Medieval
   4.3 Convento Contemporâneo: Convento Reconstruído no Séc. XVIII; Hospital Militar (Meados do Séc. XIX); Arquivo Distrital (1999)

5. Igreja do Convento de São Francisco de Bragança
   5.1 Período Medieval
      5.1.1 Levantamento de Elementos Medievais
      5.1.2 Primeiras Fases de Vida: Regras Arquitetónicas da Ordem; Estudo Comparativo entre Igrejas Franciscanas Implantadas na Província de Santiago de Compostela
   5.2 Igreja representada por Duarte de Armas
   5.3 Período Moderno
      5.3.1 Reformas Pontuais: Capela Tumular de Pascoal Frias; Substituição do Frontispício; Capela da Ordem Terceira
      5.3.2 Campanhas de Reformas Modernas: Alterações na Capela-Mor; Mudanças na Pavimentação; Intervenções na Cobertura
   5.4 Requalificação no Final do Século XX

Considerações Finais
Referências Bibliográficas
Referências de Imagem

Apêndices
   Resumo dos Relatórios Arqueológicos de 1996-1997
   Levantamento Fotográfico
Anexos

	1. Território	2. Núcleo Urbano e Fortificado de Bragança	3. Espaço Público e de Pregação	4. Convento de São Francisco de Bragança	5. Igreja do Convento de São Francisco de Bragança
Método	Procede-se à construção do estado do conhecimento de: vias territoriais, antigas e medievais, a atravessar a zona onde se implanta o núcleo urbano brigantino; regiões administrativas franciscanas que a Igreja de São Francisco de Bragança integra. O capítulo surge do cruzamento entre as duas temáticas e os respetivos estados da arte.	Interpretam-se os documentos gráficos e cartográficos que representam o núcleo urbano e fortificado de Bragança. A partir da leitura das peças estabelece-se cronologicamente o crescimento da cidade e o papel que a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança desempenha no mesmo.	Interpreta-se a evolução do espaço público associado à Igreja do Convento de São Francisco de Bragança através da leitura da história da Ordem de São Francisco e de documentos gráficos e cartográficos que representam a área em questão.	Procede-se à análise de documentos gráficos e planimétricos que retratem as *fases de vida* do conjunto conventual edificado. Face à escassez de representações visuais, o estudo da evolução histórica do objeto apoia-se igualmente em: documentos textuais do período moderno; considerações feitas por Rui Tavares no estudo que o mesmo faz da Igreja e do Convento de São Francisco de Bragança.	Procura-se fazer o cruzamento entre: a história do edifício construída a partir do estado do conhecimento do mesmo; peças gráficas, moderna e contemporâneas, que retratam a Igreja a Igreja de São Francisco; conclusões resultantes de visitas ao objeto de estudo.
Objetivo	Perceber o papel que o Convento de São Francisco de Bragança e a respetiva Igreja desempenham no diálogo entre o sistema administrativo franciscano e as vias territoriais a atravessam a região noroeste peninsular.	Fazer a leitura da relação entre a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança e: linhas muralhadas; malha urbana; pontos de magnetismo das dinâmicas urbanas.	Reconstruir cronologicamente hipóteses de evolução do espaço público diante da Igreja de São Francisco de Bragança e fazer a leitura da relação que o edifício estabelece como o mesmo.	Estabelecer as *fases de vida* do conjunto edificado franciscano e fazer a leitura das dinâmicas estabelecidas entre as partes que constituem o mesmo.	Estabelecer e analisar as várias *fases de vida* da Igreja de São Francisco de Bragança; compreender a narrativa do edifício e identificar os momentos catalisadores na evolução da mesma.
Resumo	**1.1 Noroeste Peninsular: Estradas Romanas e Caminhos de Santiago, Regiões administrativas franciscanas** Aborda-se o território noroeste peninsular e a maneira como o mesmo é: organizado pela Ordem de São Francisco; estruturado pelas vias romanas do Itinerário Antonino e pelos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela. O estudo incide primordialmente sobre a relação que os franciscanos estabelecem com as referidas rotas de caminhantes e como a mesma poderá ter influenciado a localização do Convento e da Igreja de São Francisco de Bragança. **1.2 Trás-os-Montes: Rede Viária Medieval, Casas da Ordem de São Francisco, Centros de Poder Religioso** Faz-se uma aproximação à região de Trás-os-Montes e aborda-se: a presença da Ordem de São Francisco na região; as vias de mobilidade territorial; as dinâmicas criadas pelos grandes centros de poder religioso no território em questão. O estudo *levanta o véu* sobre a influência que o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, a instituição religiosa mais poderosa no medieval transmontano, poderá ter exercido a linguagem arquitetónica da cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança.	**2.1 Núcleo Fortificado representado por Duarte de Armas no Códice de Lisboa e de Madrid** Abordam-se as representações quinhentistas que Duarte de Armas faz da fortaleza da Bragança. O estudo das peças produzidas por Duarte de Armas passa pela comparação das mesmas com a imagem atual da cidade e serve de base para a discussão de uma série de temáticas exploradas ao longo do trabalho. **2.2 Evolução das Linhas Muralhadas** Interpretam-se as cartografias militares, modernas e contemporâneas, que representam o núcleo urbano e fortificado de Bragança. A leitura das várias peças permite estudar a evolução dos limites muralhados da cidade e o modo como a Igreja e do Convento de São Francisco são influenciados e influenciam o desenvolvimento dos anéis defensivos. **2.3 Vias e dinâmicas urbanas** Estudam-se as vias urbanas que enlaçam a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança. Paralelamente à identificação dos eixos de mobilidade associados ao edifício franciscano, procede-se à interpretação dos pontos de magnetismo urbano e das relações dos mesmo com as vias e com a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança.	**3.1 Evolução do Espaço Público: Espaço de Pregação; Limitações causadas pelas Muralhas e pela Topografia** Aborda-se a evolução do espaço público associado à Igreja de São Francisco de Bragança através da leitura de documentos produzidos entre o séc. XVI e o séc. XIX. **3.2 Espaço Público na Atualidade: Projetos, Intervenções e Escavações Arqueológicas Recentes** Exploram-se as alterações recentes que conferem a imagem atual ao espaço público diante da Igreja de São Francisco de Bragança	**4.1 Pré-Existências: Capela de Santa Catarina e Cripta** Abordam-se as possíveis pré-existências presentes no terreno onde se ergue o conjunto edificado franciscano: a Capela de Santa Catarina; Cripta. O subcapítulo discorre sobre o modo como as potenciais pré-existências poderão ter condicionado a implantação da Igreja e do Convento; e de que a maneira se processa a evolução das dinâmicas entre as partes (pré-existências e edificado franciscano). **4.2 Leitura do Desaparecido Convento Medieval** Procura fazer-se a leitura do que poderá ter sido o Convento franciscano medieval dizimado poe um incêndio em 1728. **4.3 Convento Contemporâneo: Convento Reconstruído no Séc. XVIII; Hospital Militar (Meados do Séc. XIX); Arquivo Distrital (1999)** Exploram-se as «fases de vida» do Convento de São Francisco que se seguem à reconstrução do edifício. Assim, o estudo divide-se em três partes: faz a leitura do Convento enquanto complexo monástico (até 1834); aborda a adaptação do edifício a Hospital Militar (meados do século XIX); exploram as alterações que convertem o antigo Convento/Hospital em Arquivo Distrital.	**5.1 Período Medieval** Exploram-se as primeiras fases de vida da Igreja de São Francisco de Bragança. Na procura de identificação dos referidos períodos de vida estabelecem-se comparações entre o objeto de estudo e edifícios mendicantes implantados na zona noroeste peninsular durante a Idade Média. **5.2 Igreja representada por Duarte de Armas** Procura fazer-se a leitura do edifício representado no século XVI por Duarte de Armas. O foco dado às peças quinhentistas justifica-se pela antiguidade das mesmas: os desenhos de Duarte de Armas constituem a primeira imagem conhecida da Igreja de São Francisco de Bragança. **5.3 Período Moderno** Abordam-se as alterações que paulatinamente "retiram" a Igreja de São Francisco de Bragança da Idade Média e a transportam para o período moderno. O processo de "modernização" é longo e fragmentado em várias etapas. O **5.4 Requalificação no Final do Século XX** Analisam-se as obras de requalificação levadas a cabo na Igreja a Igreja de São Francisco de Bragança na transição do século XX para o XXI – projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.

Fontes Gráficas «Chave»

Main Roman Roads in Hispania; 2007.

Caminos de Europa (autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago).

Vias medievais de Trás-os-Montes; Maria José Casanova; Revista Monumentos; 2011.

Planta de Cidade de Bragança; Autor Desconhecido; c.1640.

Planta da Praça de Bragança; José Monteiro de Carvalho; 1754.

Plano de la Cuidad de Berganza; Autor Desconhecido; 1762.

Planta de Bragança; Alexandre Vasconcelos e Sá; 1840.

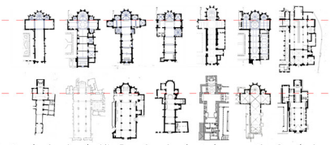
Planta de Bragança; José Maria Cavanha; c. 1763.

Planta da Cidade de Bragança e suas dependências; Luís Gomes de Carvalho; 1801.

Planta da Cidade de Bragança; Autor Desconhecido; c. 1759.

Planta do Convento de S. Francisco em Bragança; Guilherme Inácio Basto; 1850.

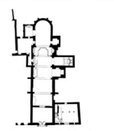
Projecto de Hospital Militar ; Guilherme Inácio Basto; 1851.



Plantas das igrejas de São Francisco implantadas na antiga Província Franciscana de Santiago de Compostela.

Convento de S. Francisco de Bragança; Revista Popular; 1850.

Alçado da Igreja e do Convento de São Francisco de Bragança na atualidade.



Planta da Igreja de São Francisco de Bragança na atualidade.

Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Introdução

Objetivos

A Igreja do Convento de São Francisco de Bragança é o objeto do presente estudo. O objetivo da investigação passa pela leitura das fases que constituem a narrativa histórica e arquitetónica do espaço litúrgico que os franciscanos edificam no núcleo urbano brigantino. Uma vez que a investigação aborda a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança como parte de múltiplos todos, a análise da evolução da história e da arquitetura do edifício surge intrinsecamente ligada a um contexto mais vasto e amplo no qual se destacam as narrativas da Ordem de São Francisco, do território ocidental da Península Ibérica, da região e da cidade de Bragança. Isto é, interpreta-se a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança como objeto histórico e arquitetónico mantendo presente que a evolução do mesmo está profundamente relacionada com as dinâmicas que o edifício estabelece com os complexos organismos que o englobam: Ordem de São Francisco; território ocidental da Península Ibérica; região e cidade de Bragança.

A Igreja do Convento de São Francisco de Bragança é instituída numa data anterior a 1271. A fundação ducentista atribui ao objeto de estudo um *lugar* no conjunto de edificações mais antigas a serem erguidas pelos franciscanos em Portugal e levantadas no núcleo urbano de Bragança. Assim, o interesse do estudo da Igreja justifica-se pela longa exposição do edifício ao tempo e pelo estatuto de antiguidade do mesmo na Ordem de São Francisco e em Bragança.

Estrutura

A estrutura adotada reflete a abordagem descrita na exposição dos objetivos do estudo; ou seja, reflete a interpretação do edifício franciscano brigantino como parte integrante de uma série de extensas e complexas entidades. Assim, a dissertação organiza-se em cinco capítulos que, começando no território ibérico e acabando no interior da Igreja de São Francisco de Bragança, vão fazendo gradualmente a aproximação ao objeto de estudo. Dentro de cada capítulo assume-se uma subestrutura cronológica das temáticas abordadas. Desse modo, as problemáticas estudadas são convocadas para os capítulos numa organização que principia nos temas mais antigos e termina nas questões mais recentes.

O primeiro capítulo aborda o território ocidental ibérico e as dinâmicas estabelecidas entre o mesmo e a Ordem de São Francisco. O segundo capítulo foca-se na evolução do núcleo de Bragança e no lugar que o Convento de São Francisco de Bragança ocupa no desenvolvimento da malha urbana. O terceiro capítulo reserva-se à análise da relação do objeto de estudo com o espaço público que lhe é envolvente. A quarta parcela textual discorre sobre as dinâmicas estabelecidas entre a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança. O quinto capítulo aborda a Igreja de São Francisco de Bragança e procura estabelecer a leitura das *fases de vida* da narrativa da mesma.

O papel do quinto capítulo como conclusão da dissertação é uma condição que ultrapassa a organização estrutural do estudo; o quinto capítulo é a conclusão, o *cume*, dos conteúdos explorados ao longo da investigação. Na última secção da dissertação destacam-se temáticas abordadas nos quatro capítulos anteriores e explora-se o modo como as mesmas condicionam a narrativa da Igreja

de São Francisco de Bragança. O quinto capítulo permite uma leitura circular do trabalho e justifica a atenção que ao longo do estudo se dá a organismos e relações que em muito ultrapassam a complexidade e a extensão do templo franciscano brigantino. O estudo é quase como um conjunto de *matrioskas* que se vai desmontando até chegar ao quinto capítulo, a última boneca: a Igreja de São Francisco.

Método

O método parte da construção do estado de conhecimento da Igreja de São Francisco, da Ordem de São Francisco, da região e da cidade de Bragança. O apuramento do estado de conhecimento das entidades referidas justifica-se pelo entendimento que se tem do edifício como um objeto inserido em complexos e extensos organismos geográficos (Ocidente ibérico; Nordeste fronteiriço português; núcleo urbano de Bragança) e religiosos (Ordem de São Francisco e respetivas práticas litúrgicas e divisões administrativas; Arquidiocese de Braga; Diocese de Bragança-Miranda).

Na construção do conjunto de estados de conhecimento procede-se à consulta de documentos digitalizados e disponibilizados nas plataformas digitais da Biblioteca Nacional, da Biblioteca do Exército e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; parte-se à leitura de peças textuais e gráficas relevantes para o estudo e conservadas em fundos locais tutelados pela Câmara Municipal de Bragança; recorre-se a motores de busca online de acervos bibliotecários de universidades portuguesas e galegas de modo a reunir trabalhos académicos que abordem pelo menos uma das três entidades cujo estado de conhecimento se pretende apurar: Igreja de São Francisco; Ordem de São Francisco; região e da cidade de Bragança. Os procedimentos descritos permitem a identificação e a integração no estudo de documentos chave para o desenvolvimento da investigação (ver quadro da página 14).

Paralelamente ao *trabalho de secretária* faz-se *trabalho de campo* através de visitas à Igreja de São Francisco de Bragança. O contacto direto com o objeto de estudo é consequente de problemáticas levantadas durante a construção do estado do conhecimento e ajuda na identificação de elementos anteriores (vestígios medievais) e posteriores (acrescentos tardo-modernos e contemporâneos) à estrutura moderna do templo. O reconhecimento de existências dissonantes à imagem global do templo integra e adensa a construção do estado de conhecimento da Igreja de São Francisco de Bragança. Importa referir que no trabalho de campo não se executou um levantamento métrico completo do templo franciscano; o apuramento de medidas foi feito pontualmente como consequência de problemáticas levantadas no decorrer da investigação.

Uma vez recolhida informação e documentação procede-se ao cruzamento de estados de conhecimento. Procura fazer-se uma leitura de conjunto entre a Igreja e os organismos geográficos e religiosos que a integram; o objetivo do processo descrito passa pela tentativa de reconhecimento de acontecimentos históricos, arquitetónicos e administrativos que, ainda que externos ao templo franciscano brigantino, possam ter influenciado a narrativa do mesmo.

Objeto de estudo

Os textos que se seguem fazem uma breve abordagem, uma apresentação prévia, da Igreja de São Francisco de Bragança. A referida exposição textual organiza-se em duas partes: a primeira, apoiada no estado de conhecimento, procura fazer um resumo da História do templo franciscano; a segunda foca-se na atualidade do edifício religioso e faz uma descrição do mesmo. A primeira parcela é construída a partir do processo de consultas bibliotecárias e arquivísticas descritas no *Método*, a segunda parte é produzida através das igualmente mencionadas visitas ao objeto de estudo.

História através do estado de conhecimento

Bragança localiza-se na zona nordeste da faixa raiana entre Portugal e Espanha. A condição fronteiriça do núcleo urbano confere-lhe um papel duplo na relação entre os reinos ibéricos. Bragança serve simultaneamente de: barreira de defesa face a potenciais ataques militares de Espanha; plataforma de convergência e de influenciação mútua entre culturas e tradições. A localização geográfica de Bragança, e a dupla função desempenhada pela mesma, influencia a evolução do núcleo urbano e da Igreja de São Francisco de Bragança.

No núcleo urbano de Bragança, o edifício franciscano implanta-se num terreno extramuros situado no extremo Nascente da cidade (figura 1). O local de implantação da Igreja do Convento de São Francisco de Bragança situa-se num local *"algo assombrado pela soberba do castelo"*[1]. A proximidade entre a Igreja do Convento de São Francisco e a fortaleza é uma condição com peso na narrativa arquitetónica do edifício franciscano. O terreno onde os frades se instalam afigura-se, pela sucessão de linhas defensivas que vão surgindo no mesmo ao longo dos séculos, como um ponto estratégico para a defesa militar do núcleo fortificado; caraterística que limita o *livre* desenvolvimento da Igreja de São Francisco e do espaço público associado.

O terreno onde o templo se implanta é doado pelos Morais, família que assume o padroado do complexo franciscano até ao séc. XVI, e já seria marcado pela existência de uma Capela de Santa Catarina[2]. O complexo franciscano não se sobrepõe à pré-existência e adota-a como Capela do Capítulo. Atualmente desconhece-se a localização primitiva da Capela de Santa Catarina. Assim, a abertura de possibilidades de leitura para a implantação primitiva do edifício pré-existente é uma temática que surgirá recorrentemente ao longo do estudo. Importa ainda referir que, conforme menciona Catarina Marado num estudo que faz sobre a relação entre os complexos religiosos mendicantes e as cidades medievais, a implantação em terrenos marcados por pré-existências é uma tendência própria da Ordem de São Francisco[3].

A chegada dos franciscanos a Bragança decorre ao longo do século XIII, numa data que não

1 *Ibidem.*
2 *Idem*; Pg. 50.
3 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg. 127.

encontra consenso entre autores: Frei Manoel da Esperança[4], Lopez Haro[5], Jorge Cardoso[6], António Carvalho da Costa[7] indicam que o Convento de São Francisco de Bragança é fundado em 1214 e constitui o primeiro edifício franciscano em solo nacional; Frei Manuel Monforte[8] e Francisco Manuel Alves[9] (Abade de Baçal) negam a datação feita pelos autores superamente mencionados. Frei Manuel Monforte refere que a introdução da Ordem em Portugal ocorre em 1216/1217 com a chegada de Frei Zacarias e Frei Gualter à cidade de Coimbra. Apesar das dúvidas, é seguro afirmar que os franciscanos já estariam instalados no terreno doado pelos Morais no ano de 1271. A baliza temporal de 1271 é estabelecida pelo testamento de D. Afonso III que doa 50 libras à comunidade de frades menores que então se instalavam na povoação transmontana.

No primeiro quartel do séc. XVI a Igreja de São Francisco de Bragança é representada por Duarte de Armas. As peças gráficas quinhentistas constituem o documento gráfico mais antigo a integrar o estado de conhecimento e permitem tecer comentários sobre a arquitetura e a posição urbana da Igreja de São Francisco de Bragança na transição da Idade Média para a Moderna.

Nos desenhos de Duarte de Armas observa-se a abside semicircular contrafortada que ainda hoje constitui a cabeceira da Igreja. O testeiro deverá datar do período medieval. Exteriormente, a cabeceira é marcada pela presença de frestas enquadradas por modinaturas de tijolo. Segundo Paulo Almeida[10], Pedro Dias[11] e António Mourinho[12], a utilização do tijolo na cabeceira do templo franciscano dever-se-á à influência do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs – instituição religiosa mais poderosa do território transmontano medieval. Interiormente, as paredes da abside são caraterizadas pela presença de vestígios de uma pintura mural. Os frescos deverão ter sido produzidos numa data próxima à/s visita/s de Duarte de Armas à fortaleza de Bragança (início do século XVI). Luís Afonso indica que as pinturas deverão ter sido executadas no intervalo temporal entre 1515 e 1525[13]; Luís Alexandre Rodrigues aponta o segundo reinado de D. João II (1481-1495) como época de realização dos murais[14]; e, por outro lado, Rui Tavares refere que os frescos deverão ser da autoria de António Leitão[15].

4 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª parte; Pg. 49.
5 HARO, Alonso Lopez; Nobiliario Genealogico dos Reys e Titulos de España; Luiz Sanchez Impressor Real; Madrid; 1622; Pg. 136.
6 CARDOSO, Jorge; Agiologio Lusitano dos santos, e varões ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insignes patronos desta cidade de Lisboa e a seu ilustre Cabido Sede Vacante; Officina Craesbeekiana; LIsboa; Tomo I; 1666; Pg. 21.
7 COSTA, António Carvalho da; Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens; Officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade; Lisboa; 1706 ; Tomo I; Pg. 496.
8 MONFORTE, Frei Manuel de; Chronica da Província da Piedade: primeira Capucha de toda a ordem, e regular observância de nosso seráfico padre S. Francisco; Na oficina Miguel Manescal da Costa; Lisboa; 1751; Livro III; Pg. 321-324.
9 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 241-250.
10 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Sendim; Julho de 1995; Pg. 432-437.
11 DIAS, Pedro; Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização; Mare Liberum; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Dezembro de 1984; Pg. 49-87.
12 FERNANDES; Paulo Almeida; Castro de Avelãs: o estranho caso de uma igreja de tijolo; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 84-95.
13 AFONSO, Luís U. ; Manter a freguesia no século XVI: os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem Maria; Cadernos na Terra Quente; nº III; Terras Quentes; Macedo de Cavaleiros; 2005; Pg. 169 – 176.
14 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019 ; Volume 1; Pg. 575.
15 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994.

No ano de 1620 ergue-se um espaço tumular no lado do Evangelho da cabeceira: Capela Tumular de Pascoal Frias[16]. A edificação da Capela é a primeira de uma série de intervenções seiscentistas a alterar a imagem da Igreja de São Francisco. No ano de 1635 substitui-se o frontispício do templo (processo relatado por José Cardoso Borges) e ergue-se a Capela da Ordem Terceira no lado da Epístola da nave[17].

Segundo Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso, os arcos de diafragma que suportam a cobertura e o abobadamento deverão igualmente datar do período seiscentista[18]. A reforma na estruturada nave poderá estar associada ao peditório que desde 1634 a 1679 se estendeu a toda a Diocese de Miranda com o intuito de angariar capital suficiente para a realização de obras no templo franciscano brigantino.

Na noite de 14 de julho de 1728, um incêndio dizima o corpo conventual do complexo franciscano de Bragança[19]. Segundo Francisco Santa Maria e Lourenço Anunciação, a rápida intervenção dos frades e dos populares terá sido suficiente para poupar a Igreja e a sacristia dos efeitos devastadores das chamas[20]. Na sequência do incêndio iniciam-se obras de reconstrução no Convento, a empreitada de reedificação ter-se-á arrastado ao longo do séc. XVIII e só terá ficado concluída no final da referida centúria. Albino Lopo indica 1779, ano em que D. Maria ordena que se lecionem cursos de Letras e de Filosofia nas dependências conventuais, como a data de conclusão das obras de reedificação do complexo religioso[21]; Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) aponta 1800 como data de término da reconstrução do Convento[22].

Em 1834 as ordens religiosas são extintas em Portugal[23]. Como consequência da extinção dos franciscanos em território português, há uma separação entre o templo e o edifício conventual do complexo franciscano de Bragança: o Convento engloba o espólio do erário público; a Igreja passa a ser tutelada pela Ordem Terceira. Num artigo publicado na revista Monumentos, Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima enumeram os programas que o Convento de São Francisco acolhe desde a extinção das ordens religiosas: hospital militar[24]; asilo; centro de acolhimento para crianças órfãs; arquivo distrital (função que ainda conserva)[25].

No final do século XX os edifícios do antigo complexo franciscano são alvo de intervenções arquitetónicas. O projeto de conversão do antigo Convento em Arquivo Distrital de Bragança fica a cargo de Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães; as obras de requalificação da Igreja ficam a

Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

16 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg.245.

17 NOGUEIRO, Maria Emília Pires; A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda; Tese de Doutoramento em História da Arte; Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca; Salamanca; 2015; Pg. 53.

18 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III ,nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.

19 ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano; SANTA MARIA, Francisco de; Anno Historico. Notícia abreviada de pessoas grandes, e cousas notáveis de Portugal; Oficina Domingos Gonsalves; Lisboa; 1744.; Pg. 131.

20 *Ibidem.*

21 LOPO, Albino dos Santos Pereira; Bragança e Benquerença; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 2ª Edição; Lisboa; 1983.

22 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 247-250.

23 Decreto de 28 de Maio de 1834; Documento assinado por D. Pedro, Duque de Bragança.

24 Resulta deste período o rebaixamento da torre sineira da Igreja.

25 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.

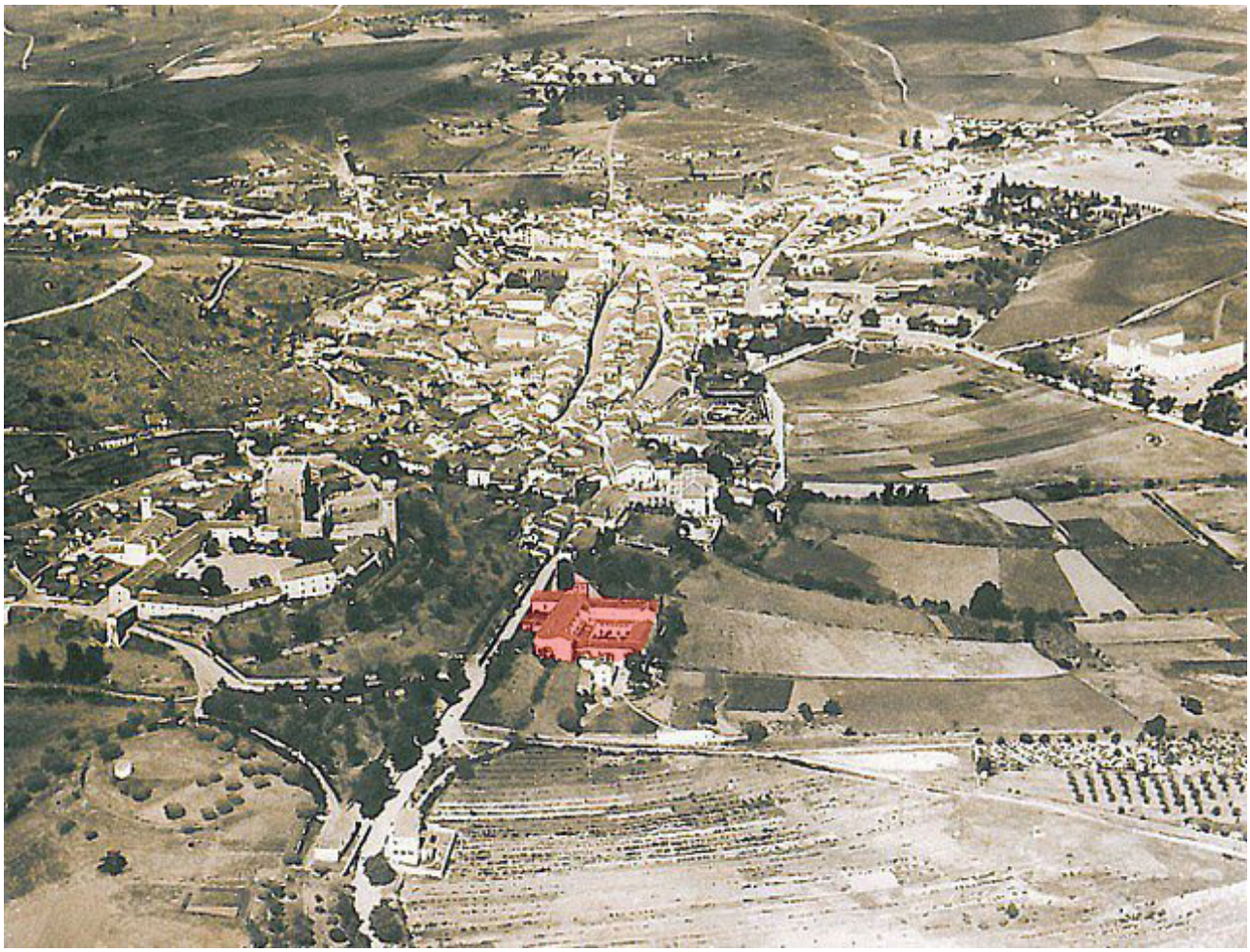


Figura 1 – Vista área do Convento de São Francisco de Bragança na primeira metade do séc. XX (perspetiva de Nascente para Poente)

cargo de Fátima Fernandes e Michele Cannatà[26].

Descrição do edifício atual

A Igreja do Convento de São Francisco de Bragança situa-se, conforme referido, no extremo Nascente do núcleo urbano extramuros (figura 1). O templo franciscano surge no enlace de um eixo de mobilidade que engloba todas as igrejas medievais e modernas implantadas na urbe fora de portas. A relação entre o referido eixo de mobilidade e a Igreja não será tão direta como no passado; no âmbito de alterações urbanas realizadas no séc. XVIII a via é alteada e passa a haver um corte altimétrico entre a mesma e o templo franciscano.

O conjunto edificado franciscano implanta-se num terreno com uma pendente acentuada; a referida inclinação acidentada reflete-se na distribuição dos edifícios e do espaço público que os antecede. Assim, o conjunto edificado de São Francisco organiza-se em três níveis: a Casa da Ordem Terceira numa cota superior (a Sul da Igreja); a Igreja numa plataforma intermédia (orientada de Poente para Nascente); o Convento num nível inferior (a Norte da Igreja). O espaço diante da Igreja, disposto na referida plataforma intermédia, é marcado pela presença de uma estrutura murada que enquadra vestígios de arquitetura militar encontrados no âmbito de escavações arqueológicas realizadas no local.

A fachada frontal da Igreja de São Francisco de Bragança é uma composição definida pela forma triangular do telhado de duas águas e pelo volume da torre sineira (o campanário tem a forma de um paralelepípedo quadrangular encimado por uma pirâmide de base octogonal). O vértice formado pela inclinação da cobertura é assinalado pela presença de uma cruz latina e de um elemento heráldico onde se reconhece o escudo de Portugal e o da Ordem de São Francisco. Alinhado com os referidos brasões (o brasão nacional e o brasão franciscano), rasga-se a porta de acesso ao interior da Igreja. O pórtico é definido por um arco de volta perfeita assente em pilastras. As referidas pilastras são ladeadas por duas colunas que se estendem até à cornija que encerra a composição.

A entrada na nave é antecedida por um espaço de vestíbulo. O espaço vestibular é encimado pelo coro-alto cujo acesso seria feito pela Casa da Ordem Terceira e pelo Convento – deixando adivinhar que, durante o período de atividade religiosa do Convento, o coro-alto seria um espaço de uso exclusivo para os membros da Ordem Terceira e da Ordem de São Francisco.

A nave é ritmada por cinco arcos de diafragma sustentados por pilares contrafortados. Os arcos de diafragma suportam uma cobertura de madeira que forma uma abóbada de berço com a orientação longitudinal da nave. O abobadamento assenta numa cornija contínua que é interrompida pela abertura do arco triunfal e pela parede onde se rasga a porta de entrada na nave. Nos alçados interiores da nave, a cornija funciona como um elemento de separação entre dois estratos; no patamar inferior dispõem-se altares de talha e vãos de acesso às capelas laterais, no nível superior rasgam-se janelões retangulares a eixo dos tramos. Nos alçados interiores da nave destaca-se ainda a existência de uma porta situada no lado do Evangelho e a presença de um arcossólio cravado na parede Sul – elementos

26 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.

Figura 2 – Vista área do Convento de São Francisco de Bragança na atualidade (perspetiva de Nascente para Poente)

Figura 3 – Vista área do Convento de São Francisco de Bragança na atualidade (perspetiva de Noroeste para Sudoeste)

cuja antiguidade poderá ajudar a posicionar cronologicamente as variadas campanhas de obras a que a Igreja é submetida ao longo do tempo.

As capelas laterais mencionadas na descrição dos alçados interiores da Igreja são a Capela da Senhora da Boa Morte, cujo acesso se rasga no terceiro tramo da nave, e a Capela da Ordem Terceira, espaço que abre para o segundo tramo a contar da cabeceira (ambas situadas no lado da Epístola).A Capela da Senhora da Boa Morte é um espaço de dimensões quadrangulares (358 cm x 396 cm) coberto por uma estrutura de telhado de uma água. Nas paredes de pedra da capela abrem-se dois espaços tumulares encimados por arcos de volta perfeita. O arcossólio localizado a nascente é marcado pela representação gráfica de uma *piéta*; o túmulo situado a sul alonga-se para lá da espessura da parede e dá origem a um pequeno espaço (224 cm x 171 cm) subterrâneo. As paredes da Capela da Senhora da Boa Morte são marcadas pela existência de uma mísula gótica e do respetivo arranque da nervura de uma ogiva – elemento enigmático que atesta a antiguidade do espaço. A Capela da Imaculada Conceição, ou da Ordem Terceira, é um espaço retangular (408 cm x 675 cm) encimado por uma abóbada de berço com orientação perpendicular à da nave. O abobadamento é feito por meio de uma estrutura de madeira onde se observa uma composição gráfica oitocentista que cria a ilusão perspética de alongamento vertical do espaço. A capela é iluminada por duas janelas quadrangulares que se rasgam simetricamente nas paredes laterais.

A cabeceira conserva um pé direito semelhante ao que se verifica no resto da Igreja. O espaço tem uma largura inferior à da nave e distribui-se numa abside semicircular contrafortada. Entre os contrafortes rasgam-se frestas enquadradas por uma composição de tijolo que se dispõe em arcos duplos de volta perfeita – a invulgaridade do uso do tijolo, questão explorada ao longo da dissertação, poderá estar relacionada com a influência que o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs exercia na região em questão durante o período medieval. Atualmente, apenas duas das frestas não se encontram entaipadas, uma localizada a eixo da cabeceira, outra ligeiramente descaída para sul; os vãos terão sido entaipados na transição da Idade Média para a Idade Moderna quando se produzem pinturas murais sobre as paredes do testeiro da Igreja. Os frescos estiveram "esquecidos" durante largos anos e encontram-se, assim, num estado de degradação avançado - a leitura e a datação da composição mural é uma temática abordada por vários autores e, nesse sentido, reserva-se espaço na presente tese para abertura de diálogo indireto entre as várias hipóteses presentes no estado do conhecimento.

A composição mural é interrompida pelo pórtico de acesso a uma capela seiscentista que flanqueia a cabeceira do lado do Evangelho. O referido portal é uma composição constituída por pilastras dóricas onde assenta um arco de volta perfeita; o vão é encimado por uma cornija sobre a qual se representa um elemento heráldico. A Capela, que corresponde ao espaço tumular do Abade Pascoal Frias, tem uma planta retangular e é coberta por uma abóbada de berço paralela à da nave. Num nível inferior ao da Capela Tumular de Pascoal Frias, verifica-se a existência de uma cripta, igualmente abobadada em berço, com dimensões retangulares (397 cm x 517 cm). Colocada ao centro do espaço subterrâneo encontra-se uma arca tumular cuja origem deverá remontar ao séc. XII – levanta-se, assim, a possibilidade de a cripta ser anterior à chegada ducentista dos franciscanos ao núcleo urbano de Bragança.

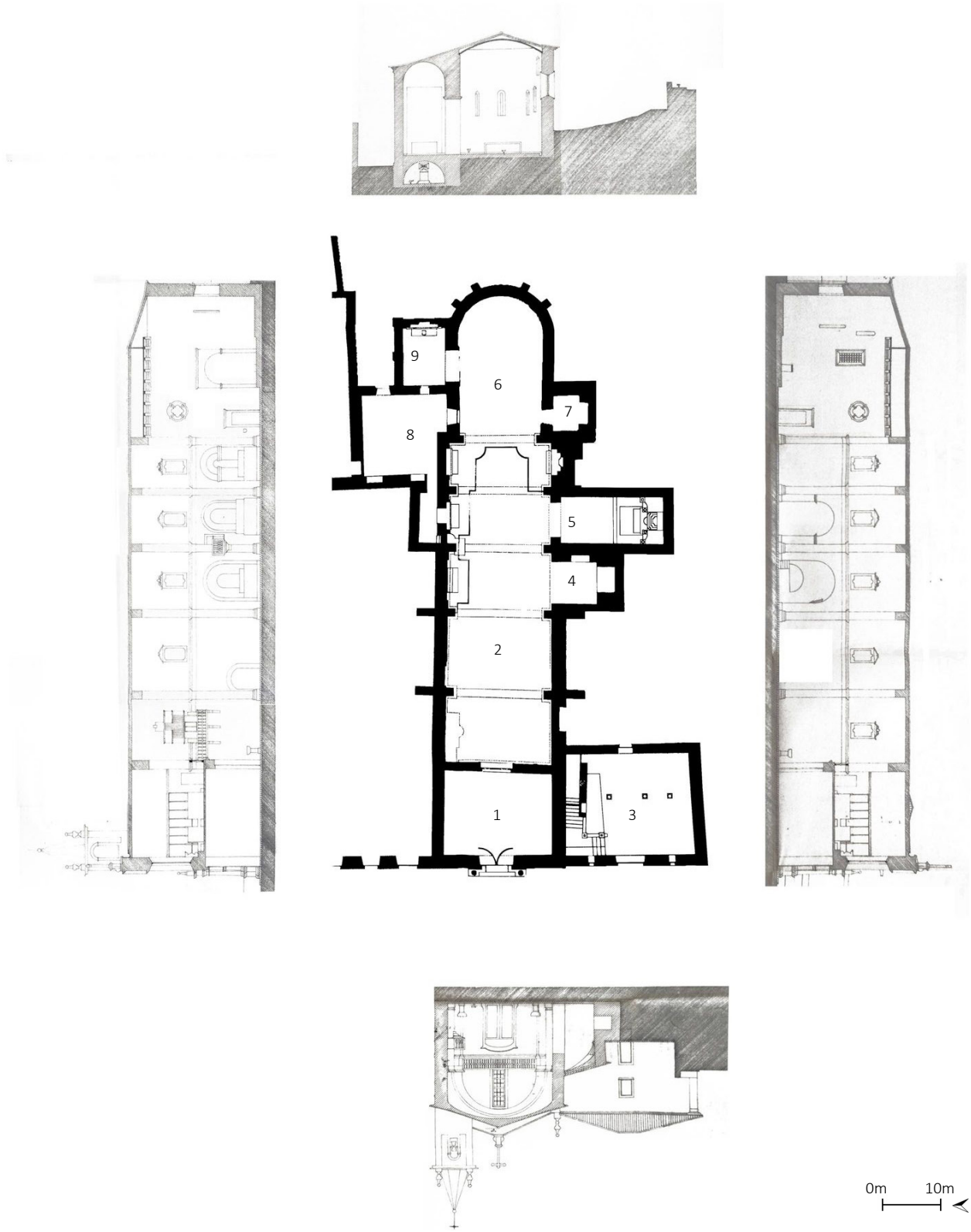


Figura 4 - Planta e cortes da Igreja de São Francisco de Bragança

1-Vestibúlo 2-Nave 3-Casa da Ordem Terceira 4-Capela da Senhora da Boa Morte 5-Capela da Senhora da Conceição 6-Capela-Mor 7-Capela de São Miguel 8-Sacristia 9-Capela de Tumular de Pascoal Frias

A Sul da capela-mor edifica-se um pequeno espaço de culto a São Miguel. A Capela é coberta de uma forma algo tosca; as paredes são curvas e acompanham parcialmente a circunferência que define o arco do abobadamento em berço perpendicular ao da nave. No interior da Capela, destaca-se a existência de um arcossólio e vestígios de um mural de São Miguel que terá sido picado. Relativamente ao desaparecimento da pintura, Luís Alexandre Rodrigues escreve: "Tinha esta capela a invocação de São Miguel, mas o discurso narrativo que emanava da sua representação devia conter elementos pouco consentâneos com os novos propósitos artísticos que deviam servir a igreja militante. Por isso, como hoje se pode observar, a pintura foi picada"[27].

27 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Fevereiro de 2019; Pg. 524.

1. Território
2. Núcleo Urbano e Fortificado de Bragança
3. Espaço Público
4. Convento de S. Francisco de Bragança
5. Igreja do Cvt. S. Francisco de Bragança

1214-1271 Fundação da Igreja e do Convento de São Francisco de Bragança num terreno doado pela família Morais. No terreno já existia uma Ermida de Santa Catarina.

1271 Doação testamentária de D. Afonso III. É o primeiro documento oficial em que o a Igreja do Convento é mencionada.

1272 O Convento integra a custódia de Ourense

1282 Após uma visita ao convento, a Rainha Santa Isabel faz doações para que se realizem obras de restauro em todo o corpo edificado.

1330 Transferência do Convento para a custódia de Zamora.

1332 / 1334 Instituição de um altar de Nossa Senhora da Conceição no interior da Igreja. O altar tinha estatuto de privilégio dado pelo papa Bento XII.

1340 Na sequência de convocatória papal, o Capítulo dos Cónegos Regrantes de Portugal e de Castela reúne-se no Convento de São Francisco de Bragança.

1380 Transferência do Convento para a custódia de Coimbra.

1412 D. João I toma o convento sob sua proteção.

Meados Séc. XV Entrada do Convento para os bens da Casa de Bragança.

Séc. XVI Câmara concede autorização para nas "barreiras do castelo" se construir uma "arca de donde direitamente corria" a água para o Convento.

Séc. XVI Data apontada por Rui Tavares para a execução das pinturas murais na parede testeira da capela-mor. Rui Tacares atribui os frescos ao pintor António Leitão.

1525 / 1535 Data da realização das pinturas murais, segundo Luís Afonso.

1540 A Ermida de Santa Catarina, adotada pela comunidade franciscana como sala do capítulo, estava arruinada.

1550 Instituição da capela de morgadio de Santo António por Francisco Borges (conselheiro do rei e desembargador do Paço) e Isabel Borges.

1566 Guardião pede a interferência do bispo junto dos herdeiros da Ermida de Santa Catarina sugerindo que, caso esses não cumprissem a sua obrigação, a Capela passasse para a ser propriedade do Convento.

1568 A comunidade da franciscana de Bragança passa a integrar a Ordem de Frades Observantes – até então havia sido uma comunidade de Frades Conventuais.

1569 Despacho do bispo D. António Pinheiro notificando os numerosos padroeiros da Capela de Santa Catarina sobre a urgência de reedificar o referido espaço. O desinteresse dos padroeiros, que renunciam ao direito do padroado, levam a comunidade a tomar a iniciativa da reconstrução.

1588 Pedro Martins, tangedor de órgão, afirma que parte da madeira proveniente do extinto Mosteiro de Castro de Avelãs foi dada aos frades menores para que fizessem um dormitório nas dependências conventuais

1590 Gaspar de Morais, Abade de São Pedro de Carção, compra da capela de Santa Catarina.

1601 Instituição testamentária da Capela dos Borges pelo padre Gaspar Mendes Dantas.

1612 O guardião do Convento, Frei Francisco Neto, passa a ser padroeiro da Capela de Santa Catarina.

1620 Fundação da Capela Tumular de Pascoal Frias, onde se prestava culto a Nossa Senhora da Conceição.

1. Território
2. Núcleo Urbano e Fortificado de Bragança
3. Espaço Público
4. Convento de S. Francisco de Bragança
5. Igreja do Cvt. S. Francisco de Bragança

1271 Testamento de D. Afonso III.

c.1509 Duarte de Armas; Livro das Fortalezas.

1634 Início de um peditório dominical
na área da diocese de Miranda, prolongado até 1679, para fazer face à ruína da Igreja e ampliar o Convento; durante o processo de angariação de fundos a Câmara concede privilégios discais à comunidade franciscana.
1635 Substituição do frontispício da Igreja de São Francisco.
Edificação da Capela da Ordem Terceira.

c.1640 Autor Desconhecido; Cidade de Bragança; documento guardado no arquivo militar de Estocolmo.

1652 Jorge Cardoso; Agiologio Lusitano dos Santos e Varoens ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas.

1656 Frei Manoel da Esperança; Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.

1672 Bula do papa Clemente X privilegia altar de Santo Cristo.

Séc. XVIII Devido à má administração da Capela dos Borges, os irmãos da Ordem Terceira colocaram na mesma a imagem do Senhor dos Passos.

1706 António Carvalho Costa ; Corografia e Topografia do famoso Reyno de Portugal.

1715 Segundo Luís Alexandre Rodrigues, nesta data o retábulo-mor já estava ensamblado.

1717 João Teixeira de Morais Sarmento reclama direiro de padroado sobre a Capela dos Borges.

c.1715 José Cardoso Borges; Descripsão topografica da Cidade de Bragança.

1720 Data do tombo e inventário da Capela Tumular de Pascoal Frias.

1728 Deflagração de um violento incêndio no Convento. As dependências conventuais foram dizimadas pelas chamas, «salvaram-se» os espaços da Igreja e da Sacristia.

1731 Data da morte de Pedro Ferreira de Sá Sarmento que determinou em
testamento que lhe fizessem uma Capela no Convento dedicada à Senhora da Boa Morte. A Capela passa a ocupar o espaço onde antes se localizava a Capela dos Borges.

1733 Incêndio na Capela-Mor da Igreja leva o Bispo D. João de Sousa Carvalho a intervir financeiramente para que se faça o restauro da mesma.

1735 O guardião do Convento, Frei Luís de Jesus de Amaral, declara a capela dos Borges devoluta, sem administrador, nem fábrica, achando-se em manifesta ruína.

1736 José Cardoso Borges, síndico do Convento, toma posse da Capela dos Borges.

1741 Bispo D. Diogo Marques Mourato, manda que todas as confrarias da diocese contribuíssem com esmolas para a reconstrução do Convento (dizimado por chamar em 1728).

1746 Queda da cobertura da Capela-Mor. O poder episcopal torna a financiar obras de restauro no volume da ousia.

1751 Frei Manuel Monforte; Crónica da Província da Piedade.

1754 José Carvalho Monteiro; Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes.

1762 Autor desconhecido; Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones.

1755 A Ordem Terceira de São Francisco celebra a compra do terreno destinado à construção da Casa do Despacho (cuja edificação já havia sido principiada).

1779 Dona Maria II ordena que se passe a lecionar aulas de filosofia e de letras no Convento. Albino Lopo refere que na data em questão as obras de reedificação do Convento estariam já concluídas.

1787 A Ordem Terceira desentende-se com a Ordem de São Francisco e abandona a Capela que tutelava no corpo do conjunto conventual. Na sequência da passagem da Capela para a Ordem de São Francisco ter-se-á executado na mesma o atual teto perspetivado e altar rococó.

1800 Data apontada por Francisco Manuel Alves para a conclusão da reconstrução do Convento de São Francisco.

1801 Luís Gomes de Carvalho; Planta da Cidade de Bragança e suas dependências.

1834 Extinção das Ordens Religiosas. O Convento passa para erário público.

1835 D. Maria II cede o espaço da Igreja de São Francisco de Bragança à Ordem Terceira.

1834 -1835 Ocupação das dependências conventuais pelo Batalhão de Caçadores Nº. 4

1835 Governador Civil de Bragança sugere ao Ministério da Guerra que se transfira o Hospital militar para o abandonado Convento.

1836 A Junta Geral de Distrito contraria a sugestão do Governador Civil e defende que se utilize o edifício do Convento para estabelecer o Liceu.

1838-1841 Governador Civil de Bragança sonda o Delegado do Conselho de Saúde sobre a possível transferência do Hospital da Misericórdia para o antigo Convento de São Francisco.

1840 Vasconcellos de Sá; Planta de Bragança.

1840 Avaliação do convento em 1000$00, para a eventual compra por particulares.

1846 Francisco Xavier Gomes de Sepúlveda; Farol Transmontano.

1842 Elaboração de orçamento para as obras de conservação do Convento.

1847 Alexandre Herculano; História de Portugal, volume II.

1845 Transferência das ossadas do espaço do Convento para o espaço da Igreja

1846 Notícia da profanação e demolição da Capela de Santa Catarina do Capítulo, pelos militares a quem o Convento havia sido entregue.

1849 A Ordem Terceira compra à Fazenda Nacional o terreno do antigo cemitério franciscano (localizado na zona tardoz da Igreja)

1850 Abertura de uma porta entre a Sacristia e o cemitério que a Ordem Terceira compra no ano anterior.

1853 Discurso de Joaquim Morais Faria e Carvalho, representante de Bragança, no Parlamento, denunciando o estado de ruína do Convento, que "servia só de esconderijo a aves noturnas".

1854 Obras de restauro da Capela da Boa Morte

1856 Reedificação do convento, por ordem do Ministério da Guerra, para albergar o hospital militar. Rebaixamento da torre sineira da Igreja.

1873 Pinho Leal; Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias.

1879 Pavimenta-se a zona de transição entre o espaço exterior e a nave.

1900 Albino dos Santos Pereira Lopo; Bragança e Benquerença; Republicado pela Casa da Moeda em 1983

c. 1910 Francisco Manuel Alves; Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança.

1911 Manuel Simancas; Plazas de guerra y castillos medioevales de la frontera de Portugal; Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos.

1928 Abertura de novo acesso à sacristia, fechando-se a porta que anteriormente a servia, e transferindo-se o púlpito.

1939 O Convento passa a funcionar como enfermaria militar.

1968 Carlos Alberto Ferreira Almeida; Vias Medievais entre Douro e Minho.

1972 George Kubler; A arquitetura Portugues Chã, Entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706.

1976 Monsenhor Joaquim Carreira; S. Francisco e os lugares santos franciscanos.

1980 Jacques Le Goff; O Apogeu da Cidade Medieval.

1983 Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso; Vestígios Românicos na Igreja do Convento de S. Francisco; Revista Brigantia.

1944 O Convento passa a funcionar como asilo-escola para crianças órfãs do sexo feminino.

1984 António Lino; O Convento de S. Francisco Guimarães. O Convento de S. Francisco de Bragança; Revista Brigantia.

1972 A Junta Distrital de Bragança solicita à DGEMN a realização de grandes obras de reparação no conjunto edificado.

1994 Rui Tavares; Convento de São Francisco de Bragança, Contexto Histórico e Estratificação Arquitetónica.

1979 Transferência do Asilo-Escola para outras instalações, deixando o Convento novamente devoluto.

1983 Despacho do Ministro da Cultura determinando a classificação do Convento e da Igreja como Imóvel de Interesse Público.

1995 António Rodrigues Mourinho; Arquitectura religiosa na antiga diocese de Miranda do Douro (Bragança) 1545-1800.

1985 Surge a ideia de adaptar o alas conventuais do antigo edifício franciscano de modo a que pudessem acolher o Arquivo Distrital.

Luís Alexandre Rodrigues; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura
ança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura.

1992 O projeto de adaptação do Convento em Arquivo Distrital é entregue aos arquitetos Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães.

Vitor Rui Gomes Teixeira; O Maravilhoso no mundo franciscano português na baixa idade média.

Pedro Dias; A Arquitetura Gótica Portuguesa.

1993 Surge a ideia de requalificar a Igreja e de criar um museu de arte sacra na casa da Ordem Terceira associada à mesma. O projeto é entregue a Fátima Fernandes e Michele Cannatà.

1995 Natália Marinho Ferreira-Alves; Parecer (relativo aos retábulos na Igreja de São Francisco de Bragança).

1996 Realização de escavações arqueológicas na Igreja de São Francisco.

1997 João Manuel Neto Jacob; Bragança.

1999 Inauguração oficial da instalação do Arquivo Distrital no Convento.

2004 Eduarda Luso; Centro histórico de Bragança: caracterização do edificado, aspectos arquitectónicos e anomalias.

2005 Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos; Ordens Religiosas em Portugal

2002 Interrupção do processo de requalificação da Igreja.

2007 Ana Cristina Pereira; Os conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização.

2008 Daniela Almeida Rebelo; Bragança, Transformações Urbanas de uma Cidade.

2011 Paulo Almeida Fernandes; Castro de Avelãs: O estranho caso de uma igreja de tijolo; Revista Monumentos.

2016-2017 Realização de escavações arqueológicas no espaço diante da Igreja de São Francisco de Bragança.

José Ferrão Afonso, Marta de Oliveira; Igrejas colunárias com tectos de madeira; Revista Monumentos.

2017 Obras de arranjos exteriores no espaço diante da Igreja de São Francisco.

Luís Afonso; Donzelas no castelo: cultura religiosa e cultura secular nos murais de S. Francisco de Bragança; Revista Monumentos.

Maria José Casanova; Bragança, cidade-fortaleza setuada no estremo de portugall e castella; Revista Monumentos.

Ana Vaz Milheiro, Ricardo Lima; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos.

Margarida Tavares da Conceição; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos.

2012 Santiago Carrodeguas; La Arquitectura de las Órdenes Mendicantes en Galicia – Análisis Gráfico de los Templos Franciscanos.

2015 Maria Emília Pires Nogueiro; Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda.

2016 Mário Barroca; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas : contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid.

2018 Catarina Almeida Marado; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal.

2019 Luís Alexandre Rodrigues; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas.

1. Território

Nota Prévia

O primeiro capítulo é o passo inicial na aproximação à Igreja de São Francisco de Bragança. Assim, como se fosse a maior boneca de um conjunto de *matrioskas*, a parcela inaugural do estudo aborda o território e a ordem religiosa em que a Igreja de São Francisco de Bragança se insere. A geografia ibérica e a instituição religiosa franciscana são entidades das quais o objeto de estudo não se pode desassociar; o presente capítulo reserva-se à procura de sistematização das dinâmicas estabelecidas entre as três partes: Igreja e Convento de São Francisco de Bragança; território ibérico; Ordem de São Francisco.

No subcapítulo 1.1. a relação entre as partes é abordada em dois momentos que se vão enlaçando. Num instante inicial procede-se à exposição dos antigos percursos de grande escala que atravessam Bragança e que poderão ter constituído pontos de interesse para a fixação de uma casa da Ordem de São Francisco no referido núcleo urbano. Num segundo ponto discorre-se sobre a evolução da divisão administrativa que a Ordem de São Francisco faz do território ibérico e sobre o modo como a mesma se relaciona com a Igreja de São Francisco de Bragança e com as grandes vias de mobilidade referidas no instante inicial do subcapítulo.

No segundo subcapítulo, 1.2, o estudo aproxima-se do objeto e foca nas dinâmicas estabelecidas entre Igreja, Ordem de São Francisco e região territorial transmontana. A abordagem à relação entre as partes divide-se em três pontos. Num primeiro momento faz-se a exposição gráfica e textual das vias territoriais coetâneas ou ligeiramente posteriores da chegada dos franciscanos ao núcleo urbano de Bragança. O elencamento dos eixos de mobilidade serve de base para a discussão em torno dos dois pontos que se seguem: a relação da Ordem de São Francisco com o território transmontano; as dinâmicas estabelecidas entre a Igreja de São Francisco de Bragança e os centros de poder religioso da região de Trás-os-Montes.

As referências de bibliografia *chave* para a contrução do capítulo são:

-*Vias Medievais, Entre Douro e Minho*; Carlos Alberto Ferreira de Almeida; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 1968.

- *Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico*; Maria Filomena Andrade; Isabel Castro Pina; Maria Leonor de Oliveira Silva Santos; Bernardo Vasconcelos Sousa; Livros Horizonte; 2005.

-O Domínio Romano em Portugal; Jorge Alarcão; Edições Europa América; 1988.

- *Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança*; António Rodrigues Mourinho; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1995.

- *Castro de Avelãs: o estranho caso de uma igreja de tijolo*; Paulo Almeida Fernandes; Revista Monumentos, nº 32; 2011.

- *Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"*; Maria José Casanova; Revista Monumentos, nº 32; 2011.

Figura 5 – Via XVII na rede viária ibérica formada pelas estradas romanas do Itinerário Antonino e pelos caminhos de peregrinação de Santiago Compostela

Itinerário Antonino
Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela
Via XVII do Itinerário Antonino

1.1. Noroeste Peninsular: Estradas Romanas e Caminhos de Santiago; Regiões Administrativas Franciscanas

Estradas Romanas e Caminhos de Santiago

A mais antiga via de mobilidade de escala ibérica a atravessar a atual região de Bragança surge durante o domínio romano da Península. Roma materializa a visão de unidade do Império através da criação de um complexo sistema viário[1]. A extensão e a disposição das vias imperiais é registada num documento conhecido como Itinerário Antonino[2] (anexo 1). No território que atualmente se denomina por Trás-os-Montes, o elemento documental dá a notícia da passagem da Via XVII (figura 5)[3].

A via XVII do Itinerário Antonino estabelece ligação entre Astorga (*Astúrica Augusta*), Chaves (*Aquae Flaviae)* e Braga (*Bracara Augusta*)[4], três núcleos urbanos que desempenham funções administrativas durante a permanência romana na Península Ibérica. Astorga é a sede do conventus asturicense, Chaves é cabeça de diocese, e Braga acumula o título de capital da região da Galécia com o de sede de arcebispado. A união que o eixo de mobilidade estabelecia entre a região do atual nordeste português e os mencionados centros de poder deixa pressupor que antiga estrada do Império teria alguma importância para as povoações instaladas na zona onde hoje se implanta Bragança. Ainda assim, importa ter alguma cautela e reter os comentários que Carlos Alberto Ferreira de Almeida tece sobre a utilização das vias romanas:

> *"Estavam (as vias romanas) bem longe de ter a perenidade que vulgarmente se lhes atribui. Estavam também longe de ter as funções dos caminhos medievais ou das estradas modernas. Não eram caminhos de peregrinação, não serviam diretamente os interesses locais e económicos da região. São – as vias romanas – estradas de estado, do império, feitas para os transportes oficiais, militares, administrativos e postais. Só as ligações comerciais com o exército as ligam à vida económica de uma região. São estratégicas e não ligam senão centros administrativos"*[5]

Os povos germânicos que se estabelecem no território ibérico que havia sido ocupado pelo Império conservam a estrutura de administração religiosa. Conforme relata John Hirst: *"Quando o império romano ruiu, a igreja sobreviveu – tinha o seu próprio governo. O papa era uma figura paralela ao imperador, controlava uma hierarquia de autoridades sob o seu mando"* [6]. Assim, Braga (que durante a ocupação bárbara do noroeste peninsular é capital do reino suevo da Galécia) e Chaves conservam respetivamente o papel de cabeça de arcebispado e de bispado. A manutenção da condição episcopal dos núcleos urbanos referidos credibiliza a possibilidade de a via XVII do itinerário

1 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Vias Medievais, Entre Douro e Minho; Dissertação para a Licenciatura em História; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1968; Pg.16.
2 *Idem*; Pg.25.
3 Paralelamente à via XVII do Itinerário Antonino, Jorge Alarcão, autor que estuda o processo de romanização de Portugal, indica a existência de uma segunda rede de ligações viárias a envolver o território transmontano. A referida via (que fazia ligação entre o Povoado do Baldoeiro, Castro de Avelãs e Chaves) será convocada para o estudo no subcapítulo 1.2, momento em que se procede à abordagem aproximada do território de Trás-os-Montes.

ALARCÃO, Jorge; O Domínio Romano em Portugal; Edições Europa América; 3º Edição; Mem Martins; 1988; Pg. 96-97.
4 *Idem*; Pg.28 - 29.
5 *Idem*; Pg.17.
6 HIRST, John; Breve História da Europa; Edições D. Quixote; 2º Edição; Alfragide; Maio de 2019; Pg.26.

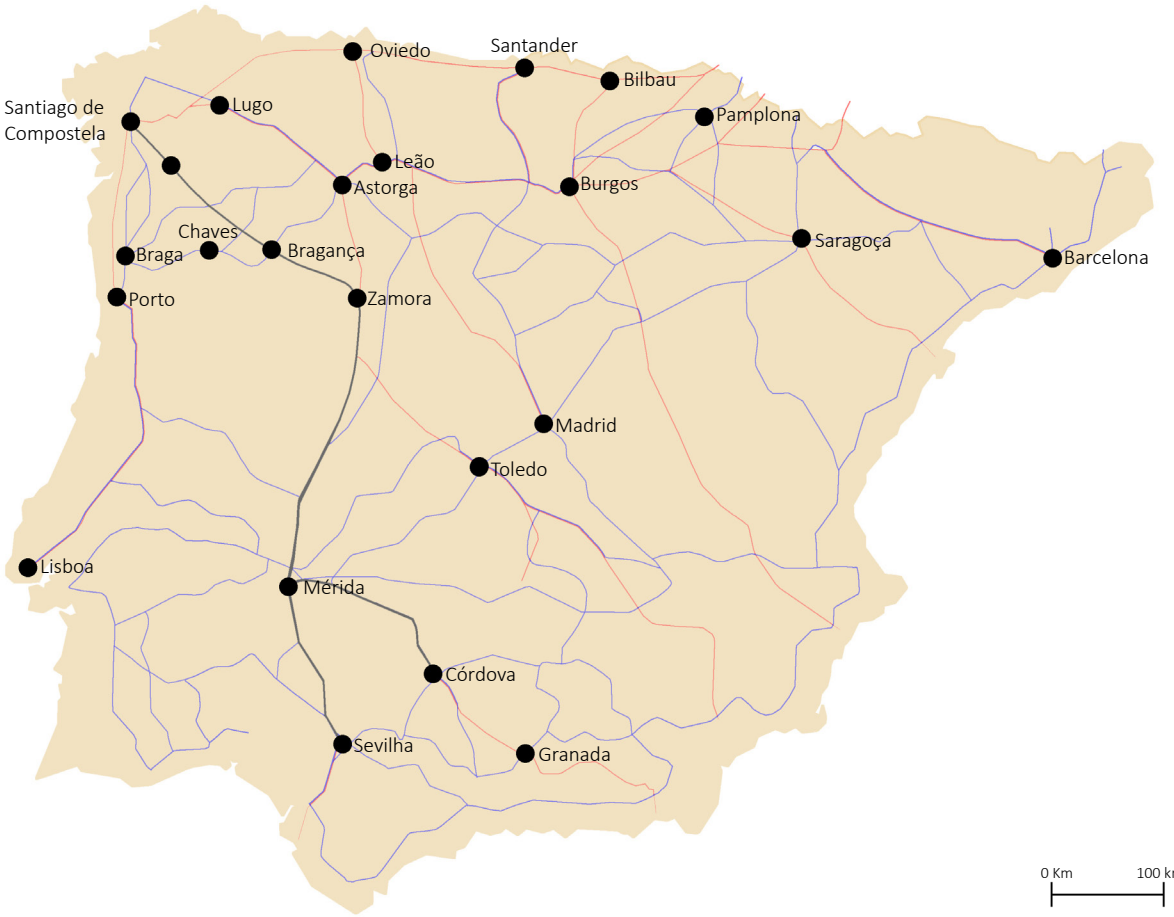


Figura 6 – Caminho português da Via da Prata na rede viária ibérica formada pelas estradas romanas do Itinerário Antonino e pelos caminhos de peregrinação de Santiago Compostela

Itinerário Antonino
Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela
Caminho português da Via da Prata

Antonino ser uma via de importância para os cristãos que habitam a região noroeste da península ibérica na época em questão. Paralelamente à dinâmica que a estrada poderia ter para os praticantes da doutrina de Cristo, importa reter que *"um caminho é algo que possui uma grande permanência. Mesmo que seja abandonado pelos caminhantes inter-regionais ele continua a ser utilizado pelos habitantes da localidade, permanecendo como caminho velho, no serviço de campos e como limite de propriedades rústicas"*[7].

Braga e Chaves perdem o estatuto episcopal na primeira metade do século VIII quando povoações muçulmanas ocupam grande parte da Península Ibérica e *acantonam* os povos cristãos na zona das Astúrias[8]. A partir do reino asturicense as forças cristãs começam um longo processo de conquista do território ibérico. No séc. IX, durante o referido episódio bélico, o sepulcro de Santiago Maior é encontrado na atual região da Galiza[9]. O túmulo do apóstolo de Jesus de Nazaré torna-se local de destino de uma *teia* de vias de peregrinação que se estende um pouco por toda a Europa cristã (anexo 2). A rede viária formada pelos caminhos de peregrinação até Santiago de Compostela, local onde o referido apóstolo jaz, contempla a região onde hoje se dispõe a cidade de Bragança (figura 6). A atual zona nordeste do território nacional é atravessada pelo Caminho Português da Via da Prata[10]. O referido eixo de peregrinação cruza a região de Bragança e é precisamente nesse ponto que intercepta com a Via XVII do Itinerário Antonino.

Destaca-se ainda que, durante o processo de reconquista cristã da Península Ibérica, Braga recupera o estatuto de cabeça de arcebispado que havia perdido durante a ocupação muçulmana do território[11].

Conforme referido, a exposição do contexto histórico que envolve os eixos de mobilidade parte do interesse que os mesmos poderão ter para a comunidade franciscana que se instala em Bragança no séc. XIII. A relevância do eixo romano para os frades menores poder-se-á explicar numa frase: a via XVII do Itinerário Antonino liga o núcleo urbano brigantino a Braga, arcebispado que tem as paróquias da zona de Bragança como sufragâneas[12]. A dinâmica que os franciscanos assumem com a via de peregrinação a Santiago de Compostela é uma situação um pouco mais complexa. A proximidade com

7 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Vias Medievais, Entre Douro e Minho; Dissertação para a Licenciatura em História; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1968;Pg. 6.

8 Após 711, como consequência da ocupação muçulmana da cidade de Braga, a metrópole eclesiástica transfere-se para Lugo (ainda que os arcebispos continuem a usar o título de Arcebispo de Braga). Braga recupera o estatuto de cabeça de arcebispado por volta de 1070, acontecimento que decorre durante o processo de reconquista cristã da Península Ibérica.

COSTA, Avelino de Jesus; A restruturação da diocese de Braga em 1070; Lusitânia Sacra; nº 1; Centro de Estudos da História Eclesiástica; Universidade Católica Portuguesa; Lisboa; 1956; Pg. 17-24.
AZEVEDO, Carlos Moreira; Dicionário da História Religiosa de Portugal; Circulo de Leitores; Casas de Mem Martins; 2000; Pg. 221-253.

7 https://www.caminodesantiago.gal/pt/descubra/origens-e-evolucao/dos-primeiros-peregrinos-a-attualidade ;Consultado a 18/05/2020 às 23:58.

10 https://turismo.cm-braganca.pt/paisagens-e-biodiversidade/percursos-e-rotas/caminho-de-santiago ;Consultado a 19/05/2021 às 11:59.

11 Ver nota de rodapé 8.

12 Francisco Manuel Alves indica que existem documentos 974 que notificam que entre 842 e 850 o arcebispo Novídio, senhor episcopal de Astorga, reclama, na sequência do processo de reconquista cristã da península, a inclusão da região de Bragança na Província Eclesiástica de Astorga. Desconhece-se as pretensões de Novídio tiveram algum resultado prático; se as pretensões de Novídio foram avante, os efeitos surtidos pelas mesmas tiveram uma duração curta. Em 1144 é emitida uma bula papal, assinada por Pascoal II, que informa que o território de Bragança engloba a Província Eclesiástica de Braga.

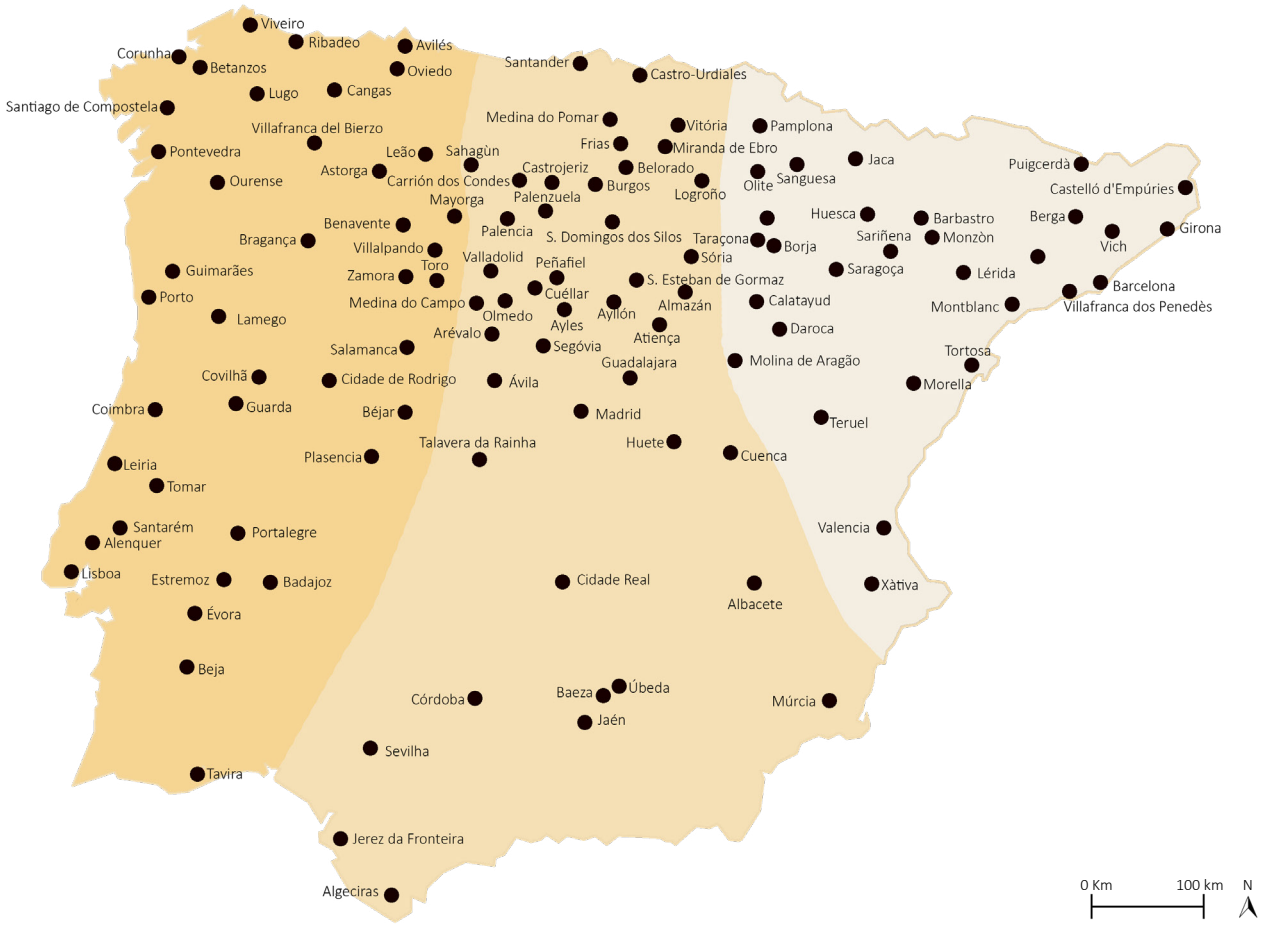


Figura 7 – Províncias franciscanas ibéricas e respetivos conventos na transição do séc. XIII para o séc. XIV.

Província de Santiago de Compostela
Província de Castela
Província de Aragão

o referido caminho de peregrinação, para além de colocar os franciscanos numa posição privilegiada para a prestação de auxílio aos caminhantes, estabelece ligação entre a comunidade brigantina de frades menores e as sedes de regiões administrativas da Ordem de São Francisco. Assim, enceta-se neste ponto a segunda parte do texto que, conforme mencionado, explora a relação entre as regiões administrativas da Ordem de São Francisco, o território ibérico, as grandes vias de ligação territorial, e a Igreja de São Francisco de Bragança.

Regiões Administrativas da Ordem de São Francisco durante a Idade Média

Antes de prosseguir importa referir que o franciscanismo se divide em três ordens: a primeira é formada por comunidades masculinas de frades e é amplamente conhecida como Ordem de São Francisco; a segunda é composta por comunidades femininas de monjas e é comummente designada por Ordem de Santa Clara; a terceira é mista e é constituída por leigos que, não sendo parte do clero, pretendem viver consoante a doutrina de Francisco de Assis. A Igreja de São Francisco de Bragança pertence à Primeira Ordem até 1834 e, assim, a exposição que se segue é referente à mencionada Ordem de São Francisco.

A hierarquia administrativa franciscana da Primeira Ordem funciona, em sentido decrescente, nos seguintes moldes: Ordem, que engloba todos os complexos franciscanos e é gerida por um ministro geral; Província, que abrange as instalações dos frades em determinada zona geográfica e é chefiada por um ministro providencial; Custódia, que, tendo como responsável um custódio, compreende um determinado número de casas de São Francisco dentro de uma Província; Convento, que é a unidade mínima na pirâmide de gestão franciscana e é administrado por um guardião[13].

Na Península Ibérica a estrutura administrativa sofre profundas alterações ao longo do tempo. Chegados ao território ibérico nos anos 10 do séc. XIII, os franciscanos criam, no capítulo geral de 1219, a região administrativa da Província de Espanha. A referida região de administração franciscana engloba toda a Península Ibérica. Na década de 30 da mesma centúria, a Província de Espanha fragmenta-se em 3: Província de Aragão; Província de Castela; Província de Santiago[14] (figura 7). Os Conventos portugueses integram a Província de Santiago e ficam entregues à Custódia de Portugal, também denominada como Custódia de Lisboa em referência à localização da *casa-mãe*[15].

O período temporal em que decorre a descrita sucessão de reorganizações administrativas franciscanas é coincidente com o intervalo cronológico em que o Convento de São Francisco de Bragança terá sido fundado. O ano de fundação da Casa da Ordem de São Francisco de Bragança é um tema que divide os vários autores que estudam a história do objeto. Os autores dividem-se entre os que apontam que o Convento é fundado em 1214 e constitui o primeiro edifício franciscano em

13 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016;Pg. 258.
14 *Idem*; Pg. 259.
15 *Ibidem*.

solo nacional, e os que negam essa possibilidade referindo que a introdução da Ordem em Portugal ocorre em 1216/1217 pela *mão* de Frei Zacarias e Frei Gualter.

Manoel da Esperança, cronista da OSF que vive nos séc. XVI e XVII, indica o ano de 1214 como a data em que uma comunidade de frades menores se instala em Bragança. Ainda segundo o autor, a introdução da Ordem no núcleo urbano fica a dever-se ao próprio Francisco de Assis. O texto relata que, interrompendo uma travessia que realizava entre Santiago de Compostela e Itália, o fundador da Ordem passa e, consequentemente, institui um Convento em Bragança[16]. Indo de encontro ao relato de Manoel da Esperança, Alonso Lopez Haro[17], que elabora um estudo seiscentista sobre a genealogia das famílias nobres espanholas, e Jorge Cardoso, autor de uma publicação hagiográfica datada de meados do século XVII, apontam 1214 [18] como o ano em que a Casa de São Francisco de Bragança é fundada. Lopez Haro afirma que o complexo se instala num terreno doado pela família Morais[19]; Jorge Cardoso escreve que o Convento franciscano de Bragança é o que *"goza de maior antiguidade [em Portugal]"*[20].

Carvalho da Costa, autor de um trabalho corográfico que incide sobre o reino português no início do século XVIII, e Pinho Leal, que assina um *dicionário geográfico* de Portugal publicado em 1873, dão notícia da existência de um documento assinado por Francisco de Assis que validará a data de fundação apontada por Esperança, Haro e Jorge Cardoso. Relativamente ao elemento textual, Carvalho da Costa escreve:

> *"(Bragança) Tem um Convento de S. Francisco da Regular Observância, que dizem ser fundação do mesmo Santo, que com sua presença honrou pessoalmente esta Cidade, e nas condições que ajustou com os Vereadores para a edificação deste Convento, dizem, que com sua própria mão assinou o Santo, e que seu final se guarda com veneração no Arquivo da Camara da dita Cidade."*[21]

O documento que Carvalho da Costa afirma ser guardado *"com veneração"* nunca foi encontrado. A hipótese do Convento de São Francisco de Bragança ter sido fundado em 1214 carece, assim, de documentação da época em que o facto terá ocorrido.

Manuel Monforte, cronista da Ordem de São Francisco coetâneo de Manoel da Esperança, aponta Lisboa, Guimarães e Alenquer como os primeiros núcleos urbanos a receber instalações de frades menores em Portugal. Relatando a estranheza com que os membros da Ordem de São Francisco são recebidos em Coimbra (c. 1217), Monforte põe em causa o ano que Esperança aponta para a

16 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco ; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 49.
17 HARO, Alonso Lopez; Nobiliario Genealogico dos Reys e Titulos de España; Luiz Sanchez Impressor Real; Madrid; 1622; Pg. 136.
18 CARDOSO, Jorge; Agiologio Lusitano dos santos, e varões ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insignes patronos desta cidade de Lisboa e a seu ilustre Cabido Sede Vacante; Officina Craesbeekiana; Lisboa; 1666; Tomo I; Pg. 21.
19 HARO, Alonso Lopez; Nobiliario Genealogico dos Reys e Titulos de España; Luiz Sanchez Impressor Real; Madrid; 1622; Pg. 136.
20 CARDOSO, Jorge; Agiologio Lusitano dos santos, e varões ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insignes patronos desta cidade de Lisboa e a seu ilustre Cabido Sede Vacante; Officina Craesbeekiana; Lisboa; 1666; Tomo I; Pg. 21.
21 COSTA, António Carvalho da; Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens; Officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade; Lisboa; 1706 ; Tomo I; Pg. 496.

fundação do Complexo de São Francisco de Bragança. As vestes dos frades causam surpresa e, tanto autoridades reais como populares, tomam os franciscanos por hereges. O desconhecimento da casa monárquica face aos frades menores leva Monforte a acreditar que a chegada dos franciscanos a Coimbra constitui o primeiro contacto entre a Ordem, representada pelos frades Gualter e Zacarias, e a corte real, que então teria como figura máxima o monarca D. Afonso II[22]. Monforte nega, desse modo, a possibilidade de um convento franciscano se ter estabelecido em Portugal numa data anterior a 1216/1217 - data em que decorre o contacto entre a coroa portuguesa e a dupla de frades formada por Frei Zacarias e Frei Gualter.

Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), autor que no início do século XX publica um extenso trabalho sobre a região de Bragança, segue a linha de pensamento dos textos de Monforte e coloca dúvidas sobre a possibilidade da Ordem de São Francisco se ter estabelecido em Bragança no ano de 1214. O autor refere que Francisco de Assis viaja com urgência entre Santiago de Compostela e Itália e que, desse modo, a eventual permanência em Bragança terá sido curta. Segundo o texto do Abade de Baçal, Francisco de Assis viaja doente e a 17 de novembro de 1215 já está em Itália[23]. O autor reforça a posição argumentando que o período de instabilidade que a zona fronteiriça atravessa na época em questão devia colocar Bragança numa situação em que as preocupações bélicas seriam maiores que as religiosas[24]. Recorde-se que D. Sancho concede a Bragança o foral de vila em 1187, e que a povoação é cercada pelo exército de Afonso IX, rei de Leão, no ano de 1199.

Para refutar a data de 1214 como ano de fundação da Casa de São Francisco de Bragança, Francisco Manuel Alves recorre ainda a um terceiro argumento:

> *"Bragança estaria povoada ao modo de Roma, por escravos, judeus, adúlteros, assassinos e outros criminosos, sem dúvida atraídos pelas garantias outorgadas no foral de D. Sancho, não seria a melhor preparada para receber carinhosamente uma ordem religiosa."*[25]

O terceiro argumento de Francisco Manuel Alves apresenta fragilidades. Parece pouco provável que demografia *"ao modo de Roma"* seja motivo para demover os franciscanos de se instalarem no núcleo urbano de Bragança. Conforme será aprofundado mais adiante, a doutrina da Ordem de São Francisco é caracterizada por uma *missão social* que a levaria, precisamente, a aproximar-se e estabelecer contacto com os membros das classes sociais mais desfavorecidas e marginalizadas.

Na publicação *História de Portugal – A monarquia feudal*, segundo volume de um conjunto de estudos históricos dirigidos por José Mattoso, aborda-se levemente a data de fundação do complexo franciscano de Bragança. A referida publicação indica que Convento de São Francisco de Bragança é fundado por volta de 1270[26]. A datação sugerida pelo projeto dirigido por José Mattoso poderá ter

22 MONFORTE, Frei Manuel de; Chronica da Província da Piedade: primeira Capucha de toda a ordem, e regular observância de nosso seráfico padre S. Francisco; Na oficina Miguel Manescal da Costa; 1751; Lisboa; Livro III; Pg. 321-324.

23 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 241-250.

24 *Ibidem*.

25 CARDOSO, Jorge; Agiologio Lusitano dos santos, e varões ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insignes patronos desta cidade de Lisboa e a seu ilustre Cabido Sede Vacante; Officina Craesbeekiana; Lisboa; 1666; Tomo I; Pg. 242.

26 MATTOSO, José (direção); SOUSA, Arminda de; História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480); Editorial Estampa;

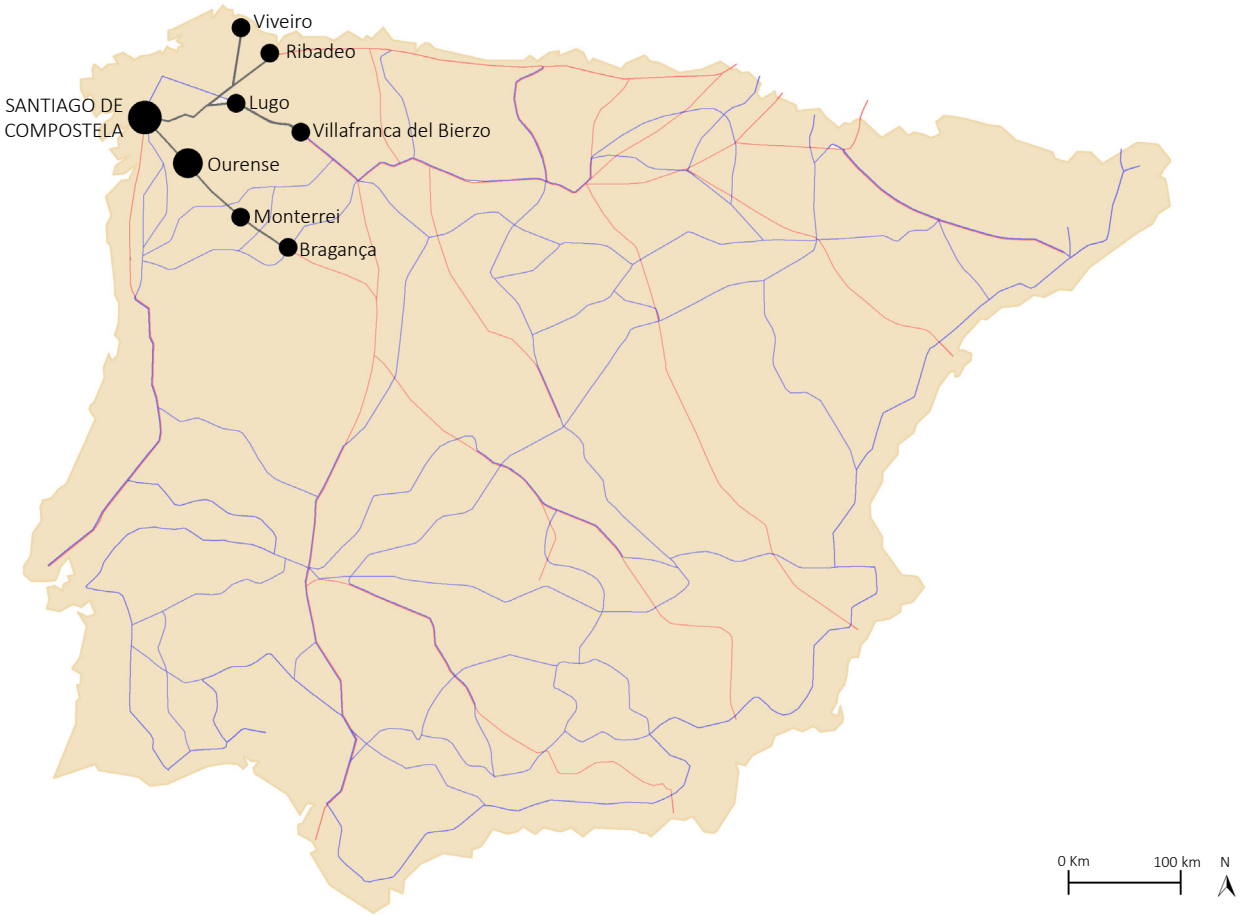


Figura 8 – Relação entre os Conventos da Custódia franciscana de Ourense e os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela

Itinerário Antonino
Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela
Caminhos de peregrinação que enlaçam os Conventos de São Francisco da Custódia de Ourense

como base o ano de emissão do primeiro documento textual a referir a comunidade franciscana de Bragança: o testamento de D. Afonso III[27]. O monarca manifesta textualmente, no ano de 1271, a vontade de doar 50 libras à casa franciscana do núcleo transmontano.

Conforme exposto, não é possível apontar irrefutavelmente o ano de fundação do Convento de São Francisco de Bragança. Ainda assim, tendo como base datação mais antiga da fundação do complexo franciscano brigantino (1214) e o ano de emissão do testamento de D. Afonso III (1271), que confirma indubitavelmente a presença da Ordem de São Francisco em Bragança, aponta-se o intervalo temporal entre 1214 e 1271 como o período em que o objeto de estudo se estabelece. O intervalo temporal em que se dá a fundação do Convento de São Francisco de Bragança engloba o ano em que se institui a Província franciscana de Espanha (1219) e a data em que a mesma se fraciona e dá origem às regiões providencias de Aragão, Castela e Santiago (anos 30 do século XIII). Conforme exposto, na reorganização administrativa que resulta na fragmentação da Província de Espanha, os conventos implantados em Portugal ficam entregues à Custódia de Lisboa e à Província de Santiago. Assim, a fundação do Convento de São Francisco de Bragança poderá ter acontecido em três situações administrativas distintas: numa fase anterior a 1219 em que os franciscanos ainda não haviam parcelado o território em regiões de administração e as casas de São Francisco não estavam organizadas em províncias e custódias; no período temporal compreendido entre 1219 e os anos 30 do século XIII em que a Ordem define toda a Península Ibérica como uma zona administrativa; num ano posterior à divisão do território ibérico em três províncias e à atribuição dos conventos franciscanos implantados em Portugal à Província de Santiago de Compostela. A última possibilidade mencionada admite a hipótese de a Igreja de São Francisco de Bragança poder ter sido instituída sobre a tutela da Custódia de Lisboa ou, dada a distância geográfica entre o núcleo urbano brigantino e a atual capital portuguesa, debaixo da alçada de uma custódia cuja existência não esteja documentada. Conforme será exposto adiante, a distância entre o Convento de São Francisco de Bragança e os restantes complexos franciscanos implantados em Portugal é um fator com alguma relevância nas sucessivas reorganizações administrativas que a Ordem de São Francisco faz do território ibérico ao longo dos séc. XIII e XIV.

No ano de 1272, data em que o Convento de São Francisco de Bragança já está estabelecido, as casas franciscanas em Portugal são distribuídas em duas Custódias: Lisboa e Coimbra. A Custódia de Lisboa engloba as casas franciscanas de Lisboa, Alenquer, Leiria, Évora, Estremoz, Portalegre, Beja e Santarém[28]; a Custódia de Coimbra tutela os complexos de frades menores de Coimbra, Lamego, Porto, Covilhã, Guarda, Guimarães e "Marrocos"[29]. Na divisão administrativa de 1272, o Convento

1ªEdição; Lisboa; 1993; Pg. 234.

27 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 241-250.

28 Na Custódia de Lisboa poder-se-á incluir o Convento de São Francisco de Torres Vedras (fundado antes de 1274). Ainda assim, a inclusão do complexo conventual de Torres Vedras na região administrativa de Lisboa deverá ser feita com cautela. Conforme se escreve na publicação Ordens Religiosas em Portugal Das Origens a Trento – Guia Histórico: *"as listas antigas de conventos franciscanos não o nomeiam e deve ter permanecido como um pequeno ermitério. Em 1366, já não se tinha memória da sua existência"*.

29 OLIVEIRA, Carla Manuela Baptista da Silva; Ordem de São Francisco na Cidade de Guimarães; Mestrado em Património e Turismo; Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho; Braga, 2003; Pg. 286.

de São Francisco de Bragança fica, por questões de proximidade, ao abrigo da tutela da Custódia de Ourense[30]. A Custódia de Ourense fica encarregue dos Conventos franciscanos de Ourense, Lugo, Viveiro, Ribadeo, Villafranca, Monterrei e Bragança[31].

Sob a tutela da Província de Santiago de Compostela contam-se ainda as custódias de Santiago, Zamora, Leon e Salamanca[32]. A Custódia de Salamanca integra as comunidades de frades menores instaladas em Santiago, Pontevedra, Betanzos, Corunha e Ferral ;a Custódia de Zamora fica encarregue dos conventos de Zamora, Toro, Benavente, Mayorga e Villalpando; a Custódia de Leon é constituída pelos complexos franciscanos de Leon, Astorga, Oviedo e Avilés; a Custódia de Salamanca tutela as casas de São Francisco de Salamanca, Cuidad Rodrigo, Plasencia, Badajoz e Béjar.

O posicionamento dos conventos de São Francisco pertencentes à Custódia de Ourense poderá indicar que cedo se estabelece uma forte relação entre as comunidades franciscanas e os caminhantes que conduzem até ao sepulcro de Santiago Maior (figura 8). Constata-se que os conventos ducentistas e trecentistas pertencentes à referida custódia franciscana estão implantados no enlace de rotas de peregrinação a Santiago de Compostela: Ourense, Monterrei e Bragança posicionam-se junto do Caminho Português da Via da Prata; Lugo e Villafranca são pontos do caminho primitivo; Ribadeo e Viveiro são portos de desembarque para os peregrinos medievais vindos da Grã-Bretanha e da Irlanda e integram, assim, o caminho inglês. A exposta tendência de implantação será demasiado recorrente para ser acidental ou ocasional, desse modo, reitera-se que não será descabido pensar que as comunidades franciscanas da região prontamente terão demostrado vontade de estar junto dos caminhos de peregrinação para prestar auxílio aos peregrinos que rumam a Santiago de Compostela.

A dinâmica estabelecida entre a comunidade franciscana de Bragança e o Caminho Português da Via da Prata deverá ultrapassar a prestação de auxílio aos caminhantes. O caminho de peregrinação une Bragança a Santiago de Compostela e a Ourense, locais das casas-mãe da Província e da Custódia de São Francisco a que o complexo brigantino pertence (figura 9).

Em 1330, a Custódia de Lisboa é fragmentada em duas. Surge, assim, a Custódia de Évora, responsável pelos Conventos de Évora, Estremoz, Portalegre, Loulé e Tavira. A Custódia de Lisboa fica encarregue das casas franciscanas de Lisboa, Leiria, Santarém e Alenquer[33]. Na reorganização administrativa de 1330, o Convento de São Francisco de Bragança passa a integrar a Custódia de Zamora[34]. À semelhança da situação que se verifica entre 1272 e 1330, o Caminho Português da Via da Prata serve de via de ligação entre a comunidade franciscana de Bragança e o local onde se implanta a *casa-mãe* da Custódia que a tutela: Zamora (figura 9).

O grande cisma do ocidente, ocorrido entre 1378 e 1418, leva à separação definitiva das custódias

30 Ignora-se se a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança passa a pertencer à Custódia de Ourense em 1272 ou se, por outro lado, sem que haja registos escritos do facto, já estava integrada na referida região administrativa numa data anterior à reestruturação administrativa franciscana dos anos 70 da centúria XIII.

25 FORMOSO, Pilar Pérez; TELLO, Prudencio Lezo; Apuntes para la historia del Convento y comunidad de San Francisco de Ourense; Rudesindusmiscelánea de arte e cultura ; Nº 13; Academia Auriense-Mindoniense de San Rosendo; Celanova; 2020; Pg. 286.

32 *Ibidem.*

33 OLIVEIRA, Carla Manuela Baptista da Silva; Ordem de São Francisco na Cidade de Guimarães; Mestrado em Património e Turismo; Instituto de Ciências Sociais; Universidade do Minho; Braga, 2003; Pg. 286.

34 TEIXEIRA, Vitor Rui; O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média; Mestrado em História Medieval; Faculdade de Letras da Unviversidade do Porto; Porto, 1995; Pg. 19.

portuguesas das custódias localizadas no atual território espanhol[35]. De uma forma sintética, o grande cisma do ocidente foi uma disputa entre entidades que reclamavam para si o poder pontífice da Santa Sé. No embate entre papados, o reino de Portugal e as respetivas instituições franciscanas reconheceram o poder de Roma, enquanto os reinos de Aragão, Castela, Leão e as Custódias franciscanas aí instaladas procuraram legitimar a influência do pontificado de Avinhão. Terá sido este o motivo pelo qual as Custódias de Lisboa, Coimbra e Évora se assumem, no ano de 1384, independentes face à região administrativa de Santiago de Compostela e formam, assim, a Província de Portugal[36]. O grande cisma do ocidente poderá também ter estado por trás da mudança do Convento de Bragança para a Custódia de Coimbra no ano de 1380 [37]. A evolução das regiões administrativas franciscanas na região ocidental da península ibérica é resumida na figura 9.

Apesar da mudança do complexo franciscano brigantino para a Custódia de Coimbra poder indicar que o Caminho Português da Via da Prata perde importância para a comunidade de São Francisco de Bragança, pensa-se que o eixo de ligação a Santiago de Compostela terá mantido um estatuto privilegiado para os frades menores instalados do núcleo transmontano. Apesar de administrativamente separados dos *irmãos* da Custódia de Ourense e de Zamora, os franciscanos de Bragança terão continuado a prestar auxílio aos peregrinos que seguiam rumo à cidade de Santiago de Compostela. Será testemunha da *missão* de socorro, segundo Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso, autores que assinam um artigo sobre a Igreja de São Francisco de Bragança em 1983, o átrio que ainda hoje antecede a entrada na nave da Igreja de São Francisco de Bragança[38]. Ainda segundo os mesmos autores, o referido espaço vestibular é substituto de um átrio anterior que teria a mesma função de prestação de auxílio aos peregrinos que seguiam rumo a Santiago de Compostela[39].

Concluindo, julga-se que, tendo como base o cruzamento de informação exposto ao longo do presente subcapítulo, será credível pensar que a dinâmica da Ordem de São Francisco com o território ibérico constitui um fator determinante na relação de proximidade que a comunidade franciscana de Bragança estabelece com o Caminho Português da Via da Prata, rota de peregrinação que ruma a Santiago de Compostela. Conforme exposto, a referida relação de proximidade poderá ter influenciado a própria arquitetura da Igreja de São Francisco de Bragança. Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso apontam que a presença de um espaço de acolhimento e auxílio aos peregrinos que caminhavam até Santiago de Compostela terá sido uma constante nas fases de vida da Igreja de São Francisco de Bragança.

35 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016;Pg. 259.

36 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016;Pg. 259.

37 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 246.

38 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.

39 *Ibidem*.

1272

O território português divide-se em 2 custódias franciscanas: Coimbra (com os conventos de Coimbra, Lamego, Porto, Covilhã, Guarda, Guimarães e "Marrocos"); Lisboa (com os conventos de Lisboa, Alenquer, Leiria, Évora, Estremoz, Portalegre, Santarém, Beja e, possivelmente, Torres Vedras) Nesta altura o Complexo franciscano de Bragança fica sobre a tutela da custódia de Ourense, uma das sete custódias da Província de Santiago (Santiago, Ourense, Leão, Zamora, Salamanca, Coimbra e Lisboa).

1330

Divisão da custódia de Lisboa em 2: Lisboa (com os conventos de Lisboa, Leiria, Santarém, Alenquer e, possivelmente, Torres Vedras); Évora (Évora, Beja, Portalegre, Loulé, Estremoz, Tavira, Beja). Neste ano o Convento de São Francisco de Bragança fica entregue à custódia de Zamora.

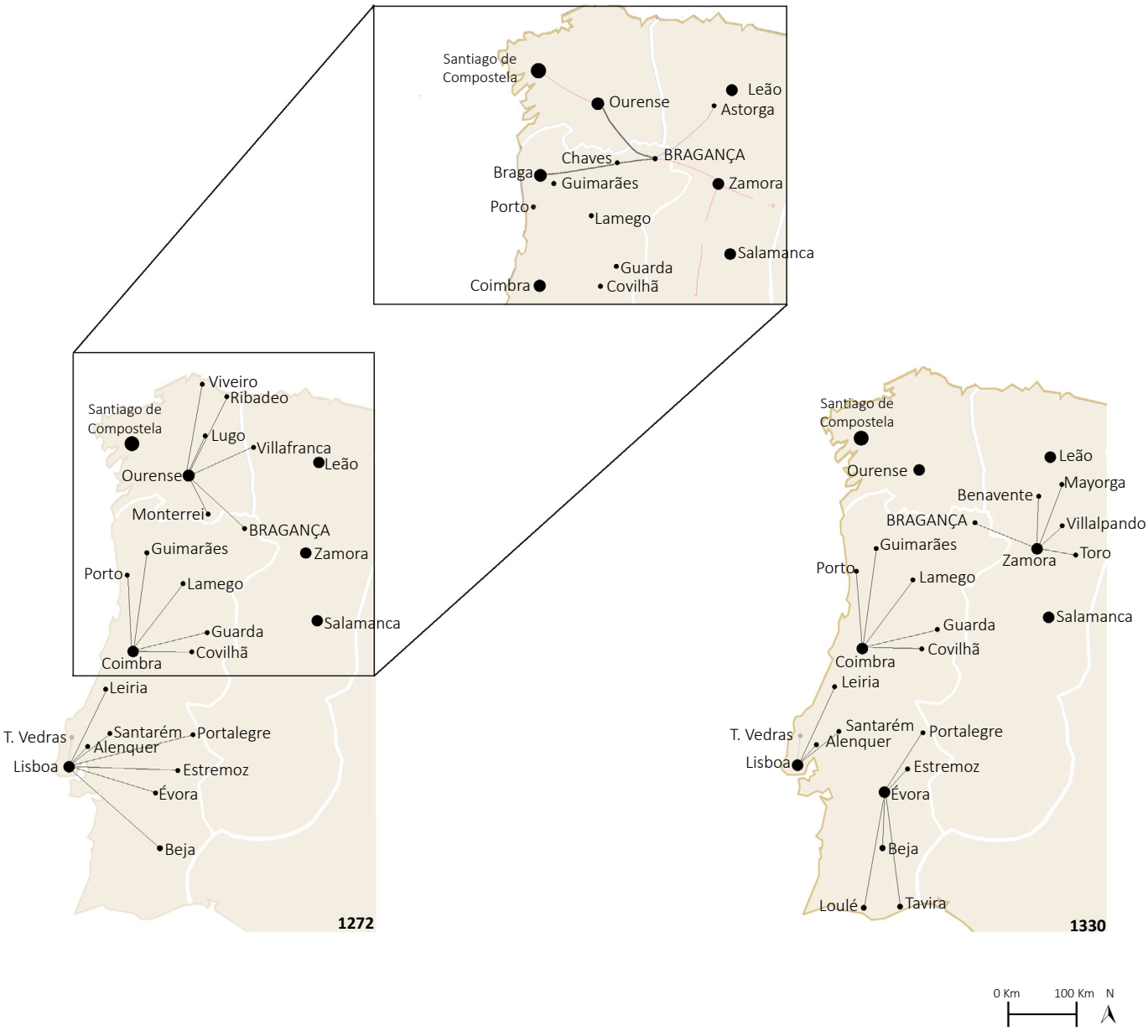


Figura 9.1 – Evolução das regiões administrativas franciscanas no território português de 1272 a 1330

Itinerário Antonino

Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela

Ligação viária entre a Igreja de São Francisco de Bragança e as sedes da diocese e da custódia franciscana a que pertence

1372-1417
As custódias portuguesas apoiam o papado de Roma na Grande Cisma do Ocidente. Esta posição entra em oposição com a que as restantes custódias da Província de Santiago tomam (apoiam o Papa de Avinhão) e leva à rutura entre as custódias espanholas e portuguesas. Este episódio leva à criação da Província franciscana de Portugal em 1384.

1380
O convento de São Francisco de Bragança passa para a custódia de Coimbra. Esta mudança poderá estar relacionada com a Grande Cisma do Ocidente.

1384
Província de São Francisco de Portugal é oficialmente reconhecida.

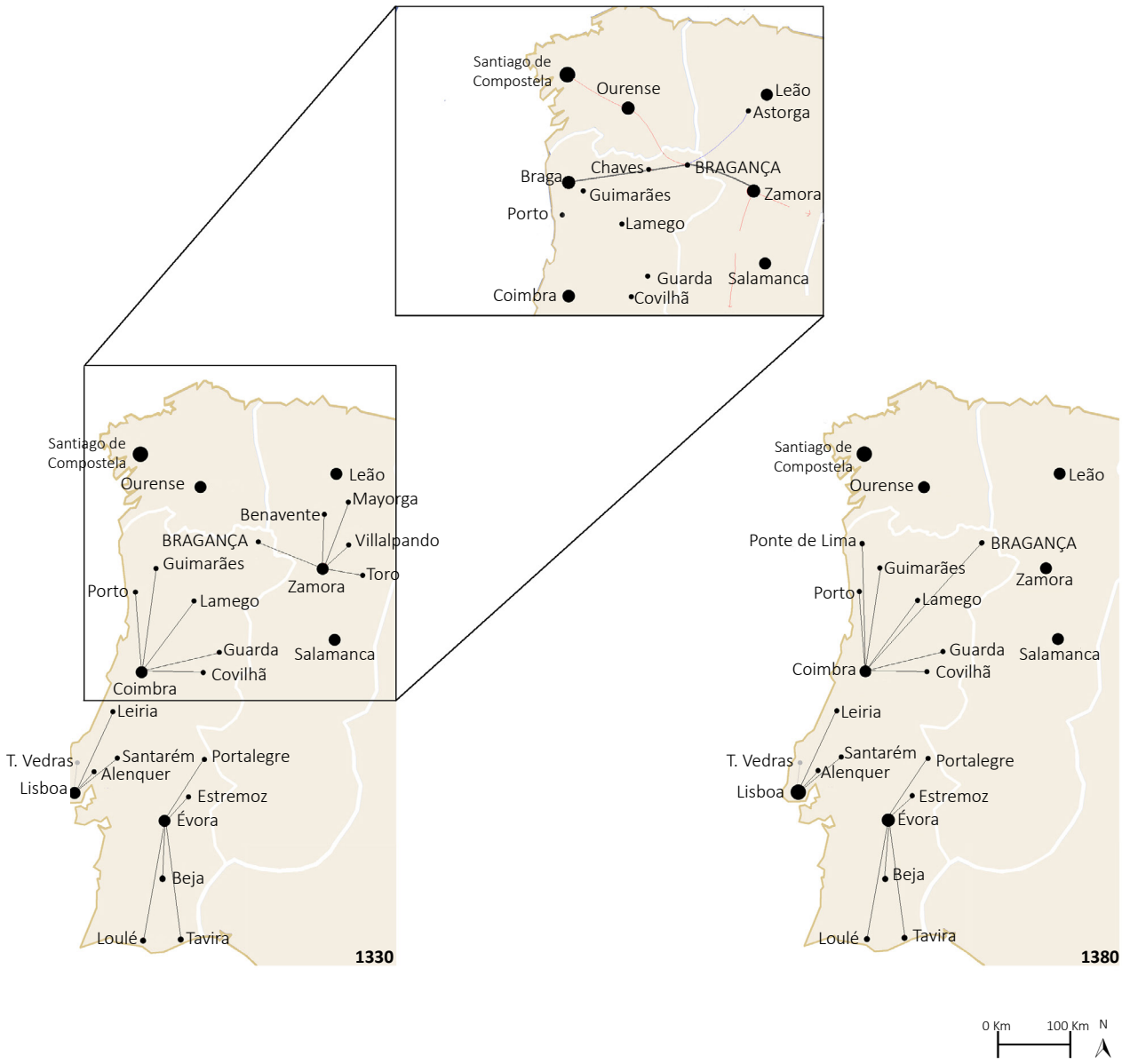


Figura 9.2 – Evolução das regiões administrativas franciscanas no território português de 1330 a 1380

Itinerário Antonino
Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela
Ligação viária entre a Igreja de São Francisco de Bragança e as sedes da diocese e da custódia franciscana a que pertence

1.2 Trás-os-Montes: Rede Viária Medieval, Casas da Ordem de São Francisco, Centros de Poder Religioso

Casas da Ordem de São Francisco

A relação entre a Ordem de São Francisco e Trás-os-Montes não se define exclusivamente pelas dinâmicas que a casa franciscana de Bragança estabelece com a região em questão. A presença da OSF no território trasmontano é uma temática que se estende ao Seminário de Missionários Franciscanos de Vinhais e aos conventos de São Francisco de Mogadouro, de Torre de Moncorvo e de Chaves.

Os membros de correntes franciscanas chegam a Chaves por volta de 1424, começam a construção do Convento de Torre de Moncorvo em 1569/1570, fundam uma comunidade em Mogadouro na transição da primeira para a segunda década do séc. XVII, instituem um seminário em Vinhais em meados do período setecentista. Recapitulando, a relação que a Ordem de São Francisco estabelece com Trás-os-Montes define-se pelas dinâmicas territoriais associadas aos cinco edifícios: Convento de São Francisco de Bragança; Convento de São Francisco de Mogadouro; Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo, Convento de São Francisco de Chaves; Seminário de Missionários Franciscanos de Vinhais.

Executando o edifício franciscano moncorvense, as casas de São Francisco implantadas em Trás-os-Montes localizam-se em núcleos urbanos situados no enlace dos Caminhos Santiago de Compostela (figura 10). Julga-se que a proximidade entre os complexos conventuais e a vias de peregrinação não será um acontecimento ocasional. Conforme referido no subcapítulo 1.1, os conventos de São Francisco medievais implantados na zona noroeste peninsular posicionam-se tendencialmente no enlace de rota de peregrinação a Santiago de Compostela (figura 10). O caso dos complexos de Mogadouro, de Vinhais e de Chaves indicam que a tendência de implantação junto aos caminhos de peregrinação poderá ter-se prolongado para a Idade Moderna.

Neste ponto interrompe-se a exposição das dinâmicas territoriais de Trás-os-Montes para fazer relato das reorganizações administrativas da Primeira Ordem de São Francisco em Portugal no final da Idade Média e durante a Idade Moderna.

Em 1392 entram em Portugal os franciscanos de Regular Observância[1], corrente que entra em oposição com as comunidades Claustrais que então se estabeleciam em território nacional[2]. A disputa entre os observantes e os claustrais leva à fragmentação da Província franciscana de Portugal; assim, em 1517 surge a Província de Regular Observância (com sede em Lisboa) e a Província Claustral (com sede no Porto)[3]. O Convento de São Francisco de Bragança pertence, por esta altura, à vertente claustral. Ainda no ano de 1517 dá-se a fundação da Província de Estrita Observância da Piedade, as

1 Na publicação *Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento* (ob. cit), a vertente de regular observância é descrita, na página 159, nos seguintes moldes:

> *" [A Observância] surgiu na Itália e estendeu-se pouco despois à França e à Espanha, postulando uma observância integral da regra pela prática da austeridade e da pobreza no viver quotidiano e até nos edifícios; privilegiava a oração mental e a pregação popular, escolhendo os sítios ermos e as zonas rurais para estabelecer as suas casas."*

2 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 259-260.

3 *Ibidem*.

Séc. III-VIII
Chaves é sede de diocese.

Séc. IV-VIII
Braga é sede de arquidiocese.

1070
O arcebispado de Braga é restaurado.

1214-1271
Fundação do Convento de S.F. de Bragança.

1272-1330
O Convento de S.F. de Bragança fica entregue à custódia franciscana de Ourense.

1280
Chegada dos Franciscanos a Lamego.

1330-1380
O Convento de S.F. de Bragança fica entregue à custódia franciscana de Zamora.

1380
O Convento de S.F. de Bragança fica entregue à custódia franciscana de Coimbra.

1424
Fundação do Convento de São Francisco de Chaves.

1545
Com Sé em Miranda do Douro, forma-se na região de Bragança uma Dioceses sufragâneas do arcebispado de Braga.

1569/1570
Edificação do Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo.

Séc. XVI
Fundação de um Convento Franciscano em Mogadouro.

Séc. XVII
Fundação de um Convento Franciscano em Vinhais.

1780
As funções episcopais transferem-se para Bragança.

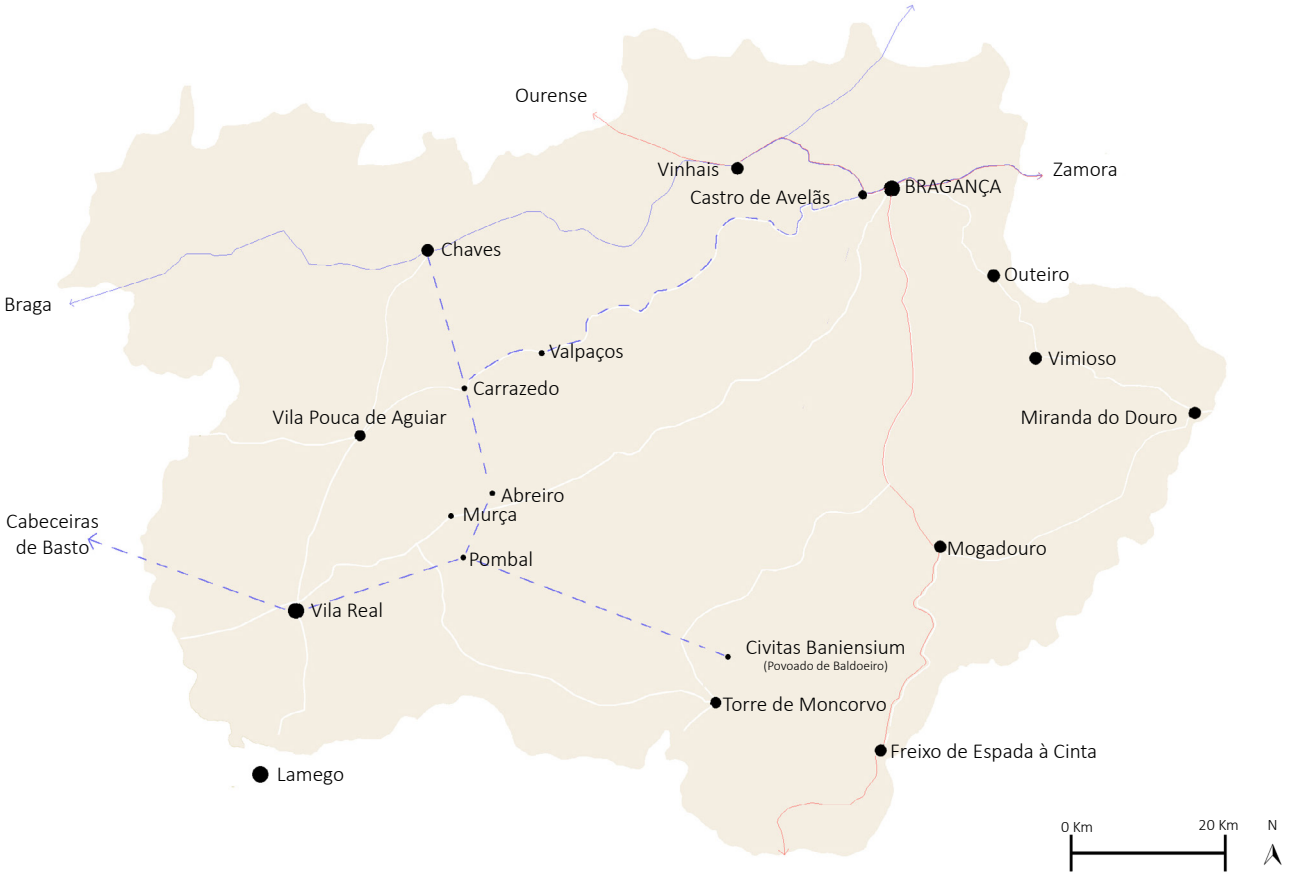


Figura 10 – Vias que atravessavam o território transmontano durante a Idade Média

Estradas Romanas[1]

Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela

Caminhos Medievais

1 Paralelamente à via XVII do Itinerário Antonino, Jorge Alarcão, autor que estuda o processo de romanização de Portugal, indica a existência de uma segunda rede de ligações viárias a envolver o território transmontano. Jorge Alarcão aponta para a existência de uma estrada a passar por Civitas Baniensium (Povoado do Baldoeiro), a seguir para Pombal e, posteriormente, a rumar a Norte até à zona de Valpaços. Na região onde atualmente se implanta Valpaços, Jorge Alarcão sugere que a estrada romana pudesse sofrer uma bifurcação; assim, um percurso rumaria até Chaves, o outro seguiria até Castro de Avelãs. O autor menciona ainda a possibilidade da existência de uma estrada entre Pombal, Vila Real e Cabeceiras de Basto.

ALARCÃO, Jorge; O Domínio Romano em Portugal; Edições Europa América; 3º Edição; Mem Martins; 1988; Pg. 96-97.

comunidades de frades de Estrita Observância derivavam da corrente Observante do franciscanismo[4]. O Convento de São Francisco de Chaves, que havia pertencido à vertente Claustral do franciscanismo, é integrado na Província de Estrita Observância da Piedade[5]. Em 1532 surge uma nova província em Portugal: Província de Regular Observância do Algarve[6]. Em 1560 dá-se a criação da Província de Estrita Observância da Arrábida[7]. Por volta de 1567, após a extinção da vertente Claustral do franciscanismo, dá-se uma reunificação da Província de Portugal[8] – assim, em 1568 o Convento de São Francisco de Bragança passa a pautar-se pelas práticas franciscanas de Regular Observância. Em 1568 surge a Província de Regular Observância de Santo António, região administrativa onde se insere o Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo[9]. Em 1673 a Província da Piedade fragmenta-se e surge a Província de Soledade, entidade administrativa que fica responsável pela tutela dos conventos de Estrita Observância a Norte do Tejo[10]. Em 1834 as ordens religiosas são extintas em Portugal e, assim, interrompe-se o desenvolvimento das entidades franciscanas mencionadas[11].

O Seminário de Vinhais surge como oportunidade para referir mais uma vertente de franciscanismo dentro da primeira Ordem de São Francisco. O complexo conventual implantado na vila de Vinhais pertence aos Missionários Franciscanos[12] – instituição fundada pelo Padre António Chagas, desvinculada das províncias portuguesas, respondia diretamente ao ministro da Ordem de São Francisco e tinha casa-mãe no Convento e Seminário do Varatojo.

O Convento de São Francisco de Mogadouro foi fundado pela Ordem Secular de São Francisco[13]. A Ordem Secular é uma corrente de franciscanismo dentro da Ordem Terceira e é caraterizada pela reunião de comunidades leigas que pretendem praticar um estilo de vida coincidente com os ensinamentos de Francisco de Assis[14]. A Ordem Secular de São Francisco institui ainda uma Capela na Igreja de São Francisco de Bragança em 1635[15] e funda uma Casa de Despacho anexa ao templo franciscano brigantino por volta do ano de 1755[16]. Por se tratar de uma instituição leiga, a Ordem Secular de São Francisco não é extinta em 1834. Assim, a Igreja de São Francisco de Bragança passa a pertencer à referida Ordem Secular após extinção das ordens religiosas em Portugal (1834)[17].

4 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 259-260.
5 *Idem*; Pg. 340.
6 *Idem*; Pg. 259-260.
7 *Ibidem*.
8 *Ibidem.*
9 http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27424 ; consultado a 27/08/2021 às 23:21.
10 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 259-260.
11 Decreto de 28 de Maio de 1834; Documento assinado por D. Pedro, Duque de Bragança.
12 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Sendim; Julho de 1995; Pg. 573-584.
13 *Idem*; Pg. 255-262.
14 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 259.
15 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.
16 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Volume 1; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Pg. 463-464.
17 A parte conventual é integrada em erário público.

A sucessão da criação de províncias franciscanas surge resumida num quadro produzido por Dom António Montes Moreira (franciscano que serviu a Diocese de Bragança-Miranda como bispo entre 2001 e 2011); o referido quadro surge no presente trabalho como anexo (anexo 4).

Centros de Poder Religioso

Uma vez explorada a relação territorial e viária entre as casas da Ordem de São Francisco implantadas em Trás-os-Montes e a referida região onde se estabelecem, parte-se, conforme mencionado, para a exposição das dinâmicas criadas pelos grandes centros de poder religioso localizados no atual nordeste português. Assim, refere-se que a dinâmica entre as instituições cristãs mais influentes e o território transmontano é uma *história* que se conta em três partes. Durante a Idade Média a instituição religiosa mais poderosa da região em questão é o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs; no intervalo entre 1545 e 1780 a entidade cristã mais poderosa em Trás-os-Montes é a diocese de Miranda do Douro; de 1780 em diante a instituição católica que domina o território é o bispado de Bragança-Miranda. A dinâmica que cada uma das instituições mencionadas estabelece com o território e com a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança será uma temática aprofundada nos parágrafos que se seguem. Importará ainda referir que durante o período de atividade das instituições que se consideraram como as de maior poder religioso no território do nordeste português, as paróquias de Trás-os-Montes são sufragâneas do Província Eclesiástica de Braga. Assim, apesar da criação da Diocese de Miranda em 1545, a região transmontana continua a ser integrada na Arquidiocese de Braga, condição que se conserva até aos dias de hoje.

O Mosteiro de São Salvador implanta-se na povoação de Castro de Avelãs e dista cerca de cinco mil metros do núcleo fortificado de Bragança. A instituição monástica é fundada sobre os pergaminhos da Ordem de São Bento numa data anterior à independência do reino de Portugal (c. séc. XI)[18]. António Rodrigues Mourinho, autor de um estudo sobre edifícios religiosos da antiga Diocese de Miranda, relata que o conde D. Henrique de Borgonha faz doações à comunidade monástica de Castro de Avelãs[19]. Já depois do reconhecimento da soberania nacional de Portugal, o Mosteiro mantém uma relação de proximidade com o poder regente. No ano de 1144, D. Afonso Henriques faz uma doação de propriedades à coletividade beneditina[20]. Paralelamente à relação que estabelece com a coroa, a comunidade beneditina de Castro de Avelãs mantém-se próxima do poder do arcebispado de Braga. No século XV, D. Fernando Guerra (arcebispo de Braga entre 1416 e 1457) instala-se no Mosteiro de São Salvador quando visita as paróquias na região de Bragança que lhe são sufragâneas[21]. Tendo como base a informação exposta, uma vez mais se reitera, que o Mosteiro beneditino de Castro de Avelãs

18 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Sendim; Julho de 1995; Pg. 432-437.
19 *Ibidem.*
20 *Ibidem.*
21 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 58.

é a instituição religiosa mais importante no nordeste transmontano medieval. António Rodrigues Mourinho aparenta não ter dúvidas quanto à influência que a instituição monástica exerce no período medievo: *"plantada na região com a intenção de povoar o território e de desenvolver a fé cristã (…) (a comunidade beneditina de Castro de Avelãs) exerceu uma forte influência económica e social na zona de Bragança"*[22]. Tendo em conta o poder que o Mosteiro de São Salvador teria na região e na época em questão, julga-se que o eixo de ligação medieval entre Castro de Avelãs e Bragança, percurso que se estabelece por intermédio de antigas estradas romanas, terá sido uma importante via para a comunidade religiosa brigantina medieval, na qual se inclui a coletividade franciscana.

O interesse do Mosteiro de São Salvador para o estudo da Igreja do Convento de São Francisco de Bragança ultrapassa a *"influência económica e social"* que o complexo beneditino teria na região. Julga-se que será credível pensar que o Mosteiro de Castro de Avelãs exerce igualmente influências arquitetónicas nos territórios transmontanos medievais. Pedro Dias, autor de um artigo em que aponta o Mosteiro de São Salvador como um exemplo de arte mudéjar em Portugal, escreve: "*a impressão que fica, e não é mais que uma impressão, é que [o Mosteiro de São Salvador de] Castro de Avelãs marcou profundamente toda a arquitetura bragançana dos séc. XIII e XIV e até talvez dos imediatamente seguintes"*[23].

Arquitetonicamente, o único elemento sobrevivente da Igreja medieval do Mosteiro de São Salvador é a cabeceira, presumivelmente ducentista, organizada numa abside ladeada por dois absidíolos. A referida cabeceira tem a particularidade de ser maioritariamente construída por tijolo. Segundo Paulo Almeida Fernandes, que escreve um artigo sobre a Igreja beneditina na edição nº 32 da revista Monumentos, o caso de Castro de Avelãs *"é apenas mais um exemplo de uma tradição construtiva hispânica que teve grande difusão no centro norte da península Ibérica, no momento difuso em que a arte românica perdeu fulgor e foi substituída pelo gótico. Nesse período, originou-se um fenómeno conhecido como arte mudéjar[24], cuja evolução se processou em paralelo com a introdução, afirmação e dissolução da arte gótica"*[25]. Tendo em conta a *"grande difusão"* que a expressão arquitetónica teve "*no centro norte da Península Ibérica"*, Paulo Almeida Fernandes estabelece relações de semelhanças construtivas entre o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs e uma série de Igrejas implantadas no atual território espanhol (figura 11). Os edifícios religiosos mencionados por Paulo Almeida Fernandes são: Igreja de São Lourenço de Sahagún; Igreja de Santo Tirso de Sahagún, Igreja de São Pedro de Dueñas (Sahagún); Igreja de São Cristóvão de Trabancos (Ávila); Igreja de Santa Maria de Madrigal de las Altas Torres (Ávila)[26]. Não será possível descortinar de que modo as formas e os materiais utilizados nos edifícios mencionados *viajam* de caso para caso. Ainda assim, julga-se que será relevante mencionar que a ligação entre o Mosteiro de São Salvador e as Igrejas erguidas na região de Sahagún é estabelecida pela Via XVII do itinerário Antonino (entre Castro de

22 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Sendim; Julho de 1995; Pg. 432-437.
23 DIAS, Pedro; Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização; Mare Liberum; Volume 8; Comissão Nacional para a Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Dezembro de 1984; Pg 49-87.
24 A linguagem arquitetónica utilizada nas mencionadas igrejas espanholas, que no presente texto se é denominado por arte mudéjar; também é designada pode ser corretamente designada por românico leonês.
25 FERNANDES; Paulo Almeida; Castro de Avelãs: o estranho caso de uma igreja de tijolo; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 84-95.
26 *Ibidem.*

Figura 11 – Ligação territorial entre os edifícios que partilham a linguagem arquitetónica com São Salvador de Castro de Avelãs

Itinerário Antonino
Caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela
Ligação viária entre as Igrejas indicadas por Carlos Almeida e Paulo Fernandes

Avelãs e Astorga) e pelo Caminho Francês de peregrinação até Santiago de Compostela (entre Astorga e Sahagún).

Num estudo sobre a arquitetura românica em Portugal, Carlos Alberto Ferreira de Almeida indica que as similaridades entre a Igreja do Mosteiro de São Salvador e a Igreja de Santo Tirso de Sahagún podem não ser tão evidentes como aparentam; o autor admite a familiaridade entre os edifícios, mas refere que *"falta intentar um estudo exaustivo de comparação"*[27]. Nesse sentido, Carlos Alberto Ferreira de Almeida afasta-se da Igreja de Santo Tirso de Sahagún e sugere os templos de São Martinho de Cuéllar e de Nossa Senhora da Assunção de Peñarandilla como edifícios "gémeos" da Igreja de São Salvador de Castro de Avelãs [28] [29].

A influência arquitetónica que o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs exerce nos edifícios religiosos medievais brigantinos, nos quais se inclui a Igreja de São Francisco de Bragança, será explorada com mais ênfase no capítulo 5.

A extinção do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs é coincidente com a criação da diocese de Miranda do Douro; o desaparecimento do primeiro e o surgimento da segunda são decretados por uma bula papal emitida em 1545 pelo sumo pontífice D. Paulo III[30]. Após a extinção do Mosteiro de São Salvador e a consequente criação da Diocese de Mirando do Douro, é plausível pensar que a união territorial entre Bragança e o núcleo urbano mirandês assume a importância previamente atribuída à via que ligava a povoação brigantina a Castro de Avelãs. Já na idade contemporânea, no ano de 1770[31], surge a Diocese de Bragança. O bispado brigantino subsiste de forma isolada durante pouco tempo. Na data de 1780[32] passa a englobar as terras sob o poder episcopal de Miranda do Douro e dá-se, assim, a fusão de bispados; surge a Diocese de Miranda-Bragança (que mais tarde se passa a denominar Bragança-Miranda). A sé da referida diocese implanta-se na cidade de Bragança e, desse modo, a ligação entre a mesma e o complexo franciscano brigantino não fica dependente de uma via de ligação territorial. A ligação entre a cabeça do bispado e a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança será aprofundado no subcapítulo 2.3.

.

Em jeito de conclusão, importa vincar que o Mosteiro de Castro de Avelãs é uma instituição beneditina que, fruto da época e do espaço em que se insere, acaba por exercer sobre a região um domínio que nenhuma outra instituição monástica alcançou. Nesse sentido, e conforme mencionado ao longo do presente texto, julga-se que será seguro afirmar que o Mosteiro de São Salvador de Castro

27 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Primeiras Impressões Sobre a Arquitetura Românica Portuguesa; Revista da Faculdade de Letras; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto; 1972; Pg. 99.

28 As igrejas de Santo Tirso de Sahagún, de São Lourenço de Sahagún e São Cristóvão de Trabancos são marcadas pela presença de uma torre sobre o espaço do cruzeiro. O presente estudo foca-se na utilização de tijolo nas absides dos templos e ignora, assim, a presença das referidas torres

29 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Primeiras Impressões Sobre a Arquitetura Românica Portuguesa; Revista da Faculdade de Letras; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto; 1972; Pg. 99.

30 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 58.

31 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 243.

32 *Ibidem.*

Figura 12 - Igreja de N. Senhora da Assunção de Peñarandilla

Figura 13 - Igreja de São Martinho de Cuéllar

Figura 14 - Igreja de Santo Tirso de Sahagún

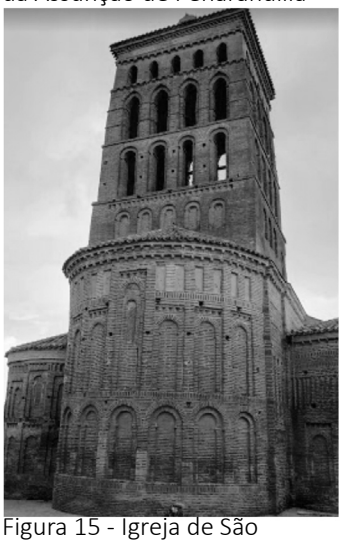


Figura 15 - Igreja de São Lourenço de Sahagún

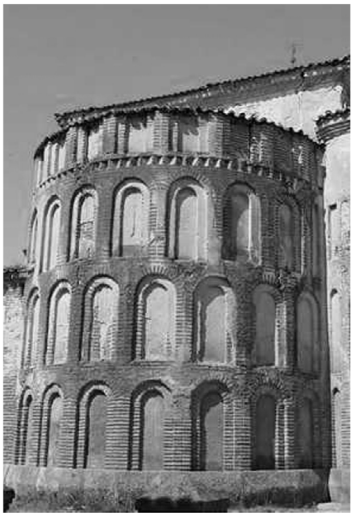


Figura 16 - Igreja de São Pedro de Dueñas

Figura 17 - Igreja de São Cristóvão de Trabancos

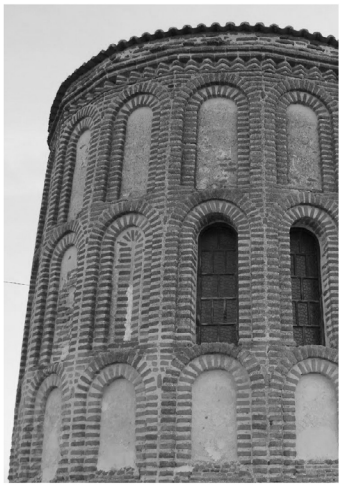


Figura 18 - Igreja de Santa Maria do Castelo de Madrigal de las Altas Torres

Figura 19 - Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs

Figura 20 - Igreja de São Francisco de Bragança

de Avelãs suprime, pelo menos de forma parcial, a ausência de uma diocese que durante a Idade Média fizesse a intermediação entre as paroquias transmontanas e Arquidiocese de Braga a que eram sufragâneas. Nesse sentido, recorda-se que a criação da Diocese de Miranda do Douro leva à extinção do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. A Diocese de Miranda do Douro (e, mais tarde, a de Bragança Miranda) ocuparia o degrau que na hierarquia da Santa Sé faz a intermediação entre a Paroquia e a Arquidiocese; as dioceses mencionadas estavam inseridas na Província Eclesiástica de Braga, dominadas pela Metrópole Eclesiástica de Braga.

Ainda relativamente do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs na região de Bragança salienta-se, uma vez mais, que a influência exercida pela instituição beneditina poderá ter-se manifestado igualmente ao nível da arquitetura religiosa. Como expresso ao longo do presente subcapítulo, e conforme ilustrado nas figuras da página 58, a instituição beneditina poderá ter sido *porta de entrada* da arte mudéjar/românico leones na região de Trás-os-Montes e poderá ter levado a que a tradição local medieval tivesse adotado linguagens próprias à mesma/ao mesmo.

Apontamentos Finais

A primeira parte do estudo incide sobre a posição territorial da Igreja de São Francisco de Bragança na Península Ibérica e na região de Trás-os-Montes.

A Igreja de São Francisco Bragança localiza-se no extremo Nordeste da raia portuguesa com Espanha. Apesar da proximidade do edifício franciscano com a fronteira, no primeiro capítulo da dissertação procura-se abordar a Península Ibérica como um todo; nesse sentido, convocam-se para o estudo organismos com uma visão global do território ibérico: o Império de Roma; Sé Apostólica. A permanência da primeira entidade (Império de Roma) na referida região peninsular resulta no surgimento de vias de mobilidade que se dispõem em teia pelo território ibérico. Um dos mencionados eixos construídos durante a ocupação romana da Península Ibérica é a Via XVII do Itinerário Antonino; caminho que cruza a região onde atualmente se implanta Bragança. A fé cristã e a larga difusão da mesma pela Europa ajuda a explicar a afluência de peregrinos que se deslocam até ao local de sepulcro de Tiago Maior, um dos doze discípulos de Cristo. O culto em torno do jazigo de São Tiago, e da cidade de Santiago de Compostela, leva à criação de uma rede europeia de caminhos de peregrinação; um dos eixos percorridos pelos caminhantes denomina-se por Caminho Português da Via da Prata e atravessa o local onde Bragança se implanta. A estrada romana anteriormente referida (Via XVII do Itinerário Antonino) e o caminho de peregrinação até Santiago superamente mencionado (Caminho Português da Via da Prata) cruzam-se em Bragança.

A estrada romana poderá ter sido um importante eixo para os frades que habitavam o Convento de São Francisco de Bragança; a Via XVII do Itinerário Antonino unia o núcleo urbano brigantino à cidade de Braga- cabeça da arquidiocese a que as paróquias de Bragança eram (e são) sufragâneas. O interesse da comunidade franciscana brigantina no referido caminho de peregrinação até Santiago de Compostela justifica-se através do estudo da evolução das regiões administrativas tuteladas pela Ordem de São Francisco; através do estudo da evolução das regiões administrativas franciscanas é possível justificar o interesse da comunidade de frades brigantina no Caminho português da Via da Prata. O referido eixo de peregrinação une Bragança a Santiago de Compostela, casa-mãe da Província a que o Convento franciscano brigantino pertence até 1384, a Ourense, cabeça da Custódia que tutela a comunidade de frades bragançanos desde 1272 até 1330, e Zamora, sede da Custódia que integra o edifício franciscano de Bragança. A proximidade dos franciscanos com o Caminho de Santiago de Compostela também poderá ser justificado pelo desejo de auxiliar e acolher os caminhantes que rumavam à referida cidade galega.

No subcapítulo 1.2, na abordagem que se faz à relação da Igreja com o território transmontano, a relação entre a Ordem de São Francisco e os caminhos de Santiago volta a ser reforçada. As casas de São Francisco instituídas em Vinhais, Chaves e Mogadouro implantam-se igualmente no enlace de rotas de peregrinação que conduzem até ao sepulcro de Tiago Maior.

Ainda no subcapítulo 1.2, no decorrer do estudo da evolução cronológica da organização viária e religiosa do território transmontano, advoga-se que o Mosteiro de São Salvador Castro de Avelãs terá exercido uma grande influência sobre os edifícios religiosos que surgem em Bragança durante o período de atividade do referido complexo monástico (c. séc. XI até 1545). O uso do tijolo na cabeceira da Igreja de São Salvador justificará, assim, a recorrência com que o material é aplicado nas construções religiosas medievais implantadas no núcleo urbano de Bragança.

As temáticas mencionadas nos parágrafos transatos (o impacto na arquitetura das dinâmicas estabelecidas entre os franciscanos e os caminhos de peregrinação de Santiago de Compostela; a influência de Castro de Avelãs nos edifícios religiosos medievais) serão relevantes na leitura arquitetónica da Igreja de São Francisco de Bragança – questão que será abordada no capítulo 5. Justifica-se, assim, o destaque que se deu às referidas temáticas em detrimento de outras problemáticas abordadas no presente estudo do Território.

2. Núcleo Urbano e Fortificado de Bragança

Nota Prévia

O segundo capítulo segue a lógica de aproximação à Igreja de São Francisco de Bragança e foca-se na evolução da relação que o objeto de estudo estabelece com o núcleo urbano onde se insere. A vila/cidade de Bragança é, assim, a segunda boneca de um conjunto de matrioskas onde a Igreja de São Francisco é a unidade mais pequena.

O estudo aprofundado da evolução do núcleo urbano e fortificado de Bragança, temática que ocupará grande parte do capítulo que se segue, é justificado pela importância da relação entre os mendicantes e o espaço urbano. A veloz e grande difusão dos franciscanos pela Europa acaba por originar uma série de conventos de frades menores um pouco por todo o velho continente. A estratégia de implantação da Ordem é alterada à medida que a popularidade dos frades menores aumenta; os franciscanos, que inicialmente se instalam em terrenos ermos, rapidamente abandonam os locais despovoados para se aproximar dos núcleos urbanos[1]. No capítulo geral de 1239, realizado na cidade de Roma, a Ordem favorece em definitivo o abandono de lugares simples em detrimento de uma aproximação às urbes. Na sequência de 1239, as casas de São Francisco instalam-se, por norma, em terrenos fora de portas e a uma curta distância do anel muralhado do núcleo fortificado[2].

Apesar do motivo que leva os franciscanos a optar por locais fora de portas não ser uma temática consensual, a razão mais comumente aceite indica que os frades da Ordem querem estar próximos das comunidades recém-chegadas às cidades de modo a conseguir prestar auxílio a *"homens novos de cujos problemas queriam encarregar-se e cujos desvios pretendiam combater"*[3]. Catarina Marado explica de que modo o contexto social do espaço extramuros pode exercer um polo de magnetismo sobre as comunidades franciscanas que no período medieval difundem pela Europa; o núcleo medievo fora de portas era habitado pelos *"pobres, doentes, forasteiros e socialmente desfavorecidos"*[4]; a população das zonas extramuros carece de recursos e vive *"sem assistência espiritual"*[5]. Catarina Marado resume a temática nos seguintes moldes:

> *"Os subúrbios das cidades acolhiam (…) não só os recém-chegados como também os excluídos do interior dos muros. Eram lugares de conectividade, de itinerância e de assistência material e espiritual. Os mendicantes, também eles recém-chegados, encontraram nestes espaços o cenário ideal para praticar os seus ideais de vida religiosa: pobreza, pregação e itinerância"*[6]

Com o intuito de explorar a relação do núcleo urbano de Bragança com o Convento de São Francisco, o capítulo organiza-se em três momentos. O subcapítulo 2.1 aborda as representações gráficas quinhentistas que Duarte de Armas faz do núcleo urbano e fortificado brigantino. Uma vez que as peças da centúria XVI constituem a imagem mais antiga de Bragança e do respetivo Convento

1 ROS, Vicente Garcia;Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración; Editorial Asís; 1ª Edição; Valência, 2000 apud PEREIRA, Ana Cristina; Os Conventos do Porto, Descontinuidades, Transformação e Reutilização; Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Porto; 2007; Pg. 67-82.
2 *Ibidem*.
3 GOFF, Jacques Le; O Apogeu da Cidade Medieval; Livraria Martins Fontes Editora Ltda; 1ª Edição Brasileira; São Paulo, 1992; Pg.34.
4 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg.121.
5 *Ibidem*.
6 *Ibidem*.

de São Francisco, o subcapítulo 2.1 aborda isoladamente os referidos documentos gráficos de modo a construir uma base, um ponto de partida, para a discussão de uma série de temáticas associadas ao objeto de estudo e à cidade onde o mesmo se implanta. Dentro do capítulo 2, os desenhos produzidos por Duarte de Armas servirão ainda de reta de lançamento para os estudos do segundo e do terceiro subcapítulo.

No subcapítulo 2.2 a posição territorial de Bragança e da Igreja de São Francisco torna a ser relevante para o estudo. Situada na raia fronteiriça entre Portugal e Castela, Bragança acaba por estabelecer uma relação dupla com os reinos que se dispunham no atual território espanhol. Por um lado, a proximidade entre Bragança e Espanha permite que uma série de dinâmicas culturais atravessem a fronteira e criem uma influenciação mútua entre os povos que habitam reinos opostos da raia. Por outro lado, a curta distância entre a povoação brigantina e a raia atribui a Bragança a missão bélica de defesa da soberania de Portugal. Assim, Bragança é um núcleo urbano indissociável das estruturas bélicas que vão surgindo ao longo do tempo com o objetivo de o defender. No segundo subcapítulo faz-se a leitura das referidas linhas de defesa e, através da mesma, das tendências de crescimento do núcleo urbano que circundam. No referido estudo ter-se-á sempre presente o modo como o surgimento das referidas linhas muralhadas e o crescimento do núcleo urbano influenciam a arquitetura da Igreja e do Convento de São Francisco de Bragança.

O terceiro subcapítulo, 2.3, explora as dinâmicas estabelecidas entre a comunidade franciscana brigantina e os pontos de magnetismo – centros cívicos, económicos e religiosos – que vão surgindo em Bragança ao longo dos séculos. A exposição dos pontos de magnetismo da malha urbana é acompanhada por um estudo da rede viária que procura reconhecer o modo como se estabelece a ligação entre os referidos polos de atração e o Convento de São Francisco de Bragança. Nesse sentido, o subcapítulo 2.3 debruça-se sobre as vias que convocam o complexo franciscano para a teia de eixos de mobilidade urbana e que, desse modo, estabelecem a relação entre a Igreja, enquanto parte integrante do Convento de São Francisco, e os pontos de magnetismo da cidade de Bragança.

Os documentos gráficos basilares para a construção do capítulo são:

-Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc XVI.
-Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
-Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.
-Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc.XVI.
-*Planta da Cidade de Bragança*; Autor desconhecido; c. 1640.
- *Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes*; José Monteiro Carvalho; 1754.
-*Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones*; Autor desconhecido; 1762.
-*Planta da Cidade de Bragança e suas dependências*; Luís Gomes de Carvalho; 1801.
-*Planta de Bragança*; Vasconcellos de Sá; 1840.

A bibliografia chave do capítulo 2 é:

-O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Mário Jorge Barroca; Porto, 2017.
-Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Manuel Simancas;1910.
-Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Margarida Tavares da Conceição; Revista Monumentos nº 32; 2011.
- Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal); Primeira metade do séc. XX.
-Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Luís Alexandre Rodrigues; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 1995.
-Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Catarina Marado; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018.

2.1. Núcleo Fortificado representado por Duarte de Armas no Códice de Lisboa e de Madrid

Representações de Bragança produzidas por Duarte de Armas

As representações quinhentistas que Duarte de Armas faz da cidade de Bragança constituem a imagem mais antiga do núcleo urbano brigantino e do complexo franciscano aí instalado. Assim, o estudo isolado dos referidos documentos gráficos que se realiza ao longo presente subcapítulo serve de rampa de lançamento para a abordagem de uma série de temáticas associadas à Igreja de São Francisco.

Conforme referido, a imagem mais antiga de Bragança data do primeiro quartel do século XVI[1] e é produzida por Duarte de Armas - *debuxador* (nascido em 1465 e falecido durante o decorrer do séc. XVI) que serve D. Manuel como escudeiro e que representa graficamente, a mando do monarca, uma série de fortalezas implantadas na linha de fronteira entre Portugal e Castela[2]. Como resultado da tarefa que lhe é incumbida pelo poder régio, Duarte de Armas cria dois códices distintos onde se compilam os resultados dos estudos gráficos feitos sobre os núcleos raianos fortificados. Ao longo do presente texto, a referência aos códices e a diferenciação entre os mesmos será feita a partir do local onde se encontram guardados. Desse modo, usa-se a expressão Códice de Madrid para fazer referência ao documento guardado na Biblioteca Nacional de Espanha (anexo 6 e anexo 7), e utiliza-se o nome Códice de Lisboa quando se mencionar o manuscrito presente no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (anexo 8 e anexo 9); o manuscrito que se denominará como códice de Lisboa é comumente conhecido como *Livro das Fortalezas* e constitui, possivelmente, o documento produzido por Duarte de Armas mais estudado em Portugal. As duas compilações de desenhos quinhentistas (Códice de Madrid e Códice de Lisboa) partilham o autor e o método a que o mesmo recorre na ilustração das estruturas bélicas e urbanas fronteiriças. Duarte de Armas adota um processo regrado e, de uma forma geral, representa as fortificações a partir de duas perspetivas opostas[3]. As semelhanças no método acabam por evidenciar as discrepâncias que por vezes se verificam nas representações do mesmo objeto. As diferenças entre o Códice de Madrid e o Códice de Lisboa abrem aso à especulação e levantam questões como: qual o motivo por trás da existência de dois códices? Que códice constitui uma representação mais fidedigna dos núcleos raianos? Qual é a relação cronológica entre os dois códices?

Mário Jorge Barroca estuda as questões associadas aos trabalhos de Duarte de Armas. Na tentativa de dar resposta às perguntas colocadas, o autor sugere que o Códice de Madrid deverá tratar-se de um caderno de campo anterior ao Códice de Lisboa que, por oposição, constituirá a versão final das representações produzidas pelo escudeiro real[4]. Mário Jorge Barroca advoga a possibilidade de o

1 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; 1ª Edição; Lisboa, 1997; Pg. 38.
2 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017; Pg. 184.
3 No Códice de Lisboa, as duas vistas opostas da fortaleza eram acompanhadas por desenhos planimétricos das mesmas (as platas da Torre de Menagem e do antigo passo da fortaleza de Bragança são convocadas para o presente trabalho em forma de anexo (anexo 11). Ao contrário do que se verifica no documento guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Códice de Madrid não é marcado pela presença de representações planimétricas dos objetos de estudo. As plantas correspondentes às fortalezas ilustradas no manuscrito conservada na Biblioteca Nacional de Espanha poderão: ter-se perdido; nunca ter existido.
4 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017; Pg. 196.

códice guardado na capital espanhola constituir um caderno de campo recorrendo a dois argumentos: a diferença do material de suporte utilizado nos manuscritos; as notas que Duarte de Armas escreve quando confrontado com incertezas. Relativamente ao primeiro ponto, o autor indica que o Códice de Madrid é feito sobre papel de linho e que o Códice de Lisboa é realizado sobre uma base de pergaminho. Nas palavras de Mário Jorge Barroca: *"o manuscrito que hoje se conserva na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madrid, pode ser considerado o «caderno de campo» de Duarte de Armas. Por isso ele utilizou papel de linho, um material mais económico do que o pergaminho, tendo este sido destinado para a obra ¬final, entregue a D. Manuel I"*[5]. No que ao segundo ponto diz respeito, Mário Jorge Barroca realça a dificuldade que Duarte de Armas tem em descobrir quem ocupa o cargo de alcaide-mor de Portelo:

> *"Portelo é um dos casos mais interessantes: no exemplar de Madrid, Duarte de Armas confessa (numa frase registada na primeira pessoa do singular) que, no local, não encontrou ninguém. Posteriormente conseguiu apurar o nome do Alcaide Mor, registando-o no manuscrito de Lisboa. Esta observação sedimenta a nossa convicção de que o manuscrito de Madrid é o «caderno de campo» de Duarte de Armas."*[6]

No aprofundamento da ordem cronológica que se estabelece entre o Códice de Madrid e o de Lisboa, Mário Jorge Barroca volta a examinar a identificação dos alcaides-mor feita por Duarte de Armas nos estudos gráficos dos núcleos urbanos fronteiriços. Em ambos os documentos, o escudeiro real indica o nome dos alcaides-mor das povoações representadas. Conforme mencionado, Mário Jorge Barroca recorre à indicação dos governadores dos núcleos urbanos para reforçar a possibilidade do manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de Espanha ser anterior ao documento presente no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No Códice de Madrid, Duarte de Armas aponta D. Lourenço de Brito como alcaide-mor das localidades de Segura e de Salvaterra de Extremo. No Códice de Lisboa a indicação desaparece e o nome de D. Lourenço de Brito não é mencionado. Assim, *"podemos deduzir que Duarte de Armas visitou os castelos quando D. Lourenço de Brito ainda estava vivo, mas que, quando realizou o manuscrito de Lisboa ele já tinha falecido. Como D. Lourenço de Brito, copeiro-mor de D. Manuel I, morreu a 1 de março de 1510, isso significa que o manuscrito de Madrid foi desenhado antes dessa data, e que o de Lisboa copiado depois dessa data"*[7].

Comparação entre a fortaleza representada no séc. XVI e a imagem atual de Bragança

A leitura das representações quinhentistas do núcleo fortificado de Bragança parte da identificação de elementos arquitetónicos comuns às ilustrações produzidas por Duarte de Armas e à imagem atual da cidade. Na identificação dos referidos elementos recorre-se a dois métodos complementares:

5 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017; Pg. 196.
6 *Ibidem*.
7 *Idem*; Pg. 195.

a correspondência entre documentos do século XVI e a cartografia vigente do núcleo urbano; a interpretação das indicações textuais que Duarte de Armas faz sobre os desenhos que produz. No segundo ponto, usa-se como referência a leitura que Manuel Simancas tem dos apontamentos escritos sobre as peças quinhentistas; Simancas é autor de um estudo, publicado em 1910, que explora os objetos gráficos compilados no Códice de Madrid.

Em conformidade com o parágrafo anterior, enceta-se o processo de leitura através das interpretação das indicações textuais que Manuel Simancas identifica na vista Oeste da fortaleza de Bragança. Segundo o autor, o documento referido é marcado pela presença de apontamentos escritos por Duarte de Armas que identificam as Igrejas de São João, São Francisco e São Vicente[8] [9](figura 21). A partir das indicações escritas no século XVI, assume-se que a Igreja de São João corresponde ao volume extramuros ladeado por uma alta torre encimada por uma cobertura de quatro águas, a Igreja de São Francisco coincide com o volume fora de portas flanqueado por um campanário, a Igreja de São Vicente equivale ao trecho mais alto da estrutura bélica que se dispõe no núcleo urbano exterior às muralhas.

Reforçando a possibilidade da Igreja de São Vicente representada por Duarte de Armas surgir associada a uma estrutura militar, convoca-se para o estudo a descrição topográfica que José Cardoso Borges faz da cidade de Bragança no início do século XVIII. O autor mencionado refere que a igreja de São Vicente fica arruinada em 1683 na sequência da queda de *"hua torre que tinha, como as das muralhas antigas"*[10]. Conforme referido, julga-se que a descrição que Cardoso Borges faz da Igreja de São Vicente, e em particular a descrição que faz da *"torre (…) como as das muralhas antigas, e que se edificava no tempo dos mouros"*[11], reforça a possibilidade da estrutura militar representada por Duarte de Armas no núcleo extramuros (Vista de Oeste) poder corresponder ao templo vicentino

8 SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; Madrid, 1ª Edição; 1910; Pg. 111.

9 A leitura que Manuel Simancas faz das representações de Duarte de Armas identifica, junto do edifício que a presente dissertação assume como Igreja do Espírito Santo, uma indicação textual onde se lê: *"azuada velha"*. Na tentativa de perceber melhor as dinâmicas do espaço associado à Igreja do Espírito Santo procurou-se no *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*, trabalho de Joaquim Carvalho da Silva, uma correspondência para a expressão *"azuada"*. A procura não teve sucesso.
Na publicação *Vocabulario Portuguez e Latino*, dicionário da autoria de Raphael Bluteau e publicado em 1712, não existe qualquer correspondência direta com o termo *"azuada"*. Na obra mencionado, que constitui o dicionário conhecido mais antigo da língua portuguesa, a correspondência mais direta com a expressão usada por Duarte de Armas, e identificada por Manuel Simancas é: *assuada*. Segundo Raphael Bluteau, a palavra *assuada* designa um *"ajuntamento de gente (…) para fazer dano ou mal a alguma pessoa"*. Julga-se que a expressão assuada encontra a correspondência no castelhano medieval na palavra: *asonada*. O termo *asonada* define, segundo o *Breve Diccionario Etimilógico de la Lengua Castellana* da autoria de Joan Corominas, uma *"reunión numerosa para conseguir tumultuniamente algun fin"*. Tendo em conta a definição de *assuada* (dada por Raphael Bluteau em 1712) e de *assonada* (indicada por Joan Corominas em 1961), julga-se, com as devidas fragilidades, que o local que Duarte de Armas identifica como "azuada velha" pudesse corresponder a um antigo espaço de assembleia. Numa interpretação distinta à superamente exposta, sugere-se a possibilidade do termo azuada corresponder, no português corrente, ao termo azoada. Azoada é um adjetivo sinonimo de atordoada, tonta, maldisposta. Face ao significado de azoada no português atual, interessa levantar a possibilidade de *"azuada velha"* poder ser empregue por Duarte de Arma para designar um antigo hospício. A existência de uma instituição hospitalar junto ao edifício que se identifica como Igreja do Espírito Santo poderia justificar a escolha do local em questão para instituir a Santa Casa da Misericórdia de Bragança.
A especulação em torno do significado da expressão *"azuada"* correm o risco de estar a entrar numa área que não se domina. Assim, indica-se que seria pertinente que um eventual estudo linguístico futuro pudesse estudar a palavra *"azuada"*. Os resultados da potencial investigação poderão ser de extrema importância para a leitura das dinâmicas urbana medievais da cidade de Bragança.

BLUTEAU, Raphael; Vocabulario Portuguez e Latino; Colégio das Artes da Companhia de Jesus; Coimbra; 1712.
COROMINAS; Joan; Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana; Editorial Gredos; 3ª Edição; Madrid; 1973.
SILVA, Joaquim Carvalho da; Dicionário da Língua Portuguesa Medieval; EDUEL; 2ª Edição; Londrina; 2009.

10 BORGES, José Cardoso; Descripsão topografica da Cidade de Bragança; Documento manuscrito; Bragança; Sec. XVIII. https://purl.pt/16736 ; consultado a 29/10/2021 às 15:39.

11 *Ibidem.*

Figura 21 – Interpretação de Manuel Simancas das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Oeste do Códice de Madrid

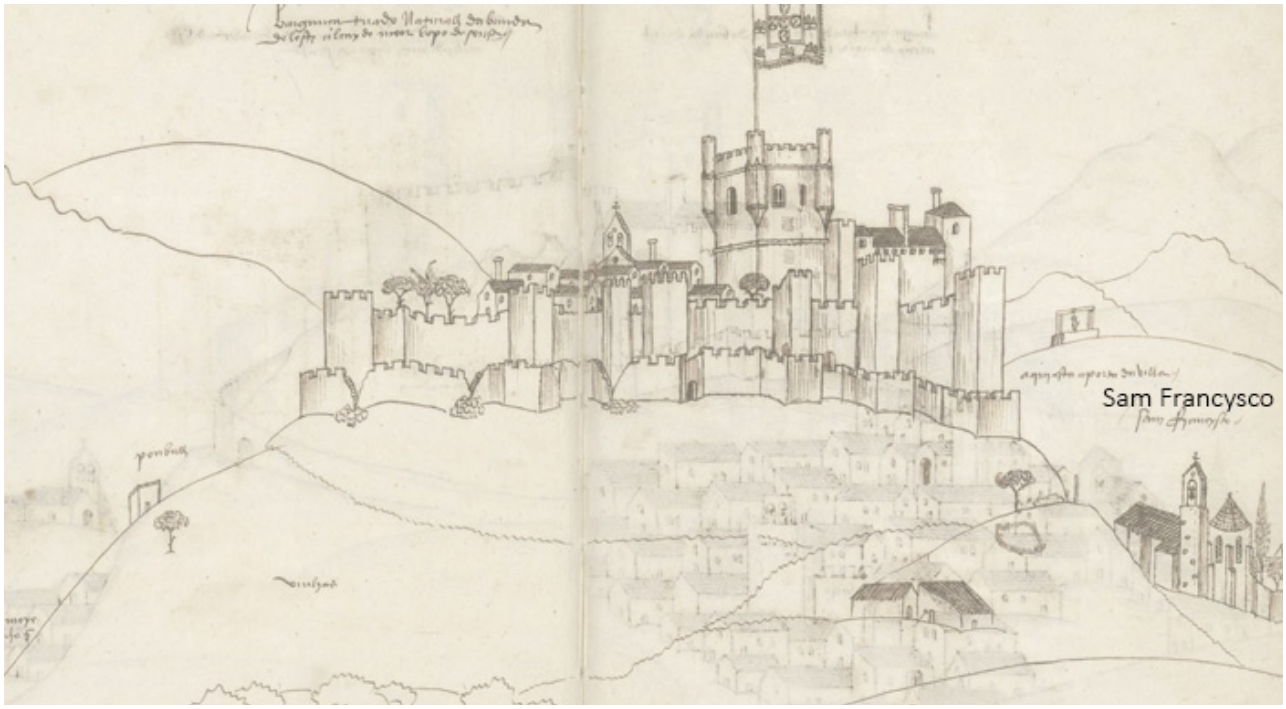


Figura 22 – Interpretação de Manuel Simancas das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Leste do Códice de Madrid

Figura 23 – Interpretação das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Oeste do Códice de Lisboa

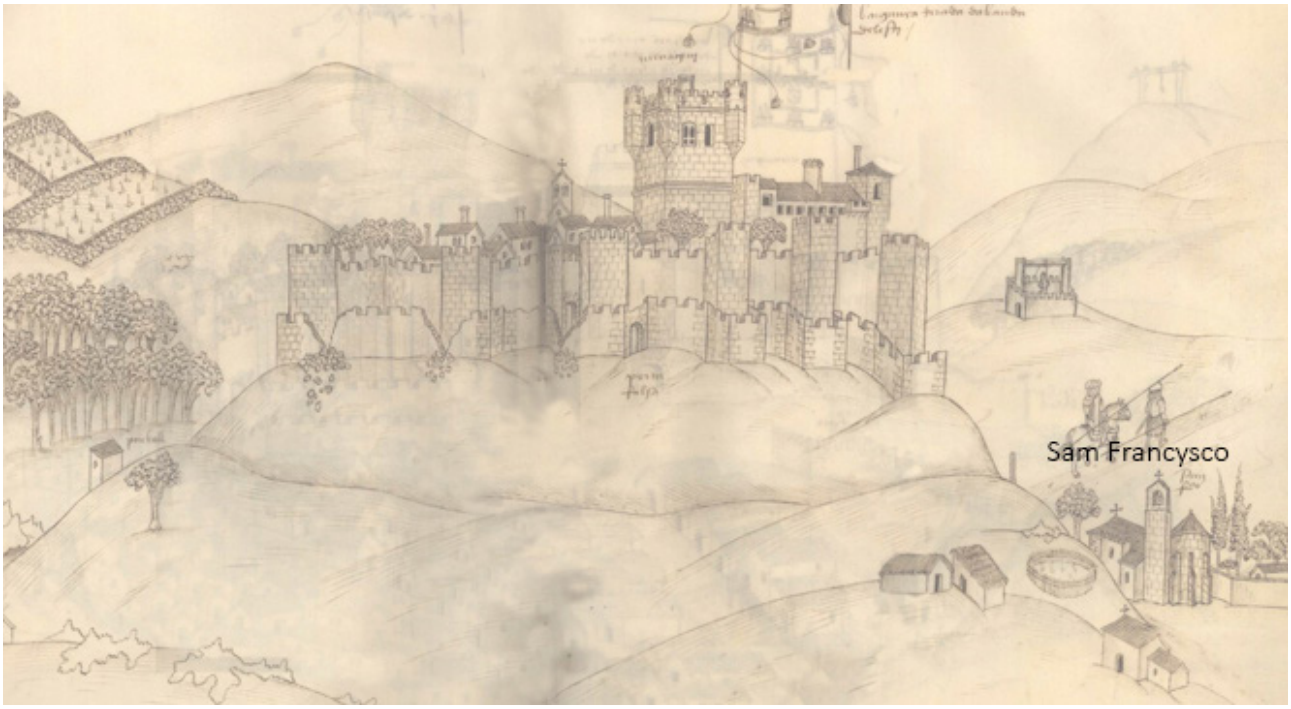


Figura 24 – Interpretação das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Leste do Códice de Lisboa

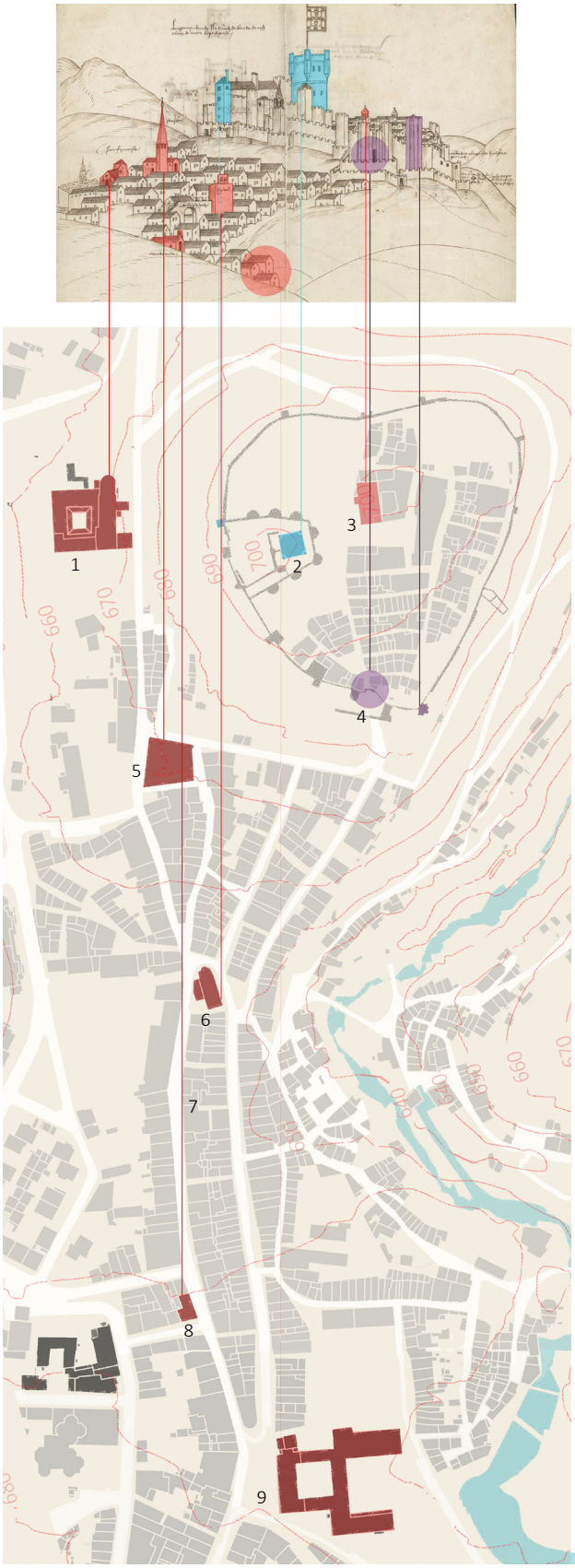


Figura 25 (à esquerda) - Comparação entre a vista de Oeste do Códice de Madrid e a morfologia atual da cidade de Bragança

1-Covento de São Francisco de Bragança
2-Torre de Menagem
3-Igreja de Santa Maria
4-Porta da Vila
5-Igreja de São João
6-Igreja de São Vicente
7- Casa do Arco /Solar dos Pimentéis
8-Igreja do Espírito Santo (local onde atualmente se edifica a Igreja da Misericórdia)
9-Local onde se viria a implantar o complexo edificado jesuíta

Figura 26 (em cima) - Comparação entre as representações da vista de Leste códice de Madrid e a morfologia atual da cidade de Bragança

1-Igreja do Convento de São Francisco de Bragança
2-Torre de Menagem
3-Igreja de Santa Maria
4-Porta do Sol

brigantino. Salienta-se ainda que a "torre" terá ruído em 1683 e que o texto de Cardoso Borges é escrito no início do século XVIII, crendo-se, assim, que o autor terá tido um contato próximo, se não direto, com a estrutura que era *"como as das muralhas antigas e que se edificava no tempo dos mouros"*[12].

Os edifícios religiosos identificados pelos apontamentos textuais (Igreja de São João, Igreja de São Vicente, Convento de São Francisco) servem como ponto de ancoragem na correspondência entre a morfologia atual da cidade e a representação quinhentista da mesma (vista Oeste do Códice de Madrid). Como resultado da espelhagem da ilustração de Duarte de Armas nos documentos cartográficos do núcleo urbano, identificam-se uma série de elementos que são comuns ao povoado quinhentista e à cidade que hoje se observa (figura 25). Assim, como elementos da estrutura bélica presentes nas ilustrações de Duarte de Armas e na cartografia vigente, destaca-se a presença das torres de Menagem e da Princesa, e das portas da Vila e da Traição. Na mesma condição, salienta-se como edificação religiosa a presença intramuros da Igreja de Santa Maria. Edifício religioso que se junta, assim, às já identificadas Igrejas de São João, São Francisco e São Vicente.

Como templos cristãos desaparecidos entre o período quinhentista e a atualidade salientam-se a Capela de Santiago (que estaria localizada no interior do recinto muralhado) e a Igreja do Espírito Santo. A primeira desaparece sem que a sua localização seja inteiramente conhecida; a segunda dá lugar à Igreja da Misericórdia[13]. Justifica-se, assim, a correspondência que se traça entre o volume quinhentista que se identifica como sendo a Igreja do Espírito Santo e o local na cartografia atual onde se implanta o templo da Santa Casa. A Igreja de São João, que Duarte de Armas identifica textualmente, engloba o conjunto de edifícios religiosos que não sobrevivem até à atualidade.

No ponto presente da dissertação importa convocar para o estudo o trabalho escrito que José de Castro desenvolve em torno da história d'*A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*[14]. Segundo o autor, na época de fundação da Igreja da Misericórdia, o núcleo brigantino estendia-se até ao Solar dos Pimentéis, vulgo Casa do Arco. Nas palavras de José de Castro:

> *"É preciso considerar a magreza da população e os limites da cidade, pois no final do século XVI o limite era a casa do Arco da Rua Direita. (…) Diga-se ainda que neste tempo, para cá da casa do Arco, espalhados por um terreno inculto, existiam isolados: a Santa Casa, o Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e, lá muito distante, a ermida de Nossa Senhora do Loreto com um grupo de casinhas em redor."*[15]

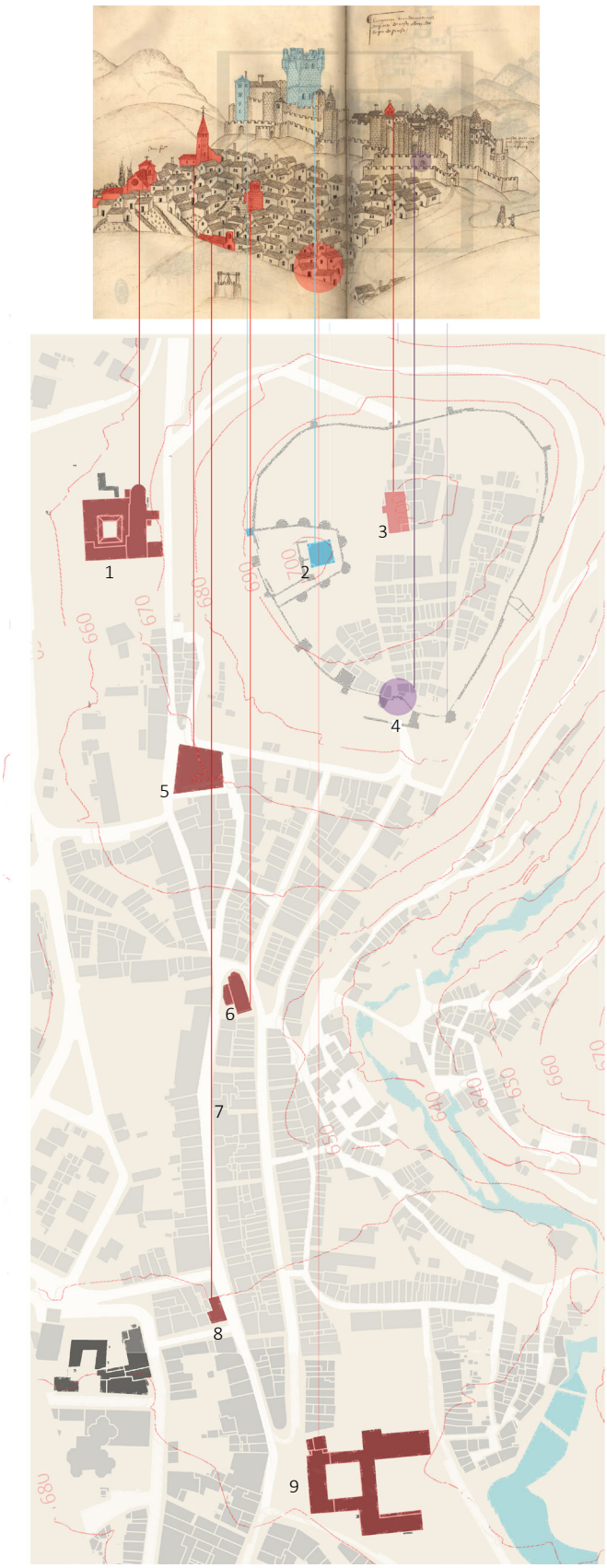
Face à localização do Solar dos Pimentéis no núcleo urbano, realça-se que a indicação textual dada por José de Castro aparenta entrar em oposição com as representações de Duarte de Armas. Se a

12 BORGES, José Cardoso; Descripsão topografica da Cidade de Bragança; Documento manuscrito; Bragança; Sec. XVIII. https://purl.pt/16736 ; consultado a 29/10/2021 às 15:39.

13 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; 1ª Edição; Lisboa, 1997; Pg. 38.

14 CASTRO, José de; LOPES, Maria Antónia; A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; 2018 ; Pg. 95-96.

15 *Ibidem.*



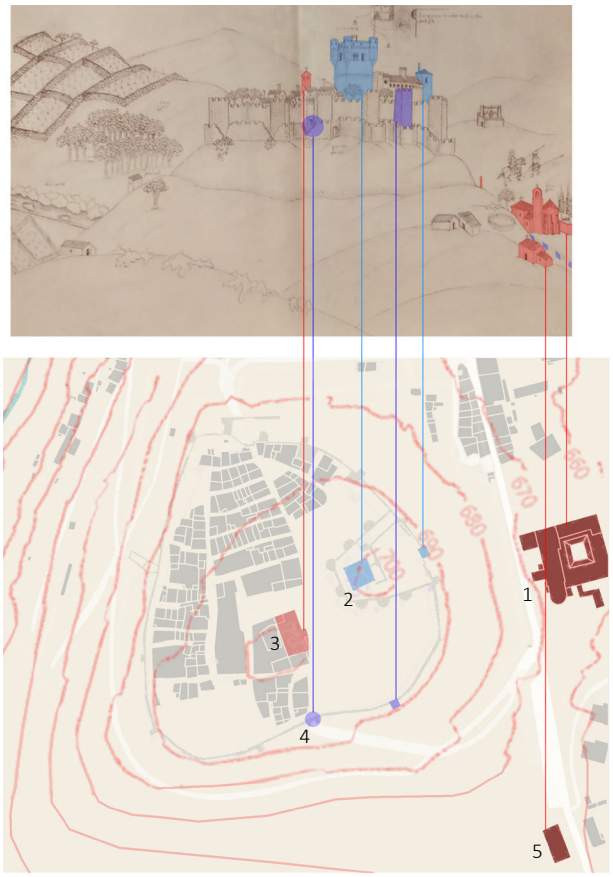


Figura 27 (à esquerda) - Comparação entre a vista de Oeste do Códice de Lisboa e a morfologia atual da cidade de Bragança

1-Covento de São Francisco de Bragança
2-Torre de Menagem
3-Igreja de Santa Maria
4-Porta da Vila
5-Igreja de São João
6-Igreja de São Vicente
7- Casa do Arco /Solar dos Pimentéis
8-Igreja do Espírito Santo (local onde atualmente se edifica a Igreja da Misericórdia)
9-Local onde se viria a implantar o complexo edificado jesuíta

Figura 28 (em cima)- Comparação entre as representações da vista de Leste códice de Lisboa e a morfologia atual da cidade de Bragança

1-Igreja do Convento de São Francisco de Bragança
2-Torre de Menagem
3-Igreja de Santa Maria
4-Porta do Sol
5-Capela de Sebastião

interpretação que se tem vindo a fazer das peças quinhentistas estiver correta, a Igreja do Espírito Santo, que viria a dar lugar ao templo da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, parece estar inserida no miolo urbano do núcleo ilustrado por Duarte de Armas.

Na abordagem à versão portuguesa da vista de Oeste da fortaleza de Bragança tem-se por base as ilações tiradas no estudo do manuscrito de Madrid (que se assumiu como ponto de partida da análise pela pertinência das indicações textuais deixadas pelo próprio Duarte de Armas). Assim, a identificação dos elementos arquitetónicos no códice de Lisboa é coincidente com a que se faz no documento correspondente guardado na Biblioteca Nacional de Espanha (figura 27).

A hipótese de identificação exposta contraria alguns aspectos da hipótese que Maria José Casanova apresenta no artigo que autoria no volume 32º da revista Monumentos[16] (anexo 10 e anexo 11). O estudo de Maria José Casanova tem como objeto as representações da fortaleza de Bragança presentes no Códice de Lisboa e estava limitado pela dificuldade que então havia na consulta do manuscrito de Madrid. Assim, Maria José Casanova não tem acesso às indicações textuais que apontam a localização das Igrejas de São João, São Francisco e São Vicente. Em todo o caso, o estudo presente na revista Monumentos difere da possibilidade de identificação que se tem vindo a fazer no reconhecimento do volume correspondente à Igreja de São Vicente e à Igreja do Espírito Santo. A identificação dos restantes elementos edificados é coincidente com a da hipótese que explorada no presente texto[17].

Partindo para o estudo da vista de Leste da fortaleza de Bragança identificam-se, tanto no códice de Lisboa como no de Madrid, indicações textuais que assinalam a localização da Igreja de São Francisco[18] (figura 22 e figura 24). Uma vez mais, utilizando como ponto de ancoragem o edificado identificado pelo escudeiro real, traça-se a correspondência entre a ilustração quinhentista e a cartografia atual da cidade (figura 26 e figura 28). A partir da espelhagem entre os documentos, identificam-se como elementos comuns: torre de menagem; torre da princesa; porta do sol; Igreja de Santa Maria. A diferença mais significativa entre o códice de Lisboa e o de Madrid prender-se-á com a representação da Capela de São Sebastião. A capela é ilustrada no manuscrito da Torre do Tombo, mas está ausente na versão guardada na Biblioteca Nacional de Espanha. A questão da Capela de São Sebastião será aprofundada em mais detalhe na comparação entre as vistas dos dois conjuntos. O estudo da revista Monumentos nº 32[19] realizado por Maria José Casanova vai de encontro à identificação que se tem vindo a fazer da vista de Leste do códice de Lisboa.

16 CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 24-41.

17 O estudo das representações de Duarte de Armas por parte de Maria José Casanova procura dar resposta à ausência de um documento cartográfico que represente a morfologia urbana medieval da cidade de Bragança. Conforme referido, o estudo sugere, através das notas textuais deixadas por Duarte de Armas no Códice de Madrid, uma identificação de edifícios distinta à que é apontada por Maria José Casanova. A sugestão alternativa de identificação tem implicações no exercício de reconstrução da morfologia urbana medieval que a presente dissertação não aprofunda; desse modo, sugere-se que as , mencionadas implicações possam ser estudadas de forma mais aprofundada numa investigação futura sobre a morfologia urbana de Bragança durante a Idade Média.

18 SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; Madrid, 1ª Edição; 1910; Pg. 110-111.

11 CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos ; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 24-41.

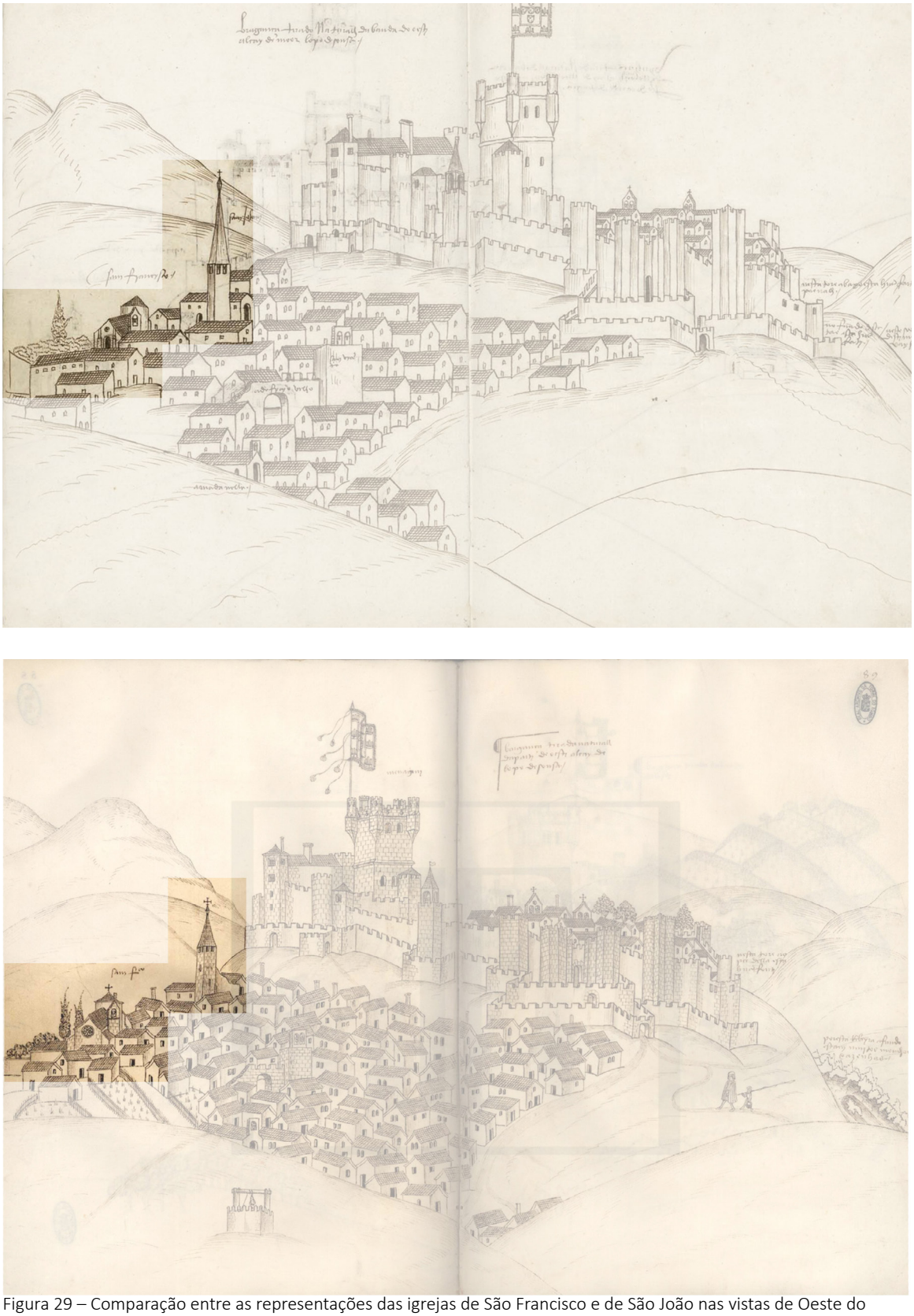


Figura 29 – Comparação entre as representações das igrejas de São Francisco e de São João nas vistas de Oeste do Códice de Madrid (em cima) e do Códice de Lisboa (em baixo)

Discrepâncias entre o Códice de Lisboa e o Códice de Madrid

Uma vez identificados os elementos arquitetónicos presentes nas vistas de Bragança produzidas por Duarte de Armas, procede-se ao estudo comparativo entre as mesmas.

A justaposição das vistas de oeste do núcleo fortificado brigantino revela discrepâncias entre as representações dos edifícios que se identificam como sendo as Igrejas de São João e de São Francisco (figura 29) . As diferenças entre as ilustrações da Igreja de São João passam pelo estado de conservação do edifício. O templo representado no manuscrito guardado em Espanha aparenta encontrar-se em bom estado de conservação; o mesmo não se pode dizer sobre a arruinada Igreja de São João ilustrada no Códice de Lisboa. No manuscrito de Madrid, a Igreja de São Francisco é representada sem qualquer edifício a ladeá-la. Em oposição, na versão de Lisboa, o volume da Igreja franciscana aparenta ser flanqueado perpendicularmente por um corpo edificado (cuja possível função será aprofundada no subcapítulo 4.2). As discrepâncias expostas poderão ir de encontro à validação da hipótese de Mário Barroca que sugere que o Códice de Madrid será anterior ao de Lisboa[20]. Assim, assume-se, com a devida cautela, que a ruína da Igreja de São João e a construção da ala edificada perpendicular à Igreja de São Francisco poderão ser eventos decorridos no intervalo temporal entre a realização do manuscrito guardado em Espanha e a produção do documento conservado na Torre do Tombo.

À semelhança do que se verifica nas representações de Oeste, as vistas de Leste da fortaleza apresentam discrepâncias entre si (figura 30). No Códice de Madrid assinala-se a presença de frestas na representação da cabeceira da Igreja de São Francisco. Em sentido oposto, o documento homónimo guardado na Torre do Tombo ilustra a parede exterior da ousia sem vãos. O desaparecimento das frestas poderá ser justificado pela execução de pinturas murais cujos vestígios ainda se observam na parede interior do testeiro; a realização dos frescos terá resultado no encerramento de cinco dos sete vãos presentes na capela-mor da cabeceira e poderá, assim, justificar a ausência das frestas na representação quinhentista da cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança. Assim, interrompe-se momentaneamente a discussão em torno das representações de Duarte de Armas e abre-se espaço para o debate em torno da data de execução das pinturas murais que cobrem a capela-mor da Igreja. Conforme referido, a datação dos frescos poderá contribuir para o posicionamento temporal das peças produzidas por Duarte de Armas. Antes de prosseguir alerta-se, contudo, que os dois vãos ilustrados no manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de Espanha aparentam posicionar-se no local correspondente às frestas que não foram entaipadas no processo de execução das pinturas murais. Desse modo, aconselha-se uma certa dose de cautela na leitura das conclusões obtidas no estudo que se enceta no presente estudo da dissertação.

A datação das pinturas murais da Igreja de São Francisco de Bragança é uma temática abordada por autores como: Luís Alexandre Rodrigues; Luís Afonso; Rui Tavares. Luís Alexandre Rodrigues escreve

20 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017.

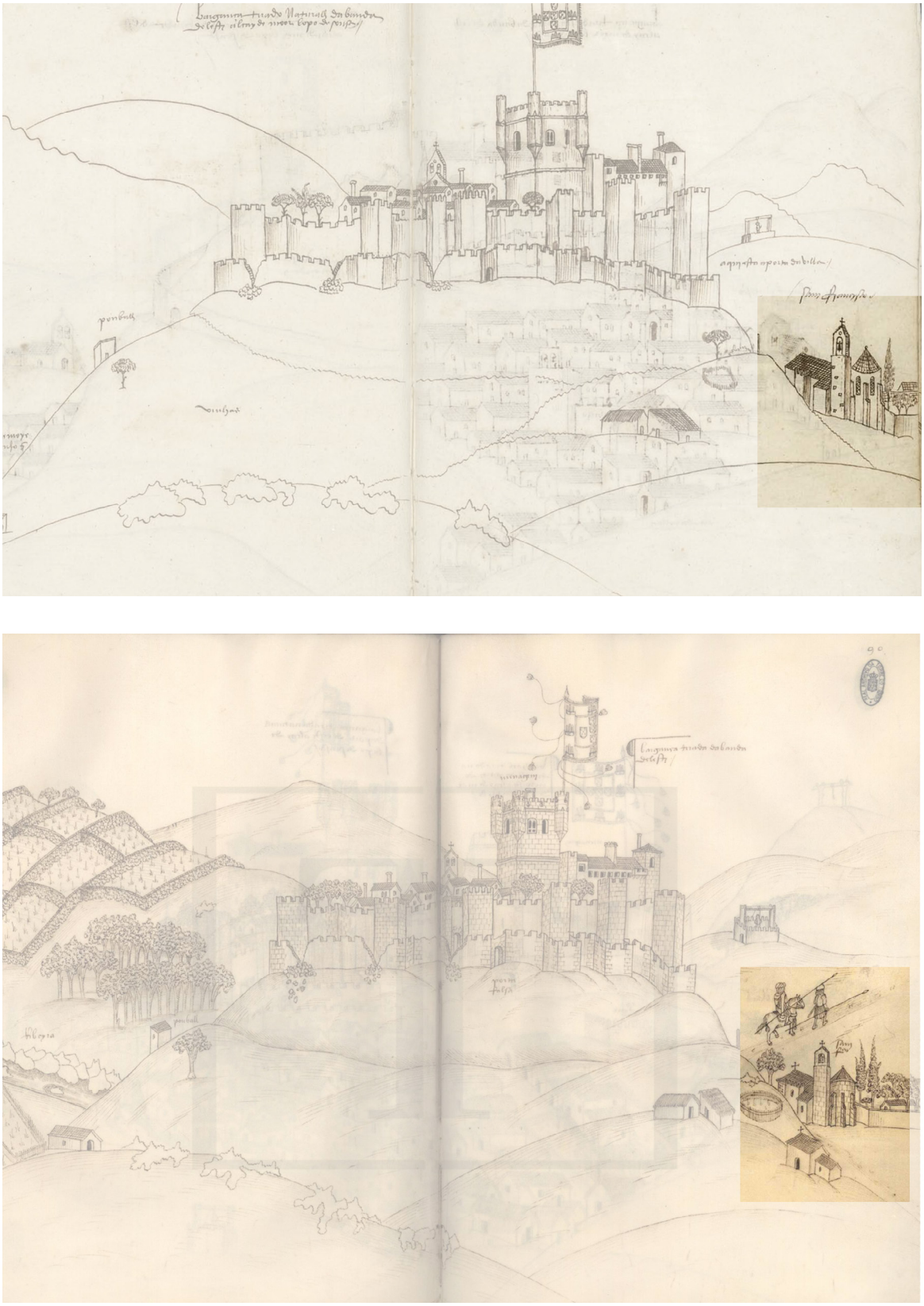


Figura 30 – Comparação entre as representações da Igreja de São Francisco nas vistas de Leste do Códice de Madrid (em cima) e do Códice de Lisboa (em baixo)

sobre o tema numa publicação intitulada *Arte e urbanismo de Bragança na Idade Moderna*[21]; Luís Afonso aborda a problemática no artigo *Donzelas no castelo: culturas religiosa e secular nos murais de São Francisco de Bragança*[22] e *Manter a freguesia no século XVI: os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem Maria*[23]; Rui Tavares discorre acerca da temática um estudo histórico e arquitetónico sobre a Igreja de São Francisco de Bragança[24]. Os autores mencionados constituem o estado do conhecimento em torno da problemática.

A pintura mural está bastante danificada. Assim, apesar da autoridade intelectual dos autores referidos, importa ser cauteloso e referir que uma leitura das representações presentes nos frescos surge sempre associada a um certo grau de incerteza e de especulação. A pintura mural é dividida em dois estratos. Luís Afonso sugere que o nível mais baixo, correspondente à linha definida pelas frestas de tijolo, fosse composto por edículas onde se veneriariam figuras religiosas[25] . A identificação das personagens, que poderia ajudar a posicionar temporalmente a realização das pinturas, é impossibilitada pelo estado de deterioração que afetas as mesmas. O nível superior, que se estende no espaço entre o topo das frestas de tijolo e a cobertura da ousia, é dividido em três planos. Segundo Luís Afonso, a composição tripartida organiza-se nos seguintes moldes: Jerusalém celeste no lado da Epístola, Nossa Senhora da Manta ao centro, dia do juízo final no lado do Evangelho[26]. A imagem de cidade celestial é feita através da representação de uma estrutura muralhada com sete torres, sendo que cada torre corresponderá a uma virtude. Luís Alexandre Rodrigues faz uma interpretação semelhante dos desenhos, mas sugere uma leitura alternativa para o lado do Evangelho do estrato superior da composição. Ao invés do juízo final, o autor aponta que a ilustração representa os santos evangelistas em trabalho de escrita e uma multidão de fiéis[27]. O ajuntamento de cristãos poderá, segundo Luís Alexandre Rodrigues, ser uma representação do milagre do fogo sagrado (celebração cristã que atualmente surge sobretudo relacionada com o ramo ortodoxo do cristianismo)[28].

Segundo Luís Afonso, a erudição da técnica e os motivos dos desenhos são algo estranhos à região em que a Igreja de São Francisco de Bragança se implanta. A referida elevação técnica e compositiva levam o autor a sugerir o período entre 1515 e 1525 como a data de produção das pinturas murais da cabeceira do templo franciscano. O intervalo temporal corresponde à realização das composições murais na Igreja Matriz de Castro Roupal – frescos que partilham a erudição com os que estão presentes na Igreja de São Francisco de Bragança e que, face à técnica vernacular utilizada nas restantes pinturas

21 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019.; Pg. 523-595.

22 AFONSO, Luís U.; Donzelas no castelo, Cultura religiosa e secular nos murais de São Francisco de Bragança; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 75-83.

23 AFONSO, Luís U. ; Manter a freguesia no século XVI: os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem Maria; Cadernos na Terra Quente; nº III; Terras Quentes; Macedo de Cavaleiros; 2005; Pg. 169-176.

24 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

25 AFONSO, Luís U.; Donzelas no castelo, Cultura religiosa e secular nos murais de São Francisco de Bragança; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 75-83.

26 *Ibidem.*

27 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Fevereiro de 2019; Pg. 523-595.

28 *Ibidem*.

Figura 31 – Vestígios de pintura mural na parede da Capela-Mor da Igreja de São Francisco.
Desataca-se a presença das edículas ao nível das frestas de tijolo.

Figura 32 – Vestígios de pintura mural na parede da Capela-Mor da Igreja de São Francisco.
Desataca-se a presença da Nossa Senhora da Manta.

Figura 33 – Vestígios de pintura mural na parede da Capela-Mor da Igreja de São Francisco.
Desataca-se a presença das edículas ao nível das frestas de tijolo e de "Jerusalém Celeste" numa posição superior às mesmas

murais da região, deverão partilhar o período de realização e o/os autor/es com os mesmos[29]. Sobre os temas das pinturas murais e as possíveis indicações cronológicas dadas pelos mesmos, Luís Afonso escreve:

"O tipo de programa iconográfico assente em concordâncias tipológicas entre o Antigo e o Novo Testamento, o tipo de indumentária representada e o tipo de arquitecturas fingidas lembram muito as obras de pintura e escultura arquitectónica do período manuelino, do mesmo modo que as características plásticas desta composição, em termos de desenho e de modelação, parecem apontar para um período situado no primeiro terço do século XVI, havendo alguns sinais da presença de uma estética hispano-flamenga (sobretudo nos rostos dos anjos e das santas mártires). Por outro lado, mesmo no caso das figuras que apresentam melhor tratamento plástico, como sucede com os Quatro Evangelistas por exemplo, S. Marcos , são notórias as relações de filiação nos valores tardo-góticos (nimbo, expressividade, mobiliário)"[30]

Luís Alexandre questiona-se igualmente sobre a origem da composição mural, mas sugere uma possibilidade alternativa. O autor aponta que a pintura poderá ter sido patrocinada por D. João II que procuraria *cativar os locais* após ter mandado executar o Duque de Bragança no ano de 1483[31]. Nas palavras de Luís Alexandre:

"A governação de D. João II mostrou em diversos campos o desapego às inércias medievais e a abertura à experimentação e à aceitação dos valores do novo quadro de mentalidades (…). Parecendo não haver dúvidas entre sobre a correspondência deste fresco com esse tempo de mudanças gerais, é bem possível que a sua execução tenha sido patrocinada pelo próprio rei quando depois de degolar o duque de Bragança (…), se dirigiu para a cidade de Bragança com a finalidade última de afirmar uma nova ordem política pouco ou nada contemplativa com a existência de outros centros de poder (…). No âmbito desta importante missão política, é bem possível que a pintura da igreja de São Francisco resulte da generosidade do monarca e da sua estratégia de cativar os locais (…)." [32]

Rui Tavares sugere uma terceira alternativa. O autor levanta a possibilidade de a execução ter sido realizada por António Leitão[33]. Nas palavras de Rui Tavares:

29 AFONSO, Luís U.; Donzelas no castelo, Cultura religiosa e secular nos murais de São Francisco de Bragança; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 75-83.
30 AFONSO, Luís U. ; Manter a freguesia no século XVI: os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem Maria; Cadernos na Terra Quente; nº III; Terras Quentes; Macedo de Cavaleiros; 2005; Pg. 169 – 176.
31 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Fevereiro de 2019; Pg 523-595.
32 *Ibidem.*
33 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

"É na capela-mor que se encontram os vestígios mais significativos de revestimentos pictóricos, (…) as suas caraterísticas e a sua grande qualidade "tentam" a ligação a uma referência documental sobre um dos pintores portugueses do período do maneirismo, formado nas oficinas de pintura europeias, regressado e radicado em Bragança e de obra praticamente desconhecida. Trata-se do pintor António Leitão, bolseiro régio em Roma, facto documentado por uma carta da rainha D. Catarina (1560) ao embaixador Lourenço Pires de Távora. (…) As únicas obras referenciadas (…) como sendo da sua autoria são as que executou para a Misericórdia de Lamego em 1565-71 e que desapareceram"[34]

Luís Afonso descarta a possibilidade levantada por Rui Tavares recorrendo a três argumentos:

"Existem três razões que nos levam a considerar infundada a hipótese levantada por João Jacob [que corrobora a teoria apontada por Rui Tavares]. Em primeiro lugar, a formação romana e antuerpiana de António Leitão parecem-nos incompatíveis com o estilo das pinturas de Bragança. Em segundo lugar, o período de actividade deste pintor [segunda metade do século XVI] é bastante posterior à provável data de realização das pinturas brigantinas. Por último, se o retábulo-mor da igreja matriz de Foz Côa for da autoria do referido pintor, então as pinturas de Bragança nunca poderiam ser da sua mão devido às enormes diferenças estilísticas entre estes dois núcleos pictóricos" [35]

Antes de prosseguir para as conclusões do estudo apresentado nos parágrafos transatos, importa relembrar que a presente investigação parte de dois pressupostos específicos: assume que as peças gráficas de Duarte de Armas terão sido produzidas entre a primeira e a segunda década do séc. XVI; aceita que a ausência das frestas na cabeceira da Igreja de São Francisco representada no Códice de Lisboa (que entra em oposição com a presença de vãos na ilustração do testeiro do templo franciscano brigantino no Códice de Madrid) é justificada pelo entaipamento das mesmas na sequência da realização das pinturas murais na cabeceira.

Assim, partindo dos dois pressupostos mencionados, os períodos temporais indicados por Luís Alexandre e por Rui Tavares para a realização dos frescos da Igreja são incompatíveis com a presumível data de produção das peças gráficas assinadas por Duarte de Armas; o intervalo apontado por Luís Alexandre é anterior à datação presumível dos documentos gráficos da autoria do escudeiro da Casa Real; o interlúdio indicado por Rui Tavares para a execução dos frescos é posterior à presumível estudo visual de Duarte de Armas sobre a fortaleza de Bragança. Desse modo, realça-se que o intervalo temporal sugerido por Luís Afonso para a realização das pinturas murais, compreendido entre 1515 e 1525, é a datação que melhor encaixa nos dois pressupostos que consistem em a

34 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

35 AFONSO, Luís U. ; Manter a freguesia no século XVI: os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem Maria; Cadernos na Terra Quente, nº III; Terras Quentes; Macedo de Cavaleiros; 2005; Pg. 169 -176.

base do estudo. Ainda assim, para uma compatibilidade plena será preciso assumir uma das duas seguintes possibilidades: o intervalo entre as representações do Códice de Madrid e do Códice de Lisboa é mais largo do que até este ponto se tem sugerido; o encerramento dos vãos ocorre numa data ligeiramente anterior à que Luís Afonso aponta.

A discrepância mais enigmática entre as duas representações prender-se-á com a ilustração da Capela de São Sebastião. A Capela é representada no códice de Lisboa, mas está ausente no códice de Madrid. A referida diferença entre as duas vistas levanta várias questões. Cardoso Borges, autor do manuscrito *Descripsão topografica da Cidade de Bragança* (séc. XVIII), indica que que a Capela de São Sebastião é edificada em 1569 – data em que Duarte de Armas teria 104 anos.A incoerência entre as fontes textuais e os documentos gráficos causa estranheza a Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) que, assim, indica que a Capela poderá ter surgido associada a uma promessa feita pelo rei D. Manuel. Na sequência de uma crise peste bubónica em 1505, o referido monarca compromete-se, com o intuito de obter auxílio divino para ultrapassar a situação epidemiológica, a erguer uma série de templos em honra de São Sebastião. A datação feita por Francisco Manuel Alves, autor um extenso trabalho novecentista sobre a região de Bragança, adequa-se melhor à realidade expressa nas ilustrações quinhentistas. Apesar das discrepâncias referidas, importa referir que se assume a plausibilidade de hipóteses mistas que conjuguem a data apontada por Francisco Manuel Alves, 1505, e por José Cardoso Borges, 1569. Assim, aceita-se a possibilidade de Duarte de Armas ter tomado conhecimento dos planos de D. Manuel para a construção do pequeno edifício religioso dedicado a São Sebastião e ter, desse modo, representado o edifício antes do mesmo estar construído. Relativamente à hipótese levantada importará referir que a Capela de São Sebastião representada nas peças quinhentista apresenta uma imagem muito próxima da atual; assim, aceita-se que se possa contra-argumentar referindo que dificilmente Duarte de Armas conseguiria fazer um exercício de futurologia tão exato e desenhar a Capela com uma imagem próxima à que ainda hoje se observa (figura 34, figura 35, figura 36).

Ainda que constitua uma possibilidade mais remota, acha-se interessante levantar ainda a possibilidade da data de 1569 corresponder factualmente ao planeamento e à edificação da capela de S. Sebastião e, assim, a representação da cidade de Bragança do códice de Lisboa não ser da autoria de Duarte de Armas. A teoria apresentada é contrariada pelas semelhanças da caligrafia presente tanto nas representações do códice de Madrid como na do códice de Lisboa, e pelo facto de Duarte de Armas se representar a si próprio na ilustração da cidade de Bragança. Ainda assim, considera-se uma possibilidade interessante de levantar.

Conforme referido, Mário Jorge Barroca advoga que as ilustrações do códice de Madrid terão sido produzidas em contacto direto com os objetos de estudo e que, por oposição, as representações compiladas no códice de Lisboa deverão constituir uma versão de "gabinete" das primeiras[36]. Apesar da hipótese apresentada ditar uma regra que se poderá aplicar à maioria das fortalezas representadas

36 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017; Pg. 200.

Figura 34 - Capela de São Sebastião na vista de Leste do Códice de Lisboa

Figura 35 - Capela de São Sebastião na atualidade (perspetiva de Nascente para Poente)

Figura 36 - Capela de São Sebastião na atualidade (perspetiva de Poente para Nascente)

por Duarte de Armas, o autor aponta o exemplo de Almeida como uma exceção ao procedimento descrito. Sobre as discrepâncias entre as representações do núcleo fortificado de Almeida, Mário Jorge Barroca escreve: "as diferenças entre as duas vistas (da fortaleza de Almeida) não parecem resultar de intervenção no "gabinete", antes sugerindo um segundo desenho"[37].

Tendo por base as discrepâncias entre as representações de Bragança presentes nos dois códices, admite-se a possibilidade de o caso do núcleo fortificado brigantino poder ser enquadrado nos dois grupos – ou seja, assume-se que é plausível pensar que o estudo gráfico da fortaleza transmontana é feito em duas viagens distintas, e considera-se credível julgar o desenho do Códice de Lisboa como a versão final que tem como base o desenho do manuscrito de Madrid mas que reflete indicações que chegam ao escritório de Duarte de Armas (como poderá ser exemplo o caso da Capela de São Sebastião).

Conforme mencionado na introdução, o foco dado às representações de Bragança produzidas por Duarte de Armas prende-se com a utilidade que as mesmas terão na discussão de temáticas que surgem ao longo da dissertação. Os documentos quinhentistas voltarão a ser mencionados no estudo das linhas defensivas de Bragança (2.2), na exposição da evolução da envolvente próxima da Igreja (3), na tentativa de leitura do conjunto conventual medieval (4.1; 4.2), e na procura de reconstituição da evolução arquitetónica da Igreja (5).

Apesar dos documentos gráficos quinhentistas constituírem uma fonte múltiplas vezes repetida, importa realçar que não se reconhece nas peças produzidas por Duarte de Armas uma autoridade irrefutável. Conforme mencionado, os desenhos do século XVI apresentam discrepâncias entre si e, assim, apesar da forte presença que têm no corpo do presente trabalho, deverão ser abordados com a devida dose de cautela.

37 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017; Pg. 201.

2.2 Evolução das Linhas Muralhadas

Foral de Vila e Construção das Muralhas

As intervenções monárquicas de D. Sancho I, que pretendia consolidar as povoações raianas, constituem um ponto de viragem no desenvolvimento do núcleo urbano brigantino. Nesse sentido, realça-se que o monarca Povoador negoceia, no ano de 1187, a aquisição da Quinta de Bemquerença[1]; a referida Quinta de Bemquerença, que então pertencia ao Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, terá constituído uma parcela de terreno fundamental para o desenvolvimento do núcleo urbano brigantino[2]. Ainda no ano de 1187 e após a obtenção da Quinta de Bemquerença, D. Sancho I atribui o foral de vila a Bragança[3]. Julga-se que a narrativa da povoação é pautada pelas mencionadas intervenções do Rei Povoador – considera-se que a história de Bragança é marcada por um antes e por um depois da contribuição de D. Sancho I para o desenvolvimento do núcleo urbano.

O processo de negociações entre D. Sancho I e o Mosteiro de São Salvador Castro de Avelãs leva à discórdia entre dois autores que escrevem sobre a fundação de Bragança: Joaquim Viterbo[4] e Francisco Manuel Alves[5]. Os autores mencionados, que especulam sobre a situação do núcleo urbano antes da intervenção do monarca Povoador, entram em desacordo no que diz respeito à designação undecentista de Bragança e em relação à importância que a Quinta de Bemquerença tem no desenvolvimento e no crescimento da povoação.

Relativamente à questão da designação do núcleo urbano brigantino, Joaquim Viterbo, que aborda a temática num texto publicado em 1789, refere que Bragança assume, numa primeira fase, o nome da quinta que D. Sancho adquire ao Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs: Bemquerença. Nas palavras do autor:

> *"Este era o nome [Bemquerença], que primeiramente se deo à villa de Bragança, por ser o mesmo que antes tinha o terreno, quinta, ou lugar, em que El-Rei D. Sancho I a fez de novo construir"*[6]

Conforme referido, Francisco Manuel Alves discorda de Joaquim Viterbo. Francisco Manuel Alves refere que o termo Bemquerença (ou Benquerença) surge apenas na correspondência entre o monarca e os monges e não volta a ser empregue em nenhum documento que se segue[7]. No foral de vila atribuído por D. Sancho I, os termos utilizados para designar a povoação são *"Bragancia"* e *"Bragantia"*[8]; nas Inquirições Gerais de 1258, associadas ao reinado de D. Afonso III, as grafias usadas

1 O termo designado para definir a quinta adquirida por D. Sancho I surge na obra de Viterbo como Bemquerença e no trabalho de Francisco Manuel Alves como Benquerença. Na presente dissertação opta-se por seguir a expressão usada por Viterbo e, assim, designa-se o terreno adquirido pelo Rei Povoador como Quinta de Bemquerença.

2 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 21-31.

3 *Ibidem.*

4 VITERBO, Joaquim; Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam; Editor A. J. Fernandes Lopes; 2ª Edição; Lisboa; 1865.

5 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I.

6 VITERBO, Joaquim; Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam; Editor A. J. Fernandes Lopes; 2ª Edição; Lisboa; 1865; Pg. 129-132.

7 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 21-31.

8 *Idem* ; Pg. 45.

para referenciar o núcleo urbano são "*Bragancia"* e *"Blagancia"*[9].

Francisco Manuel Alves indica ainda que o documento relativo às negociações entre Sancho I e o Mosteiro de São Salvador conta com a presença das expressões *Benquerença* e *Civitate Bragancia* (termo que Francisco Manuel Alves indica designar a povoação que atualmente se denomina por Bragança). O autor mencionado aponta, desse modo, que a palavra Bemquerença seria apenas usada para designar a propriedade adquirida pelo monarca e não, ao contrário do que Viterbo estipula, a povoação que atualmente se denomina por Bragança. Nas palavras de Francisco Manuel Alves, a partir da *"coexistência da civitate Bragancia e da quinta da Benquerença, somos levados a crer que esta era realmente uma quinta, na verdadeira acepção da palavra, ou propriedade contígua a Bragança, pertencente aos frades, e como o seu território faria falta para dar mais âmbito à cidade, el-rei tratou de a obter"*[10].

Nas transcrições dos textos dos autores mencionados levanta-se o véu sobre as opiniões contrárias que têm em relação à importância da Quinta de Bemquerença para o desenvolvimento da cidade. Francisco Manuel Alves refere que a Quinta seria uma propriedade adquirida por D. Sancho para dinamizar Bragança; Joaquim Viterbo considera que o terreno de Bemquerença é comprado pelo monarca para que pudesse acolher a reconstrução de uma povoação que havia existido na zona geográfica em questão. Assim, Francisco Manuel Alves aponta que a intervenção de Sancho I constitui um momento de consolidação e de reforço de uma povoação já existente, Viterbo indica que D. Sancho I (re)funda o núcleo urbano numa folha praticamente branca.

Joaquim Viterbo indica que Sancho I adquire a Quinta de Bemquerença para aí fazer *"de novo construir"* a cidade de Bragança[11]. A utilização da expressão *"de novo"* leva a crer que Viterbo considera, tal como referido anteriormente, que já haveria existido (não exatamente no mesmo local, mas na zona geográfica em questão) um núcleo urbano que o monarca Povoador refunda em 1187 com o intuito de fortalecer a defesa da raia. Viterbo reforça a posição indicando que da *"povoação antiga"* é possível observar *"ruínas" "junto às margens do rio Sabor, não muito longe de Bragança"*[12].

Em sentido oposto, Francisco Manuel Alves indica que a intervenção de D. Sancho corresponde a um momento de consolidação e de continuidade de um núcleo urbano já estabelecido. Como indicado anteriormente, os documentos da negociação entre Castro de Avelãs e D. Sancho I referem simultaneamente a existência da Quinta de Bemquerença (ou Benquerença) e da Civitate Bragancia; Francisco Manuel Alves aponta que a coexistência entre a Quinta e a Civitate deverá indicar que Bemquerença se trata de um terreno que Sancho I adquire com o intuito de melhor desenvolver Bragancia[13].

Ainda seguindo o documento relativo à negociação entre Castro de Avelãs e Sancho I, Francisco

9 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 45.
10 Idem; Pg. 21-31.
11 VITERBO, Joaquim; Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam; Editor A. J. Fernandes Lopes; 2ª Edição; Lisboa; 1865; Pg. 129-132.
12 *Ibidem.*
13 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 21-31.

Manuel Alves indica que o monarca cede, como moeda de troca para a aquisição da Quinta de Bemquerença, a posse das aldeias de S. Julião de S. Mamede. Segundo a interpretação que Francisco Manuel Alves faz do referido documento, as aldeias envolvidas na troca entre o poder régio e o Mosteiro de São Salvador estavam sob o domínio de Bragancia e tinham de pagar direitos à dita Civitate. O poder de Bragancia sobre São Julião e São Mamede leva Francisco Manuel Alves a indicar que a Civitate já seria um importante núcleo antes da eventual expansão para a Quinta de Bemquerença[14]. Francisco Manuel Alves levanta a possibilidade em resposta direta a Joaquim Viterbo:

" Viterbo cita ainda, como prova da sua asserção, a carta de escambo feita a 4 de Maio de 1187 entre D. Sancho I e o Mosteiro de Castro de Avelãs que cedeu ao rei a Quinta de Benquerença, recebendo em troca a vila de S. Julião e a igreja de S. Mamede e respectivo vilar; mas (…) [esse] documento (…) já dá Bragança como existente (…) Ora, se Bragança fosse fundada por D. Sancho I, ao dar-lhe o foral, no dizer de Viterbo, como este teve lugar em Junho de 1187, isto é, posteriormente à troca, não se empregaria no documento acima a expressão — in Civitate Bragancia — que seria um absurdo pois, não sendo Bragança habitada, nem gozando do privilégio de cobrar direitos de barreira ou portático, para que queriam os de S. Julião e Vilar de S. Mamede ficar isentos dele?! De onde concluímos que Bragança já então existia como povoado importante, pois gozava do privilégio de cobrar direitos de portático sobre as mercadorias que aí vinham vender-se."[15]

Na defesa da hipótese que levanta, Francisco Manuel Alves convoca um terceiro argumento, o autor mencionado advoga que seria anómala a atribuição um foral de vila a uma povoação construída de raiz e, assim, sem população nenhuma[16].

Em suma, Francisco Manuel Alves sugere que D. Sancho I atribui o título de vila a um núcleo já estabelecido, Joaquim Viterbo indica que a emissão do foral corresponda a uma refundação e a uma deslocação de um núcleo urbano que então estaria abandonado e/ou arruinado. Apesar das discórdias, ambas as hipóteses admitem a existência de uma povoação anterior à intervenção de D. Sancho no núcleo. A presença de aglomerados urbanos anteriores à emissão do foral constitui um fator relevante para a discussões que se seguem: evolução das linhas muralhadas medievais; relação do Convento de São Francisco com os referidos anéis defensivos medievos.

Linhas Muralhadas Medievais

Após a exposição em torna das circunstâncias que envolvem a compra da Quinta de Bemquerença e a atribuição do foral de vila por parte de D. Sancho I, parte-se ao estudo da edificação das muralhas

14 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 21-31.
15 *Ibidem.*
16 *Ibidem.*

que se desenvolvem em torno do núcleo durante a Idade Média. O estudo do dos anéis defensivos que circundam a povoação medieval importa para a dissertação por conduzir à abertura de hipóteses de leitura da relação do local de implantação do Convento de São Francisco de Bragança com as estruturas muralhadas medievas.

Posteriormente à atribuição do foral de vila à povoação de Bragança, a cronologia da página do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) relativa ao núcleo urbano da cidade de Bragança refere que D. Sancho I inicia a construção de muralhas em torno da povoação[17]; o monarca Povoador faz o financiamento da empreitada através de um documento testamental emitido em 1188. Francisco Manuel Alves não nega a possibilidade de as muralhas terem sido principiadas num período tão recuado, mas aconselha alguma cautela em relação à possibilidade das linhas defensivas financiadas por D. Sancho I corresponderem em absoluto às muralhas medievais que atualmente se observam na cota alta da cidade. Relativamente à possibilidade da construção da referida estrutura militar poder ter sido principiada no reinado do monarca Povoador, Francisco Manuel Alves escreve que *"é natural que algo se fizesse nesse sentido, mas não tudo"*[18].

Nas Inquirições Gerais de 1258, realizadas a mando do rei D. Afonso III, dá-se nota que parte dos rendimentos obtidos nas igrejas de São Vicente e de Santa Maria de Bragança é destinada à construção das muralhas em torno do núcleo[19]. Assumindo-se, assim, que, tal como Francisco Manuel Alves indica, o processo da edificação da linha defensiva não foi terminado durante o reinado de D. Sancho I. Relativamente ao posicionamento urbano que o anel muralhado (ainda em construção) teria em 1258, as Inquirições Gerais informam que existem quatro paroquias em Bragança: Santa Maria e São Tiago no interior do recinto muralhado[20]; São João e São Vicente no núcleo extramuros[21]. Através da localização urbana dos templos mencionados na morfologia atual da cidade, poder-se-á assumir, que ainda que possa ter sofrido alterações materiais, obras de requalificação e projetos de ampliação, a muralha em torno da cota alta de Bragança começava a assumir um percurso semelhante ao atual.

Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) o poder régio volta, a pedido dos procuradores de Bragança, a financiar intervenções nas linhas defensivas do núcleo urbano brigantino[22]. Posteriormente, é D. João I a fazer doações para a consolidação da fortaleza de Bragança; o donativo do Mestre de Avis acontece em 1409 e visa o financiamento da construção de torres no perímetro defensivo brigantino[23].

A cronologia e o relato do SIPA parece indicar que as mencionadas doações monárquicas financiam a construção de uma muralha que se desenvolve progressivamente até chegar à imagem da linha defensiva que se dispõe à cota alta do núcleo urbano. Contudo, apesar das primeiras fases de vida do referido anel defensivo poderem remontar ao final do reinado de D. Sancho I, convém referir que se admite, com a devida cautela, a possibilidade de a povoação de Bragança já ser marcada pela

17 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=27973 ; Consultado a 12/10/2021 às 10:23.
18 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Tomo I; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo I; Pg. 257-261.
19 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=27973 ; Consultado a 12/10/2021 às 10:23.
20 *Ibidem.*
21 *Ibidem.*
22 *Ibidem.*
23 *Ibidem.*

presença de estruturas militares antes do governo do monarca Povoador. A hipótese levantada será explorada ao longo dos parágrafos que se seguem e surge através do estudo que Manuel Simancas faz dos desenhos de Duarte de Armas[24].

No ponto presente da dissertação, relembra-se que Viterbo e Francisco Manuel Alves indicam que já existiria um núcleo urbano em Bragança antes das intervenções de D. Sancho I na cidade. A conjugação das indicações dadas pelos autores mencionadas é cruzada com o texto de Manuel Simancas e resulta nas considerações expostas nos parágrafos que se seguem.

Manuel Simancas indica que a *"villa murada"*, situada *"en la pane baje de la meseta señoreada por el grandioso castillo"*, é fundada por D. Sancho I *"en el último tercio del siglo XII"*[25]. Simancas refere que o povoado existente antes da intervenção do monarca Povoador, *"talvez dominado primero por un castro y luego por romano arce"*, devia localizar-se numa *"paraje más bajo"* face à cidadela à cota alta[26]. A povoação situada *"más bajo"* poderá: corresponder ao núcleo urbano que Francisco Manuel Alves indica já prosperar antes da atribuição do foral de vila; tratar-se do núcleo que Joaquim Viterbo refere ser refundado, reconstruído e deslocado por Sancho I. Relativamente à povoação na *"paraje mas bajo"*, Manuel Simancas refere que o núcleo seria circundado por estruturas muralhadas e que os vestígios do mencionado anel defensivo estariam ainda presentes no núcleo urbano quinhentista representado por Duarte de Armas[27].

Nas ilustrações quinhentistas de Bragança, a muralha da cidadela à cota alta é acompanhada pela ilustração de trechos de linhas defensivas em aparente estado de desuso. Um dos referidos trechos localiza-se na zona extramuros do núcleo urbano e surge anexado ao edifício que o presente estudo identifica como Igreja de São Vicente (Vista de Oeste). A partir do aparelho bélico mencionado, Manuel Simancas levanta, conforme referido, a possibilidade de terem existido linhas defensivas anteriores à que se observa em torno do núcleo implantado na cota alta. Relativamente à estrutura bélica anexa à Igreja de São Vicente (figura 37 e figura 38), Manuel Simancas escreve:

"La villa murada, que probablemente fundó Sancho I en el último tercio del siglo XII, aparece en la pane baja de la meseta señoreada por el grandioso castillo, según se ve en los dos dibujos; pero la situación del pueblo que existió antes de esa época, talvez dominado primero por un castro y luego por romano arce, debió ser en paraje más bajo. Para creerlo así, tenemos en cuenta que casi en la parte central de la moderna ciudad perduraba, á principios de la décimosexta centuria, un gran arco de medio punto abierto en un muro derruido entonces, reputado ya como viejo, contiguo á la robusta torre en cuya plataforma se levantaba la espadaña del templo de San Vicente."[28]

24 SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; 1ª Edição; Madrid; 1910.
25 SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; 1ª Edição; Madrid; 1910; Pg. 110-111.
26 *Ibidem*.
27 *Ibidem*.
28 *Ibidem*.

Figura 37 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Vicente de Bragança representada na *vista de Oeste do Códice de Lisboa*

Figura 38 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Vicente de Bragança representada na *vista de Oeste do Códice de Madrid*

Figura 39 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Francisco de Bragança representada na *vista de Leste do Códice de Lisboa*

Figura 40 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Francisco de Bragança representada na *vista de Leste do Códice de Madrid*

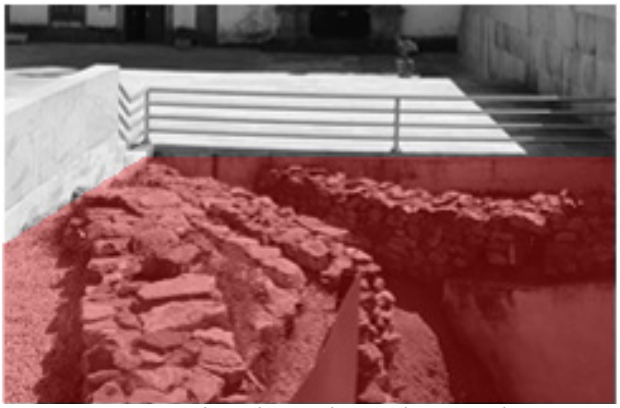


Figura 41 – Fosso descoberto diante da Igreja de São Francisco de Bragança nas escavações arqueológicas

Figura 42 – Fosso descoberto diante da Igreja de São Francisco de Bragança nas escavações arqueológicas

Assume-se, a partir do texto de Simancas, que a estrutura militar associada à representação quinhentista da Igreja de São Vicente pudesse integrar o anel defensivo do núcleo urbano existente antes da atribuição de foral de vila por parte de D. Sancho I. Para vincar a plausibilidade da hipótese levantada, o autor recorda que as peças quinhentistas do Códice de Madrid são marcadas por indicações textuais que fazem menção à antiguidade do aparelho militar anexado ao templo vicentino brigantino. Desse modo, importa relembrar que Duarte de Armas identifica o *"gran arco de medio punto abierto en un muro derruído"* como *"adefycyo velho"*[29]. Assim, a linha defensiva associada ao *"adefycyo velho"* e à Igreja de São Vicente poderia integrar um anel defensivo contruído antes da atribuição do foral de vila a Bragança e derrubado antes das representações de Duarte de Armas da fortaleza de Bragança.

Relativamente à antiguidade da estrutura militar associada à Igreja de São Vicente de Bragança importa atentar na descrição que José Cardoso Borges faz da mesma. O autor mencionado relata a ruína seiscentista do aparelho bélico e descreve-o como "*hua torre como as das muralhas antigas, e que se edificava no tempo dos mouros*"[30]. A indicação de Cardoso Borges, que posiciona cronologicamente a edificação do estrutura militar e da possível muralha asscoiada à mesma, poderá ser um fator a ter em conta na validação da hipótese superamente mencionada.

No ponto presente da dissertação importa trazer para o estudo as conclusões resultantes de escavações arqueológicas realizadas diante da Igreja de São Francisco de Bragança entre 2016 e 2017. As investigações de arqueologia resultam na descoberta de um fosso que estaria associado a uma estrutura militar (figura 41 e figura 42). O relatório resultante das escavações sugere que o fosso e a desaparecida estrutura muralhada formariam uma linha defensiva onde se integraria o aparelho bélico anexo à Igreja de São Vicente representada por Duarte de Armas.

"Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da empreitada (2016-2017) para arranjo do espaço fronteiro ao antigo convento e igreja S. Francisco permitiram a identificação de várias estruturas, enquadráveis nos períodos medieval e moderno, das quais se destaca um segmento do fosso que integrou o sistema defensivo de Bragança"; "As inquirições de 1258 deixam transparecer que o núcleo habitacional de Bragança já não se confinava ao espaço definido pela muralha que bordejava o outeiro onde se implanta o castelo, registando duas paróquias extramuros [São Vicente e São João]. O contínuo aumento desta população e o consequente crescimento e dinamismo dos arrabaldes, aliados a uma política de proteção da fronteira, terão obrigado a construção de uma linha defensiva mais alargada. Os troços desta segunda muralha registados por Duarte d'Armas observam-se já em degradação."; "O momento da construção, as características e o percurso desta segunda estrutura defensiva continuam por apurar. Contudo, sabemos agora que, pelo menos em

29 SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; 1ª Edição; Madrid; 1910; Pg. 110-111.

30 BORGES, José Cardoso; Descripsão topografica da Cidade de Bragança; Documento manuscrito; Bragança; Sec. XVIII. https://purl.pt/16736 ; consultado a 29/10/2021 às 15:39.

Figura 43 – Possíveis linhas muralhadas medievais na morfologia atual de Bragança

1-Linha muralhada à cota alta
2-Possível linha muralhada à cota baixa
3-Convento de São Francisco
4-Igreja de Santa Maria
5-Igreja de São João
6-Igreja de São Vicente

alguns segmentos, ao exterior de uma muralha em alvenaria de xisto encostaria um fosso escavado no afloramento rochoso e de secção em U"; "A análise dos numismas e dos materiais cerâmicos apontam para que a sua desativação e abandono tenha ocorrido ainda no século XIV." [31]

O relatório das escavações arqueológicas oferece uma alternativa para a origem de um anel defensivo à cota baixa do núcleo urbano. Conforme expresso na transcrição, o relatório assume que o extenso crescimento do núcleo urbano para lá dos limites das muralhas à cota alta poderá ter levado à criação de uma segunda linha bélica capaz de defender o arrabalde fora de portas.

Ainda assim, refere-se que os documentos resultantes das campanhas arqueológicas não assumem uma posição taxativa e salvaguardam que "*o momento da construção, as características e o percurso desta segunda estrutura defensiva [correspondente à muralha à cota baixa] continuam por apurar"*[32]. Assim, interessa ao presente estudo não descartar a possibilidade da estrutura militar associada ao fosso descoberto nas campanhas arqueológicas poder, na verdade, pertencer à potencial linha defensiva que Manuel Simancas sugere ser anterior à (re)fundação da vila por parte de D. Sancho I.

Nas peças produzidas por Duarte de Armas no primeiro quartel do Séc. XVI, ilustra-se ainda um aparelho militar anexo à Igreja do Convento de São Francisco de Bragança (Vista de Leste). Manuel Simancas e João Jacob têm uma posição semelhante relativamente à estrutura mencionada (figura 39 e figura 40); Jacob, autor que assina uma publicação em que procura fazer um apanhado geral da evolução urbana e histórica de Bragança, indica que a estrutura corresponde a "restos prováveis de uma muralha defensiva"; Manuel Simancas alonga-se em relação ao tema e escreve:

"El otro detalle á que nos referimos es la torre almenada que aparece flanqueando el Monasterio de San Francisco (vista del frente oriental), reducto que por su situación y altura es posible que fuera resto de una cerca fortificada, construida por la comunidad antes de levantar D. Dionisio [D. Dinis] la que circunvalaba la antigua villa, puesto que la casa religiosa existía desde 1214 y no es de suponer que en aquellos tiempos careciera de obras defensivas"[33]

Apesar das indicações dadas por Manuel Simancas, que serão alvo de escrutínio mais aprofundado nos parágrafos que se seguem, sugere-se que a estrutura militar anexa à Igreja de São Francisco de Bragança pudesse estar integrada na linha defensiva comum à estrutura militar associada à representação quinhentista da Igreja de São Vicente e ao aparelho bélico correspondente ao fosso descoberto diante da Igreja de São Francisco entre 2016 e 2017. Assim, aceita-se que tanto o trecho de muralha da Igreja de São Vicente como o da Igreja de São Francisco (cuja presença é conhecida através das representações de Duarte de Armas e pela realização de escavações arqueológicas diante do templo) pudessem estar associados a uma linha de defesa anterior ao foral undecentista de Bragança (figura 43).

Simancas atribui a muralha à cota alta ao reinado de D. Dinis; a afirmação de Simancas é contrariada

31 Anexo 28.
32 Anexo 28.
33 SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; 1ª Edição; Madrid; 1910; Pg. 110-111.

pelas Inquirições Gerais de 1258 que (pelo posicionamento atual das igrejas de São João, São Vicente, São Tiago e Santa Maria) deixam presumir que o anel defensivo, ainda que não estivesse concluído e pudesse não ter um aspeto semelhante ao atual, já deveria ter um percurso semelhante à linha defensiva que hoje se observa[34]. Ainda assim, explorando a possibilidade levantada por Manuel Simancas sugere-se, com a devida cautela, que possa ter existido, durante a construção das muralhas à cota alta, um aproveitamento dos anéis defensivos anteriores à atribuição do foral de vila por parte de D. Sancho I. Os relatórios relativos ao fosso encontrado nas escavações arqueológicas realizadas entre 2016 e 2017 sustentam, de forma parcial, a hipótese levantada; os relatórios indicam que a estrutura bélica diante da Igreja de São Francisco de Bragança é abandonada no séc. XIV[35], período que engloba parte do reinado do monarca que Simancas associa à construção da muralha em torno da cota alta: D. Dinis.

Outro fator a contribuir para a validação da hipótese de ter existido um aproveitamento das linhas muralhadas anteriores à emissão do foral de vila prende-se com os relatos que indicam que a povoação de Bragança é cercada por Afonso IX, rei de Leão, por volta do ano de 1199[36]. A doação testamental para a construção das muralhas, financiamento feito por D. Sancho I, antecede em cerca de uma década o assédio de D. Afonso IX à povoação de Bragança. Um intervalo de dez anos parece ser um interlúdio curto para compreender a construção da linha defensiva com as dimensões do anel que defende a cota alta de Bragança: julga-se, assim, que as tropas de Afonso IX poderão ter sido travadas pelas linhas defensivas que o núcleo poderia já ter antes da atribuição do foral de vila e que poderão ter sido reaproveitadas por D. Sancho I.

Na hipótese levantada, a situação intramuros e extramuros das paroquias mencionadas nas Inquirições Gerais de 1258 seriam relativas ao anel defensivo que se construía à cota alta. A Igreja de São Vicente e a Igreja de São João estariam fora de portas relativamente à muralha principiada a edificar no reinado de D. Sancho I, e numa posição interior face à potencial linha defensiva que existiriam antes da atribuição do foral de vila à povoação de Bragança.

A potencial existência de duas linhas muralhadas desde a atribuição do foral até ao reinado de D. Dinis poderá, como se verá no subsubcapítulo que se segue, afetar o processo de implantação do Convento de São Francisco de Bragança. Justifica-se, desse modo, a atenção e a extensão que o presente estudo deu a uma temática aparentemente tão distante ao Convento de São Francisco de Bragança.

Relação da Ordem de São Francisco com os núcleos urbanos e fortificados

Uma vez estabelecida a cronologia das linhas defensivas medievais, estudo da evolução temporal das muralhas do núcleo fortificado de Bragança é interrompido por um curto desvio. Assim, na tentativa de melhor compreender as dinâmicas estabelecidas entre as muralhas medievais brigantinas

34 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=27973 ; Consultado a 12/10/2021 às 10:23.
35 Anexo 28.
36 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Junho de 2000;Tomo I; Pg. 57-58.

e o complexo conventual franciscano, interrompe-se a narrativa da evolução cronológica dos anéis defensivos de Bragança para fazer uma abordagem às tendências de implantação das Casas da Ordem de São Francisco coetâneas do Convento de São Francisco de Bragança.

O rápido crescimento da Ordem dá origem a uma série de casas de São Francisco um pouco por toda a Europa cristã. A estratégia de implantação franciscana é alterada à medida que a popularidade dos frades menores aumenta. Numa fase embrionária, os irmãos de São Francisco fixam-se em zonas relativamente distantes dos núcleos urbanos[37]. As primeiras ordens franciscanas, datadas de 1221 e 1223, proíbem os frades de estabelecer habitação em residências fixas[38]. Assim, os franciscanos que inicialmente se difundem pelo velho continente habitam em eremitérios, geralmente pré-existentes, de modo a não perder a condição de *"peregrinos e forasteiros"*[39]. Contrariando as ordens, os frades menores afastam-se organicamente das edificações precárias e herméticas e principiam a habitar lugares fixos junto às povoações.

No capítulo geral de 1239, realizado na cidade de Roma, a OSF favorece em definitivo o abandono de lugares simples em detrimento de uma aproximação às urbes[40]. Com uma lógica de implantação contrária às ordens de clausura monástica de Cister (fundada no século XI) e de São Bento (estabelecida no século VI), os franciscanos e os dominicanos acabam por estabelecer complexos religiosos na proximidade dos núcleos urbanos. As distintas estratégias de implantação das várias ordens são resumidas de uma forma simples num dístico citado numa publicação em que Jaqcues Le Goff aborda o desenvolvimento das cidades medievais:

> *"Bernardo amava os vales, Bento as montanhas, Francisco os burgos, Domingos as cidades populosas"*[41]

Na sequência do capítulo geral de 1239, os complexos franciscanos instalam-se, por norma, em locais extramuros e a uma curta distância da linha de defesa muralhada do núcleo fortificado. Catarina Marado, que estuda o papel das dependências conventuais nas urbes medievas, retrata a estratégia de implantação nos seguintes moldes:

> *"Desde Jacques Le Goff, que primeiro os associou às periferias urbanas, muitos outros autores confirmaram esta posição preferencial, referindo também o facto de estes frades [mendicantes] se situarem normalmente perto das muralhas, das portas e das vias principais. (…) Também a instalação em edifícios pré-existentes, como ermidas, albergarias e hospitais, tem sido frequentemente referida como outro dos aspetos comuns à maioria das fundações mendicantes"*[42]

37 ROS, Vicente Garcia;Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración; Editorial Asís; 1ª Edição; Valência, 2000 apud PEREIRA, Ana Cristina; Os Conventos do Porto, Descontinuidades, Transformação e Reutilização; Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Porto; 2007; Pg. 67-82.

38 *Ibidem*.

39 *Ibidem.*

40 *Ibidem*.

41 GOFF, Jacques Le; O Apogeu da Cidade Medieval; Livraria Martins Fontes Editora Ltda; 1ª Edição Brasileira; São Paulo, 1992; Pg.34.

42 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos

O motivo que leva os franciscanos a optar por locais fora de portas não é consensual. Por um lado, Le Goff defende que os franciscanos querem estar próximos das comunidades recém-chegadas às cidades de modo a conseguir prestar auxílio a *"homens novos de cujos problemas queriam encarregar-se e cujos desvios pretendiam combater"*[43]. Por outro, Walter Simons, autor de um estudo sobre as ordens mendicantes na Flandres, apologia que os frades menores não têm poder de escolha e estão limitados pela oposição do clero secular e pela indisponibilidade de terrenos livres no interior das muralhas[44]. Indo de encontro ao que Simons escreve, é relevante mencionar que a vida de pobreza praticada pela OSF e a consequente dependência da boa-vontade de terceiros pode ter peso nos locais de implantação das casas franciscanas. Ou seja, pensa-se ser plausível considerar que os frades menores estariam condicionados pela disponibilidade e pelas posses do/s fundador/es de cada complexo.

Segundo o que Catarina Marado escreve, as hipóteses apresentadas por Simons e por Le Goff têm vindo a ser conciliadas[45]. Explorando a teoria apresentada por Le Goff, Catarina Marado explica de que modo o contexto social do espaço extramuros pode exercer um polo de magnetismo sobre as comunidades franciscanas que se difundem pela Europa medieval. O núcleo medievo fora de portas é ocupado pelos "pobres, doentes, forasteiros e socialmente desfavorecidos", a população das zonas extramuros carece de recursos e vive "sem assistência espiritual"[46]. Ainda segundo Catarina Marado, a morfologia suburbana medieval é preenchida por equipamentos repelidos pela cidadela intramuros. Assim, os arrabaldes são marcados pela existência de indústrias poluentes, currais, matadouros, bairros de minorias religiosas, locais de execução, albergarias e hospitais; "Este tipo de equipamentos situava-se essencialmente no exterior dos núcleos urbanos, quer pela natureza das suas funções, dedicados a abrigar pobres e a tratar os doentes, quer também pela sua dimensão, destinados a albergar comunidades"[47]. A conjuntura social e urbana forma, desse modo, o cenário ideal para a difusão da OSF. Vincando esse ponto, Catarina Marado escreve:

> *"Os subúrbios das cidades acolhiam (…) não só os recém-chegados como também os excluídos do interior dos muros. Eram lugares de conectividade, de itinerância e de assistência material e espiritual. Os mendicantes, também eles recém-chegados, encontraram nestes espaços o cenário ideal para praticar os seus ideais de vida religiosa: pobreza, pregação e itinerância"*[48]

A história e a evolução dos complexos franciscanos de Guimarães (figura 45) e de Coimbra (figura 47) reflete algumas das tendências que se identificam como caraterísticas dos primeiros anos da

mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra, 2018; Pg. 119.

43 GOFF, Jacques Le; O Apogeu da Cidade Medieval; Livraria Martins Fontes Editora Ltda; 1ª Edição Brasileira; São Paulo, 1992; Pg.34.

44 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg.121.

45 *Ibidem*.

46 *Idem*; Pg. 124.

47 *Ibidem*.

48 *Idem*; Pg. 121.

Ordem de São Francisco [49] - o complexo franciscano vimaranense terá sido fundado em 1216 e a casa de São Francisco coimbrã ter-se-á estabelecido no intervalo temporal entre 1217 e 1221. Nos casos referidos, as instalações primitivas dos frades menores espelham a estratégia inicial de afastamento em relação ao núcleo urbano. Conforme Catarina Marado escreve:

"Em Guimarães, os Franciscanos estabeleceram-se num sítio isolado chamado Fonte Santa, situado no Monte de Santa Catarina a cerca de quilómetro e meio dos limites da vila. Em Coimbra albergaram-se numa ermida-hospital conhecida como Ermida de Santo Antão dos Olivais que ficava no topo de uma colina a cerca de dois quilómetros da cidade"[50]

Não é consensual em que data a OSF efetua a mudança do paradigma presente nas primeiras instalações de Coimbra e Guimarães e começa, assim, a aproximar-se dos núcleos urbanos. Ainda segundo Catarina Marado, o Convento de Lisboa, fundado em 1217 a cerca de meio quilómetro da muralha, pode ser um primeiro sinal da alteração de estratégia de implantação (figura 46). Ainda assim, a interpretação da fundação do Convento de Lisboa como o momento catalisador da aproximação dos franciscanos à cidade representaria um adiantamento face ao resto da Europa[51]. No velho continente, a relação de proximidade da OSF com as cidades começou a estabelecer-se na década 20 do século XIII. A posição das instalações franciscanas face a Lisboa deve-se, seguindo o relato de Catarina Marado, à doação da Ermida dos Mártires por parte do poder régio[52].

Ainda que seja difícil apontar a data exata em que se opera a mudança de paradigma, constata-se que os conventos franciscanos fundados no início dos anos 30 do século XIII vincam de uma forma evidente a alteração da estratégia de implantação da OSF. Os complexos franciscanos de "Leiria [1232] e (…) Porto [1233] localizaram-se já junto dos limites desses aglomerados urbanos"[53].

Conforme relata Catarina Marado, o caso do Porto (figura 48) é elucidativo da mudança de tendência

49 Em meados da década de 10 do séc. XIII, Francisco de Assis envia a Portugal dois irmãos franciscanos com a missão de difundir a presença da Ordem no recém-criado reino português. Assim, Frei Zacarias e Frei Gualter chegam em 1216 a Coimbra, cidade que na data em questão era capital de Portugal e acolhia, assim, o monarca e a respetiva corte portuguesa. No seguimento do contacto entre a família real e os dois frades são fundadas quatro casas de São Francisco em Portugal (por ordem alfabética): Alenquer; Coimbra; Guimarães; Lisboa.

Catarina Marado (Arquitetura Conventual e Cidade Medieval;2018) expressa os conventos de Alenquer e de Guimarães são fundados em 1216, e indica que os complexos franciscanos de Coimbra e de Lisboa são estabelecidos em 1217. A publicação Ordens Religiosas em Portugal das Origens a Trento – Guia Histórico (Andrade; Pina; Santos; Sousa; 2005) corrobora a cronologia apontada por Catarina Marado, mas coloca algumas reticencias em relação à data de fundação do Convento de Coimbra; o Guia Histórico admite a dupla possibilidade do complexo franciscano coimbrão poder ter sido estabelecido em 1217 ou em 1218. Vítor Rui Teixeira (O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média; 1995) vai de encontro à datação feita pelos autores mencionados relativamente aos conventos de Alenquer, Guimarães e Lisboa, mas volta a colocar dúvidas em relação ao ano de instituição da casa de São Francisco de Coimbra; o autor sugere 1221 como o ano de instalação de um complexo de frades menores na cidade implantada nas margens do Mondego.

Frei Manoel da Esperança (História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal; 1656), autor que ao contrário dos que anteriormente mencionados expressa que a casa de São Francisco de Bragança antecede a fundação dos quatro complexos conventuais instituídos na sequência da chegada de Frei Gualter e Frei Zacarias a Portugal, define igualmente o ano de 1216 como a data da instituição de conventos de São Francisco em Alenquer e Guimarães, e indica 1217 como o período temporal em que ocorre a fundação da casa de frades menores de Lisboa. As discrepâncias prendem-se, uma vez mais, com a data de fundação do Convento de São Francisco de Coimbra. Frei Manoel da Esperança expressa que o complexo conventual coimbrão terá sido fundado em 1218.

50 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017; Pg. 111.

51 *Ibidem.*

52 *Idem*; Pg.115.

53 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017;Pg. 117.

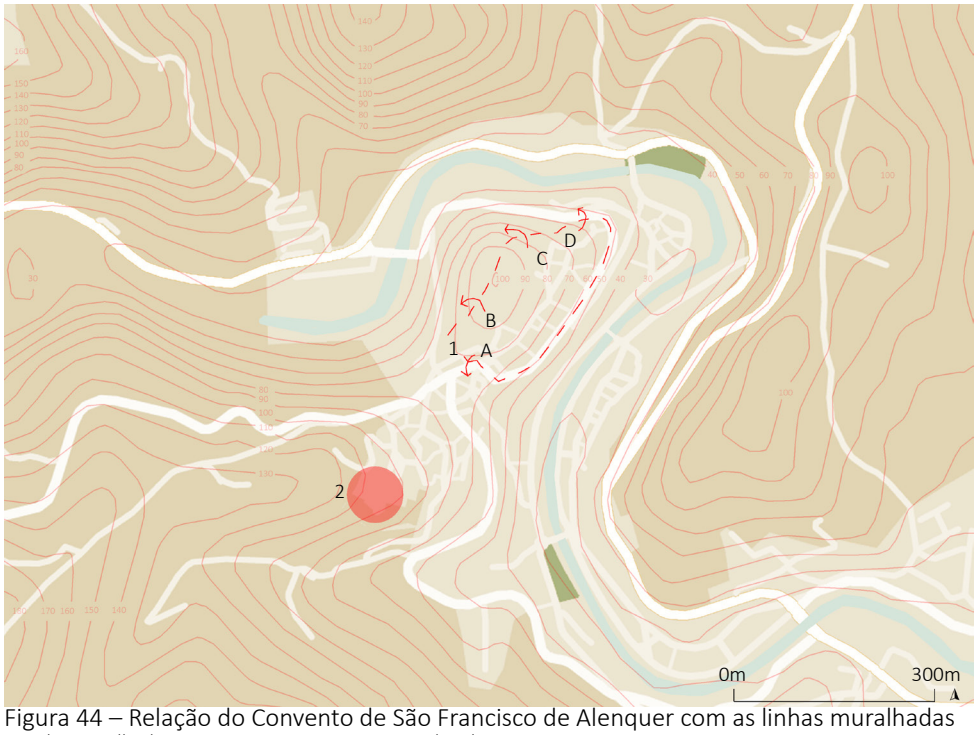


Figura 44 – Relação do Convento de São Francisco de Alenquer com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada primitiva
2-Convento de São Francisco

A-Porta da Vila
B-Porta da Traição
C-Porta de Santiago
D-Porta do Castelo

O Convento de Alenquer é fundado em 1216 junto a uma ermida de Santa Catarina doada por D. Sancha, filha do monarca D. Sancho I.

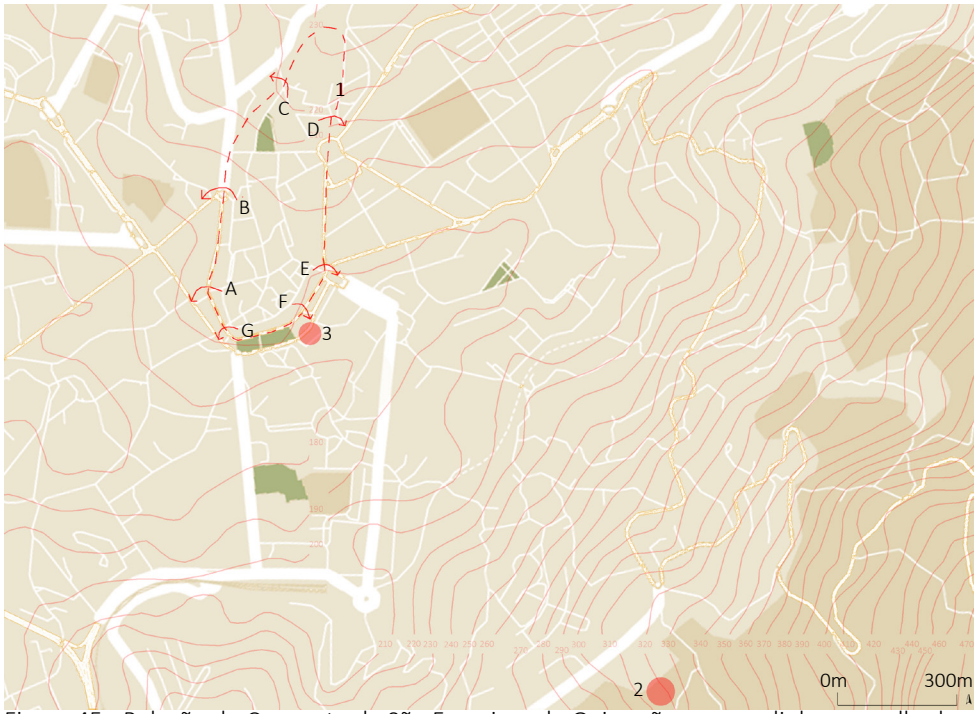


Figura 45 - Relação do Convento de São Francisco de Guimarães com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada primitiva
2-Local de instalação primitivo da OSF
3-Convento de São Francisco

A-Porta de S. Domingos
B-Porta de Santa Luzia
C-Porta da Garrida
D-Porta da Freira

E-Postigo da Senhora da Guia
F-Porta da Torre Velha
G-Porta Nova

O Convento de Guimarães é fundado em 1216 junto a um ermitério. Anos mais tarde, em 1271, o complexo conventual desloca-se para o miolo do núcleo urbano extramuros. A proximidade entre o Convento e a muralha leva a que o mesmo seja destruído em 1322; a demolição ocorre a mando de D. Dinis e prende-se com questões de defesa militar da cidade. O complexo conventual só viria a ser reconstruído por volta de 1400.

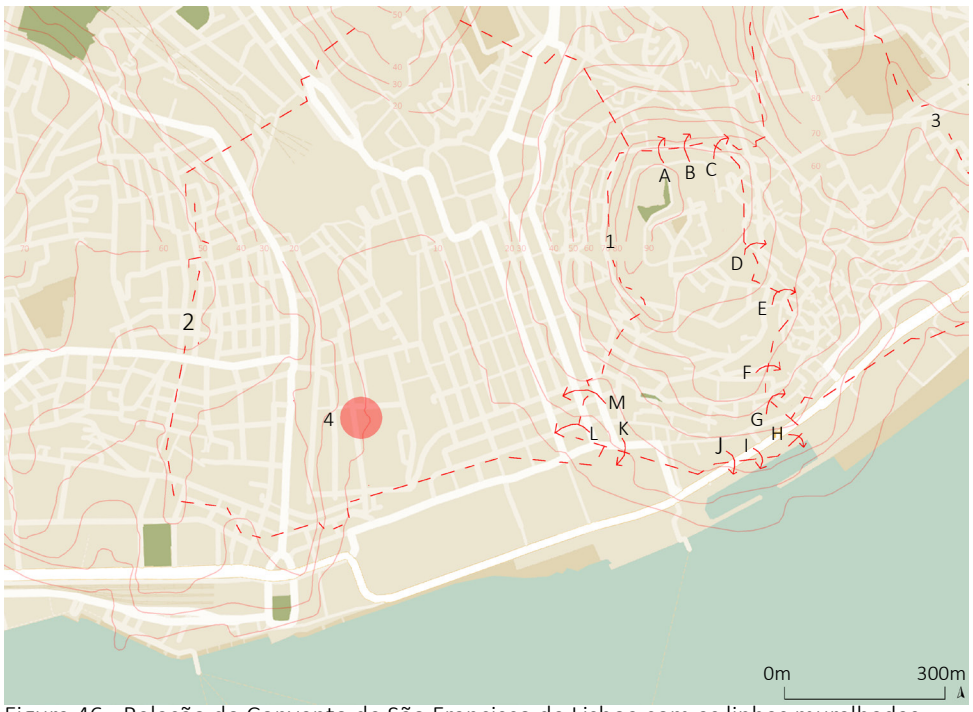


Figura 46 - Relação do Convento de São Francisco de Lisboa com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada primitiva
2-Muralha fernandina
3-Muralha fernandina
4-Convento de São Francisco

A-Porta da Traição
B-Porta de Moniz
C-Porta de Fradique
D-Porta da Horta
E-Porta do Sol

F-Porta de São Pedro
G-Porta de Alfofa
H-Porta do Chafariz
I-Porta do Conde de Linhaça
J-Porta do Mar

K-Porta Nova do Mar
L-Porta do Mar Antiga
M-Porta do Ferro

O Convento de Lisboa é fundado em 1217 junto à Ermida dos Mártires. O edifício pré-existente é doado pelo poder régio e localiza-se a uma distância relativamente próxima da cerca medieval da cidade de Lisboa.

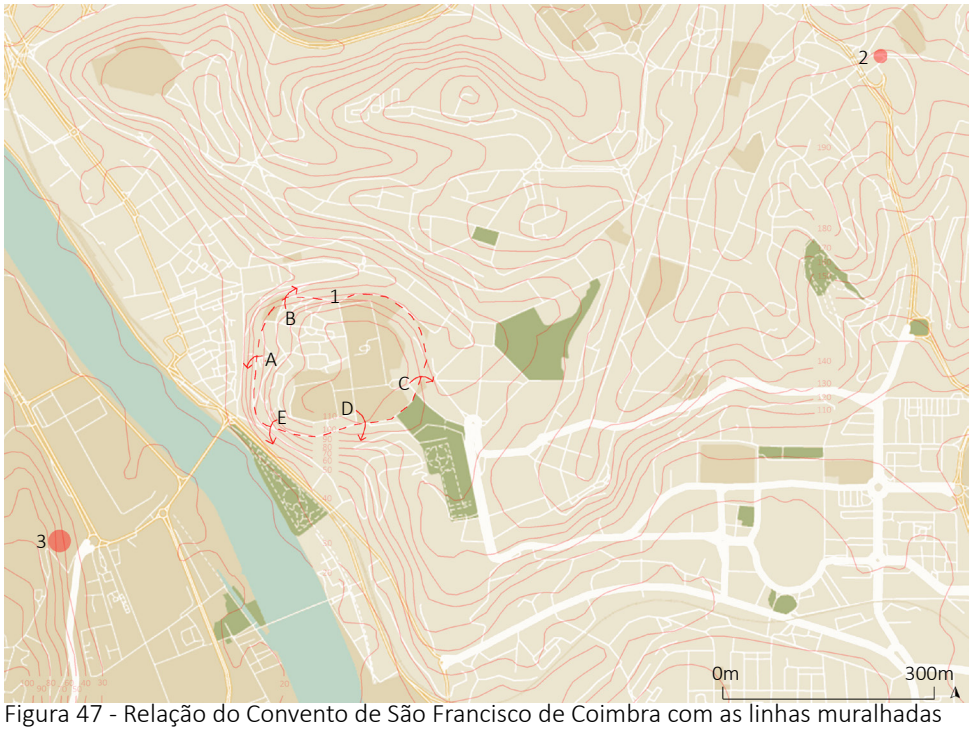


Figura 47 - Relação do Convento de São Francisco de Coimbra com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada primitiva
2-Local de instalação primitiva da OSF
3-Convento de São Francisco

A-Arco de Almedina
B-Porta Nova
C-Porta do Castelo
D-Porta da Traição
E-Porta de Belcoure

O Convento de Coimbra é fundado entre 1217 e 1221 numa ermida doada por D. Urraca, rainha consorte de D. Afonso II. Em 1247, os franciscanos abandonam o lugar eremítico e aproximam-se do núcleo urbano. Anos mais tarde, em 1609, os frades mudam-se para novas instalações; o processo de mudança já havia sido principiado em 1506 com a intervenção de D. Manuel I e ter-se-á ficado a dever às cheias do rio Mondego (junto do qual o Convento de 1247 se instalava).

de implantação. A instalação da casa de São Francisco é fortemente contestada e combatida pelo poder episcopal; a permanência dos frades menores na cidade invicta é sustentada pelo apoio da nobreza e do longínquo poder papal. Após a morte do papa Gregório IX, o bispo D. Pedro Salvadores, senhor da cidade do Porto, embarga as obras da construção do convento e expulsa os franciscanos. Quando Inocêncio IV assume o cargo mais alto da Santa Sé, a comunidade franciscana do Porto volta a usufruir da influência papal e regressa ao local de onde havia sido expulsa. Catarina Marado clarifica: "Este episódio demonstra já uma clara vontade, por parte do Franciscanos, de se instalarem junto da urbe"[54].

No seguimento do processo de aproximação ao núcleo urbano, na década de 40 os franciscanos abandonaram os Olivais e relocalizaram-se numa zona mais próxima da cidade de Coimbra (figura 47). Em Guimarães[55], o processo de aproximação é mais conturbado, os frades menores são recebidos hostilmente pela colegiada e só conseguem instalar-se nos limites da vila no ano de 1271[56] (figura 45).

Contrariamente ao que acontece nas instalações primitivas que a Ordem estabelece em Coimbra e em Guimarães, o Convento de São Francisco de Bragança implanta-se imediatamente num local próximo das linhas defensivas do núcleo fortificado (figura 50) . Conforme exposto nos subsubcapítulos transatos, admite-se que os franciscanos tenham encontrado um núcleo fortificado marcado por duas situações distintas: aceita-se a possibilidade do núcleo urbano brigantino ser uma vila marcada por uma muralha, ainda a ser construída, disposta em torno da cota alta; assume-se a hipótese de Bragança ser uma povoação marcada pela existência de dois anéis defensivos – uma linha muralhada à cota alta e começada a edificar no reinado de D. Sancho I; outra estrutura defensiva à cota baixa e anterior à emissão do foral de vila por parte do monarca Povoador. Em ambas as possibilidades levantadas, o Convento de São Francisco de Bragança implanta-se num local próximo das muralhas.

Na segunda hipótese mencionada, que contempla a existência de duas linhas muralhadas, o Convento de São Francisco de Bragança situa-se fora de portas e apoia-se na linha muralhada anterior à atribuição do foral. O anel defensivo contactaria diretamente com a fachada Sul do edifício (hipótese que se apoia nas representações que Duarte de Armas faz da Igreja de São Francisco de Bragança) e dispor-se-ia a uma curtíssima distância do frontispício do templo franciscano (tema que se estuda no capítulo que se segue). O possível contacto direto entre a fachada lateral Sul da Igreja de São Francisco de Bragança e a muralha não constituiria caso único na arquitetura franciscana. Em Guimarães, o templo que os franciscanos primeiro edificam posiciona-se junto da linha defensiva vimaranense; a proximidade entre a Igreja de São Francisco e o anel defensivo leva D. Dinis a ordenar a destruição do templo (que volta a ser edificado durante o reinado de D. João I).

Na primeira hipótese mencionada, que se apoia na possibilidade de Bragança ducentista ser marcada apenas pela presença de uma linha muralhada à cota alta, a relação do Convento de São

54 BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017;Pg. 117.
55 *Idem*; Pg. 111.
56 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg. 117.

Francisco de Bragança com o anel defensivo seria algo semelhante à atual. A proximidade entre a estrutura bélica e o templo franciscano leva Frei Manoel da Esperança, cronista da Ordem de São Francisco durante o século XVII, a escrever que o complexo é *"assombrado pela soberba do castelo"*. O complexo franciscano situa-se ainda a uma curta distância de um dos pontos de acesso ao interior da cidadela: Porta da Traição. A localização da Casa de São Francisco de Bragança diante da Porta de Traição, o único ponto de acesso direto entre o núcleo extramuros e a praça de armas da fortaleza, poderá significar que o local de implantação do edifício conventual seria um importante ponto na proteção da cidade fortificada. A condição de local estratégico para a defesa da cidadela justificaria a existência histórica de diversas estruturas bélicas (atualmente desaparecidas) no enlace da Igreja de São Francisco – os anéis muralhados modernos e contemporâneos que surgem junto ao templo franciscano serão explorado no subsubcapítulo seguinte.

A potencial proximidade entre o Convento de São Francisco de Bragança e a linha defensiva militar edificada entre o séc. XII e o séc. XV constitui um fator que poderá contribuir para a discussão em torno da data de fundação do complexo franciscano brigantino. Conforme referido em 1.1, a datação da chegada dos franciscanos ao núcleo urbano brigantino é uma temática pouco consensual entre os autores que abordam a história do edifício; apesar das discórdias, as fontes textuais consultadas permitem estabelecer que a fundação do Convento de São Francisco de Bragança acontece num ano compreendido no intervalo temporal entre 1214 e 1271 (consultar 1.1 para uma leitura mais aprofundada da temática). Mantendo presente o período temporal em que se terá iniciado a história própria do edifício franciscano brigantino importa recuperar a situação de proximidade entre o mesmo e os limites muralhados da cidadela.

Importa voltar a vincar que a aproximação da Ordem de São Francisco aos núcleos urbanos decorre por volta dos anos 30 do século XIII. Assim, parece improvável que a fundação do Convento de São Francisco de Bragança tenha ocorrido no lugar em questão numa data tão recuada como 1214. Ou seja, a implantação da Casa da OSF junto da linha muralhada da cidadela não é compatível com os períodos temporais que se assumem como catalisadores da aproximação dos franciscanos às povoações. Não parece provável que a OSF tenha estabelecido, no ano de 1214, um complexo a uma distância tão curta do centro urbano. Assim, pensa-se que será seguro afirmar que, contrariamente ao que uma série de autores indica, a Casa de São Francisco de Bragança não deverá pertencer ao grupo de conventos franciscanos implantados em Portugal na década de 10 do século XIII (o referido grupo é consensualmente formado pelas casas de Lisboa, Alenquer, Guimarães, Coimbra). Considerando as tendências franciscanas de implantação urbana, a hipótese da OSF se ter instalado em Bragança em 1214 poderia ser sustentada se o local de edificação do complexo correspondesse a uma deslocação face a um eventual lugar primitivo. Não se tendo encontrado qualquer documento textual que indique essa possibilidade, volta-se a reiterar que será provável que a Casa de São Francisco de Bragança não faça parte do grupo dos complexos franciscanos fundados em Portugal na segunda década de duzentos.

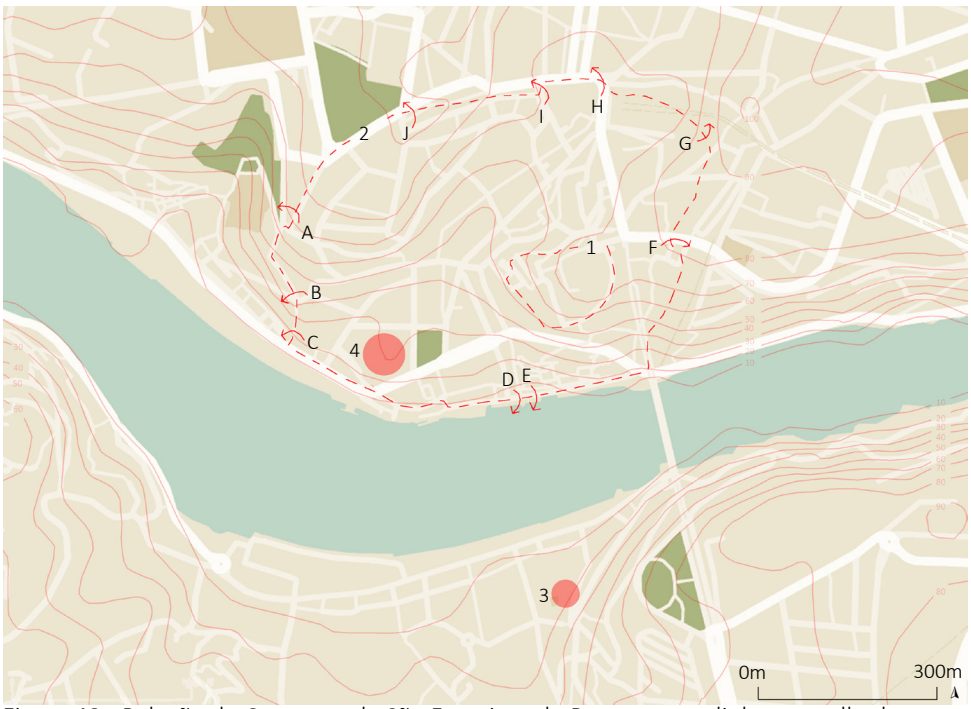


Figura 48 - Relação do Convento de São Francisco do Porto com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada primitiva
2-Linha muralhada fernandina
3-Local de instalação temporária da OSF
4-Convento de São Francisco

A-Porta das Virtudes
B-Porta de N.S. da Esperança
C-Porta Nobre
D-Postigo do Carvão
E-Porta da Ribeira

F-Porta do Sol
G-Porta de Cimo de Vila
H-Porta dos Carros
I-Porta dos Almadas
J-Porta do Olival

O Convento é fundado em 1233. O poder episcopal expulsa os frades franciscanos do Porto no ano de 1241; após a expulsão, os franciscanos estabelecem instalações em Vila Nova de Gaia. Os membros da Ordem de São Francisco acabariam por retomar o local de implantação original após obter auxilio do Papa Inocêncio IV (sumo pontífice entre 1243 e 1254).

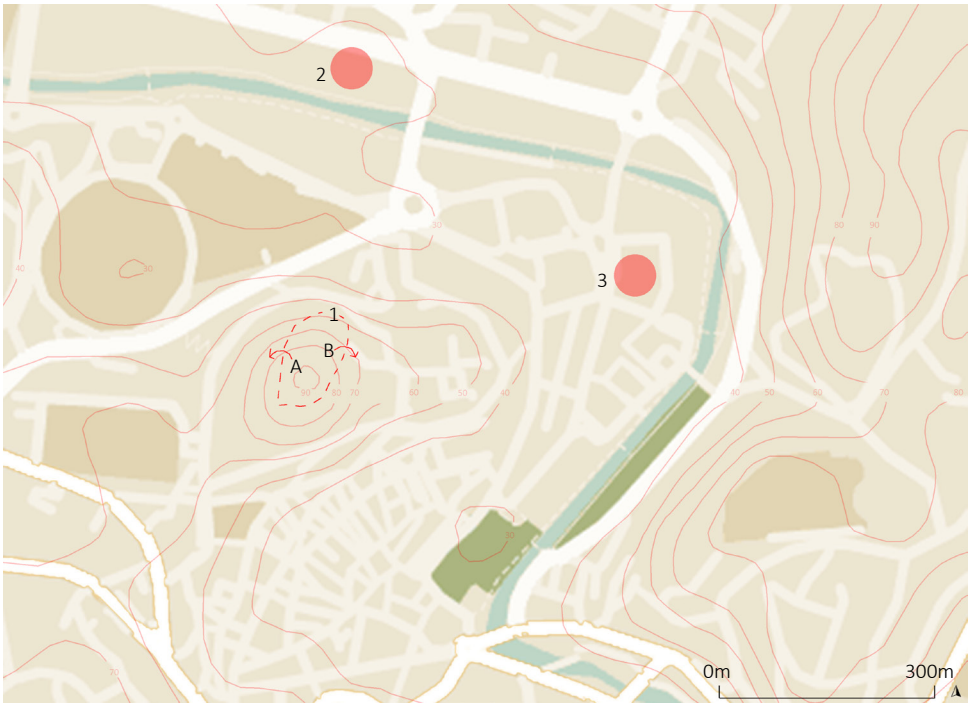


Figura 49 - Relação do Convento de São Francisco de Leiria com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada primitiva
2-Local da instalação primitiva da OSF
3-Convento de São Francisco

A-Porta da Traição
B-Porta dos Castelinhos

O Convento de Leiria é fundado por volta de 1232. Em 1384, por não se reunirem condições de habitabilidade no local onde inicialmente se haviam instalado, os franciscanos transferem o Convento para outro local. Durante o processo de recolocação do Convento, a comunidade franciscana leiriense é auxiliada pelo poder régio.

O Convento de São Francisco de Bragança é fundado entre 1214 e 1271.

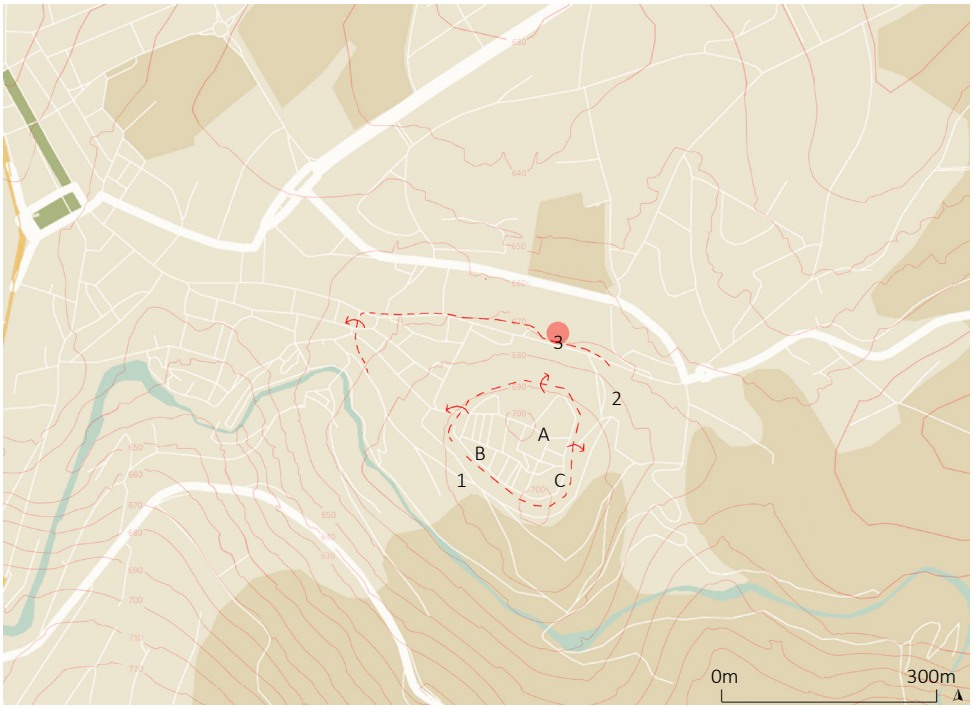


Figura 50 - Relação do Convento de São Francisco de Bragança com as linhas muralhadas

1-Linha muralhada à cota alta
2-Possível linha muralhada à cota baixa
2-Convento de São Francisco
A-Porta da Traição
B-Porta da Vila/Santo António
C-Porta do Sol

Idade Moderna e Contemporanêa

Na sequência das representações de Bragança produzidas por Duarte de Armas, terá sido construída uma estrutura defensiva a envolver o núcleo extramuros . A existência da linha muralhada é indicada por Francisco Manuel Alves[57], autor de um extenso trabalho de arqueologia e investigação bibliográfica sobre a região de Bragança. Francisco Manuel Alves indica que a existência da muralha é mencionada num documento datado de 1589 e assinado pelo governador da Puebla da Sanabria, povoação espanhola localizada a menos de 50 quilómetros da cidade de Bragança[58]. Tendo como base a referida fonte documental quinhentista, Francisco Manuel Alves define o percurso da linha muralhada nos seguintes moldes:

"Partindo do convento de S. Francisco onde ligaria à muralha da Cidadela, vinha pouco mais ou menos pelas atuais ruas de S. Francisco, da Alfândega e de Trás (...) até à atual Praça da Sé, onde ficava a Cruz de Pedra, hoje representada pelo belo cruzeiro barroco, que a meio dela se ergue (...) Aqui faria ângulo em direção ao Rio Fervença pela Praça das Eiras, antigamente chamadas Eiras do Arcebispo, até dar no Postigo das Eiras, também dito Calejo ou Travessa do Saco e ainda Rua dos Batocos, no princípio da qual resta um pedaço de muralha de mais de doze metros de comprimento por quatro ou cinco de altura. Contornando esta Rua dos Batocos e no cruzamento com a Rua dos Quartéis, há um pedaço de muralha, bem como no cimo da Rua das Moreirinhas. Aqui infletia, seguindo a crista militar do terreno, pelos quintais das casas desta rua, onde ainda há restos de muralha (...) Marchava seguidamente pela rua do Pontão, na qual ainda se divisam restos de muros, a passar junto à cadeia, lado sul, e, subindo pelos quintais das casas da Costa Grande (lado sul), onde abundam claros vestígios de muralha, ia ligar à cidadela pela altura da Torre do Relógio ou da Câmara."[59]

Tendo como base as indicações dadas por Francisco Manuel Alves, Daniela Almeida Rebelo, autora de uma tese de mestrado sobre as evoluções urbanas da cidade de Bragança, aponta o percurso que a muralha tomaria no núcleo urbano[60] (figura 51). Tendo em consideração a indicação textual dada por Francisco Manuel Alves e o percurso da linha defensiva indicado por Daniela Almeida com base no referido apontamento textual, pode-se afirmar que o Convento de São Francisco se estabeleceria no extremo nascente do interior da linha fortificada.

Uma vez que Duarte de Armas não representa nenhuma estrutura que possa corresponder à muralha descrita por Francisco Manuel Alves e representada cartograficamente por Daniela Almeida, crê-se que a construção da linha defensiva terá ocorrido numa data compreendida entre a

57 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo VIII; Pg. 131-132.
58 *Ibidem.*
59 *Ibidem.*
60 REBELO, Daniela Almeida; Bragança, Transformações Urbanas de uma Cidade; Prova Final de Licenciatura de Arquitetura; Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Coimbra; 2008; Pg. 20.

representações quinhentistas e o ano de emissão do referido documento assinado pelo governador da Puebla da Sanabria. Isto é, entre o primeiro quartel do século XVI e 1589. O período de vida da muralha deverá ter sido curto; a estrutura defensiva não é representada em nenhuma das cartografias militares elaboradas no período moderno.

A Idade Moderna é marcada pela produção de uma série de documentos cartográficos que incidem sobre o núcleo fortificado de Bragança. A intensificação do número de representações da fortaleza poderá estar ligada à popularização das armas de fogo e à obsolescência que as mesmas conferem às estruturas medievais defensivas. Luís Alexandre Rodrigues, autor do artigo Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna, explica o fenómeno nos seguintes moldes:

"Depois de 1640, com a nova conjuntura e a urgência militar instaurada pelas Guerras da Aclamação, (…) protagonistas acalentaram a necessidade de se dotar o tecido citadino com meios defensivos novos e capazes de responder adequadamente às inovações introduzidas no armamento em que avultavam a maior capacidade de instrutor destruição e o longo alcance"[61]*; "A generalização das armas de fogo tornou rapidamente obsoletas as construções defensivas e os procedimentos tácitos que ainda se estruturavam no âmbito de um quadro de referências medieval"*[62]

O primeiro dos referidos documentos modernos é produzido por volta de 1640 e trata-se de uma cartografia militar que representa a estrutura fortificada de Bragança (figura 52). O documento do século XVII é de cariz bélico, e, assim, limita-se a apresentar os complexos religiosos, as estruturas defensivas existentes e a proposta de uma nova linha defensiva. A cartografia seiscentista exclui-se de ilustrar as vias de mobilidade e os corpos edificados habitacionais presentes no núcleo urbano.

O documento cartográfico de meados do século XVII representa uma linha defensiva cuja existência não é noticiada por qualquer elemento textual ou gráfico anterior. A estrutura bélica deverá tratar-se de uma construção feita à base de terra e de madeira que se denominaria por estacada. Através da observação da cartografia seiscentista e da reconstrução do percurso da linha defensiva no núcleo atual (figura 53), percebe-se que o núcleo abrangido pela estacada tem como extremo nascente a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança. O documento do século XVII indica que a porta que se abre junto ao complexo edificado da Igreja franciscana adota a designação da figura religiosa que dá nome ao templo; assim, o referido vão de acesso ao interior do núcleo fortificado chamar-se-ia Porta de São Francisco. O percurso da estacada é reforçado/confirmado por uma cartografia militar de 1759 (anexo 17) de cariz semelhante ao documento da primeira metade de seiscentos.

As linhas da estacada representada na cartografia de meados do século XVII é, segundo o que se julga, mencionada por Frei Manoel da Esperança. O trabalho do autor mencionado é impresso em 1656 e descreve a posição do Convento de São Francisco de Bragança nos seguintes moldes:

61 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019; Pg. 485.
62 *Ibidem*.

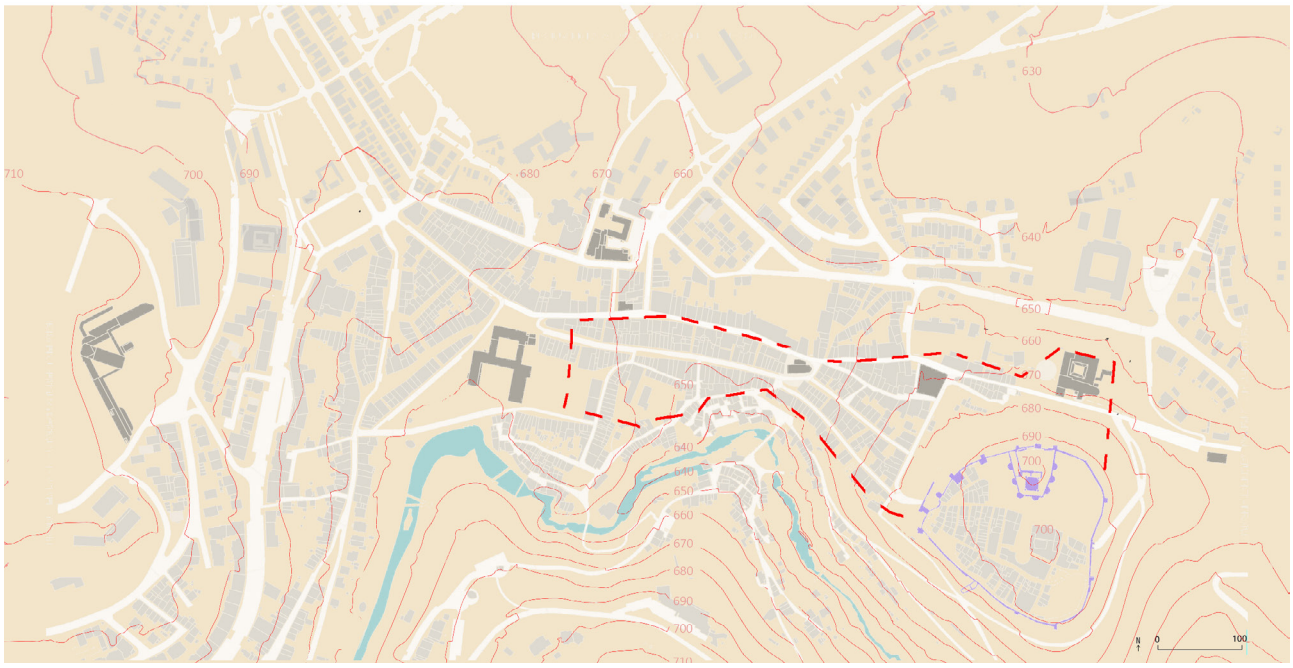


Figura 51 – Linha muralhada quinhentista na morfologia atual de Bragança (segundo Daniela Almeida Rebelo)

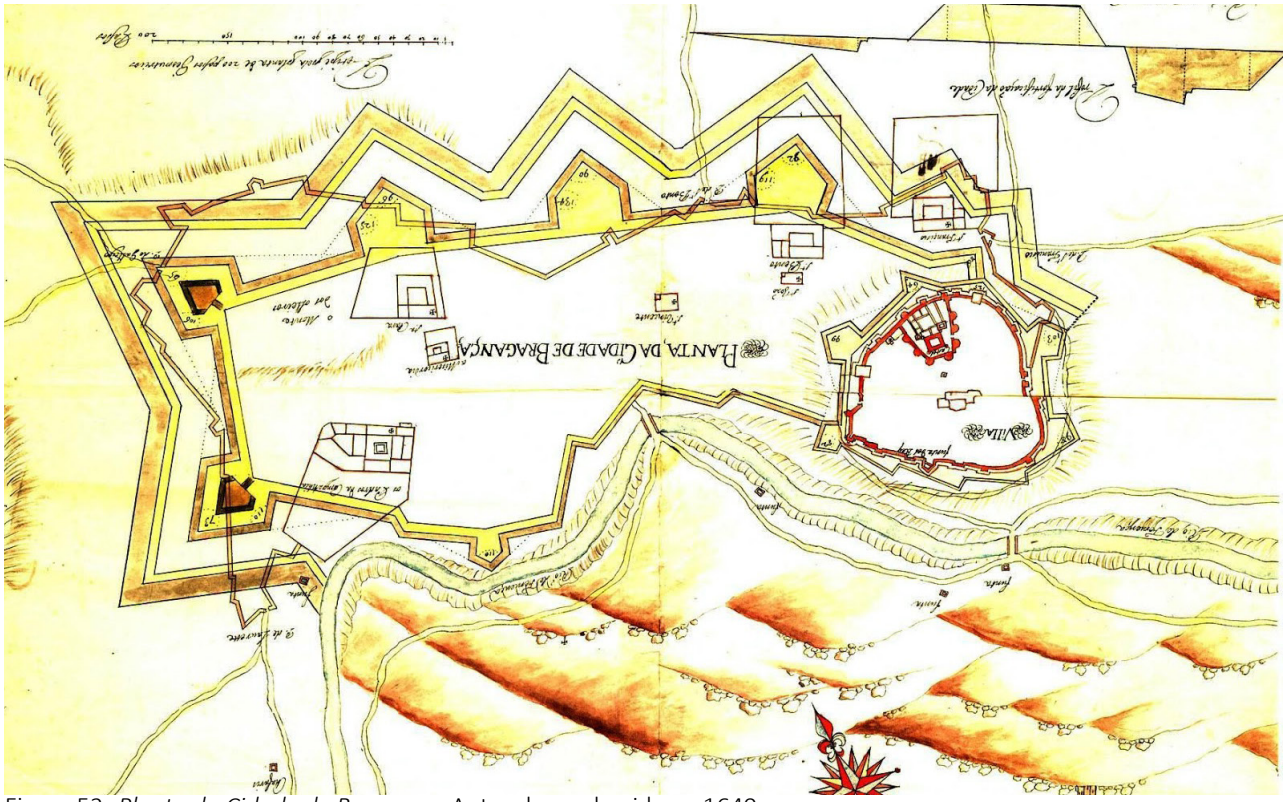


Figura 52 -*Planta da Cidade de Bragança*; Autor desconhecido; c. 1640

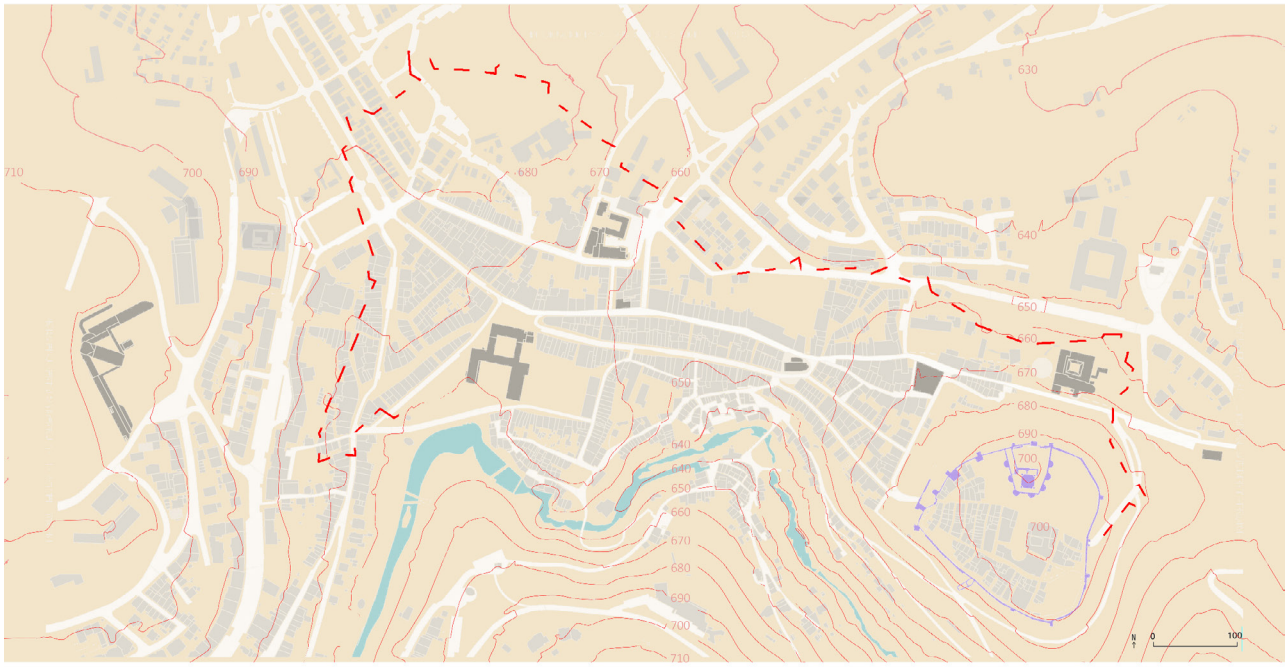


Figura 53 -Linha muralhada representada na cartografia *Planta da Cidade de Bragança* na morfologia atual de Bragança

"[O Convento de São Francisco de Bragança] Está situado a respeito da cidade para a parte de nascente, em correspondência com o mosteiro das freiras de Santa Clara, que fica da outra banda, estendendo-se seguro entre estes baluartes." [63]

No ano de 1754 (figura 54) , o engenheiro José Monteiro de Carvalho produz uma planta das estruturas militares de Bragança. A referida cartografia representa a linha da estacada e referencia-a na legenda como *"estacada com parapeito de terra, mas arruinada*". O percurso da mencionada linha defensiva representada por José Monteiro de Carvalho apresenta algumas diferenças face à estacada ilustrada na cartografia seiscentista e na cartografia de 1759. Assim, na zona poente a representação da linha defensiva é marcada pela presença de três baluartes (figura 55).

Margarida Tavares da Conceição, que assina o artigo Fortificação da fronteira nordeste - A cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840), refere que o documento produzido por Monteiro de Carvalho tem algumas incoerências e que, assim, deverá ser abordado com o devido cuidado. Nas palavras de Margarida Tavares da Conceição*: "aspeto perturbador (…) é o facto de uma carta datada e assinada por Monteiro de Carvalho mostrar um levantamento pouco rigoroso ou com pouca coincidência com outras fontes ou com a atual realidade[64]"*. Independentemente do rigor ou da veracidade da cartografia de 1754, a representação volta a posicionar o complexo franciscano no extremo nascente do núcleo no enlace da Porta de São Francisco.

Em 1758, nas Memórias Paroquiais, publicação que compila as respostas dos párocos distribuídos pelo território nacional ao inquérito lançado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e que pretendia averiguar a totalidade dos danos causados pelo terramoto de 1755, a estrutura bélica de Bragança é descrita nos seguintes moldes:

"Hé murada, tem a villa sobre hum monte com três ordens de muros, o primeiro da estacada está todo razo e cahido; o segundo vai cahindo em partes, tem o terceiro, ainda inteiro, mas muito antigo";" Hé a cidade murada toda em roda mas os muros todos estão no cham. Por qualquer parte se entra nela" [65]

Assume-se que a terceira linha corresponda à estrutura medieval em torno da cidadela e que a primeira defesa corresponda à estacada. A segunda linha corresponderá à barbacã representada por Duarte de Armas que, mostrando já marcas de abandono no início do séc. XVI, não surge ilustrada nas peças cartográficas que se seguem à produção das peças quinhentistas[66].

63 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 49.

64 CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 60-73.

65 BORRALHEIRO, Rogério; CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; OLIVEIRA, Carlos Prada de; As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património; Universidade do Minho; 1ª Edição; Braga; 2007. ; Pg. 258-259.

66 Aproveita-se a menção às *Memorias Paroquiais* para referir que na paroquia de São João de Bragança, onde se integra a Igreja de São Francisco de Bragança, não se registam danos consequentes do grande terramoto de 1755. Em resposta à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o pároco de São João de Bragança escreve:
"Sentio-se o terramoto de 1755 mas não foi esse o que Deus mandou para destruição destas terras que nenhuma ruína se

Em 1762 a cidade de Bragança volta a ser representada cartograficamente (figura 56) .Os documentos setecentistas são produzidos por engenheiros militares que integravam as forças do exército espanhol que invadem a zona do nordeste transmontano no referido ano de 1762. Durante a ocupação do núcleo brigantino por parte do exército espanhol são produzidas duas cartografias do núcleo urbano e fortificado. Os dois documentos mencionados são "gémeos": o primeiro corresponde a uma versão de trabalho e está guardado em Lisboa; o segundo trata-se de uma versão definitiva e encontra-se arquivado em Madrid[67]. Abordando as cartografias de 1762, Margarida Tavares da Conceição escreve: "as suas características de levantamento de guerra e as incoerências na representação da topografia, do ponto de vista do rigor atual, desaconselham a sua georreferenciação"[68];" um desenho topograficamente pouco rigoroso, mas recheado de informação, do miolo urbano ao território envolvente, algo que nenhuma peça mostrara até aqui"[69].

Os elementos cartográficos de 1762 representam somente trechos da linha da estacada em torno do núcleo. A representação de curtos segmentos da estacada deverá indicar que a referida estrutura militar estaria já bastante arruinada no ano em questão. Na envolvente próxima da Igreja de São Francisco de Bragança não existiria qualquer linha militar (figura 57) ; o espaço e o edifício do templo franciscano estariam livres da presença de estruturas muralhadas. Apesar da ausência de uma linha de defesa bélica em torno da Igreja do Convento de São Francisco de Bragança, os desenhos setecentistas confirmam, uma vez mais, a localização do complexo franciscano no extremo nascente da cidade.

No ano seguinte à ocupação espanhola, em 1763, surge uma nova cartografia militar da fortaleza de Bragança (figura 58). Desta feita, o miolo urbano do núcleo volta a ser omitido e torna-se a dar destaque às estruturas bélicas. Assim, a planta de 1763 representa a linha defensiva medieval, a estacada, e o forte de São João de Deus (estrutura militar que já havia sido representado nas cartografias feitas pelo exército espanhol). A representação da estacada não é coincidente com as restantes plantas que dão notícia da existência da linha defensiva. Através da georreferenciação do documento de 1763, percebe-se que a cartografia coloca o Convento e a Igreja de São Francisco de Bragança numa posição exterior face à estacada. Condição que, como referido, não coincide com nenhuma outra fonte gráfica ou textual.

Face à estranheza causada pelo percurso da estacada representada no documento de 1763, pensa-se que a ilustração da referida linha defensiva poderá tratar-se de um exercício especulativo. Assumindo que a linha da estacada estaria já arruinada, como sugere a indicação da cartografia de 1754 e a omissão da referida linha defensiva nas cartas de 1762, pensa-se que a representação da estacada no documento de 1763 poderá corresponder a dois tipos de exercício: uma tentativa de

experimentou"

67 A duplicação do documento é semelhante à que se verifica com as peças produzidas por Duarte de Armas. No caso dos documentos cartográficos setecentistas a "versão de trabalho" conserva-se em Portugal, e a "versão final" está guardado em Espanha – situação oposta à que se verifica com os desenhos de Duarte de Armas (ver subcapítulo 2.1).

68 CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 60-73. .

69 *Ibidem.*

Figura 54 - *Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes*; José Monteiro de Carvalho; 1754

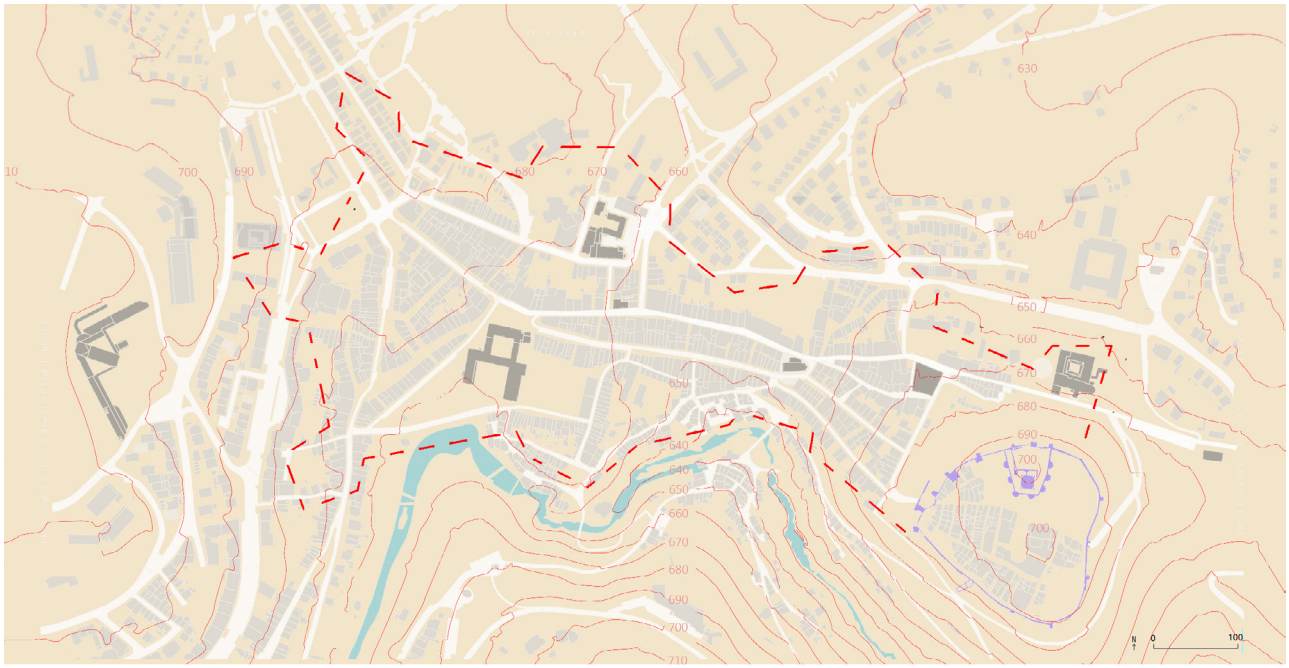


Figura 55 -Linha muralhada representada na cartografia *Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes* na morfologia atual de Bragança

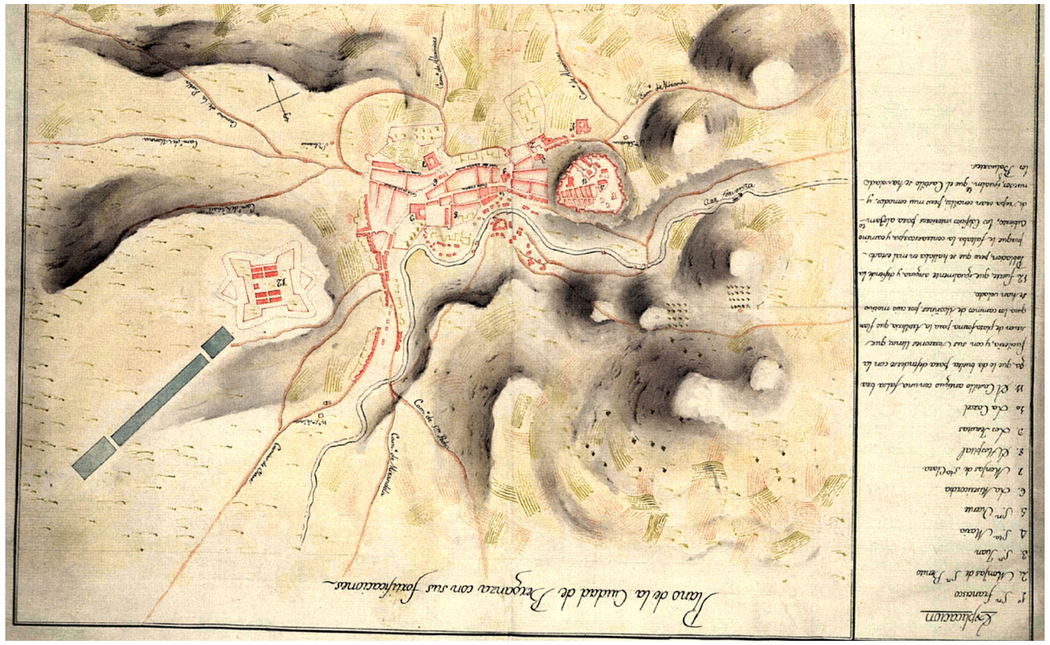


Figura 56 - *Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones*; Autor desconhecido; 1762

Figura 58– *Planta de Bragança feita por ordem do Exmo. Sr. George Cary*; José Maria Cavanha; 1763

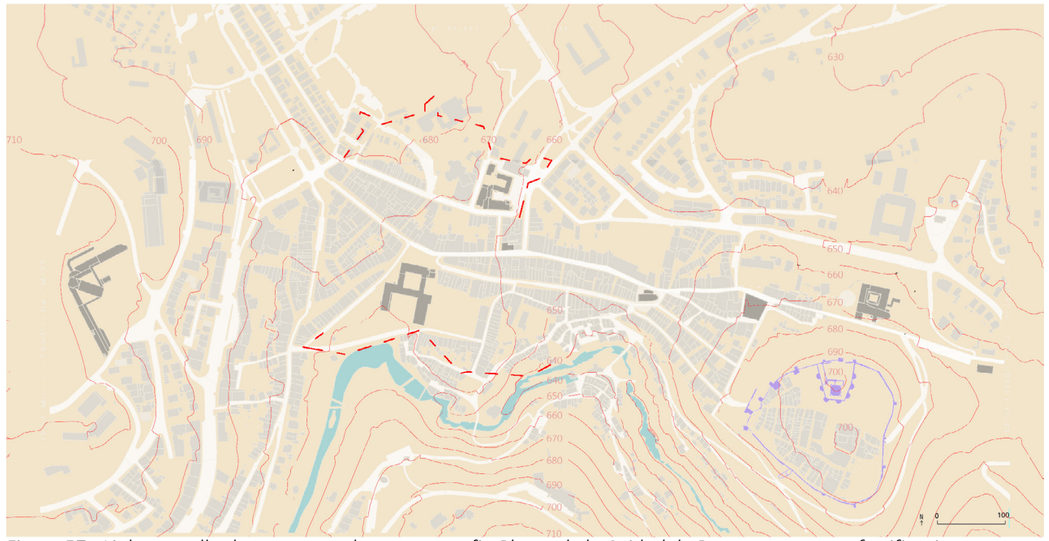


Figura 57 - Linha muralhada representada na cartografia *Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones* na morfologia atual de Bragança

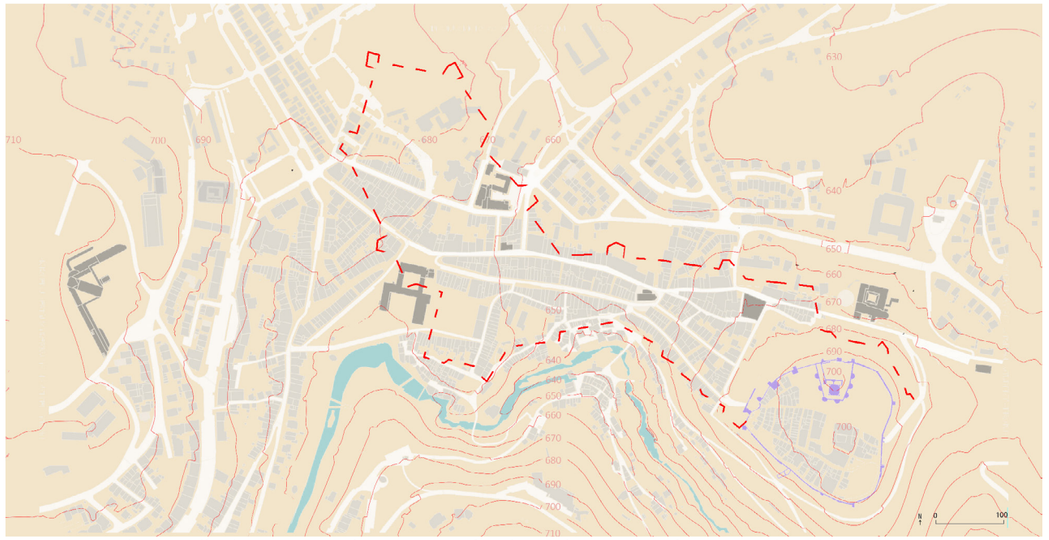


Figura 59 - Linha muralhada representada na cartografia *Planta de Bragança feita por ordem do Exmo. Sr. George Cary* na morfologia atual de Bragança

Figura 60 - *Planta da Cidade de Bragança e suas dependências*; Luís Gomes de Carvalho; 1801

Figura 62 - *Planta de Bragança*; Vasconcellos de Sá; 1840.

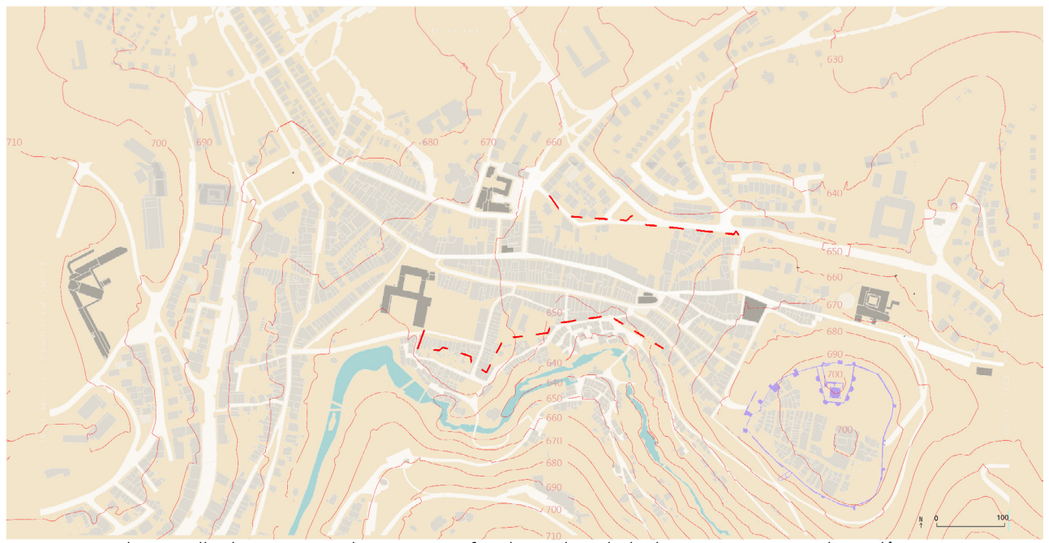


Figura 61 - Linha muralhada representada na cartografia *Planta da Cidade de Bragança e suas dependências* na morfologia atual de Bragança

reconstituição da estrutura destruída; uma proposta de percurso para a eventual reconstrução da linha da estacada.

No ano de 1801, já no período contemporâneo, Luís Gomes de Carvalho representa planimetricamente a cidade de Bragança. No documento gráfico, que representa as estruturas bélicas e o miolo urbano, a presença da estacada é representada através da ilustração de curtos trechos remanescentes (figura 60 e figura 61). Assim, conforme se tem vindo a reiterar, a segunda linha de defesa ter-se-á arruinada ao longo do século XVIII.

O estudo que se tem vindo a fazer da evolução da linha muralhada ilustra o modo como a cidade parte da cidadela e cresce tendencialmente para poente. O crescimento em direção a Oeste poder-se-á justificar pela presença da barreira geográfica do rio Fervença na zona nascente do núcleo primitivo. Situada a Este da cidadela, a Igreja do Convento de São Francisco não é "abraçada" pela tendência de crescimento urbano a poente e conserva-se, assim, como um dos limites da zona nascente da cidade. O posicionamento do complexo conventual a Este é uma condição que se volta a observar na planta da cidade de Bragança feita em 1840 (figura 62).

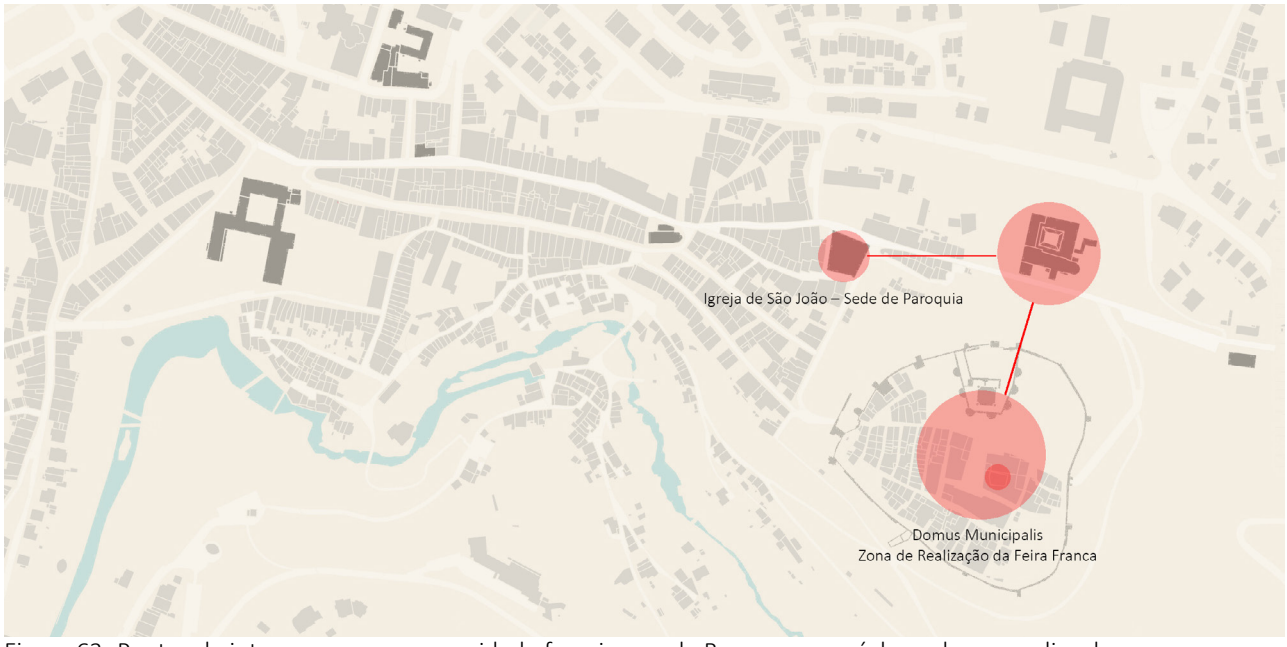


Figura 63 -Pontos de interesse para a comunidade franciscana de Bragança no núcleo urbano medieval

2.3 Vias e Dinâmicas Urbanas

No seguimento da lógica de interpretação de Bragança enquanto núcleo fortificado, parte-se à análise da povoação brigantina enquanto núcleo urbano. Nesse sentido, ao longo do presente subcapítulo estudam-se, sem nunca ignorar a Igreja de São Francisco, os pontos de magnetismo urbano que ao longo do tempo surgem em Bragança.

Dentro do subcapítulo procede-se a uma subdivisão entre os pontos de magnetismo urbano e os pontos de magnetismo urbano que interessam os franciscanos. O primeiro grupo engloba espaços que possam ter interesse para a compreensão do funcionamento da cidade; o segundo grupo, que é uma subdivisão do primeiro, integra edifícios/zona públicas que, para além de fundamentais para a leitura de dinâmicas urbanas da cidade, sejam fundamentais para a compreensão da relação dos franciscanos com Bragança. Nos pontos de magnetismo urbano que interessam aos franciscanos dá-se particular destaque a hospitais, locais de feira, e a centros de poder religioso e a hospitais. Os frades menores, que em Guimarães e Coimbra começam por se instalar em hospitais, teriam interesse estar em contacto com as instalações hospitalares de modo a poder servir melhor os mais necessitados e desfavorecidos. Os franciscanos teriam interesse nos locais de feira pelas multidões associados aos mesmos; os frades claustrais da Ordem de São Francisco (corrente de franciscanismo que a comunidade brigantina pratica até ao final do séc. XVI) queriam estar perto das multidões de modo a poder difundir os ensinamentos de Cristo e de Francisco. A Ordem de São Francisco teria interesse em estabelecer contacto com os centros de poder religioso por questões administrativas - a relação da Igreja de São Francisco de Bragança com poderosas instituições cristãs foi explorada numa escala mais ampla no capítulo transato.

A história urbana de Bragança tem início no núcleo fortificado protegido pela muralha medieval. Os muros em torno do núcleo são principiados entre os séculos XII e XIII e vão sendo "alvo" de sucessivas campanhas de obras financiadas pelo poder régio. D. Sancho I é o primeiro rei a fazer uma doação para a qualificação das linhas defensivas de Bragança[1], segue-se D. Dinis[2] e, por fim, D. João I[3].O donativo do Mestre de Avis decorre em 1409 e visa o financiamento da construção de torres no perímetro defensivo brigantino[4].

Apesar das sucessivas doações régias ilustrarem a importância que a fortaleza de Bragança teria na linha de defesa da fronteira medieval, cedo o núcleo urbano começa a desenvolver-se fora de portas. São exemplo disso as Igrejas de São João, de São Vicente, de São Francisco e do Espírito Santo. A existência dos dois primeiros edifícios religiosos é referenciada nas Inquirições Gerais de D. Afonso III, datadas de 1258; a antiguidade do complexo franciscano de Bragança é validada pela doação testamental que D. Afonso III lhe faz no ano de 1272. As referidas Inquirições Gerais ducentistas confirmam igualmente a presença de dois edifícios religiosos no interior da cidadela: Igreja de Santa Maria; Igreja de Santiago.

Durante os séculos que se seguem à fundação do núcleo urbano e à construção das muralhas,

1 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=27973 ;Consultado a 22/05/2021 às 00:49.
2 *Ibidem.*
3 *Ibidem.*
4 *Ibidem.*

Figura 64 - Porta da Traição e respetivo percurso na vista de Oeste do Códice de Lisboa

Figura 65 - Ligação entre a Porta da Traição e a Rua de São João

Figura 66 - Ligação entre a Porta da Traição e a Igreja de São Francisco de Bragança

período do qual não se conhece qualquer registo gráfico, o núcleo fortificado constituiria o maior polo de magnetismo da vila de Bragança. A cidadela era o lugar onde se erguia a Domus Municipalis[5], edifício que acolhia a reunião dos cidadãos que então decidiam o futuro político e administrativo da cidade[6], e onde se realizava a feira franca (figura 63). A história da feira franca de Bragança começa em 1383 com a concessão de D. Fernando[7]. A autorização para a realização do evento é renovada por D. João I, pelo regente D. Pedro e por D. Afonso V. O Mestre de Avis, que conforme mencionado, revalida a concessão de feira franca de Bragança, reitera que a mesma se realize obrigatoriamente no interior das muralhas[8]. A realização das feiras francas, que durariam um mês, poderia ter interesse para a comunidade franciscana instalada no núcleo; as feiras seriam potenciais focos de aglomeração humana e, assim, poderiam oferecer aos franciscanos a oportunidade de contactar com as "almas" que pretendiam salvar.

No aprofundamento do estudo da relação entre a casa de São Francisco e a cidadela medieval, importa levantar a possibilidade de ter existido um percurso direto entre a igreja franciscana e um dos pontos de acesso ao interior da muralha: a Porta da Traição[9]. A hipótese mencionada parte dos desenhos de Duarte de Armas; as representações quinhentistas aparentam ilustrar o arranque de um arruamento que parte da Porta da Traição e ruma em direção ao miolo urbano do arrabalde (figura 64). Dada a proximidade entre a Porta da Traição e a Igreja do Convento de São Francisco julga-se, conforme referido, que pudesse existir um percurso entre os dois pontos (figura 66). As representações quinhentistas não revelam o "destino" do eixo que arranca da Porta da Traição e, assim, a possibilidade que se tem vindo a colocar é de um cariz puramente especulativo.

Maria José Casanova, que estuda as representações quinhentistas de Bragança no âmbito de um artigo que assina para a revista Monumentos[10], sugere que o arranque do percurso ilustrado por Duarte de Armas rume até à Rua de São João. A imagem atual do local confere validade à possibilidade levantada por Maria José Casanova (figura 65). Ainda assim, tratando-se o presente trabalho de um estudo sobre a Igreja do Convento de São Francisco, considera-se relevante levantar a possibilidade de Duarte de Armas ilustrar um percurso entre o complexo franciscano e a Porta da Traição. As cartografias modernas e contemporâneas não desfazem as dúvidas: em nenhum documento cartográfico surge representado um percurso que estabeleça ligação entre a Porta da Traição e o miolo urbano.

A primeira imagem que se conhece do núcleo urbano de Bragança data do primeiro quartel do século XVI e é da autoria de Duarte de Armas. Os documentos quinhentistas ilustram uma estrutura

5 O começo da utilização da Domus Municipalis como espaço de assembleia terá ocorrido no séc. XIV. Antes disso, o órgão social de administração da cidade não devia ter edifícios próprios e reunia-se, assim, em espaços públicos exteriores. Como referido, os documentos da Chancelaria do Rei D. Dinis referem que a zona exterior diante da Igreja de São Francisco de Bragança acolhe, no ano de 1305, a reunião dos cidadãos que então decidiam as questões administrativas de Bragança.

6 MATTOSO, José; SOUSA, Arminda de; História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480); Editorial Estampa; 1ª Edição; Lisboa; 1993.; Pg. 227.

7 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=27973 ;Consultado a 22/05/2021 às 00:49.

8 Ibidem.

9 Conforme referido em 2.2, a Porta da Traição constitui um ponto de ligação direta entre o núcleo extramuros e a praça de armas da fortaleza (condição que se verifica nos desenhos quinhentistas de Duarte de Armas e que ainda que se conserva atualmente (Anexo 12)). Assim, a Porta da Traição não deverá constituir um ponto de acesso ao núcleo urbano intramuros – o uso da mesma deveria ser militar e não civil/público.

10 CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg 24-41.

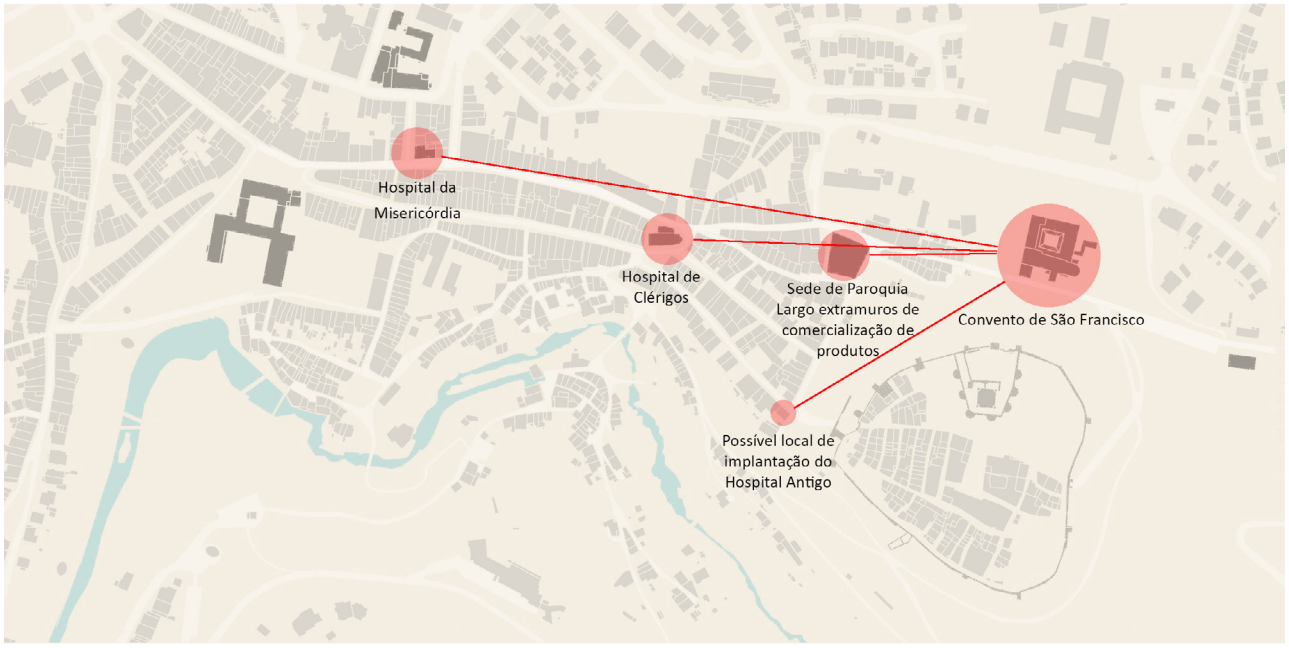


Figura 67 - Pontos de interesse para a comunidade franciscana de Bragança no núcleo urbano quinhentista

Figura 68 - Pontos de interesse para a comunidade franciscana de Bragança no núcleo urbano setecentista

urbana extramuros extensa e consolidada. O arrabalde estende-se para lá da Igreja do Espírito Santo e chega até ao local onde em meados da mesma século XVI viria a surgir o complexo conventual em que a Companhia de Jesus se instala[11]. Na época em que Duarte de Armas representa Bragança, pensa-se que os franciscanos teriam particular interesse na zona de São João e de São Vicente (figura 67).

No período quinhentista, a Igreja de São João é a sede da paroquia extramuros da cidade de Bragança[12].Uma vez que o complexo franciscano brigantino é um edifício religioso fora de portas, admite-se a possibilidade de o templo joanino exercer sobre a comunidade de frades menores um magnetismo associado ao poder que detinha na zona em questão. Paralelamente ao primeiro fator exposto, realça-se a existência de um espaço publico associado ao templo em honra de João Batista: o Largo de São João. Segundo o relato de Luís Alexandre Rodrigues, autor de uma extensa bibliografia sobre a cidade de Bragança, o espaço público de São João é a área utilizada para a realização de comércio extramuros[13]. A proximidade entre o complexo franciscano e o espaço associado à atividade comercial garante, uma vez mais, que os frades menores estejam próximos das multidões e das *almas* que pretendem salvar.

No século XVI, a ligação à zona de São Vicente interessa aos franciscanos pelos relatos textuais que apontam a existência de um hospital de clérigos no local em questão[14]. Mais tarde, no ano de 1518, quando se funda a Santa da Misericórdia de Bragança, surge um outro hospital junto da antiga Igreja do Espírito Santo[15]. No período medieval e quinhentista terá existido em Bragança um terceiro hospital. Desta instituição de saúde não resta registo documental e a sua existência só é especulada pela antiga toponímia da Rua Trindade Coelho. O eixo urbano em questão ter-se-á designado por Rua do Hospital Velho. João Jacob, autor de uma publicação onde procura fazer um resumo da evolução urbana de Bragança, sugere que o hospital se pudesse localizar no edifício quinhentista que ainda hoje existe no arranque da referida rua[16]. Conforme referido na introdução do presente subcapítulo, os hospitais terão exercido um certo magnetismo sobre as comunidades franciscanas instaladas em Portugal.

Importa referir que o hospital da Santa Casa da Misericórdia, apesar de ser um ponto de interesse para os franciscanos, não seria um equipamento com uma dimensão equiparável aos centros hospitalares da atualidade. José de Castro, padre que assina um livro sobre o desenvolvimento da *Real e Santa Casa da Misericórdia de Bragança*[17], descreve o hospital associado ao templo da Misericórdia nos seguintes moldes:

"O velho hospital não pode ser julgado pelo critério moderno. Tem de ser visto à luz da

11 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Julho de 1995; Pg. 497-505.
12 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 290.
13 *Idem*; Pg. 42-44.
14 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; 1ª Edição; Lisboa, 1997; Pg. 64.
15 *Ibidem.*
16 *Ibidem.*
17 CASTRO, José de; LOPES, Maria Antónia; A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança; 1ª Edição ; Bragança; 2018; Pg. 95-96.

mentalidade do tempo no qual o hospital era o recurso extremo dos miseráveis, dos que não tinham uma mansarda de abrigo, nem uma alma que na doença lhe chegasse uma colher de tisana e uma tigela de caldo (…). Para três ou quatro pobres miseráveis, a Santa Casa tinha abrigo que bastasse. Para os outros, os que gemiam e sofriam nas suas casas, não escasseava a Misericórdia (…). A caridade da Misericórdia era principalmente ao domicílio, e tinha largo exercício nas obras de misericórdia espirituais. Assim, com estas ideias (…), está facilitada a compreensão do velho hospital."[18]

O período que se segue às representações de Duarte de Armas é marcado pela construção de uma série de edifícios religiosos. Como ilustra a cartografia militar seiscentistas (*Planta da Cidade de Bragança*; Autor desconhecido; c. 1640), ao longo dos séculos XVI e XVII surgem os seguintes edifícios religiosos: Capela de São Sebastião; Igreja e Convento de São Bento; Igreja e Convento de Santa Clara; Igreja, Colégio e Convento da Companhia de Jesus. O local de implantação dos edifícios mencionados confirma a tendência de crescimento e de consolidação do núcleo extramuros.

A cartografia *Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones*, datada de 1762, o primeiro documento planimétrico a ilustrar o tecido urbano, confirma a presença dos referidos edifícios No período setecentista, época em que se realiza a cartografia em questão, os franciscanos deveriam ter particular interesse na zona de São Vicente e no espaço associado à Igreja, ao Colégio e ao Convento da Companhia de Jesus (figura 68).

O potencial magnetismo que a zona de São Vicente exerce sobre a comunidade franciscana prende-se com a presença de uma série de edifícios públicos implantados na proximidade do espaço que lhe está associada. No século XVIII, o Largo de São Vicente estabelece relações com a cadeia publica, com o edifício da alfandega e com o seminário onde mais tarde se viria a instalar o paço episcopal[19]. Em 1806, o espaço contíguo à Igreja de São Vicente associa-se a mais um edifício público: o corpo de guarda[20]. A praça de São Vicente é, assim, um dos centros cívicos da cidade de Bragança setecentista.

A Igreja, o Convento e o Colégio da Companhia de Jesus são instituídos em 1561 num edifício que inicialmente estaria destinado a receber um convento de clarissas[21]. O complexo da Companhia de Jesus é retratado nas cartografias setecentista e poderia ser, na data da realização das mesmas, um importante polo de magnetismo para os franciscanos que então se instalavam na cidade. O potencial interesse dos franciscanos na zona onde ser erguem as dependências jesuítas apoia-se divide-se em duas partes.

Primeiro, a intuição do edifício jesuíta origina a criação do Largo do Colégio. Com a progressiva perda de importância da Igreja de São João, o espaço público associado aos edifícios da Companhia de Jesus começa a ganhar importância. Assim, o largo do Colégio passa a desempenhar as funções

18 CASTRO, José de; LOPES, Maria Antónia; A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança; 1ª Edição ; Bragança; 2018; Pg. 95-96.
19 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 45-48
20 *Ibidem.*
21 *Idem*; Pg. 323.

anteriormente atribuídas ao Largo de São João e torna-se o ponto extramuros de comercialização de bens e produtos[22]. A área em redor dos edifícios inacianos mantem-se como zona de comércio até ao início do século XXI, altura em que é demolido o mercado municipal que em inícios da vigésima centúria havia sido erguido nas Eiras do Arcebispo (atual Praça Camões), espaço que flanqueia o complexo jesuíta a nascente. Assim, o interesse dos franciscanos no Largo do Colégio é semelhante ao que haviam tido na cidadela durante a realização da feira franca e no Largo de São João quando aí se vendiam produtos.

O segundo fator a contribuir para o interesse dos franciscanos na zona da Igreja da Companhia de Jesus prende-se com o progressivo poder que a instituição jesuíta vai ganhando. Em 1768, a igreja matriz da paroquia extramuros da cidade de Bragança desloca-se de São João para o templo inaciano[23].Volvidos dois anos, em 1770 , a Igreja da Companhia de Jesus acolhe a Sé da recém-criada região episcopal Bragança[24]. Em 1780, o bispado de Bragança une-se ao de Miranda do Douro e forma a Diocese de Bragança-Miranda[25]. Na fusão entre poderes episcopais, a Igreja da Companhia de Jesus de Bragança conserva-se como Sé. Assume-se, assim, que o templo inaciano brigantino passa a ter a importância que antes os franciscanos terão atribuído ao Mosteiro de Castro de Avelãs à Sé de Miranda do Douro.

A ligação entre os referidos pontos de magnetismo e a Igreja de São Francisco de Bragança estabelece-se atualmente por intermédio do percurso que flanqueia o lado Sul do templo. A existência da via é assinalada nas cartas realizadas em 1762, 1801 e 1840 (figura 69, figura 70 e figura 71). Nas cartografias em questão observa-se que, à semelhança do que se verifica na atualidade, a extensão Oeste do eixo estabelece união entre o templo franciscano brigantino e a Igreja do Convento de São Bento, o antigo local de implantação da Igreja de São João (desaparecida no séc. XVIII), a Igreja de São Vicente, a Igreja da Misericórdia e a Igreja da Companhia de Jesus.

Importa ainda realçar o diálogo que a via estabelece com a porta da Igreja do Convento de Santa Clara de Bragança. A Igreja do complexo conventual de clarissas é excluída do enlace do percurso de união entre edifícios religiosos extramuros, mas comunica com o mesmo através da abertura da nave. O ponto de acesso à Igreja abre lateralmente, como é comum nas Igrejas dos conventos de Santa Clara, para um arruamento perpendicular ao referido percurso de união entre os templos implantados fora da cidadela primitiva. O pórtico do templo estabelece, assim, contacto visual direto com o referido eixo. Desse modo, apesar do afastamento físico entre a Igreja de Santa Clara e a via que une os edifícios religiosos extramuros, os dois elementos não deixam de estabelecer diálogo entre si.

O referido eixo, que flanqueia o lado Sul da Igreja, prolonga-se igualmente para nascente. O prolongamento Este da via é representado nos documentos gráficos produzidos por Duarte de Armas e compilados no códice de Lisboa. Na vista de Leste guardada na Torre do Tombo a presença da

22 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; 1ª Edição; Lisboa, 1997; Pg. 84.
23 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=27973 ;Consultado a 22/05/2021 às 00:49.
24 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 243.
25 *Ibidem.*

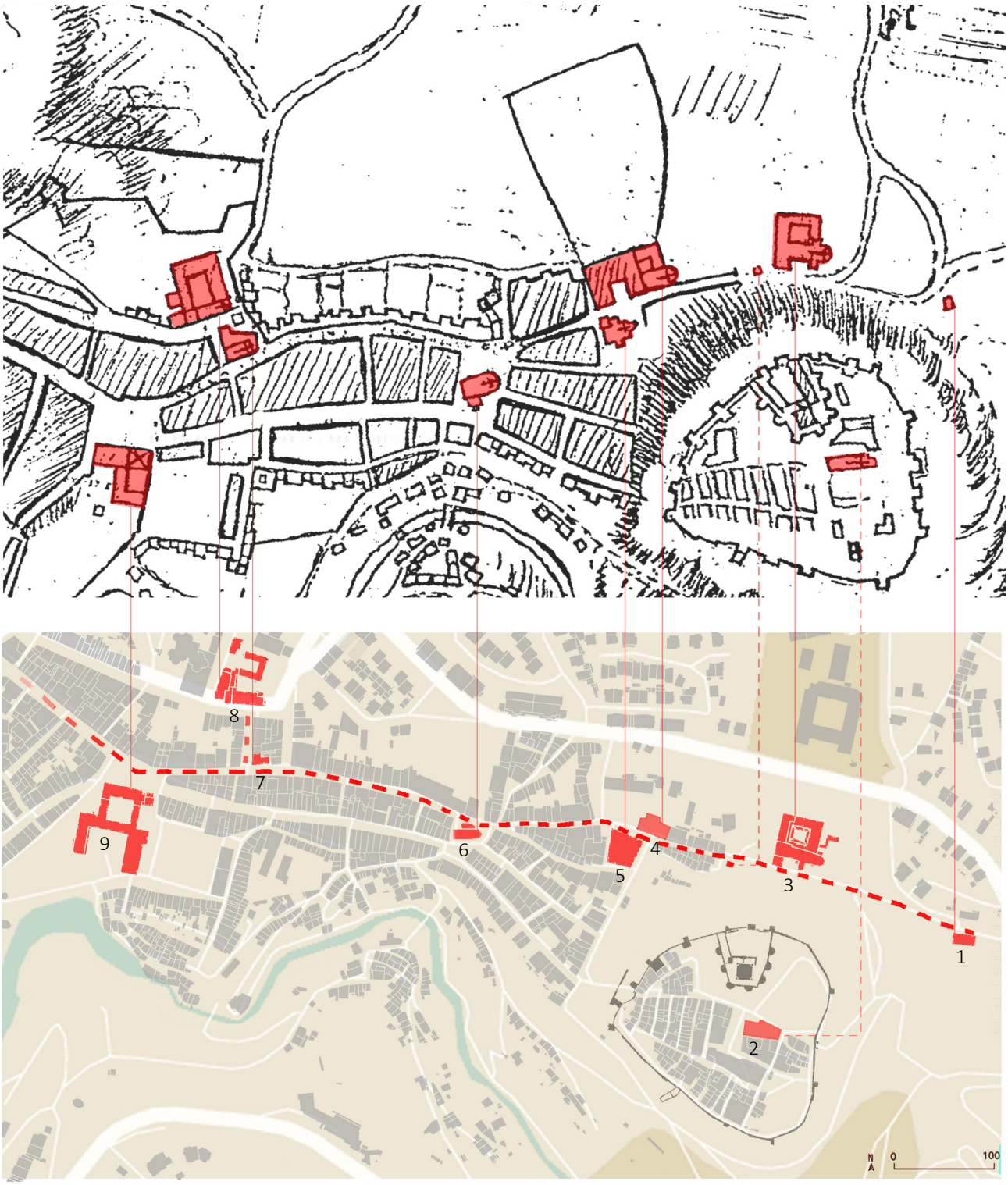
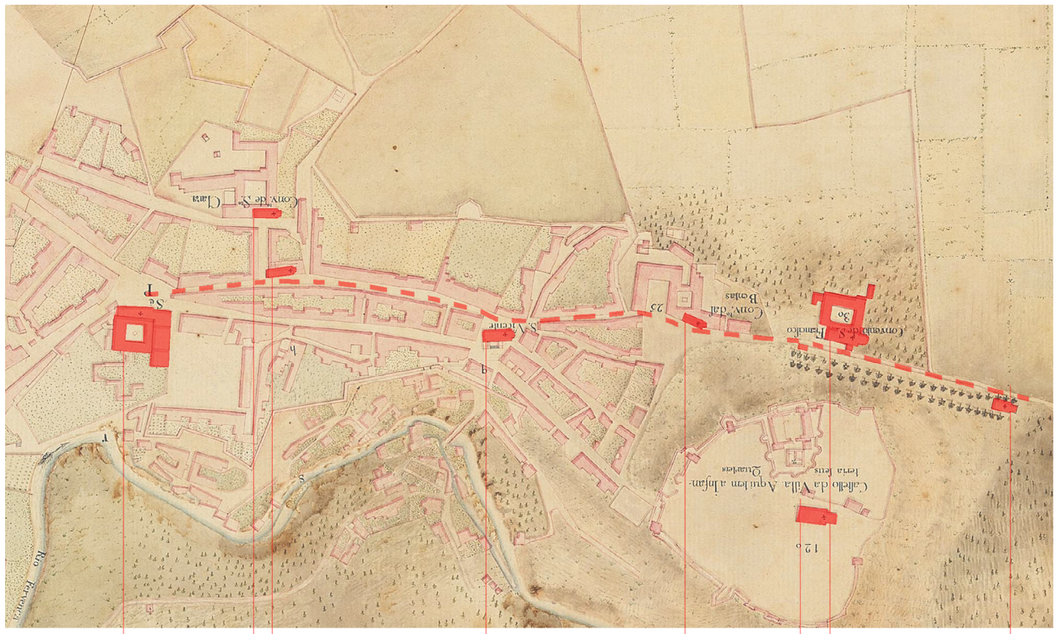
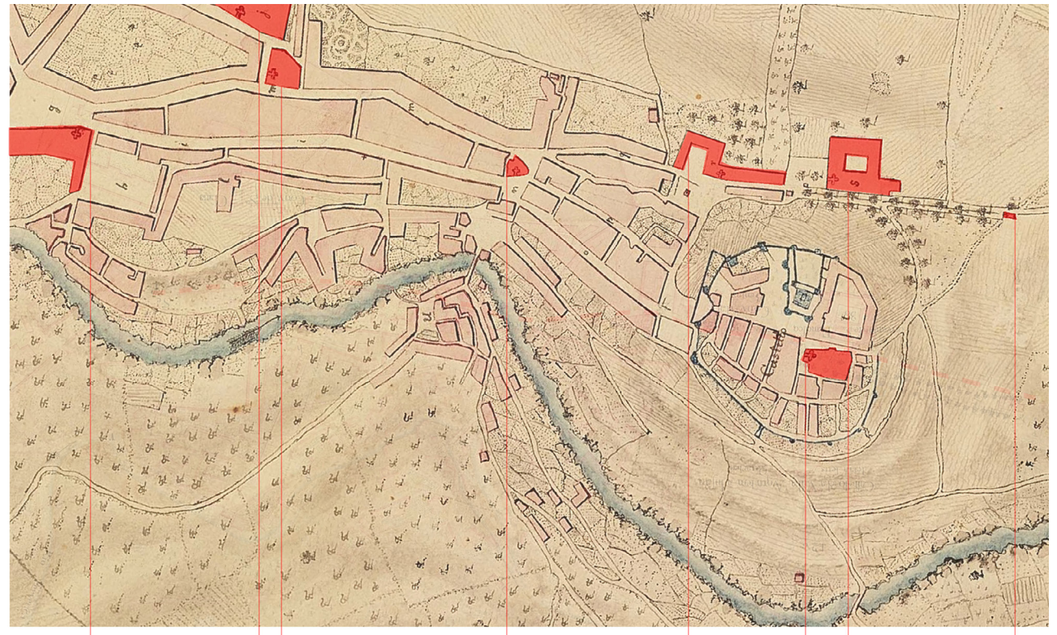


Figura 69 - Percurso entre edifícios religiosos na cartografia *Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones* (1762) e na morfologia atual

1 – Capela de São Sebastião
2 – Igreja do Convento de São Francisco
3 – Igreja de Santa Maria
4 – Igreja do Convento de São Bento
5 – Igreja de São João
6 – Igreja de São Vicente
7 – Igreja da Misericórdia
8 – Igreja do Convento de Santa Clara
9 – Igreja do Colégio e do Convento da Companhia de Jesus





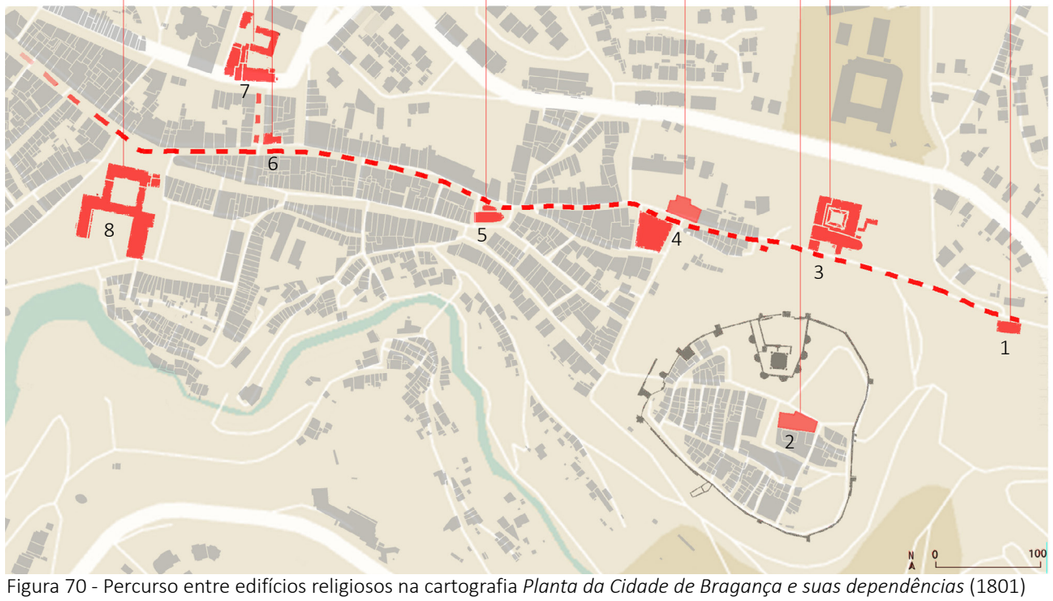


Figura 70 - Percurso entre edifícios religiosos na cartografia *Planta da Cidade de Bragança e suas dependências* (1801) e na morfologia atual

1 – Capela de São Sebastião
2 – Igreja do Convento de São Francisco
3 – Igreja de Santa Maria
4 – Igreja do Convento de São Bento
5 – Igreja de São Vicente
6 – Igreja da Misericórdia
7 – Igreja do Convento de Santa Clara
8 – Igreja do Colégio e do Convento da Companhia de Jesus

Figura 71 - Percurso entre edifícios religiosos na cartografia *Planta de Bragança* (1840) e na morfologia atual

1 – Capela de São Sebastião
2 – Igreja do Convento de São Francisco
3 – Igreja de Santa Maria
4 – Igreja do Convento de São Bento
5 – Igreja de São Vicente
6 – Igreja da Misericórdia
7 – Igreja do Convento de Santa Clara
8 – Igreja do Colégio e do Convento da Companhia de Jesus

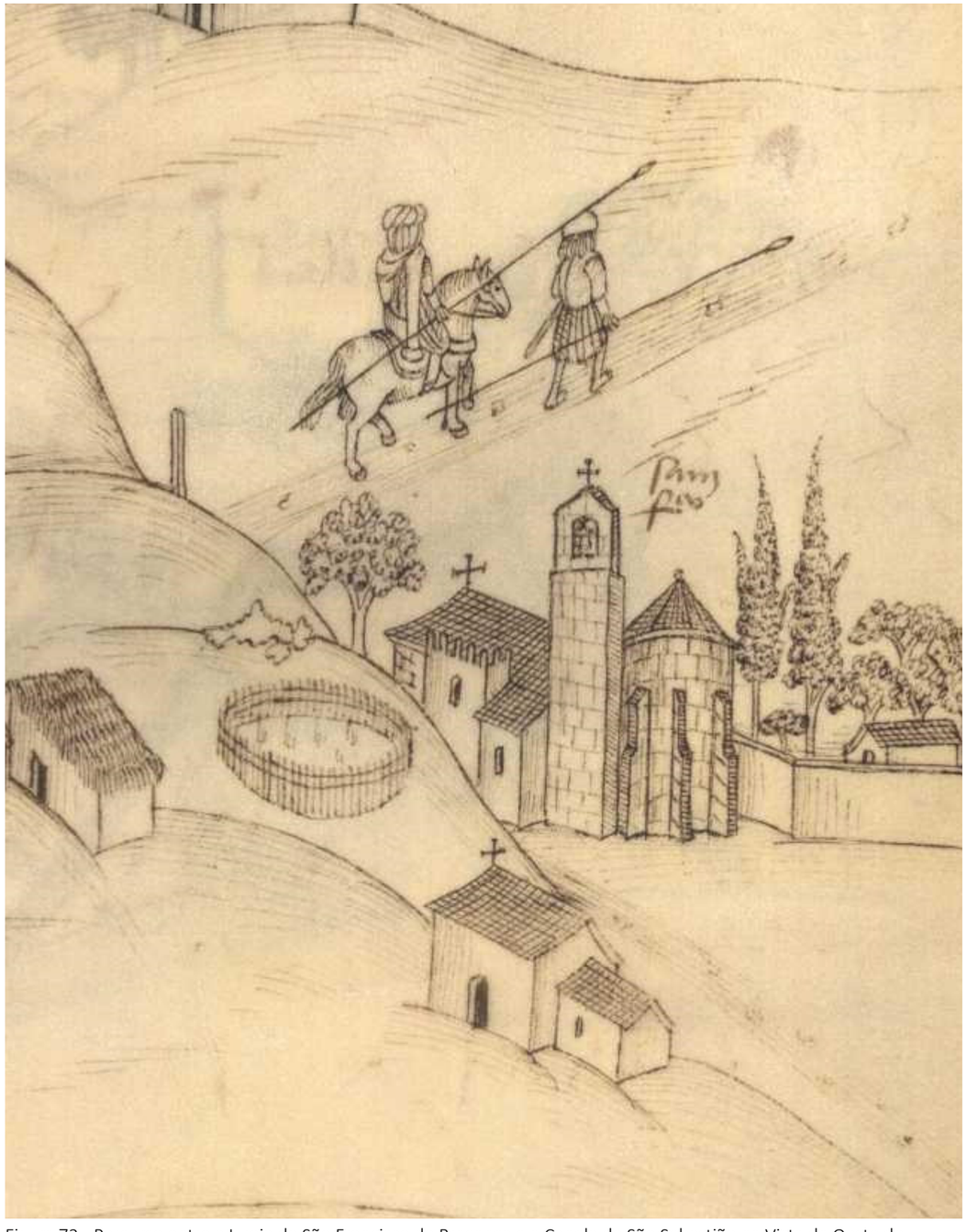


Figura 72 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na Vista de Oeste do Códice de Lisboa

Figura 73 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na *Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones* (1762)

Figura 74 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na cartografia *Planta da Cidade de Bragança e suas dependências* (1801)

Figura 75 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na cartografia *Planta de Bragança* (1840)

Figura 76 – Zona fronteiriça da Capela de São Sebastião em postal novecentista

Figura 77 – Zona tardoz da Capela de São Sebastião em postal novecentista

ligação é assinalada através do grafismo; Duarte de Armas realça o percurso da via por intermédio da representação de uma série de traços paralelos e pela ilustração do que aparentam ser pegadas entre os mesmos (figura 72). O eixo estabelece ligação entre a Igreja do Convento de São Francisco e a Capela de São Sebastião e prolonga-se para lá dos limites do núcleo urbano. O eixo estende-se para nascente e segue, segundo a reconstituição da cidade quinhentista feita por Maria José Casanova [26], até Miranda do Douro - cabeça de diocese entre 1545 e 1780[27].

A disposição do eixo coloca o complexo franciscano como último grande edifício religioso a ser visto por quem atravessa a cidade de poente para nascente e, por outro lado, como primeiro a ser avistado por quem se aproxima do núcleo vindo de Este. Assim, poderá não ser descabido apontar que a condição de "ponto de receção" para os viajantes vindos de nascente estará na origem do campanário representado na vista de leste de Duarte de Armas. Sendo a Igreja de São Francisco anterior ao concílio de Trento, a cabeceira do templo está orientada a este e, desse modo, de "costas voltadas" para quem chega a Bragança vindo de nascente. Assim, poder-se-á pensar que a presença da torre sineira procura colmatar a ausência de diálogo entre o corpo da Igreja de São Francisco e os mencionados viajantes. O campanário permitia que o complexo franciscano fosse avistado a uma maior distância e serviria como um "ponto de receção" mais próprio do que as "costas" da ousia.

A secção poente do percurso volta a ser representada nas cartografias de 1762, de 1801 e de 1840. Nas peças de 1762 (figura 72) a via aparenta dispor-se de uma forma distinta à que surge representada nos documentos cartográficos oitocentistas. Na cartografia de setecentos o percurso parece afastar-se da Igreja de São Francisco de Bragança e seguir de uma forma algo curvilínea até à Capela de São Sebastião. A relação entre o referido eixo e o espaço de culto ao mártir cristão não aparenta ser alvo de qualquer tratamento diferenciado. Isto é, a peça de 1762 não parece ilustrar um desenho urbano cuidado que reforce a dinâmica entre a Capela de São Sebastião e o percurso que liga a mesma à Igreja de São Francisco.

Em oposição, nas cartografias oitocentistas (figura 74 e figura 75) o eixo de mobilidade surge "encostado" à Igreja de São Francisco e segue de uma forma reta e direta até à Capela de São Sebastião. O eixo entre os edifícios religiosos é alvo de um tratamento cuidado e surge "duplicado" através da disposição de uma guia central de árvores. Como resultado da divisão, no lado norte estende-se o caminho que segue até Miranda do Douro, no lado sul abre-se uma alameda rematada pelo volume da Capela de São Sebastião. Ainda que as plantas não tenham indicações topográficas, admite-se que a guia central dividisse o percurso em dois jogos de cotas distintos, os postais novecentistas aparentam indicar nesse sentido (figura 76 e figura 77). As alterações na via entre 1762 e 1801 deverão ser consequência das intervenções que Luís Alexandre Rodrigues, historiador de arte com um extenso trabalho sobre Bragança, relata terem ocorrido no local durante o século XVIII. Atualmente, a alameda que guiava até à Capela de São Sebastião desapareceu e deu lugar a uma zona de estacionamento[28].

26 CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 24-41.

27 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 243.

28 Entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela da São Sebastião destaca-se ainda o percurso definido pela existência de

8
6
7
5
4
3
2
1

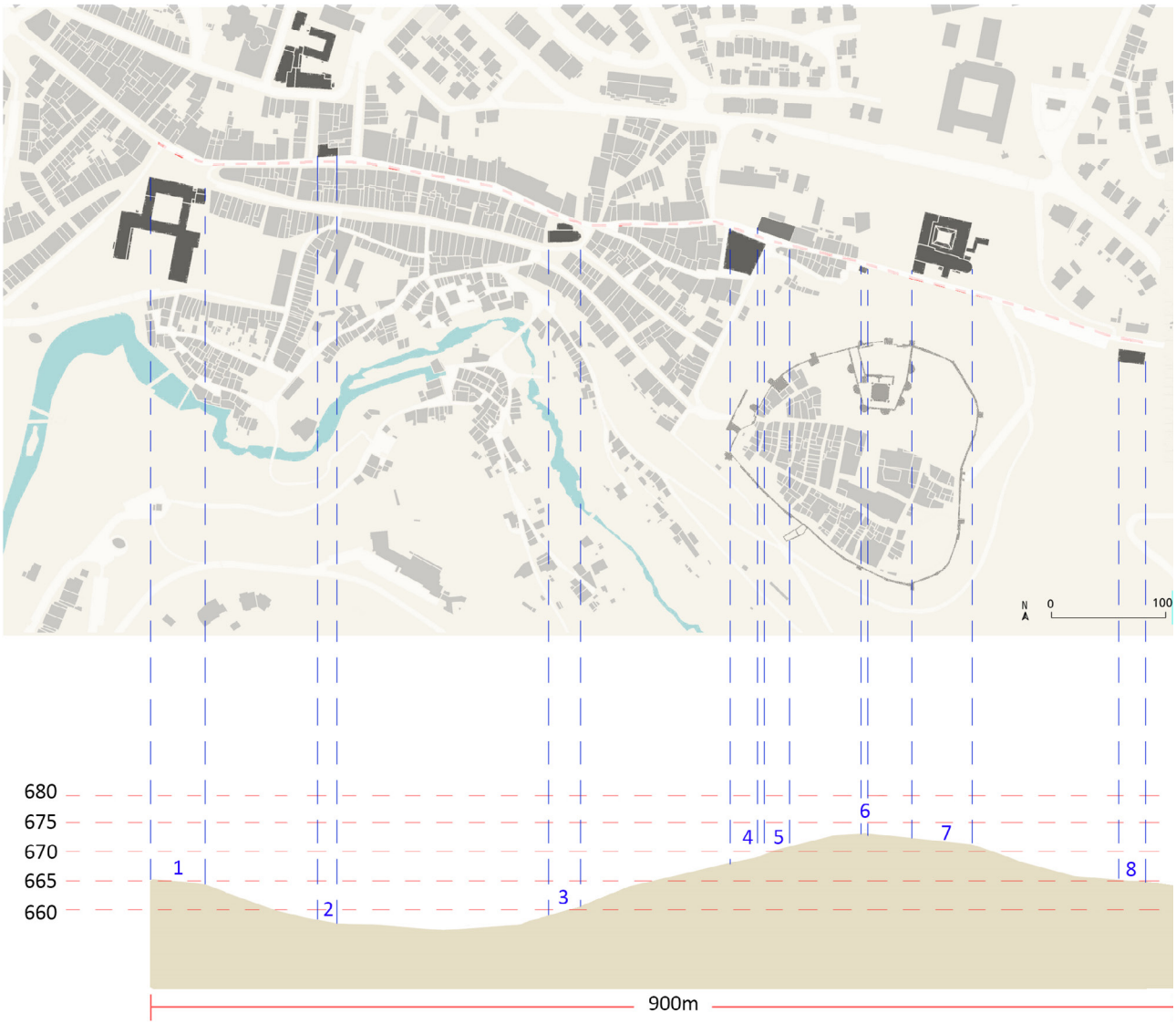


Figura 78 - Vista área do percurso entre edifícios religiosos no núcleo urbano atual (em cima à esquerda)
1 – Igreja do Colégio e do Convento da Companhia de Jesus
2 – Igreja do Convento de Santa Clara
3 – Igreja da Misericórdia
4 – Local de Implantação da Igreja de São João
5 – Igreja de São Vicente
6 – Igreja do Convento de São Bento
7 – Antigo Paço Episcopal
8 – Igreja do Convento de São Francisco

Figura 79 - Vista área de Bragança na primeira metade do séc. XX (em baixo à esquerda)

Figura 80 – Perfil do atual percurso entre os edifícios religiosos fora de portas (em cima à direita)
1 – Igreja do Colégio e do Convento da Companhia de Jesus
2 – Igreja da Misericórdia
3 – Igreja de São Vicente
4 – Local de Implantação da Igreja de São João
5 – Igreja do Convento de São Bento
6 – Capela da Senhora da Saúde
7 – Igreja do Convento de São Francisco
8 – Capela de São SebastiãoFigura

Uma vez que o percurso estudado acompanha a fachada sul da Igreja, será credível pensar que o eixo de mobilidade teria algum tipo de relação com o arcossólio quatrocentista cravado na referida fachada. A notícia da descoberta do espaço tumular é dada em 1983 por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso num artigo que resulta da participação que os mencionados autores têm na campanha de trabalhos arqueológicos que se realiza na Igreja no ano de publicação do texto. Duarte de Armas não ilustra a eventual relação do eixo com o arcossólio e as dinâmicas que os dois poderiam estabelecer é, neste momento, difícil de reconstruir. Conforme referido, o percurso é alteado no século XVIII e perde-se, assim, a relação que poderia existir entre os elementos mencionados.

O perfil atual (figura 80) e as fotografias aéreas, antigas e atuais (figura 78 e figura 79), do percurso entre edifícios religiosos permitem perceber que a Igreja de São Francisco está situada no ponto mais alto do referido eixo de mobilidade. A elevação topográfica face aos restantes templos fora de porta poderá justificar a não existência de registos de um grande campanário associado ao edifício franciscana. Uma vez que se posiciona numa elevação do núcleo urbano extramuros, a Igreja de São Francisco não precisaria de assinalar a sua presença recorrendo a uma torre como a que se observa na Igreja de São João representada no séc. XVI por Duarte de Armas.

O estudo dos pontos de magnetismo urbano que vão surgindo em Bragança ao longo dos séculos confirma a tendência de crescimento da mesma para poente; verifica-se que os polos de atração do núcleo urbano surgem cada vez mais a oeste do núcleo muralhado primitivo. A cidadela vai progressivamente prendendo relevância para espaços púbicos extramuros como o que se associa à Igreja de São Vicente, onde se concentram uma série de equipamentos, e como o que se associa ao complexo jesuíta, onde, a partir de 1780, se localiza o maior centro de poder religioso da região do nordeste transmontano. Na história da evolução urbana de Bragança, a Igreja do Convento de São Francisco conservam-se como extremo nascente da cidade, unido aos referidos pontos de magnetismo por intermedio do eixo de mobilidade que se orienta no sentido Este-Oeste e estabelece ligação entre os edifícios religiosos excluídos do núcleo fortificado primitivo.

treze de cruzeiros. Ainda que não se saiba a data em que as cruzes de pedra terão sido construídas, admite-se que as mesmas terão servido como paragens de uma procissão de via sacra sobre a qual não sobrem registos. Assim, os cruzeiros representariam treze das quatorze passagens da crucificação de Jesus Cristo. Admite-se que a estação em falta poderá: ter desaparecido; ter sido albergado no interior de um dos edifícios religiosos em questão. A localização dos cruzeiros na morfologia atual está registada no anexo 18.

Apontamentos Finais

O estudo levado a cabo ao longo do segundo capítulo ilustra Bragança como um organismo vivo, dinâmico e crescente. A Igreja de São Francisco participa na vivacidade do núcleo urbano e é um elemento presente na evolução do mesmo. O capítulo dividiu-se em três parcelas: numa primeira fase convoca-se para o estudo as peças gráficas que Duarte de Armas produz da fortaleza de Bragança à entrada para o séc. XVI (2.1); numa segunda etapa analisa-se a cidade enquanto núcleo fortificado (2.2); num momento posterior aborda-se Bragança enquanto núcleo urbano (2.3).

No subcapítulo 2.2, onde se explora a evolução das linhas defensivas em torno do núcleo urbano de Bragança, fica evidente que o local de implantação da Igreja e do Convento de São Francisco deverá ter sido um ponto estratégico na defesa do núcleo urbano. A potencial importância militar da zona onde se ergue a Igreja, importância que poderá ser justificada pela proximidade entre complexo franciscano e a linha muralhada medieval, estará na origem de uma série de linhas defensivas tardo-medievais e modernas em torno do ponto em questão.

O estudo da evolução das linhas muralhadas ilustra ainda o modo como Bragança parte da cidadela e cresce tendencialmente para poente. No desenvolvimento urbano rumo a poente, o Convento e a Igreja de São Francisco de Bragança conserva a posição de limite nascente da cidade. O posicionamento do complexo conventual a Este é uma condição que, mesmo que de uma forma menos evidente, ainda hoje se observa na morfologia urbana.

No subcapítulo 2.3 fica evidente que a Igreja do Convento de São Francisco é um elemento incluído no desenho da malha urbana - é parte da teia de vias urbanas. O complexo conventual tem, conforme expresso, ligação com centros de poder políticos, militares, comerciais e religiosos. A ligação entre o complexo franciscano e os referidos pontos de influência é, em muitos casos, tão direta quanto a época e a topografia permitem.

Contrabalançando com a visão de unidade ibérica que se teve no primeiro capítulo da dissertação, o segundo capítulo reconhece que a proximidade entre Bragança e a fronteira portuguesa com Espanha coloca o núcleo brigantino num ponto estratégico para a defesa bélica de Portugal. Terá sido a importância militar de Bragança na manutenção da independência do Reino o motivo por trás da sua representação por parte de Duarte de Armas no séc. XVI; Duarte de Armas era escudeiro da casa real de D. Manuel e elabora, a mando do referido monarca, uma série de documentos gráficos que pretendiam estudar o estado de conservação fortificações raianas portuguesas. As peças quinhentistas são referenciadas em diversos momentos ao longo da dissertação e reserva-se, assim, o subcapítulo 2.1 para a devida convocação das mesmas para o estudo da Igreja de São Francisco e da cidade de Bragança.

Na abordagem aos desenhos de Duarte de Armas (2.1) procede-se ao exercício de reconhecimento dos edifícios representados. O estudo sugere, através das notas textuais deixadas por Duarte de Armas no Códice de Madrid, uma identificação de edifícios distinta até à que este ponto era aceite por uma série de autores. A sugestão de identificação tem implicações na leitura da morfologia urbana de Bragança que a presente dissertação não aprofunda; assim, sugere-se que as referidas implicações possam ser estudadas de forma mais aprofundada numa investigação futura sobre o núcleo urbano

medieval de Bragança.

No subcapítulo 2.2 explora-se a relação da Igreja de São Francisco evolução das linhas defensivas em torno da cidade transmontana superamente mencionada. O edifício franciscano brigantino implanta-se num local "algo assombrado pela soberba do castelo" e a não "mais de cinquenta passos dos muros" do primeiro anel de defesa bélica da cidade. A curta distância entre as linhas defensivas e as Igrejas é uma tendência que carateriza a estratégia de implantação da Ordem de São Francisco desde o final do primeiro quartel do séc. XIII até ao final do período quatrocentista (época em que a difusão da corrente de Regular Observância começa a causar fragmentações dentro da Ordem de São Francisco).

As linhas muralhadas que se sucedem à linha defensiva primitiva acabam por desaparecer ao longo dos séculos; a existência das referidas estruturas bélicas é comprovada através de documentos cartográficos e de relatos da época. Através da georreferenciação dos mencionados anéis defensivos na atual morfologia urbana de Bragança, exercício levado a cabo no subcapítulo em causa (2.2), é possível reconhecer a proximidade entre a Igreja de Francisco e as linhas defensivas que surgem em torno do arrabalde. O surgimento de linhas defensivas modernas e contemporâneas em torno da zona da Igreja de São Francisco poderá ser justificado pela (anteriormente mencionada) proximidade entre complexo franciscano e a linha muralhada primitiva; a casa franciscana brigantina dispõe-se a uma curta distância de um dos pontos de acesso ao núcleo intramuros: Porta da Traição[1].

O subcapítulo 2.3 aborda a evolução das dinâmicas urbanas de Bragança. Ao longo do estudo torna-se evidente que os centros de magnetismo da cidade deslocam-se para a zona Poente do núcleo (o estudo da evolução das linhas muralhadas ilustra igualmente o modo como Bragança parte da cidadela primitiva e cresce tendencialmente para Oeste). O centro cívico da cidade começa por ser no interior da fortaleza, desloca-se posteriormente para a zona de São Vicente, e ruma futuramente para o espaço associado ao complexo jesuíta. A investigação evidencia ainda que o Convento de São Francisco é um elemento incluído no desenho da malha urbana - é parte da teia de vias urbanas. O complexo conventual tem ligação com centros de poder políticos, militares, comerciais e religiosos. A ligação entre o complexo franciscano e os referidos pontos de influência é, em muitos casos, tão direta quanto a época e a topografia permitem.

O capítulo 2 ilustra, pela informação exposta, que Bragança é um núcleo onde continuamente vão surgindo linhas muralhadas, edifício religiosos, equipamentos e, acima de tudo, oportunidades para Ordem de São Francisco pregar a doutrina cristã a novas *almas.*

1 Face à proximidade entre o Convento e a Porta da Traição sugere-se que um estudo futuro da reconstituição medieval da morfologia urbana da cidade de bragança possa contemplar a possibilidade de existência de uma via de ligação direta entre os dois elementos – percurso que, se existiu, está hoje desaparecida.

3. Espaço Público e de Pregação
Nota Prévia

O espaço público diante das igrejas era uma zona de grande importância nas dinâmicas da Ordem de São Francisco. Investidos em disseminar a doutrina cristã, os franciscanos "prolongavam" os templos para o exterior e criavam zonas propicias para a difusão da palavra. Catarina Marado, autora que estuda a relação dos conventos mendicantes com as cidades medievais, tece os seguintes comentários em relação à importância que a Ordem de São Francisco atribuía ao espaço diante das igrejas:

"Apesar de pregarem por toda a cidade, tanto os franciscanos como os dominicanos, identificam o espaço exterior defronte da sua igreja como o "espaço de pregação"". "Estes espaços (de pregação) (…) funcionavam como uma duplicação do templo para o exterior. Assim, existiriam duas igrejas: uma "igreja interior" e uma "igreja exterior". Não só nos primeiros tempos, quando os mendicantes disputavam ferozmente a captação de devotos, pregando essencialmente fora das suas casas, mas também depois, quando o espaço litúrgico interior não tinha capacidade para albergar o número de fiéis que acorriam às igrejas mendicantes."[1]

Tendo presente a forte relação que os templos franciscanos estabeleciam com a zona pública que se estendia diante dos mesmos, o presente subcapítulo estuda, sem ignorar as condicionantes causadas pela topografia e pela evolução das linhas muralhadas do núcleo urbano, a evolução do espaço público em frente à Igreja de São Francisco de Bragança. A narrativa do espaço público surge forçosamente ligada à história da Ordem de São Francisco (problemática exposta em 1.1 e 1.2) e da cidade de Bragança enquanto núcleo fortificado (temática explorada em 2.2). A abordagem à temática é estruturada em dois momentos: o subcapítulo 3.1 procura fazer a leitura das alterações que o espaço sofre desde a idade Média até ao final do século XX; o subcapítulo 3.2 incide sobre as alterações, ocorridas no espaço público desde o final do milénio até ao momento presente, que resultam na imagem atual da antiga zona de pregação dos franciscanos.

A bibliografia chave do capítulo 3 é:

-*Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal*; Catarina Almeida Marado; Universidade de Coimbra; 2018.

As peças gráficas chave do capítulo são:

-*Planta da Cidade de Bragança*; Autor desconhecido; c. 1640.
- *Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes*; José Monteiro Carvalho; 1754.
-*Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones*; Autor desconhecido; 1762.
-*Planta da Cidade de Bragança e suas dependências*; Luís Gomes de Carvalho; 1801.

1 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg.119.

-*Planta de Bragança*; Vasconcellos de Sá; 1840.
-Bragança – O Convento de São Francisco; Revista Popular; 1850.
-*Planta Geral de Bragança*; Albino Lopo; 1897.

3.1. Evolução do Espaço Público: Espaço de Pregação; Limitações causadas pelas Muralhas e pela Topografia

A menção textual mais antiga ao espaço público diante da Igreja de São Francisco trata-se de um documento real e data do reinado de D. Dinis I. Conforme relata António Matos Reis, em 1305, a área fronteira ao templo franciscano brigantino é utilizado para a assembleia do concelho de Bragança (função que é posteriormente assumida pelo edifício da Domus Municipalis, edifício implantado no núcleo intramuros[1]). Nas palavras de António Matos Reis:

"A verdadeira essência do município, assim como, a outro nível, da aldeia, assentava na existência e no funcionamento do cincilium ou concelho. (…) O concelho devia reunir-se periodicamente, não sabemos com que intervalo de tempo, mas pelo menos uma vez por ano, para escolher juiz ou os juízes, os alvazis ou os alcades para um novo período. (…) A reunião do concelho apregoado realizava-se normalmente ao ar livre, por um lado, porque inicialmente os municípios não possuíam instalações ou casa própria e, por outro lado, porque o número de participantes exigia um espaço amplo, que só em casos excecionais poderia ser uma área coberta. Até meados do séc. XIV pouca referência encontramos ao lugar onde se realizavam estas assembleias. (…) o concelho de Bragança reunia-se em 1305, no horto (da igreja) de S. Francisco" [2]

No início do séc. XIV, período em que é emitido o mencionado documento relativo à utilização do espaço público da Igreja de São Francisco, é possível que a zona diante do templo franciscano brigantino fosse limitado pelo aparelho bélico cujo fosso é descoberto numa campanha arqueológica realizada na área em questão durante os anos de 2016 e de 2017 (figura 81). A referida estrutura militar terá, segundo os relatórios resultantes das investigações de arqueologia, sido abandonada em definitivo por volta do período quatrocentista. O aparelho bélico descoberto nas investigações de arqueologia foi convocado para o estudo em 2.2 - assim, para uma leitura mais aprofundada do contexto em torno da referida estrutura militar aconselha-se a leitura do mencionado subcapítulo e do respetivo estudo em torno das linhas defensivas medievais do núcleo urbano de Bragança.

Face à proximidade entre os vestígios arqueológicos da estrutura defensiva e o atual frontispício da Igreja, assume-se a possibilidade de a fachada frontal do templo medieval ter sido recuada face à atual. A hipótese indicada vai de encontro ao que é advogado por Rui Tavares - autor de um estudo sobre a estratificação arquitetónica da Igreja de São Francisco de Bragança[3]. Conforme referido, Rui Tavares sugere que o templo medieval fosse mais curto que o atual e tivesse, assim, a fachada frontal implantada num local recuado face à atual .

"O Convento de S. Francisco de Bragança é (…) uma solução arquitetónica que, de acordo com os elementos subsistentes e já assinalados, se pode reconstruir conjeturalmente numa proposta

1 Desconhece-se se o espaço diante da Igreja de São Francisco de Bragança voltou a acolher as assembleias do concelho. Durante o séc. XIV, após o edifício da Domus Municipalis ter sido submetido a uma empreitada que lhe terá conferido uma imagem semelhante à atual, assume-se que o lugar de assembleia do concelho se terá deslocado de forma permanente para a Domus Municipalis.

2 REIS, António Matos; História dos Municípios [1050-1383]; Livros Horizonte; Edição digital revista pelo autor; 2015; Pg. 138.

3 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

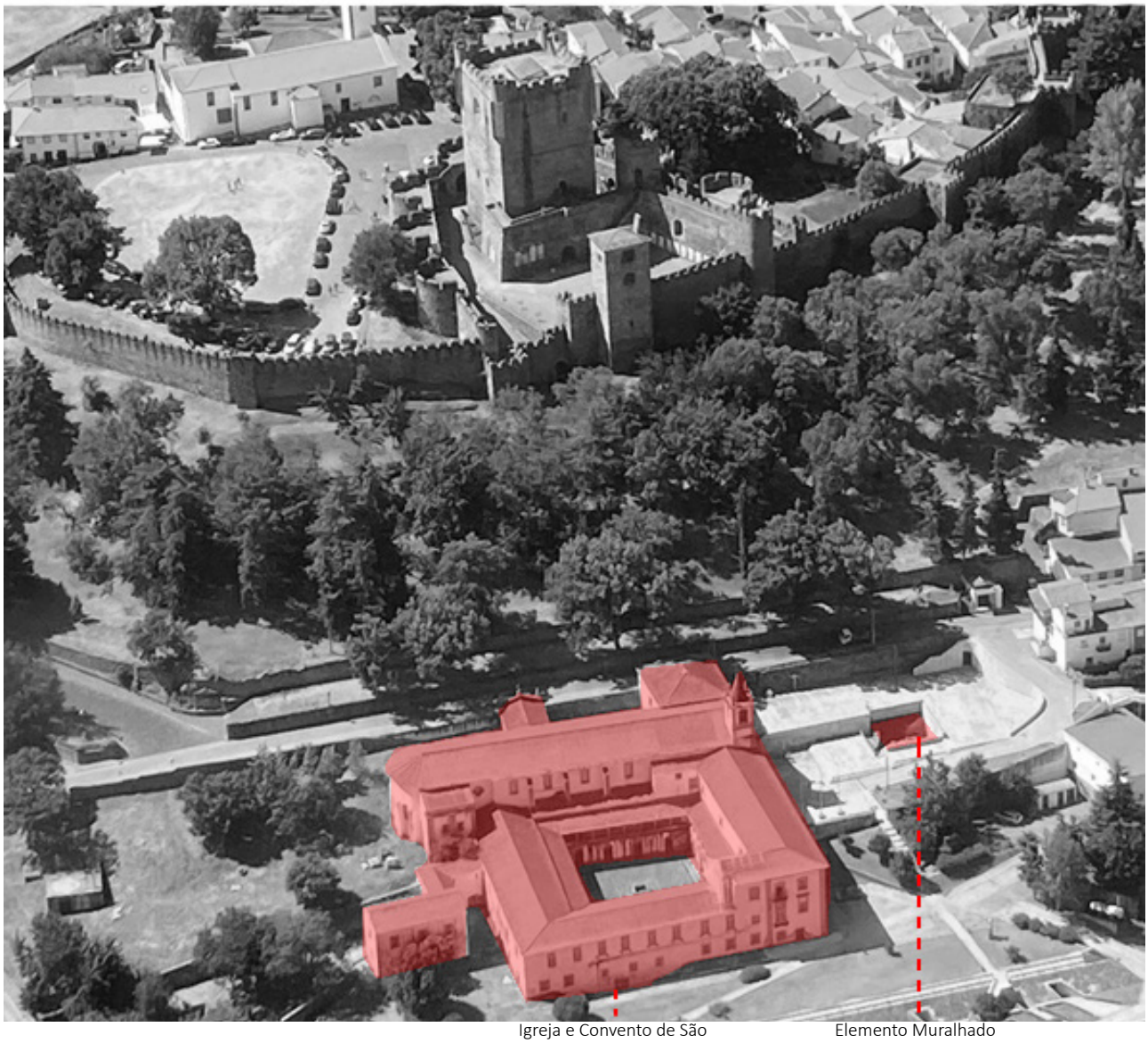


Figura 81 – Vista aérea da relação entre a Igreja de São Francisco e o fosso descoberto nas escavações arqueológicas de 2016-2017.

esquemática em igreja de nave única, transepto e cabeceira de três capela (mor e laterais). Dispomos de alguns elementos documentais e de reconhecimento estratigráfico que nos permitem pensar que a nave seria proporcionalmente dimensionada em largura e profundidade numa relação mais equilibrada, se pensarmos num alinhamento da fachada mais recuado do que o atual (exatamente o espaço do átrio, correspondente à largura das alas do claustro, como era tão frequente nas tipologias conventuais já registadas nas correntes beneditinas, aproveitando-se esse espaço para o também habitual nártex ou simples alpendres de madeiras nas edificações mais pobres), que pode documentar-se cartograficamente ((…) carta de 1801 (…)).”[4]

Conforme exposto em citação, a possibilidade levantada por Rui Tavares (figura 82) apoia-se em questões de proporcionalidade arquitetónica, de tradições construtivas herdadas da Ordem de São Bento, e de referências documentais cartográficas. O estudo de Rui Tavares é feito em 1994 e, assim, não convoca a existência de uma estrutura bélica diante do templo franciscano (como mencionado anteriormente, a presença do aparelho militar só é descoberto em 2016/2017) como argumento para a possibilidade da Igreja de São Francisco de Bragança ter tido uma nave menos profunda.

A possibilidade de a Igreja de São Francisco de Bragança ter sido, durante a Idade Média, mais curta que a atual, poderá apoiar-se na indicação textual de Frei Manoel da Esperança relativamente ao processo de substituição do frontispício do templo. A crónica de Manoel da Esperança, publicada em meado do séc. XVII, refere:

“Tratando um guardião do Convento de encurtar a Igreja para segurar o frontispício, que tinha arruinado, nunca lhe quis consentir (…) que ficassem de fora dela os ossos dos seus defuntos, e então disseram os cidadãos com um brio generoso, que se a casa de S. Francisco era grande, ainda eles por sua devoção a desejavam ainda maior.” [5]

Apesar da indicação textual poder, conforme referido, contribuir para a validação levantada por Rui Tavares, importa advertir que se desconhece se a *“devoção e o desejo”*[6] dos cidadãos de Bragança surtiu o efeito pretendido e levou à ampliação da Igreja. A proposta de reconstrução da planimetria medieval da Igreja, que, conforme referido, advoga que o templo tivesse o frontispício numa posição recuada face ao atual, voltará a ser abordada no presente texto quando se fizer referência à cartografia oitocentista utilizada por Rui Tavares como um dos argumentos de validação da hipótese levantada. No referido ponto voltar-se-á a mencionar a indicação textual dada por Frei Manoel da Esperança relativamente à substituição do frontispício.

O período de atividade da muralha associada ao fosso (a estrutura militar terá sido, segundo os relatórios resultantes das escavações de arqueoloia, terá sido abandonada no séc. XIV) compreende,

4 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

5 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 51.

6 *Ibidem.*

Figura 82 – Vista aérea da relação entre a Igreja de São Francisco e o fosso descoberto nas escavações arqueológicas de 2016-2017 (proposta planimétrica de Rui Tavares sobreposta à vista aérea)

possivelmente, o intervalo temporal entre a chegada a Bragança de franciscanos praticantes do ramo Claustral (séc. XIII) e a conversão dos mesmos à Regular Observância (1568). O ramo Claustral do franciscanismo dava, conforme referido na nota prévia, grande importância ao espaço público diante das igrejas. Investidos em disseminar a doutrina cristã, os frades prolongavam os templos para o exterior e criavam zonas propícias para a difusão da palavra. Relativamente à importância que a Ordem (Claustral) de São Francisco atribuía ao espaço diante dos edifícios religiosos que tutelava, importa voltar a citar Catarina Marado, autora da publicação *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas*; nas palavras da autora:

"Apesar de pregarem por toda a cidade, tanto os franciscanos como os dominicanos, identificam o espaço exterior defronte da sua igreja como o "espaço de pregação"". "Estes espaços [de pregação] (…) funcionavam como uma duplicação do templo para o exterior. Assim, existiriam duas igrejas: uma "igreja interior" e uma "igreja exterior". Não só nos primeiros tempos, quando os mendicantes disputavam ferozmente a captação de devotos, pregando essencialmente fora das suas casas, mas também depois, quando o espaço litúrgico interior não tinha capacidade para albergar o número de fiéis que acorriam às igrejas mendicantes." [7]

Com a conversão à Regular Observância e a adoção de uma doutrina mais contemplativa e fechada, o *"espaço de pregação*" poderá ter perdido alguma relevância para a comunidade franciscana brigantina.

As representações de Duarte de Armas e a cartografia militar seiscentista não ilustram a linha de defesa medieval associada ao fosso descoberto nas campanhas arqueológicas da década de 10 do séc. XXI. Conforme expresso no subcapítulo 2.2, os relatórios resultantes das escavações apontam que a estrutura militar deve ter sido abandonada no século XIV. Uma datação anterior à realização das mencionadas representações gráficas e cartográficas e que justificaria a ausência da mesma nas peças mencionadas.

A carta militar do século XVII, *Planta da Cidade de Bragança*, exclui-se de representar o miolo urbano e ilustra o edificado religioso de uma forma esquemática (figura 83). Assim, as indicações dadas relativamente ao espaço público associado à Igreja de São Francisco são algo pobres e devem ser abordadas com cautela. Contudo, admite-se, a partir da cartografia da primeira metade de 1600, que o desenho do espaço público estivesse limitado a Norte pela presença da cerca conventual e da estacada.

Conforme explorado no subcapítulo 2.2, a estacada volta a ser representada em 1754. Desta feita, a linha muralhada é ilustrada numa posição mais próxima da Igreja do Convento, oferecendo ao espaço público uma área mais curta do que o disponibilizado pelo percurso da estacada representado na cartografia seiscentistas. Ainda assim, é preciso ter atenção que, tal como se refere no capítulo 2.2, a

7 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg.119.

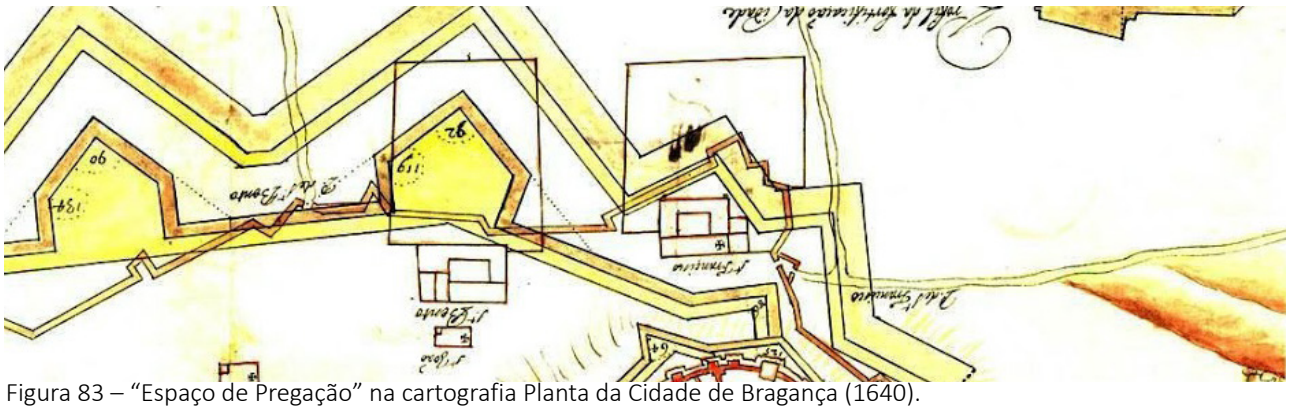


Figura 83 – “Espaço de Pregação” na cartografia Planta da Cidade de Bragança (1640).

Figura 84 – “Espaço de Pregação” na cartografia Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones (1762).

Figura 85 – “Espaço de Pregação” na cartografia Planta da Cidade de Bragança e suas dependências (1801).

Figura 86 – “Espaço de Pregação” na Planta de Bragança (1840).

estacada representada em 1754 poderá ter imprecisões.

As cartografias que surgem em 1762, 1801 e 1840 ilustram o espaço público livre de qualquer impedimento relacionado com a presença de linhas defensivas. Os documentos referidos constituem as primeiras representações do miolo urbano de Bragança e permitem, assim, uma leitura mais clara do que terá sido o espaço público associado à Igreja de São Francisco.

Na cartografia *Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones* de 1762, a peça cartográfica mais antiga a ilustrar o miolo urbano do núcleo de Bragança, o espaço de pregação é representado planimetricamente pela primeira vez (figura 84). Conforme referido no subcapítulo 2.3, no período em questão o percurso que ladeia a Igreja de São Francisco de Bragança não se encostava na mesma. O desaparecimento da linha defensiva da estacada e a condição de afastamento entre o edifício franciscano e a referida via de mobilidade deixa o antigo *"espaço de pregação"* algo indefinido. Na peça de 1762 a dificuldade em definir o espaço públicos é evidente, a Igreja de São Francisco de Bragança aparenta perder-se no meio dos campos de cultivo. Na cartografia setecentista destaca-se ainda a presença de um pequeno volume independente disposto diante da Igreja de São Francisco de Bragança. A existência e as dinâmicas associadas ao corpo unificado serão exploradas de forma mais aprofundada ao longo do presente texto.

A cartografia *Planta da Cidade de Bragança e suas dependências*, de 1801, oferece mais informação relativamente ao antigo *"espaço de pregação"* (figura 85). Na época em que a peça é produzida, o percurso que flanqueia o lado Sul da Igreja de São Francisco já se havia aproximado do edifício e constituía, assim, o limite Sul do espaço público. A definição Nascente da área pública é feita pelo complexo edificado franciscano, o extremo Poente estender-se-ia até à cerca do Convento de São Bento de Bragança. Na cartografa de 1801, salienta-se a ausência do pequeno volume ilustrado na peça de 1762.

Na cartografia de 1801 (figura 85) , a fachada frontal da Igreja é representada numa posição recuada face ao frontispício das dependências conventuais. O desalinho entre o templo e o Convento constituí um dos argumentos que leva Rui Tavares a sugerir que a Igreja de São Francisco pudesse ter sido mais curta do que é atualmente. Conforme mencionado na abordagem aos vestígios arquitetónicos desenterrados no âmbito das escavações arqueológicas de 2016/2017, a hipótese levantada por Rui Tavares resultaria num maior desimpedimento do espaço diante do templo franciscano. Ainda assim, importa referir que a representação cartográfica do início séc. XIX não ilustra: a Casa da Ordem Terceira; o casario no interior da cidadela; o percurso entre a Porta do Sol e a Rua de São Francisco. Os elementos referidos são representados nas cartografias de 1762, documentos que antecedem em 39 anos a realização da peça de 1801. Desse modo, ainda que se admita a possibilidade de a fachada da Igreja atual estar numa posição avançada face a um frontispício anterior, crê-se que a cartografia de 1801 não constitui um argumento forte o suficiente para validar a hipótese levantada - o desalinho entre a fachada da Igreja e do Convento poderá ser um lapso ou um erro de desenho. Num estudo sobre a Cidade de Bragança no séc. XVIII, Luís Alexandre Rodrigues realça a estranheza causada pela ausência de elementos na cartografia de Gomes de Carvalho.

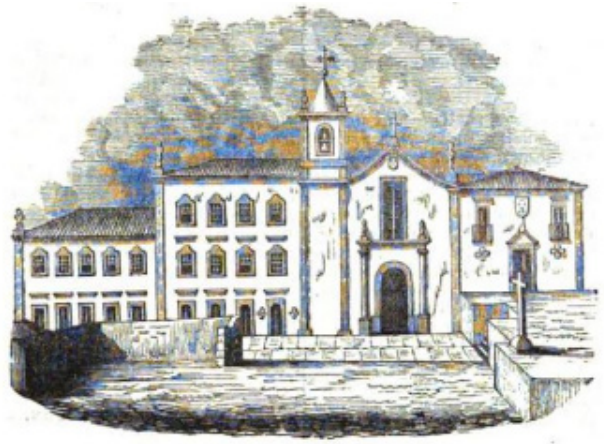


Figura 87- Alçado da Igreja e do Convento de São Francisco representado na Revista Popular de 1850

Figura 88 - Grafismo especulativo da distribuição do "espaço de pregação" em 1850.

Figura 89 – Espaço público em celebração religiosa na primeira metade do séc. XX.

Figura 90 – Espaço público durante o período de utilização do Convento como Hospital Militar.

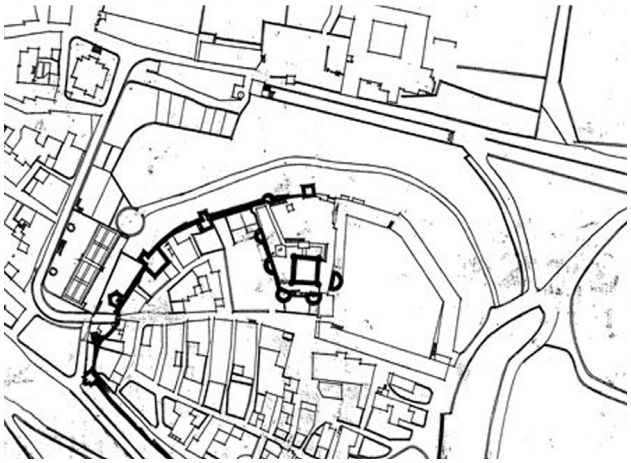


Figura 91– Espaço público na cartografia de Albino Lopo

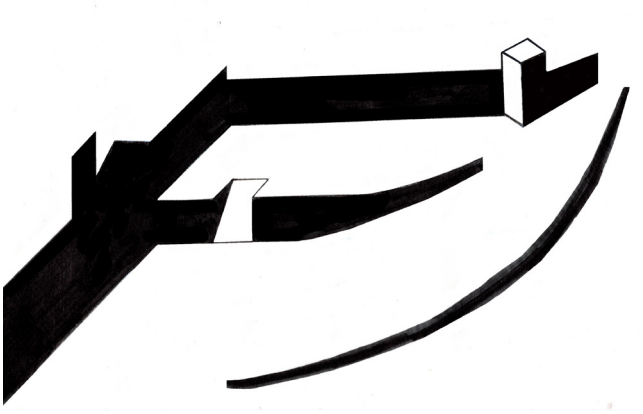


Figura 92 - Grafismo especulativo da distribuição do espaço de pregação no século XX

"Não podemos deixar de evidenciar a possibilidade de o autor da planta de 1801, o capitão engenheiro Luís Gomes de Carvalho, ter omitido na planta a representação do nártex que precede o espaço da igreja, propriamente dito, assim como omitiu a casa de despacho da Ordem Terceira que, contruída em 1755, lhe fica contígua e no mesmo alinhamento." [8]

Em Portugal, as ordens religiosas são extintas em 1834. Assim, o espaço público passa a estar sobretudo associado aos vários programas que o Convento vai assumindo ao longo dos últimos dois séculos. Na cartografia *Planta de Bragança*, de 1840, ano em que as dependências conventuais se encontravam abandonadas, o antigo espaço de pregação surge desimpedido e apenas marcado pela presença de duas árvores (figura 86). O autor delimita o espaço público associado à Igreja de São Francisco com a representação de quatro linhas. A partir da presença dos referidos traçados, percebe-se que o espaço público teria já uma dimensão e um desenho planimétrico semelhante ao atual. Na planta de 1840 o volume diante da Igreja de São Francisco de Bragança torna a ser representado. Desta feita, junto à via que, conforme referido, se havia aproximado da Igreja de São Francisco de Bragança e limitava o espaço a Sul.

Em 1850 (data em que o Convento se encontra ainda desocupado e abandonado), no âmbito de um artigo escrito para a Revista Popular, é feita uma representação ilustrativa do conjunto edificado franciscano (figura 87). A partir do desenho oitocentista poder-se-á introduzir uma questão que até este ponto não havia sido possível discutir: a altimetria do antigo *"espaço de pregação"*. Assim, tendo como base a peça de 1850 e as representações planimétricas que se conhecem do espaço, procurou-se fazer um exercício especulativo e representar o que poderá ter constituído o espaço público da Igreja de São Francisco de Bragança. O desenho ajuda a pensar a disposição das diversas altimetrias e ajuda a compreender que o espaço de pregação se dividia em três zonas: uma plataforma associada à Casa da Ordem Terceira, instituída por volta de 1755 a Sul da Igreja de São Francisco; um nível ligado à cota de soleira do pórtico de acesso ao templo franciscano; um espaço definido pelo formato em U dos muros e situado numa cota intermédia em relação às duas plataformas anteriormente mencionadas (figura 88). Entre os níveis associados à Igreja e à Casa da Ordem Terceira destaca-se ainda a existência de uma escadaria disposta no sentido paralelo à fachada do complexo religioso.

Dando seguimento ao exercício especulativo de representação do que poderá ter sido o antigo espaço de pregação, faz-se avançar o relógio e trazem-se para à equação: fotografias oitocentistas/novecentistas do complexo conventual (figura 89 e figura 90); representações planimétricas feitas por Albino Lopo em final do século XIX (figura 91). Na época em questão, transição de oitocentos para novecentos, o antigo "espaço de pregação" teria já uma imagem bastante distinta do que a surge representada em 1850 na Revista Popular. Assim, a definição geométrica da plataforma associada à Casa da Ordem Terceira ter-se-á perdido e terá dado lugar a um desenho mais orgânico. O desenho dos níveis inferiores ter-se-á simplificado; as plataformas terão dado lugar a um único espaço associado aos pórticos da Igreja e do antigo Convento.

A simplificação do espaço diante da Igreja e do Convento poderá ter ocorrido como consequência

8 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 462.

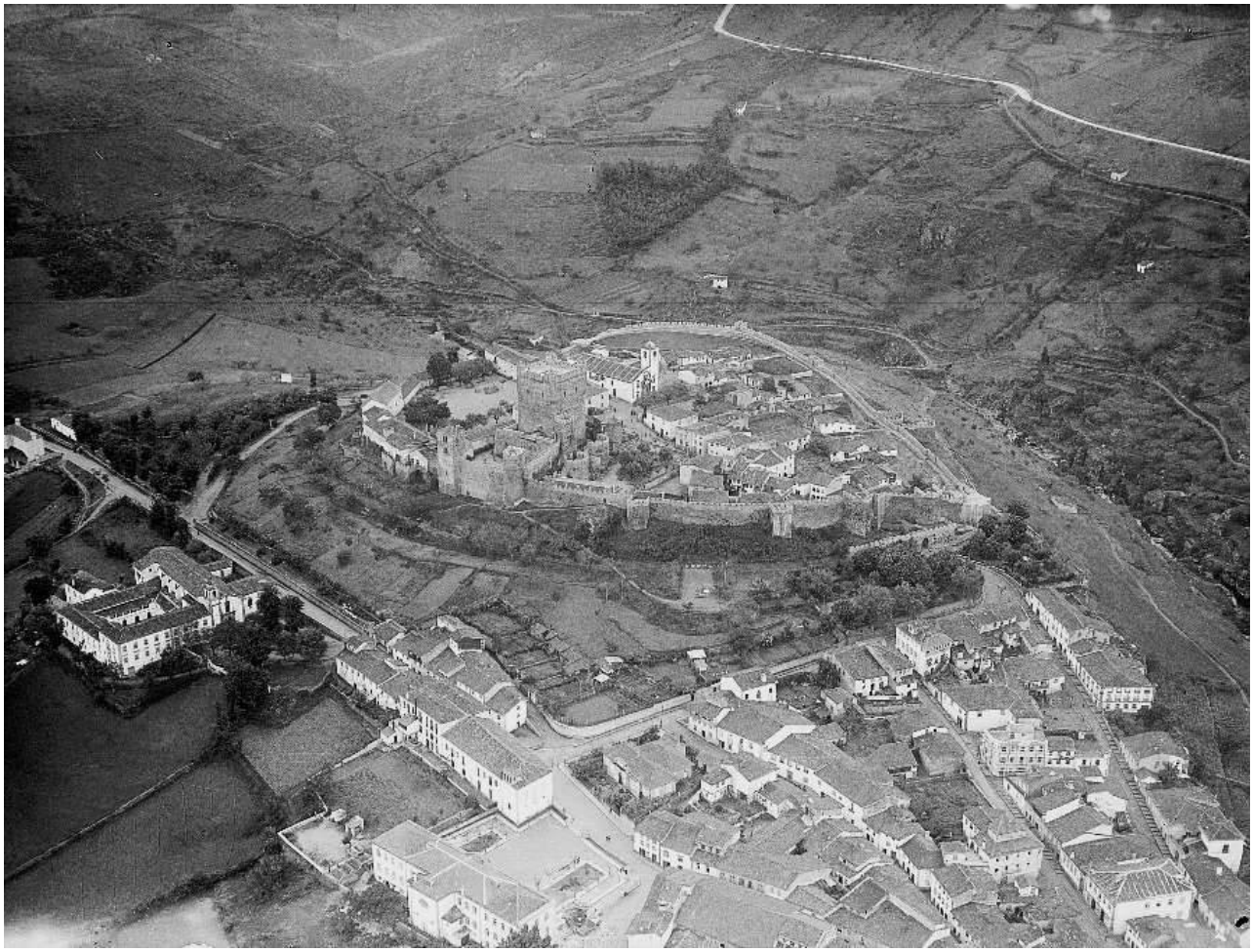


Figura 93 – Vista aérea do Convento de São Francisco de Bragança na primeira metade do séc. XX (perspética de Noroeste para Sudeste. Realça-se a presença do arvores no espaço público.

da campanha de obras que nos anos 50 do séc. XIX resultam na conversão do complexo conventual em hospital militar. Julga-se que os muros e as variações de altimetria que surgem representados em 1850 não seriam convenientes para a circulação de transporte de doentes. Assim, ter-se-á procedido a um redesenho do antigo *"espaço de pregação"* de modo a facilitar o funcionamento do hospital.

Nas representações de Albino Lopo (figura 91) é ainda possível reconhecer a existência do pequeno volume que já havia sido representado nas cartografias de 1762 e de 1840. A peça de Lopo é mais elucidativa relativamente à localização e às dinâmicas estabelecidas pelo pequeno corpo edificado. O pequeno volume dispõe-se junto do ponto de contacto entre o antigo "espaço de pregação" e a rua e ajuda, assim, a definir a transição entre os mesmos. A representação especulativa do ponto em questão procura ilustrar a dinâmica que então se poderia estabelecer na referida intermediação entre espaços.

Desconhece-se a função que o corpo edificado desempenharia. Ainda assim, importa realçar que os arranjos mais recentes no antigo "espaço de pregação" revelaram uma série de sistemas subterrâneos de abastecimento de água. Um dos canais da referida infraestrutura atravessa o local onde o pequeno volume surge ilustrado em 1762, 1840 e 1897. Desse modo, com a devida cautela, assume-se a possibilidade de o corpo poder ter albergado: uma câmara de inspeção vertical associada ao sistema de abastecimento; um fontanário alimentado pela referida rede. O pequeno volume Albino Lopo desaparece numa data desconhecida.

Na compreensão das dinâmicas do antigo *"espaço de pregação*" importa voltar a atentar na Planta de Bragança de 1840 e na fotografia da ocupação do Convento como hospital militar (figura 86 e figura 90); tanto no documento cartográfico como no fotográfico destaca-se a presença de árvores diante da Igreja de São Francisco de Bragança. A existência de arvores pode ter sido determinante para a criação de um espaço propicio à pregação, à reunião – um espaço que fosse a extensão exterior da Igreja. As árvores são um abrigo contra o sol do verão e, no caso de serem de folha perene, contra as intempéries do inverno; constituem um ponto de acolhimento para os fiéis numa zona exterior. No documento fotográfico mencionado a presença de uma grande árvore diante da Igreja de São Francisco de Bragança é evidenciada pela mancha de sombra que a mesma provoca no antigo *"espaço de pregação"*. A zona de sombra observada na fotografia do Convento enquanto hospital militar constitui precisamente a zona de abrigo que se pensa que em tempos poderá ter sido utilizado como espaço primordial de pregação exterior[9].

9 A utilização de árvores como espaço de reunião é algo recorrente ao longo da história. O exemplo mais conhecido será eventualmente o caso do plátano que durante o séc. XVIII foi palco dos negócios entre os comerciantes que viriam a formar a Bolsa de Valores de Nova Iorque. O documento de 1792 que oficializa a criação da Bolsa de Valores de Nova Iorque chama-se Buttonwood Agreement – nomenclatura que realça a importância do referido plátano (buttonwood) na origem da bolsa nova iorquina.

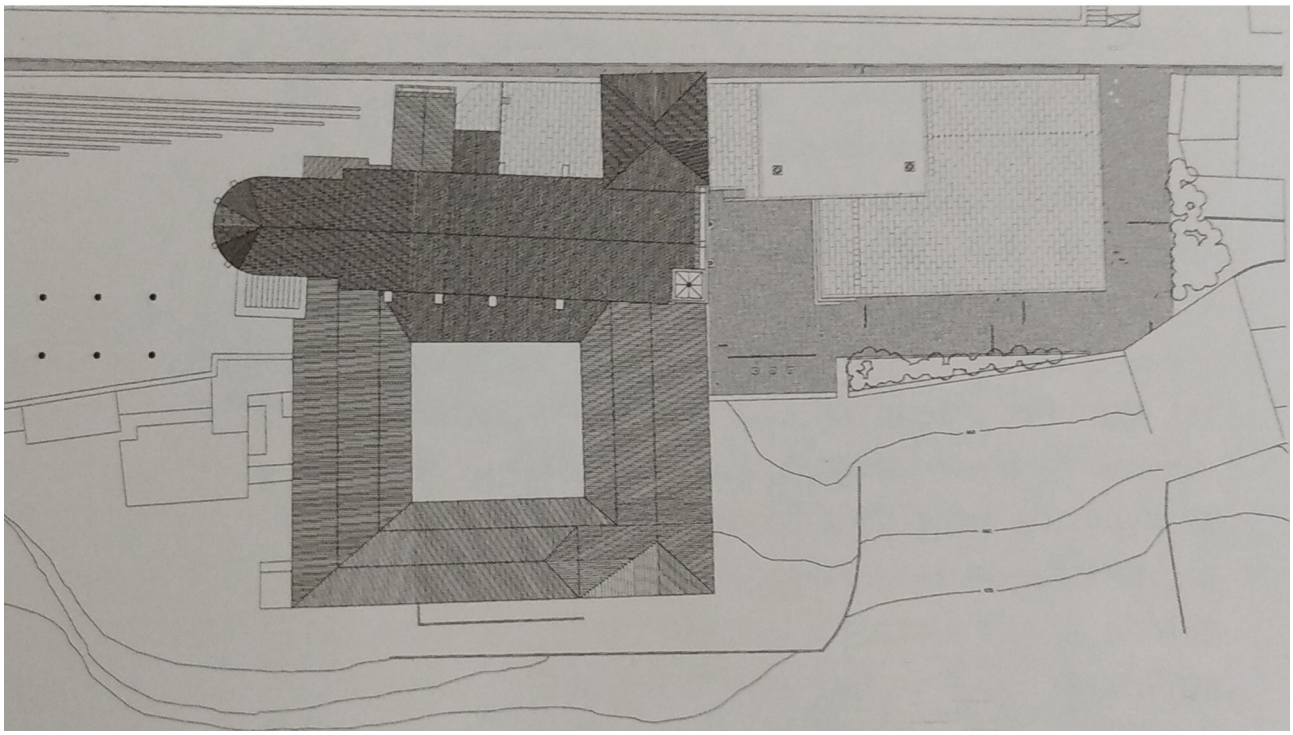


Figura 94– Antigo *"espaço de pregação"* no projeto de intervenção da Igreja de São Francisco de Bragança; Fátima Fernandes e Michelle Cannatà; 1994-2002

3.2. Espaço Público na Atualidade: Projetos, Intervenções e Escavações Arqueológicas Recentes

Em 1834 as ordens religiosas são extintas de Portugal; na sequência da extinção das ordens religiosas em solo nacional, os edifícios que constituem o complexo franciscano de Bragança passam a ser tutelados por entidades distintas. A Igreja fica entregue à Ordem Terceira, o Convento passa para erário público. A divisão entre os dois edifícios está na origem da independência entre os projetos de arquitetura que em finais do século XX incidem sobre o templo franciscano e sobre o antigo complexo conventual; a Igreja é requalificada segundo as decisões projectuais de Fátima Fernandes e Michele Cannatà; o Convento é intervencionado pela mão de Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães. Os referidos projetos estendem-se ao espaço exterior associado aos edifícios. Assim, Fátima Fernandes e Michele Cannatà ficam responsáveis pelos arranjos da zona em frente à Igreja e à Casa da Ordem Terceira (figura 94), Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães assinam o projeto de redesenho das plataformas que circundam o edifício do Convento.

A questão da independência entre os dois projetos é relevante para compreender as circunstâncias em que os arquitetos encontraram o antigo *"espaço de pregação"* diante da Igreja antes de o intervencionar. Uma vez que a empreitada no complexo conventual antecede a campanha de obras no templo, Fátima Fernandes e Michele Cannatà chegam a um local limitado a norte pelas decisões projetais tomadas pelo Gabinete Guimarães Guimarães. Assim, o contacto entre a plataforma associada à Igreja e o nível ligado ao Convento já havia sido definido pela presença de um muro e de uma abertura no mesmo.

Fátima Fernandes e Michele Cannatà encontram um espaço que seria definido a Sul pela presença da Rua de São Francisco, a Nascente pela disposição do antigo complexo conventual, a Poente pela organização do casario, e a Norte pela presença do elemento murado desenhado por Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães. O "espaço de pregação" dividia-se em duas plataformas: um nível superior associado à Casa da Ordem Terceira; uma área nivelada diante da Igreja e de parte do Convento. As plataformas comunicavam entre si por intermédio de uma escadaria disposta de forma paralela à fachada da Igreja.

O projeto de Fátima Fernandes e Michele Canatà conserva a logica de organização altimétrica do espaço; a área mantém-se estruturada em duas plataformas associadas aos pontos de acesso ao interior do Convento, da Igreja e da Casa da Ordem Terceira. As alterações mais significativas estipuladas no projeto de finais do século XX prendem-se com as dinâmicas de contacto estabelecidas entre as plataformas e a via que flanqueia o lado sul do antigo complexo franciscano - a Rua de São Francisco. A ligação entre a área nivelada diante da Igreja e a Rua de São Francisco é estruturada por intermédio de duas rampas paralelas com declives e pontos de partida distintos. Uma das rampas surge perpendicular à fachada da Igreja, a outra associa-se ao enfiamento do pórtico do corpo conventual. A duplicação da rampa poderá ter tido origem: na vontade de estabelecer uma distinção entre a Igreja e o Convento; na necessidade de criar uma zona que estabelesse contato com o vão aberto no muro erguido no âmbito do projeto de arranjos exteriores do Gabinete Guimarães Guimarães. A segunda hipótese apresentada justifica a exposição que se fez da independência entre os dois projetos; de facto, o desenho arquitetónico pensado por Fátima Fernandes e Michele Cannatà poderia estar limitado pela necessidade de criar ligação com os percursos desenhados na fase de

Figura 95 - Espaço de Público no final do séc. XX

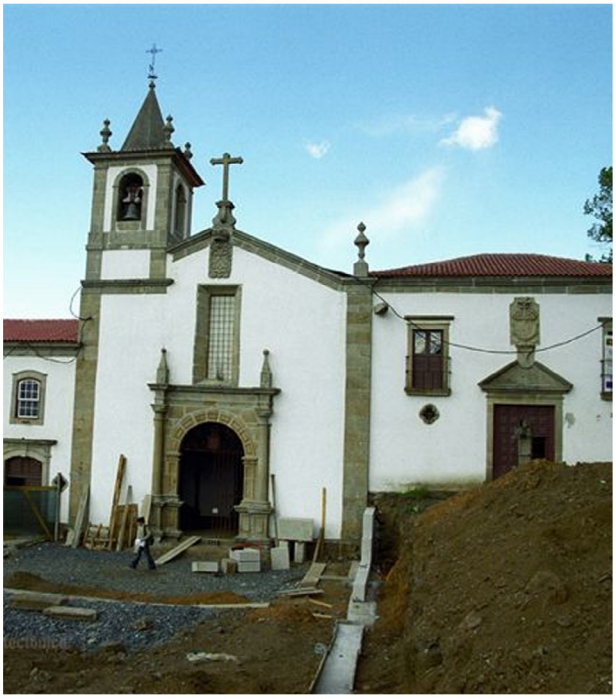


Figura 96 – Espaço público durante o processo de obras de arranjos exteriores da Igreja de São Francisco de Bragança.

Figura 97– Espaço Público após a interrupção do processo de obras de arranjos exteriores da Igreja de São Francisco de Bragança.

requalificação do espaço do Convento.

O projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà procede ainda à alteração da disposição da escadaria de transição entre as plataformas; as escadas, que até então se dispunham paralelamente à fachada do templo, passam a organizar-se de forma perpendicular em relação à mesma. Na memoria descritiva, Michele Channatà e Fátima Fernandes descrevem o projeto de arranjos exteriores nos seguintes moldes:

> *"Para quem chega do actual centro da cidade, em correspondência com o adro frontal à fachada principal, uma ampla escadaria de granito, acompanhada por uma rampa, orientará os acessos, acentuando a monumentalidade do complexo.*
> *As diferenças de nível existentes serão usadas para criar espaços planos a diferentes alturas e o pavimento será realizado em lajeado de granito, calçada de xisto ou saibro*"[1]

O projeto de Fernandes e Cannatà não foi concluído (figura 96 e figura 97) . Conforme será expresso no capítulo 5, a segunda fase de obras de intervenção na Igreja e no espaço envolvente nunca foi terminada[2]. Contudo, quando a empreitada foi interrompida já se havia materializado a alteração da orientação da escada entre as plataformas e já se havia definido a laje da rampa diante da Igreja.

O espaço permaneceu inalterado até 2016/2017. No período em questão realizam-se trabalhos arqueológicos na área e define-se uma nova imagem para o antigo "*espaço de pregação"*. A plataforma superior, associada à Casa da Ordem Terceira, estende-se até à Rua de São Francisco e passa a comunicar com a mesma por intermédio de uma escadaria. A descoberta arqueológica do arranque de um elemento muralhado diante da Igreja altera a lógica de rampas proposta por Fernandes e Cannatà. O elemento arqueológico passa a ser o ponto central da composição e interrompe a rampa que ligaria a Rua de São Francisco e a plataforma diante da Igreja. O declive entre o pórtico principal do Convento e a Rua de São Francisco ladeia o elemento arqueológico e apresenta um desenho semelhante ao estipulado por Fernandes e Cannatá. O levantamento fotográfico do atual *"espaço de pregação"* expõe-se nas página 154 e 155.

1 CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

2 https://agencia.ecclesia.pt/portal/obras-paradas-na-igreja-de-s-francisco-em-braganca/ ; consultado às 10:56 de 17/06/2021.

Vista aerea do atual espaço de pregação

1

2

4

3

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

Apontamentos Finais

O capítulo 3 procura estabelecer a evolução do espaço público associado à igreja de São Francisco de Bragança. Julga-se ser seguro afirmar que narrativa do referido espaço público (associado à Igreja de São Francisco de Bragança) está profundamente ligada à posição da Igreja na cidade de Bragança e da cidade de Bragança no território nacional. Conforme mencionado no presente texto (e aprofundado no subcapítulo 2.2), o núcleo urbano brigantino está implantado a escassos quilómetros da fronteira entre Portugal e Espanha; a condição de proximidade entre Bragança e a raia leva ao surgimento de uma série de linhas de defesa militar em torno da povoação Igreja de São Francisco. A proximidade entre as estruturas muralhadas e o templo franciscano constitui uma condição que limita o desenvolvimento do espaço público associado ao edifício franciscano.

Nas primeiras fases de vida do referido espaço as estruturas muralhadas chegam mesmo a definir um dos limites da zona pública. Atualmente, ainda que as linhas muralhadas tenham sido abandonadas, o espaço organiza-se em torno do vestígio arqueológico de uma das referidas linhas defensivas. Assim, volvidos cerca de oito séculos desde a chegada dos franciscanos ao núcleo urbano brigantino, verifica-se que o desenho do antigo "espaço de pregação" continua a ser afetado pela posição raiana da cidade de Bragança.

Paralelamente às limitações impostas pela passagem das linhas muralhadas, a evolução do "espaço de pregação" é condicionada pelo declive do terreno. Nesse sentido, apesar dos primeiros documentas a permitir tecer comentários sobre a planimetria do espaço datarem do período setecentista/oitocentista, assume-se que o espaço de pregação sempre se terá desenvolvido em diferentes plataformas - condição que se verifica atualmente.

4. Convento de São Francisco de Bragança

Nota Prévia

O antigo conjunto edificado franciscano de Bragança pode dividir-se em Igreja, Convento e Cerca. Dentro das três parcelas mencionadas, insere-se uma subparte – a Capela de Santa Catarina. O capítulo 4 foca-se na no estudo do Convento, da Capela de Santa Catarina, e da evolução da relação dos referidos corpos edificados com a Igreja.

O capítulo estrutura-se em três momentos distintos. A parcela inicial, o subcapítulo 4.1, foca-se na Capela de Santa Catarina. A Capela de Santa Catarina é anterior à chegada dos franciscanos a Bragança. Apesar de ter uma narrativa relativamente bem documentada em fontes textuais, o *rasto* do local de implantação original do edifício de culto a Catarina de Alexandria perdeu-se nas sucessivas campanhas de obras que afetaram Igreja e Convento ao longo dos séculos. Assim, o subcapítulo 4.1 procura levantar hipóteses de locais que poderão ter sido ocupados com a edificação primitiva da Capela de Santa Catarina.

Ao longo do subcapítulo 4.1 abordar-se-á igualmente uma cripta descoberta em 1983 por baixo da Capela Tumular de Pascoal Frias – espaço que se dispõe a Norte da cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança. Ainda que não se alcancem conclusões definitivas relativamente à datação da cripta, António Lino, Belarmino Afonso e Duarte Moscoso Trancoso admitem a possibilidade da origem do espaço descoberto em 1983 poder remontar ao séc. XII. A datação sugerida indicaria que a cripta seria, à semelhança da Capela de Santa Catarina, anterior à chegada dos franciscanos ao local. A possível coetaneidade entre a cripta a Capela justifica a inclusão da mesma na discussão da temática do subcapítulo 4.1.

O segundo e o terceiro momento do capítulo 4, os subcapítulos 4.2 e 4.3, focam a abordagem no Convento. A Casa de São Francisco é afetada por um violento incêndio no ano de 1728. Como consequência da deflagração das chamas, os edifícios conventuais ficam profundamente arruinados. Nesse sentido, reserva-se o subcapítulo 4.2 à exposição e à análise dos documentos gráficos e textuais que poderão ajudar a descortinar a disposição do desaparecido Convento de São Francisco de Bragança; destina-se o subcapítulo 4.3 ao estudo das "fases de vida" do edifício conventual de São Francisco reconstruído após o incêndio de 1728.

As peças gráficas chave para os capítulo 4 são:

-*Planta da Cidade de Bragança*; Autor desconhecido; c. 1640
-*Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes*; José Monteiro Carvalho; 1754.
-*Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones*; Autor desconhecido; 1762
-*Planta da Cidade de Bragança e suas dependências*; Luís Gomes de Carvalho; 1801
-*Planta de Bragança*; Vasconcellos de Sá; 1840
-Bragança – O Convento de São Francisco; Revista Popular; 1850.
-*Planta do Convento de S. Francisco em Bragança em Outubro de 1850*; Guilherme Inácio Basto; 1850.
-*Projecto de Hospital Militar no extincto Convento de S. Francisco em Bragança*; Guilherme Inácio Basto; 1851.

-*Alçado do edifício do extincto Convento de São Francisco em Bragança e a que fica reduzido pelo novo projecto de um Hospital Militar*; Guilherme Inácio Basto; 1854.

A biografia chave para o capítulo 4 é:

- *Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança)*;Belarmino Afonso, Duarte Nuno Moscoso Trancosco; Brigantia; 1983.
-*Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura*; Luís Alexandre Rodrigues; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 1995.
-*Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica*; Rui Tavares; 1994.
-*Anno Historico. Notícia abreviada de pessoas grandes, e cousas notáveis de Portugal*; Francisco Santa Maria, Lourenço Justiniano Anunciação; Lisboa; 1744.
-*São Francisco na Atualidade: Entre o Ruído e o Silêncio*; Ana Vaz Milheiro, Ricardo Lima; Revista Monumentos nº 32; 2011.

4.1. Pré-Existências: Capela de Santa Catarina e Cripta

Narrativa histórica

As primeiras casas da Ordem de São Francisco em Portugal implantam-se tendencialmente em terrenos marcados pela presença de pré-existências[1]. Em Guimarães os frades menores ter-se-ão instalado numa Capela em Fonte Santa; em Alenquer estabelecem-se na Ermida de Santa Catarina; em Lisboa adotam a Ermida de Nossa Senhora dos Mártires; e em Coimbra começam por habitar a Ermida-Hospital de Santo António dos Olivais[2]. A tendência de implantação dos franciscanos poderá estar relacionada com a fundação da própria Ordem. A história da Ordem de São Francisco começa no século XIII com um chamamento divino. Francisco de Assis encontra-se em oração quando escuta a voz de Jesus Nazareno. Segundo as crónicas, Cristo manifesta-se através de um pequeno crucifixo e profere:

"Francisco, vai e restaura a minha Igreja"[3]

O processo de fundação e de crescimento da Ordem de São Francisco confere um duplo significado às palavras de Cristo. A expressão *"restaura a minha Igreja"* assume uma interpretação bifurcada e contextualiza, de uma forma simultânea, a missão reconstrutora assumida por Francisco e o impacto que a doutrina da Ordem teve nas entidades religiosas vigentes. A primeira interpretação assenta no sentido literal das palavras e justifica que Francisco tenha dedicado parte da vida à reconstrução de edifícios religiosos em Assis [4]. A segunda interpretação parte de um ponto de vista lato e confere um significado global às expressões *"restaura"* e *"Igreja"*. Os franciscanos estabelecem-se num período histórico onde as instituições estavam em falência moral e careciam de reformas[5].

A interpretação literal das palavras de Jesus Nazareno poderá estar na origem da tendência franciscana de implantar complexos em terrenos marcados por pré-existências. Num estudo sobre

1 Característica que partilha com outras ordens religiosas.
2 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg. 127-133.
3 CARREIA, Monsenhor Joaquim ; S. Francisco e os lugares santos franciscanos; Leiria;1976.
4 As igrejas de São Damião e de São Pedro de Assis são exemplo de templos reconstruídos por Francisco.
5 HERCULANO, Alexandre; História de Portugal, Desde o Início da Monarquia até ao Reinado de D. Afonso III; Bertrand; 3ª Edição; Lisboa; 1863.

Conforme escreve Alexandre Herculano, a corrupção das entidades religiosas era um acontecimento que já se arrastava há alguns anos. Nas palavras de Herculano, *"A severidade da disciplina monástica principiara a afrouxar na Europa desde antes do século X, e a corrupção lavrara já rapidamente pelos mosteiros no século XII" . Antes da fundação da OSF, o estado de crise das instituições religiosas já havia levado à criação de movimentos que, comprometendo-se a renovar a santidade da fé cristã, rapidamente cediam à opulência que se propunham a combater. "A causa do fenómeno era fácil de perceber: consistia na devoção exagerada dos povos para com essas instituições e na arte com que os mosteiros exploravam a mina inesgotável da credulidade geral. Cada um destes era, digamos assim, uma companhia de seguro ou um montepio de salvação. Cada qual ia aí abonar-se para aparecer ante o supremo juiz, tão mal conhecido nesses tempos de ignorância quanto receado. Deste modo as riquezas monásticas cresceram desmesuradamente".*

Fundada em 1209 , a OSF tira proveito das circunstâncias e rapidamente se difunde pela Europa. Os frades instalam-se *"em todas as cidades nas quais não se depararam com resistência insuperável"* . O crescimento da congregação é tal que, no ano de 1221, o capítulo geral conta com a presença de cinco mil frades . Herculano explica o rápido crescimento da ordem nos seguintes moldes:

"Aqui (em Portugal), bem como nos demais países, os franciscanos e os dominicanos obtiveram grande popularidade As congregações antigas eram corpos privilegiados, ricos, poderosos e, portanto, ligados naturalmente à nobreza; essas novas ordens, sobretudo a dos minoritas, eram pobres, desprezadas ou mal vistas do alto clero, humildes e parcas nas habitações, nos trajos, nos alimentos e, por isso, populares."

a relação das casas mendicantes com as cidades portuguesas, Catariana Marado explica o fenómeno nos seguintes moldes:

"A ocupação de edifícios existentes como ermidas, hospitais ou albergarias foi uma prática comum desde o aparecimento das primeiras comunidades mendicantes. Para além de oferecerem abrigo e espaço para as atividades religiosas, à utilização deste tipo de edifícios podemos também atribuir um significado simbólico. A reconstrução de uma antiga ermida, nalguns casos abandonada, traduzia a ideia de renovação da Igreja assumida pelos mendicantes e particularmente pelos Franciscanos. Nos primeiros anos da sua vida religiosa, São Francisco reconstruiu três ermidas situadas nos arredores de Assis: San Damiano (…); San Pietro (…); e finalmente a Porciúncula (…). Os seus seguidores, imitando o Poverello, reproduziram por toda a Europa este modo de vida, acolhendo-se em ermidas existentes situadas em sítios ermos."[6]

O caso do convento de São Francisco de Bragança não foge à *regra*. O complexo franciscano instala-se num terreno doado pela família Morais onde já existiria uma Capela de Santa Catarina. O referido espaço religioso servia, e continuou a servir após a fundação do Convento, de local de assento à Confraria da Santa Cruz. Segundo o relato de Frei Manoel da Esperança os frades menores ter-se-ão adaptado à pré-existência e terão adotado a Capela como Igreja e, posteriormente, como sala do capítulo[7]. Manoel de Esperança, cronista da Ordem, escreve:

"Havia neste lugar uma ermida de Santa Catarina, que nos [franciscanos] serviu de Igreja, e que ficando depois incorporada na casa se transformou em capela do capítulo."; "A esta virgem santíssima [Santa Catarina] (…) tem grandes obrigações no reino de Portugal a nossa religião, porque ela nos amparou, recolhendo-nos em sua casa uma vez, e muitas vezes, quando nós [franciscanos] ainda éramos estrangeiros, desconhecidos e pobres."[8]

O relato de Frei Manoel da Esperança dá conta que a pré-existência atravessa três períodos distintos: numa primeira fase é utilizada como ermida, condição que indica que se deveria tratar de um edifício de dimensões reduzidas implantado num local isolado; no segundo *tempo de vida* é usada como Igreja, situação que permite pressupor que a Ordem de São Francisco já havia chegado ao local, mas ainda não tinha erguido edificações próprias; numa terceira fase acolhe a Capela do Capítulo do complexo franciscano, conjetura que aponta para a possibilidade dos frades menores já terem concluído a edificação da Igreja e do Convento[9].

O documento textual mais antigo a mencionar a Capela de Santa Catarina data dos anos 60 do século XVI. No período mencionado, a Capela estaria em estado ruinoso. Quem dá notícia da condição

6 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg. 127.
7 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 50.
8 *Ibidem.*
9 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 50.

de degradação do edifício é o próprio guardião do Convento que, escrevendo no ano de 1566, requer ao bispo de Miranda do Douro que faça uso da influência episcopal para levar os padroeiros a financiar as obras de restauro da antiga ermida[10]. O guardião do complexo conventual brigantino refere que a Capela *"ha muitos anos esta damnificada e derrubada de vinte anos a esta parte"*; assume-se, a partir do referido documento assinado pelo guardião do Convento, que a Capela já estaria em estado de ruína por vota dos anos 40 do séc. XVI (duas décadas antes da emissão da referida peça documental). A datação quinhentista da derrocada da Capela de Santa Catarina, sugerida pelo requerimento endereçado ao bispo de Miranda do Douro, entra em oposição com a cronologia feita através da leitura do relato da doação da Igreja de São Vicente de Bragança à Confraria da Santa Cruz. A narrativa da Confraria da Santa Cruz no templo vicentino brigantino é contada por José Cardoso Borges na descrição que o mesmo faz da cidade de Bragança no início do séc. XVIII; segundo o autor, a Confraria da Santa Cruz, instituição que começa por ter assento na Capela de Santa Catarina, terá pedido doação da Igreja de São Vicente em 1569. O pedido de doação, que obtém uma resposta positiva por parte do poder episcopal no ano de 1577, justifica-se, segundo Cardoso Borges, pelo estado ruinoso que a Capela de Santa Catarina apresentava desde finais do séc. XIV.

Independentemente da data de ruína da Capela de Santa Catarina, importa referir que o requerimento do guardião do Convento surte o efeito desejado e notificam-se os padroeiros do edifício face à urgência da realização de obras no edifício pré-existente. Nesta altura, os padroeiros da Capela eram os membros da família Morais, descendentes dos fundadores do Convento de São Francisco de Bragança. O processo de inquisição junto dos herdeiros do padroado terá sido demorado. Os Morais seriam numerosos e estariam espalhados por várias localidades do território português. Como resutado do inquérito destaca-se a exigência de Catarina Morais que, de modo a contribuir para o financiamento da empreitada, põe como condição a abertura de uma antiga porta que se localizaria junto do púlpito[11].

Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) , autor que no início do século XX se dedica extensivamente ao estudo da região de Bragança, revela que o inquérito aos herdeiros é inconsequente[12]. Os vários membros da família Morais não chegaram a acordo em relação ao modo de proceder no financiamento do restauro da Capela de Santa Catarina. Como consequência do desentendimento entre os padroeiros, o poder episcopal dá autorização aos frades para agirem de forma independente nas obras de reedificação. Como meio de capitalização para a empreitada, realiza-se uma arrematação no ano de 1579[13]. Na sequência do processo, os Morais perdem o título de padroeiros da Capela de Santa Catarina. Segundo Cardoso Borges, a inconsequência do requerimento junto dos Morais e a consequente perda do título de padroado terá sido um dos motivos a impulsionar definitivamente a mudança da Confraria da Santa Cruz para a Igreja de São Vicente de Bragança.

No início do século XVIII, José Cardoso Borges refere que a Capela de Santa Catarina está "*metida*

10 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 470-473

11 *Ibidem.*

12 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 243.

13 *Ibidem.*

Figura 98 – Capela Tumular de Pascoal Frias (observa-se a pedra que encerra o acesso à cripta na pavimentação da Capela)

Figura 99 – Capela Tumular de Pascoal Frias (observa-se a pedra que encerra o acesso à cripta na pavimentação da Capela)

Figura 100 -Arca Tumular ao centro da Cripta

no corpo" do Convento[14]. No ano de 1728, o Convento de São Francisco de Bragança é afetado por um incêndio[15]. Assumindo que a Capela de Santa Catarina estaria *"metida no corpo"* do Convento, poder-se-á assumir que os estragos causados pelas chamas terão alastrado à Sala do Capítulo. Assim, o incêndio terá apagado os vestígios da Capela sobre a qual Cardoso Borges escreve.

Na reconstrução do Convento de São Francisco que se segue à deflagração do incêndio de 1728, a Capela Capitular é edificada no extremo sul da ala nascente do claustro. A localização da reedificação é indicada nos documentos planimétricos produzidos na sequência do levantamento do complexo franciscano realizado nos anos 50 do século XIX por Guilherme Inácio Basto. Não é possível saber se o local de implantação indicado nas representações de Guilherme Inácio Basto corresponde à implantação da Capela de Santa Catarina que Cardoso Borges situa *"metida no corpo"* do Convento. A Sala do Capítulo pode ter sido deslocada no processo de reedificação do complexo conventual destruído pelas chamas do incêndio de 1728.

Quando o Convento é convertido em Hospital Militar, a Sala do Capítulo dá lugar a espaços de despejos que em caso de necessidade poderiam ser usados como enfermarias. No século XX, no processo de intervenção que modifica o Convento de São Francisco de modo a que possa receber o Arquivo Municipal de Bragança, desaparecem definitivamente os vestígios da existência da Capela de Santa Catarina. O local onde Guilherme Inácio Basto a representa a Sala do Capítulo é atualmente ocupado por uma sala de auditório que se estende pelos dois pisos da antiga ala conventual.

Conforme referido na nota prévia do presente capítulo, a Capela de Santa Catarina poderá não constituir a única construção pré-existente no terreno doado pelos Morais. O local poderia ainda ser marcado pela presença da cripta que atualmente se situa por baixo da Capela Tumular de Pascoal Frias – espaço que flanqueia o lado Norte da cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança (figura 98 e figura 99).

A cripta é descoberta numa campanha de trabalhos arqueológicos realizada em 1983 no interior da Igreja. Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso, que acompanham a investigação arqueológica e escrevem um artigo sobre a mesma, referem que a catacumba tem 436 cm por 335 cm[16]. Ainda segundo os mesmos autores, o espaço é coberto por uma abóbada de berço com altura máxima de 215 cm. Nas paredes da cripta denotam-se vestígios de pinturas murais que ornamentam o espaço e são descritos por Belarmino Afonso e Duarte Moscoso Trancoso nos seguintes moldes:

"A cripta está coberta de argamassa e decorada a toda a volta com letras capitais, reproduzindo versículos tirados da bíblia. (…) As letras capitais, o reboco e até a mentalidade religiosa expressa nos versículos bíblicos, parecem indicar-nos a data do século XVII"[17]

14 BORGES, José Cardoso; Descripsão topografica da Cidade de Bragança; Documento manuscrito; Bragança; Sec. XVIII. https://purl.pt/16736 ; consultado a 29/10/2021 às 15:39.

15 SANTA MARIA, Francisco de, ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano; Anno Historico. Notícia abreviada de pessoas grandes, e cousas notáveis de Portugal; Oficina Domingos Gonsalves; Lisboa; 1744; Pg. 131.

16 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.

17 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136..

Ao centro do espaço existe uma arca tumular *"assente sobre leões dormentes"* e ornamentada de uma forma austera. O sepulcro é *"simbolicamente selada por uma fita em relevo, que se cruza à cabeceira e aos pés"* (figura 100). A linguagem utilizada na arca tumular data-a, segundo Belarmino Afonso e Duarte Moscoso Trancoso, do período românico. O desfasamento entre a arca e as pinturas murais da cripta, e a diferença de linguagem entre o Capela Tumular de Pascoal Frias e o espaço enterrado por baixo da mesma, causam alguma estranheza a Duarte Moscoso e Belarmino Afonso:

"Não deixamos de estranhar certos contrastes. O desenho das cruzes da cripta, bem como o reboco, algo grosseiro, não estão de acordo com a riqueza da capela. As letras da pedra tumular, recobertas a metal, agora desaparecido, foram traçadas por mão hábil. As letras interiores denotam mão menos experimentada."[18]

A estranheza causada pela linguagem da arca tumular leva António Lino a sugerir que a cripta deverá trata-se de um espaço pré-existente à fundação do Convento e da Igreja[19]. A informação dada por António Lino num artigo publicado na revista Brigantina não é confirmada nem desmentida pela crónica de Frei Manoel da Esperança. O cronista da Ordem não refere a presença do espaço da cripta quando escreve sobre as pré-existências presentes no terreno doado pelos Morais à comunidade franciscana[20]. Assim, a suposição de que a cripta se trata de um espaço anterior à chegada dos frades menores ao local apresenta algumas fragilidades; a convocação da cripta para a discussão em torno da Capela de Santa Catarina terá sempre uma dose de cautela.

Contributo da Capela de Santa Catarina para a datação da fundação do Convento

Interrompe-se momentaneamente a narrativa histórica da Capela de Santa Catarina por ser considerar que a pré-existência do edifício eremítico no terreno onde o Convento de São Francisco de Bragança se implanta poderá contribuir, com as devidas limitações, para a discussão em torno da data de fundação do complexo conventual. Conforme referido em 1.1 e em 2.2, a datação da chegada dos franciscanos ao núcleo urbano brigantino é uma temática pouco consensual entre os autores que abordam a história do edifício. Contudo, apesar das discórdias, as fontes textuais consultadas permitem estabelecer que a fundação do Convento de São Francisco de Bragança acontece num ano compreendido no intervalo temporal entre 1214 e 1271.

Desse modo, mantendo presente o período temporal em que se terá iniciado a história do edifício franciscano brigantino (1214-2171) importa recuperar que o edifício surge num terreno marcado por uma pré-existência e situado no núcleo extramuros da então vila de Bragança. Considerando o período temporal em que a Ordem de São Francisco se começa a aproximar das urbes e o intervalo de

18 *Ibidem.*
19 LINO, António; O Convento de S. Francisco Guimarães. O Convento de S. Francisco de Bragança; Brigantia, vol IV, Nº 3; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Julho-Setembro 1984.
20 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 50.

tempo em que deixam de se instalar em edifícios pré-existentes, poder-se-á tentar encurtar o período temporal para a fundação do Convento.

Relativamente à evolução dos locais de implantação dos conventos de São Francisco torna-se a vincar que a aproximação da Ordem aos núcleos urbanos decorre por volta dos anos 30 do século XIII. Assim, conforme mencionado em 2.2, parece improvável que a fundação do Convento de São Francisco de Bragança tenha ocorrido no lugar em questão numa data tão recuada como 1214. Ou seja, a implantação da Casa da OSF junto da linha muralhada da cidadela não é compatível com os períodos temporais que se assumem como catalisadores da aproximação dos franciscanos às povoações. Não parece provável que a Ordem de São Francisco tenha estabelecido, no ano de 1214, um complexo a uma distância tão curta do centro urbano. Assim, pensa-se que será seguro afirmar que, contrariamente ao que série de autores indica, a Casa de São Francisco de Bragança não deverá pertencer ao grupo de conventos franciscanos implantados em Portugal na década de 10 do século XIII (o referido grupo é consensualmente formado pelas casas de Lisboa, Alenquer, Guimarães, Coimbra).

Relativamente à instalação dos franciscanos em locais marcados por pré-existências convém referir que últimos conventos de São Francisco ducentistas que se instalam em locais marcados por pré-existências são o da Covilhã, fundado em 1235[21], e o de Estremoz, instituído em 1239[22]. As casas de São Francisco de Portalegre, fundada entre 1240 e 1275[23], de Santarém, instituída em 1242[24], e de Évora, com história principiada em 1245, ter-se-ão já instalado em locais desimpedidos de edificação pré-existente. A tendência de implantação em locais marcados por construções anteriores a chegada da Ordem é recuperada em finais do século XV: o Convento de Nossa Senhora da Conceição de Matosinhos é fundado em 1392 sobre uma antiga ermida; São Francisco de Gouveia é instituído e implantado sobre um oratório do Espírito Santo no ano de 1433[25]; Santo Onofre da Golegã dispõe-se em 1520 num local onde já existia uma capela em honra de Santo Onofre[26]. O retorno às antigas práticas de implantação poder-se-á prender com o crescimento da Ordem de São Francisco de Regular Observância e da vontade da mesma de se afastar dos centros urbanos. Em todo o caso, a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança é fundada durante o século XIII num terreno marcado pela presença de uma ermida.

Assim, não parece ser descabido sugerir que a fundação o Convento de São Francisco de Bragança ocorre numa data anterior aos anos 40 do século XIII – período em que a Ordem de São Francisco se começa a afastar-se dos terrenos marcados por pré-existências.

As duas caraterísticas do terreno de implantação do objeto de estudo, a proximidade com as linhas muralhadas e a existência de um corpo edificado anterior à chegada dos franciscanos, conjugadas com uma leitura global das tendências de implantação da Ordem permitem arriscar que a fundação

21 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016.; Pg. 279.
22 *Idem*; Pg. 310.

A página do SIPA relativa ao Convento de São Francisco de Estremoz sugere uma datação alternativa; indica que o conjunto conventual deverá ter sido fundado em 1255.
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3833 ;consultado a 14/10/2021 às 09:06.
23 *Idem*; Pg. 311.
24 *Idem*; Pg. 280.
25 *Idem*; Pg. 287.
26 *Idem*; Pg. 290.

Figura 101 -Elemento Muralhado nas representações de Duarte de Armas da Vista de Leste do Códice de Lisboa

Figura 102- Elemento Muralhado nas representações de Duarte de Armas da Vista de Leste do Códice de Madrid

Figura 103-Ermida de Santa Catarina Monsaraz

do Convento de São Francisco de Bragança poderá ter ocorrido numa data compreendida entre 1220, ano em que os complexos franciscanos começam a aproximar-se dos núcleos urbanos, e 1240, período temporal em que os frades menores abandonam os locais de implantação marcados por pré-existências.

Hipóteses de implantação primitiva

A contextualização histórica da Capela de Santa Catarina serve como ponto de partida para a abertura de possibilidades de leitura do local de implantação e das dinâmicas que a pré-existência ocupava e desempenhava no conjunto edificado da Casa de São Francisco de Bragança. Desse modo, ao longo do texto serão exploradas diferentes possibilidades de local de implantação da pré-existente, e atualmente desaparecida, Capela de Santa Catarina. Lembra-se que a Capela de Santa Catarina estava "metida" no corpo do Convento quando o mesmo é afetado por um violento incêndio. Assim, ao longo do estudo levanta-se a possibilidade do local atribuído à Sala do Capítulo setecentista/ oitocentista (apontamento feito por Guilherme Inácio Basto) poder corresponder a uma deslocação do espaço face ao que existiria antes da deflagração das chamas em 1728; o estudo que se relata nos parágrafos que se seguem parte da premissa exposta e levanta possibilidades para a localização da primitiva Capela de Santa Catarina.

Partindo das representações de Duarte de Armas, assume-se a possibilidade da Capela de Santa Catarina poder corresponder ao volume muralhado que integra a Igreja de São Francisco nas ilustrações quinhentistas (figura 101 e figura 102) . A hipótese exposta apoia-se na condição eremítica do edifício pré-existente; implantada num local previamente isolado e, presumivelmente, afastado das primeiras edificações do núcleo urbano de Bragança, a Capela de Santa Catarina poderia desenvolver-se num volume com estruturas bélicas próprias[27]. A hipótese exposta assume a possibilidade do edifício pré-existente ter uma imagem semelhante à da Ermida de Santa Catarina de Monsaraz (figura 103). Os referidos edifícios partilham uma série de semelhanças: o culto a Catarina de Alexandria; o isolamento face ao núcleo muralhado (condição que a Ermida alentejana conserva); a fundação datada da transição da alta para a baixa Idade Média. Assim, aceita-se que a estrutura militar que nos desenhos de Duarte de Armas integra a Igreja de São Francisco possa ser interpretada como a Capela de Santa Catarina.

Assumindo que a cripta e que o referido volume muralhado representado por Duarte de Armas correspondem a construções pré-existentes, poder-se-á pensar que a largura da nave da Igreja é definida pelo posicionamento das construções executadas antes da chegada dos franciscanos a Bragança. A hipótese levantada assume a hipótese do templo se ter erguido entre as duas construções pré-existentes de modo a estabelecer contato com ambas. Assim, torna-se a reiterar, as

27 A hipótese mencionada faz uma leitura do elemento muralhado distinta à interpretação que se fez no subcapítulo 2.2. Em 2.2, assume-se a plausibilidade da estrutura bélica ser parte integrante de um anel defensivo à cota baixa do núcleo urbano de Bragança. Ainda assim tratando-se de uma problemática especulativa e de múltiplas possibilidades de leitura, o presente subcapítulo considera pertinente levantar a possibilidade da referida estrutura muralhada poder corresponder à antiga Capela de Santa Catarina que, dada a sua implantação extramuros, poderia apresentar mecanismos de defesa bélica próprios.

Figura 104 -Volume a norte da Igreja de São Francisco representado na Vista de Leste do Códice de Lisboa

Figura 105 - Volume a norte da Igreja de São Francisco representado na Vista de Leste do Códice de Madrid

pré-existências teriam definido a amplitude da nave e da cabeceira da Igreja.

A possibilidade proposta poderá ser contrariada pelo documento textual quinhentista que expressa a exigência de Catarina Morais relativamente às obras de restauro da Capela de Santa Catarina[28]. Catarina Morais, padroeira do edifício pré-existente, compromete-se a financiar as obras de requalificação da Capela sob condição que seja restabelecida uma antiga passagem entre o corpo da Igreja e o espaço de culto a Santa Catarina. A ligação que "*hia do corpo da igreja direito a porta da dita capella*" [29]havia desaparecido para dar lugar a uma porta que se abria *"atras para as crastas"*. Os termos utilizados no documento quinhentista para descrever a localização da porta da Capela, *"atras para as crastas"*[30], poderão indicar que o edifício pré-existente estaria posicionado a Norte da Igreja, no lado do claustro, no lado das *"crastas"*. Condição que descredibiliza a possibilidade do volume muralhado representado por Duarte de Armas poder corresponder à primitiva Capela de Santa Catarina.

Tendo em conta as indicações dadas pelo documento textual quinhentista, importa voltar às representações de Duarte de Armas. Nas Vistas de Leste da fortaleza de Bragança (tanto no Códice de Madrid como no de Lisboa), Duarte de Armas marca a presença de um volume independente dentro dos limites da cerca conventual (figura 104 e figura 105). O referido corpo edificado implanta-se a Norte da Igreja e está separado do mesmo. O edifício é coberto por uma estrutura telhada de duas águas e aparenta ter uma orientação longitudinal no sentido Norte-Sul (orientação perpendicular à da nave da Igreja de São Francisco de Bragança). Tendo em conta a independência do volume e a localização do mesmo, posicionado *"atras para as castras"*, julga-se credível levantar a hipótese do corpo edificado representado por Duarte de Armas nas Vistas de Leste poder corresponder à primitiva Capela de Santa Catarina.

O local de implantação do volume que Duarte de Armas representa a Norte da Igreja de São Francisco aparenta seguir o alinhamento dos vestígios de um arco de tijolo encastrado na parede da nave do templo franciscano. O arco deverá ser anterior à atual estrutura da Igreja – datação que se justifica pelo facto da modinatura do vão ser quebrada por um dos contrafortes do sistema construtivo da nave . Aprofundando a hipótese do volume ilustrado nas peças quinhentistas poder corresponder à Capela de Santa Catarina, assume-se que o arco de tijolo poderá corresponder à porta que *"hia do corpo da igreja direito a porta da dita capella"*. Importa referir que poderá ser excessiva a relevância que se tem vindo a dar ao arco encastrado na parede da nave. O vão desaparecido poderia ser um ponto de contacto entre o claustro consumido pelas chamas e o interior da nave e, desse modo, não ter relação direta com a Capela de Santa Catarina.

Uma vez que a hipótese levantada tem como base o afastamento entre a Igreja e a Capela, considera-se relevante explorar os motivos que poderão estar por trás do referido distanciamento. Dada a condição eremítica da pré-existência julga-se que será credível pensar que o afastamento face

28 Capela de Santa Catarina (documento manuscrito guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) Apud RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 470-473

29 *Ibidem.*

30 *Ibidem.*

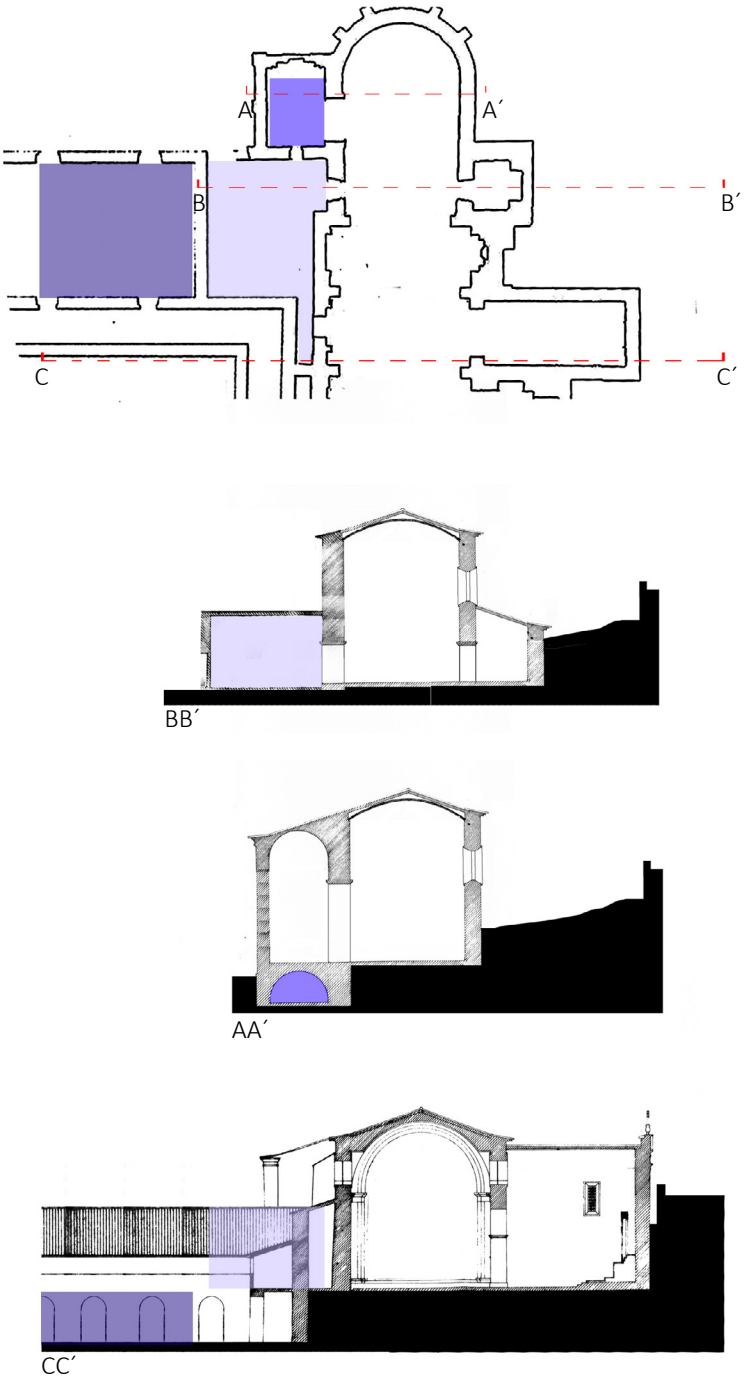


Figura 106 – Localização da Cripta, da Sacristia, e da possível localização da Capela de Santa Catarina na planimetria atual

Sacristia
Cripta
Possível localização da Capela de Santa Catarina

à Igreja poderá ficar a dever-se à vontade dos franciscanos de estar próximos do caminho. Assumindo que a via que ladeia a Igreja já teria um percurso semelhante ao atual, os frades poderão ter optado por aproximar a Igreja da via e, consequentemente, afastar o referido templo da Capela pré-existente. O afastamento entre a Igreja e a Capela também se poderia prender com questões arquitetónicas. Os franciscanos poderão ter optando pelo distanciamento entre o templo e a edificação pré-existente de modo a que o edifício litúrgico pudesse crescer sem que a Capela de Santa Catarina constituísse uma barreira ao referido crescimento.

Admite-se uma terceira hipótese assente na possibilidade do local de implantação da Sala do Capítulo indicado nas plantas de Guilherme Inácio Basto poder corresponder ao posicionamento primitivo da Capela Santa Catarina. Na hipótese levantada assume-se que o edifício pré-existente nunca terá mudado de localização e que, assim, sempre se terá conservado a Norte da Igreja e a escassos metros da mesma. Nas ilustrações de Duarte de Armas o volume da Igreja ocultaria o edifício pré-existente, justificando a ausência do mesmo nas mencionadas peças quinhentistas.

O local de implantação apontado por Guilherme Inácio Basto apresenta, contudo, uma problemática na leitura da relação da Capela com a Igreja: a diferença de altimetrias entre os edifícios. Dado o acentuado declive do terreno em que o complexo franciscano se desenvolve, o edifício pré-existente e a Igreja desenvolver-se-iam em cotas bastante distintas. Neste ponto importa trazer para a equação a sacristia - espaço que se encontra entre o templo e o local de implantação da Sala do Capítulo indicado por Inácio Basto. A sacristia foi alvo de investigações arqueológicas nos anos 90 do século XX, nos referidos trabalhos de arqueologia determina-se que numa primeira *fase de vida* o espaço em questão terá sido exterior e terá estabelecido relação com a cripta encontrada em 1983 . Uma vez que a cripta se distribuí numa cota intermedia entre a Sala do Capítulo e a Igreja, admite-se a possibilidade do espaço atualmente ocupado pela sacristia poder ter funcionado como zona de acesso à Capela Santa Catarina, à Igreja e à cripta. O atual espaço de sacristia funcionaria, assim, como como uma zona de distribuição/intermediação entre os três espaços mencionados. Tendo em conta o declive acidentado do terreno, um espaço com as caraterísticas apontadas teria forçosamente de se adaptar e de se desenvolver num jogo de plataformas e de acessos verticais (figura 106).

Admite-se ainda, apesar das fragilidades, a possibilidade de a Capela de Santa Catarina ter estado implantada no espaço que é atualmente ocupado pela capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança. A hipótese levantada assenta na presença de uma estrutura murada reta na ousia do templo franciscano brigantino (figura 107, figura 108 e figura 109); assumindo que o referido elemento arquitetónico corresponde ao arranque de uma parede, admite-se que a referida parede pudesse definir os limites da antiga Capela de Santa Catarina (no capítulo 5 proceder-se-á a uma abordagem mais aprofundada da estrutura murada). A hipótese levantada assenta na possibilidade da Capela de Santa Catarina ter servido de âncora para o desenvolvimento da Igreja; desse modo admite-se que o espaço da antiga ermida poderá ter sido usado como ousia enquanto decorria o processo de construção da nave do templo.

A hipótese levantada no parágrafo anterior implica que a Capela de Santa Catarina tenha sido destruída para que se criassem condições para a construção da abside que atualmente define a

Figura 107 – Elemento reto na capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança.

Figura 108 – Elemento reto na capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança.

Figura 109 – Elemento reto na capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança.

capela-mor da Igreja. A condição referida é a maior fragilidade da possibilidade levantada: nenhum documento conhecido aponta para a destruição da Capela de Santa Catarina; o espaço de culto a Catarina de Alexandria continua a ser mencionado após a construção da abside, algo que só poderia ser justificado pela edificação de um novo volume com a mesma finalidade que o que é potencialmente demolido no processo em que se ergue a ousia.

A primeira representação planimétrica da Igreja e do Convento de São Francisco de Bragança data do século XVII e trata-se de uma representação cartográfica militar. O complexo franciscano de Bragança é representado (à semelhança dos restantes edifícios religiosos) de uma forma esquemática. Assim, o autor desenha a planta da Igreja de São Francisco como um retângulo regular. O volume da Igreja surge ladeado pelas alas conventuais que estariam dispostas em torno de um claustro quadrangular. Na representação cartográfica seiscentista não é possível identificar qualquer volume independente que possa corresponder à Capela de Santa Catarina. A ausência de um edifício isolado que possa corresponder à Sala do Capítulo poderá ser interpretado de duas maneiras: o autor poderá ter-se excluído de representar um edifício com uma expressão tão pouco vincada na morfologia urbana; a antiga ermida poderia estar já *"metida no corpo"* do Convento. Importa referir que a possibilidade de o edifício pré-existente ter sido *"abraçado"* pelo Convento é compatível com os locais de implantação da Capela do Capítulo que se especularam a partir dos desenhos de Duarte de Armas e de Guilherme Inácio Basto. Posicionada a norte da Igreja, é plausível pensar que a Capela acabou por ser integrada pela potencial expansão das dependências conventuais do complexo franciscano de Bragança.

A segunda representação planimétrica do complexo franciscano de Bragança é posterior ao incêndio de 1728. Assim, quando os elementos cartográficos setecentistas são reproduzidos, presume-se que a Capela de Santa Catarina ocupa o local onde Guilherme Inácio Basto a representa.

O local da implantação da primitiva Capela de Santa Catarina conservar-se-á, possivelmente, como uma incógnita. Contudo, ao longo do presente texto foram apontadas hipóteses que se julgam válidas para a localização original da Capela pré-existente.

Figura 110 - Fachada da Igreja da Nossa Senhora do Loreto

Figura 111 - Nave da Igreja da Nossa Senhora do Loreto

4.1.1 Ermidas associadas: Ermida da Senhora do Loreto; Ermida da Santo António de Coelhoso

O presente subsubcapítulo destina-se a uma breve abordagem à narrativa histórica e arquitetónica de duas ermidas com uma relação umbilical com Igreja e Convento de São Francisco de Bragança: a Ermida da Senhora do Loreto, em Bragança; Ermida de Santo António de Coelhoso. Os edifícios implantados em sítios ermos surgem após o século XVI, num período em que os franciscanos haviam adotado costumes de observância e recuperavam, assim, a prática de habitar em lugares isolados.

Ermida da Senhora do Loreto

A Igreja de Nossa Senhora do Loreto (figura 110 e figura 111), fundada sobre a antiga Ermida com o mesmo nome, fica na zona ocidental de Bragança. Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal,descreve o local de implantação do edifício religioso nos seguintes moldes: *"junto ao entroncamento da linha de ferro com a estrada de Vinhais"*[1]. Frei Manoel da Esperança, cronista da OSF, relata a fundação do edifício ermo e realça a relação entre os frades menores e a Ermida:

"alguns d'elles [frades] com licença do Papa ou dos prelados da Ordem se retiraram do concurso dos conventos para ermidas solitarias, algumas já feitas e outras que elles construiam de novo, onde serviam a Deus com maior quietação de espirito. Foi um d'estes, o padre Manuel Corvo [Francisco Manuel Alves advoga que o nome do padre seria Manuel Carvalho], que morando no convento de Bragança sahiu d'elle em tempo de D. João III [rei de 1521 a 1557] a edificar uma ermida de Nossa Senhora do Loreto no território da cidade. Deu-lhe o sitio d'ella o licenceado Manuel Gomes Corrêa e elle com suas agencias levantou o edificio"[2]

O padre Manuel Corvo (ou Carvalho, como indica Francisco Manuel Alves) obteve a licença para a instituição da Ermida da Nossa Senhora no pontificado de Júlio II, sumo pontífice pertencente à Ordem de São Francisco que rege a Santa Sé no período temporal compreendido entre 1503 e 1513[3]. Ainda assim, face a dificuldades levantadas pelo bispo de Miranda, Manuel Corvo vê-se obrigado a obter uma nova autorização por parte do poder papal; desse modo, a fundação e a edificação da Ermida fica associada à licença de Paulo III emitida no ano de 1536[4].

No início do séc. XVII, Bartolomeu Abreu reclamou o direito de padroado da Ermida. O título de padroeiro não foi concedido a Bartolomeu Abreu e foi, ao invés, atribuído à Câmara de Bragança[5]. Na época em questão, início de seiscentos, a Ermida pertencia já, segundo Francisco Manuel Alves, à Igreja de São João[6].

Arruinando-se com o decorrer do tempo, a Ermida foi reedificada pelo padre João de Prada no

1 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 297-301.
2 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 56.
3 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 297-301.
4 *Ibidem*.
5 *Ibidem*.
6 *Ibidem*.

Figura 112 - Capela da Santo António de Coelhoso

Figura 113 - Espaço ermo de culto a Santo António em Coelhoso

ano de 1706[7].

Ermida de Santo António de Coelhoso

A Ermida de Santo António de Coelhoso (figura 112 e figura 113) é fundada no início do século XVII. A história do edifício religioso começa, segundo o cronista Frei Manoel da Esperança, com o aparecimento de Santo António a um pastor natural da povoação de Coelhoso. António aparece ao pastor no ano de 1617 e incube-o com a tarefa de unir esforços com os membros da comunidade franciscana para fundar em Coelhoso uma ermida onde lhe prestassem culto[8]. Assim, auxiliado por Frei Inácio da Assunção, padre franciscano, o pastor obtém autorização do bispo D. João da Gama e institui a Ermida de Santo António de Coelhoso[9]. Atualmente, existem dois espaços de culto a Santo António na aldeia de Coelhoso. Desconhece-se qual dos dois espaços corresponde ao edifício fundado no século XVII.

7 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 297-301.
8 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 56-58.
9 *Ibidem.*

Figura 114 - Possíveis dependências conventuais representadas por Duarte de Armas no Códice de Madrid

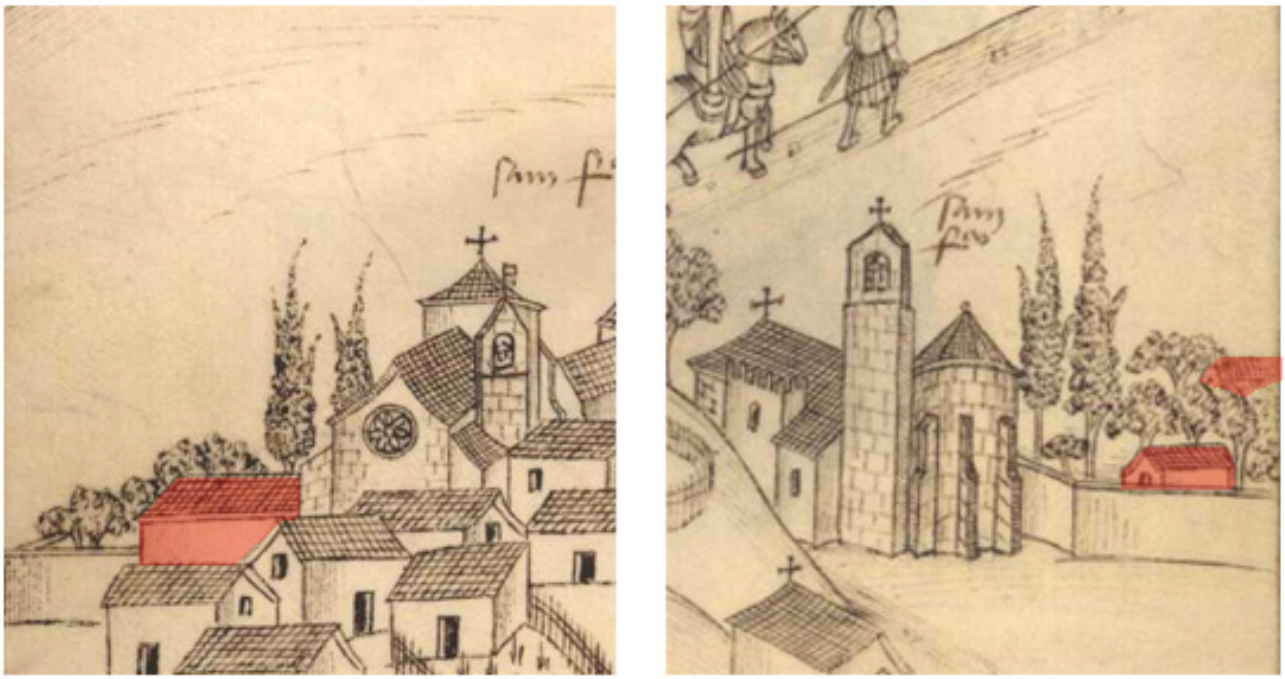


Figura 115 - Possíveis dependências conventuais representadas por Duarte de Armas no Códice de Lisboa

4.2 Leitura do Desaparecido Convento Medieval

A Casa de São Francisco de Bragança é afetada por um violento incêndio no ano de 1728[1]. A intervenção dos populares e da comunidade religiosa terá *poupado* a Igreja e a sacristia da ação destruidora das chamas, mas não terá sido suficientemente rápida para salvar as dependências conventuais[2]. Como consequência da deflagração das chamas, os edifícios conventuais ficam profundamente arruinados[3]. Nesse sentido, reserva-se o presente subcapítulo à exposição e à análise dos documentos gráficos e textuais que poderão ajudar a descortinar a disposição do desaparecido Convento de São Francisco de Bragança. Uma vez que se desconhece a existência de fontes documentais que permitam discorrer sobre a organização interior do Convento consumido pelas chamas, o estudo das desaparecidas dependências conventuais pautar-se-á por uma tentativa de leitura da evolução da organização geral do edifício.

Enceta-se o presente estudo tendo os desenhos quinhentistas de Duarte de Armas como base. Os documentos gráficos mencionados constituem a imagem mais antiga do desparecido Convento de São Francisco e, assim, são utilizados como ponto de partida para a investigação.

As representações produzidas Duarte de Armas, tanto no Códice de Madrid como no Códice de Lisboa, aparentam ilustrar volumes conventuais associados à Igreja de São Francisco (figura 114 e figura 115). Apesar de ambos os manuscritos parecerem representar dependências conventuais associados ao templo franciscano brigantino, os códices não são concordantes no modo como ilustram a disposição das mesmas.

Na Vista de Oeste: o manuscrito de Madrid não aparenta ilustrar qualquer ala conventual; o documento homónimo conservado na Torre do Tombo representa um volume perpendicular ao frontispício da Igreja. Assume-se que o referido corpo presente no Códice de Lisboa possa corresponder a uma ala do Convento de São Francisco de Bragança.

Na vista Leste os códices tornam a não ser coincidentes. A peça de Madrid assinala a presença de duas estruturas edificadas independentes da Igreja; no Códice Lisboa observa-se um pequeno corpo edificado sem contacto com o templo. No Códice de Madrid um dos edifícios mencionados organiza-se longitudinalmente face ao eixo da Igreja e aparenta ter contacto direto com a mesma. Assim, levanta-se a possibilidade de o volume poder ter albergado uma ala conventual que então pudesse existir.

Ainda que as representações quinhentistas de Duarte de Armas não sejam claras em relação à disposição das dependências conventuais, a aparente ausência de uma estrutura claustral nas peças quinhentistas não deverá ser motivo para excluir a possibilidade da existência da mesma. Nesse sentido, interessa trazer para a equação o estudo histórico e arquitetónico que o que Rui Tavares faz sobre a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança. Sobre a possível organização da Casa de São Francisco medieval, o autor levanta a possibilidade da Igreja se implantar numa cota superior face a um Convento claustral de piso único[4]. A possível relação medieval entre os edifícios do complexo

1 SANTA MARIA, Francisco de, ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano; Anno Historico. Notícia abreviada de pessoas grandes, e cousas notáveis de Portugal; Oficina Domingos Gonsalves; Lisboa; 1744; Pg. 131.
2 *Ibidem.*
3 *Ibidem.*
4 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994.

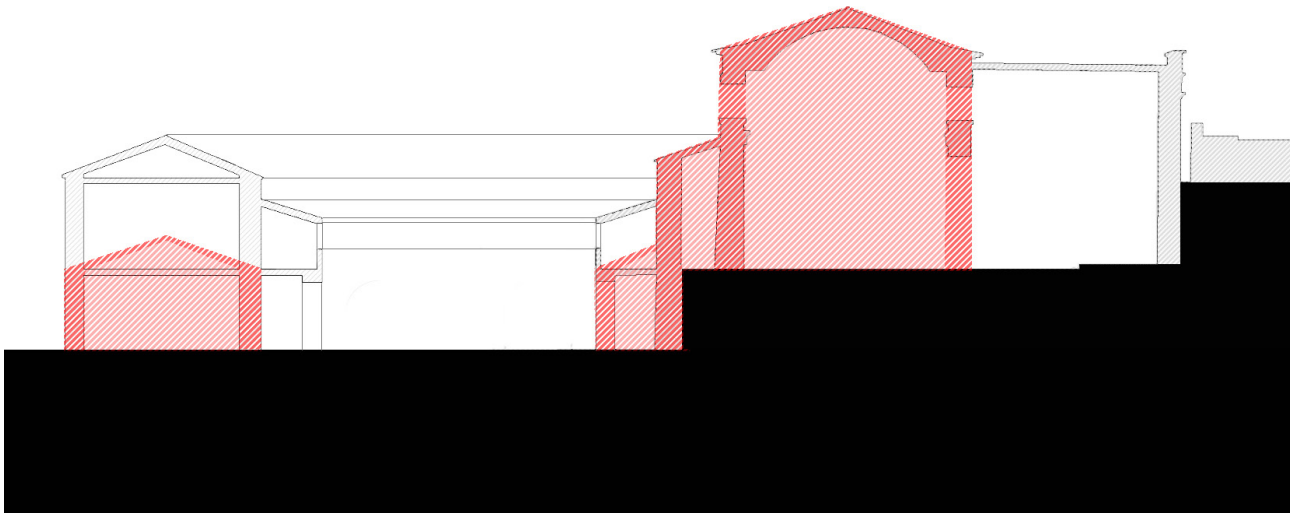


Figura 116 – Corte transversal do atual claustro do Convento de São Francisco de Bragança. Recorre-se à mancha vermelha para assinalar o que poderá ter sido a volumetria do claustro durante a Idade Média.

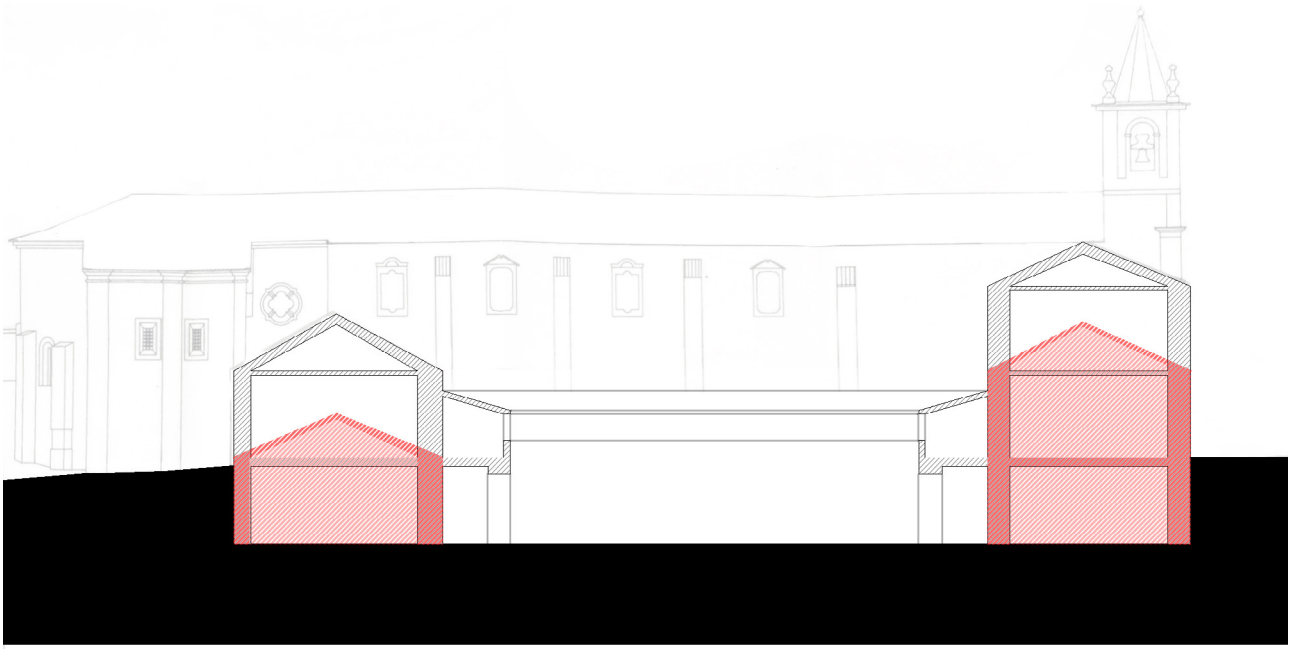


Figura 117 – Corte longitudinal do atual claustro do Convento de São Francisco de Bragança. Recorre-se à mancha vermelha para assinalar o que poderá ter sido a volumetria do claustro durante a Idade Média.

franciscano é descrita por Rui Tavares nos seguintes moldes:

> *"Testemunhos estratigráficos revelam que todo o conjunto conventual se poderia ter desenvolvido, inicialmente, a cotas altimétricas entre o piso do claustro (que seria apenas um - térreo) e o piso da Igreja. Teríamos, assim, uma possível solução de dois níveis que aproveita o movimento topográfico do terreno (ou foi por ele condicionada)."* [5]

Tendo como base a sugerida diferença de cotas entre os volumes do conjunto franciscano (condição que ainda hoje se verifica), sugere-se que a hipótese claustral não seja necessariamente excluída pela aparente ausência de um claustro franciscano nas representações de Duarte de Armas.

Assumindo a possibilidade do claustro medieval se dispor num único piso e se encontrar num nível inferior face ao Igreja, é plausível pensar que a vista de Duarte de Armas sobre o complexo conven-tual estaria obstruída pelos elementos em torno do mesmo. Na vista de Oeste presente no Códice de Madrid as dependências conventuais poderiam estar ocultas pela vegetação que Duarte de Armas representa a Norte da Igreja; na vista homónima do Códice de Lisboa o volume edificado que se dispõe perpendicularmente à Igreja terá impedido a observação de Duarte de Armas sobre a estrutura claustral. O referido volume perpendicular ao templo poderá ter albergado a ala poente do claustro que assim teria, à semelhança do que se verifica na atualidade, mais um piso que as restantes dependências conventuais (figura 116 e figura 117).

Conforme exposto no subcapítulo 2.1, assume-se a possibilidade das representações presentes no Códice de Lisboa serem posteriores às ilustrações compiladas no manuscrito de Madrid. Uma vez que o volume correspondente a um possível segundo piso da ala Poente só é ilustrado no manuscrito de Madrid, pensa-se que a edificação do mesmo poderá ter ocorrido no intervalo temporal compreendido entre a realização dos referidos documentos. A possibilidade levantada justificaria a ausência do referido volume na vista presente no códice de Madrid.

A existência de uma estrutura claustral coetânea das representações de Duarte de Armas poderá ser confirmada pelo documento quinhentista que dá conta da exigência de Catarina Morais, padroeira da Capela do Capítulo, para que a mesma participe no financiamento das obras de restauro do referido espaço capitular. Conforme se explora no subcapítulo 4.1, Catarina Morais compromete-se a fazer doações para a empreitada em questão sob a condição que seja reaberta uma antiga porta que fazia a ligação entre a Capela do Capítulo e o corpo da Igreja de São Francisco[6]. No documento textual que dá conta das exigências da padroeira do espaço, a localização do ponto de acesso quinhentista da Capela do Capítulo é descrito nos seguintes moldes: *"atras para as crastas"*[7]. A utilização da expressão "crastas", em vez de mosteiro ou de convento, poderá confirmar existência de uma estrutura claustral no período em questão. Desse modo, a interpretação que se faz do texto quinhentista valida a

Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

5 *Ibidem.*

6 Capela de Santa Catarina (documento manuscrito guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) Apud RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 470-473

7 *Ibidem.*

possibilidade de as dependências conventuais de São Francisco já estarem organizadas em torno de um claustro no início do século XVI.

A estrutura conventual é aumentada na segunda metade do século XVI. Após a extinção do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, acontecimento que decorre no ano de 1545, os materiais que compunham o edifício beneditino são reaproveitados na construção de outros espaços religiosos. Assim, as fontes documentais referem que parte dos madeiramentos provenientes do antigo complexo monástico da Ordem de São Bento são utilizados na edificação de um novo dormitório no Convento de São Francisco.

Em meados do século XVII o complexo franciscano de Bragança é representado na cartografia militar que se faz da cidade . O referido documento planimétrico constitui a única planta conhecida do Convento de São Francisco consumido pelas chamas em 1728.Conforme referido no subcapítulo 2.2, o autor da cartografia estaria mais preocupado em dar conta das estruturas bélicas existentes e, desse modo, representa os edifícios religiosos de uma forma esquemática. Apesar das limitações elencadas, a representação seiscentista dá notícia da existência de uma edificação conventual claustral a Norte da Igreja de São Francisco. Sabe-se, assim, que o Convento de São Francisco de Bragança estava, em meados de seiscentos, disposto em torno de um claustro. A organização que o Convento teria antes dessa data continua a ser uma temática sobre a qual será difícil obter considerações definitivas.

4.3 Convento Contemporâneo: Convento Reconstruído no Séc. XVIII; Hospital Militar (Meados do Séc. XIX); Arquivo Distrital (1999)

O presente subcapítulo aborda as *fases de vida* do edifício conventual de São Francisco reconstruído após o incêndio de 1728. Estruturalmente, o texto divide-se em três partes. A primeira parcela foca-se na organização do Convento imediatamente a seguir à reconstrução; o segundo momento dedica-se à exposição do resultado das obras oitocentista que adaptam o antigo edifício franciscano de modo a que possa receber um hospital militar[1]; a terceira parte aborda a intervenção que no final século XX converte a antiga casa de São Francisco de modo que a mesma possa acolher o Arquivo Distrital de Bragança.

Na sequência do incêndio de 1728 enceta-se o processo de reconstrução das dependências conventuais. Não é conhecida a data em que a campanha de obras fica concluída. Albino Lopo, que escreve sobre a cidade de Bragança no final do século XIX, sugere que o Convento de São Francisco de Bragança já estaria reerguido no ano de 1779[2]. O autor apoia a datação sugerida numa ordem de D. Maria I. No ano em questão (1779), a monarca ordena que as dependências monásticas alberguem cursos de Filosofia e de Letras. Facto que leva Albino Lopo a crer que as obras de reconstrução do Convento já estariam concluídas[3]. Francisco Manuel Alves, autor com uma extensa obra publicada sobre a região de Bragança, entra em oposição com Albino Lopo e reitera que a abertura dos cursos não implica a conclusão da reconstrução do Convento. Francisco Manuel Alves sugere que o funcionamento das aulas de Filosofia e de Letras não estaria dependente da conclusão das obras de restauro do edifício; o autor indica que os espaços de ensino poderiam dispor-se numa parte do edifício já terminada sem que isso implicasse a reconstrução total do conjunto[4].

A cartografia militar de 1762 representa as dependências conventuais com uma dimensão e disposição claustral semelhante à que atualmente vigora. O documento cartográfico poderá servir de defesa para as duas hipóteses mencionadas. A planta militar poderá indicar que, tal como Albino Lopo advoga, o Convento já estaria reerguido antes de 1779; mas também poderá apontar que, à semelhança do que Francisco Manuel Alves reitera, as obras de reconstrução estariam já numa fase avançada quando os cursos de Filosofia e Letras são abertos por ordem de D. Maria. Em todo o caso, a partir do relato dos dois autores, parece seguro afirmar que a campanha de reconstrução do Convento é concluída numa data compreendida entre meados do século XVIII e inícios do século XIX.

O Convento de São Francisco de Bragança reconstruído após o incêndio de 1728 é um edifício claustral; o claustro é ladeado pelas dependências conventuais a Norte, a Poente e a Nascente e é flanqueado a Sul pelo edifício da Igreja (figura 118) . No término das campanhas de reconstrução, as alas Norte e Sul do Convento erguiam-se em dois pisos. A dependência poente variava entre uma elevação de três e de qautro andares. A gravura de 1850 representa o frontispício do convento de São Francisco ainda com as altimetrias descritas. Assim, observa-se que os quatro tramos de janelas mais

1 As referidas obras de conversão decorrem em meados do século XIX e são consequência da extinção das Ordens Religiosas em 1834.
2 LOPO, Albino dos Santos Pereira; Bragança e Benquerença; 2ª ed; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Lisboa; 1983.
3 *Ibidem.*
4 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 247-250

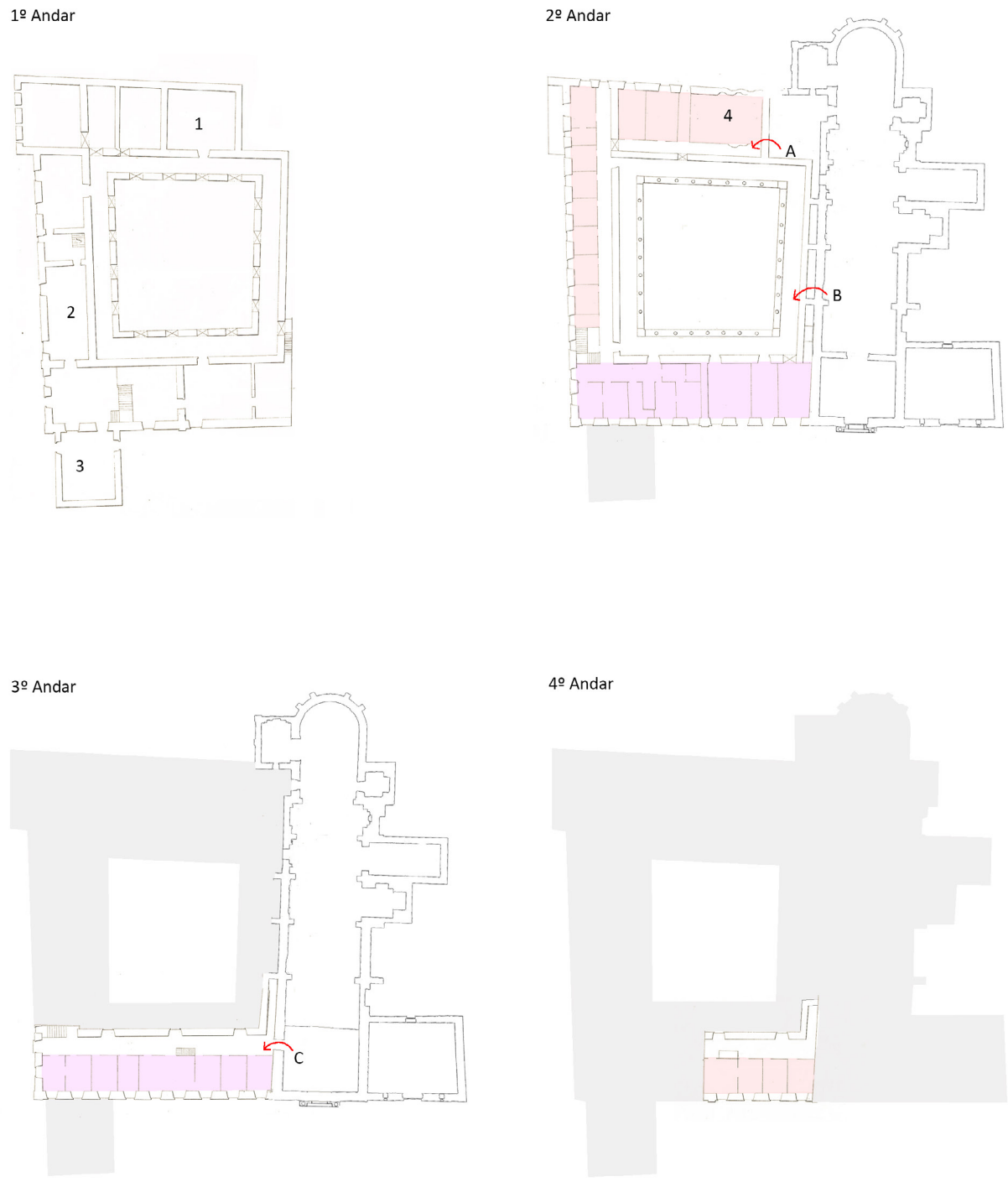


Figura 118 – Planta do Convento em meados do século XIX (feita a partir dos levamentos de Guilherme Inácio Basto)

próximos da Igreja estão dispostos em quatro pisos (figura 119). Os restantes tramos de vãos da ala Poente estão organizados em três andares.

Na tentativa de leitura da disposição interior do Convento adotam-se dois documentos como base: a descrição das alas conventuais feita após a extinção das ordens religiosas em 1834[5]; os levantamentos do edifício que Guilherme Inácio Basto produz em meados do século XIX no âmbito do projeto de conversão do edifício franciscano em Hospital Militar (anexo 32). Uma vez que Guilherme Inácio Basto não identifica o programa de todos os espaços do complexo conventual, os desenhos planimétricos não oferecem informação suficiente para compreender as dinâmicas do edifício franciscano. Guilherme Inácio Basto poderia não ter interesse em apontar a utilização conventual de cada compartimento, ou poderia não ser capaz de o fazer face à degradação que o edifício franciscano apresentava em meados da centúria oitocentista. Relativamente ao estado de ruína do edifício, salienta-se que Guilherme Inácio Bastos dá conhecimento que o segundo piso da ala Nascente do claustro estaria caído por terra.

O piso térreo do Convento franciscano funcionava como *zona vital* para a comunidade franciscana. Era no referido piso que tinha lugar a cozinha, a despensa, a adega, a casa do depósito, o palheiro, o refeitório e a sala do capítulo[6]. Nos desenhos oitocentistas, Guilherme Inácio Basto identifica o refeitório, a sala do capítulo e a cozinha (espaço que se dispõe num volume anexo às alas claustrais). A localização dos restantes espaços referidos é uma incógnita e a existência dos mesmos só é conhecida por intermédio do documento textual descritivo de 1834. O segundo andar das alas Sul e Nascente seria unicamente marcado pela presença de celas monásticas (num total de 13)[7]. Os pisos superiores da ala Poente teriam uma utilização mista: 19 quartos e 2 salas de aulas[8]. Os espaços de ensino estariam associados aos cursos que D. Maria I manda instaurar no interior do complexo franciscano brigantino[9].

Na relação do Convento reconstruído com a igreja de São Francisco destaca-se a existência de 3 pontos de passagem entre os mesmos. No segundo andar do claustro existiam duas passagens entre os edifícios: uma porta que fazia a ligação entre a zona Poente da nave e a ala Oeste do Convento; um vão que estabelecia ligação entre a sacristia e a dependência conventual Nascente. No terceiro andar da ala Poente do claustro existia outro ponto de contato, a referida passagem estabelecia contacto entre o coro alto e o edifício conventual. Após a extinção das ordens religiosas em 1834, o Convento passou para erário público e a Igreja passou a ser administrada pela Ordem Terceira. À medida que os dois edifícios vão ficando cada vez mais autónomos, as ligações vão desaparecendo. Atualmente não existe nenhum ponto de passagem entre a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança.

Conforme referido, em 1834 as ordens religiosas são extintas em Portugal. Após ser abandonado pelos frades franciscanos, o Convento de São Francisco é ocupado por um batalhão de caçadores

5 Tittollo dos bens que estão nesta cidade de Bragança; 1834 (documento guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) Apud RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto: 1995; Volume 1; Pg. 461.

6 *Ibidem.*

7 *Ibidem.*

8 LOPO, Albino dos Santos Pereira; Bragança e Benquerença; 2ª ed; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Lisboa; 1983.

9 *Ibidem*.

Figura 119 – Gravura da Casa da Ordem Terceira, do Convento e da Igreja de São Francisco de Bragança em 1850

Figura 120 – Alçado do Convento representado por Guilherme Inácio Basto

Figura 121– Alçado atual da Casa da Ordem Terceira, do Convento e da Igreja de São Francisco de Bragança

entre 1834 e 1835[10]. Quando o referido destacamento militar deixa o edifício monástico, o Convento fica devoluto. O antigo edifício conserva a condição de abandono até meados do século XIX, data em que é adaptado de modo a receber as instalações por um hospital militar[11].

Conforme presumível, o projeto de adaptação afeta profundamente o Convento (anexo 33). Ao nível da fachada, a empreitada resulta no desaparecimento do quarto andar da ala Poente e no rebaixamento da torre sineira da Igreja (figura 120 e figura 121).Na organização interior do espaço, o projeto oitocentista *livra-se* das paredes de compartimentação entre os quartos dos frades e cria espaços amplos que possam receber as enfermarias (figura 122). No piso inferior, Guilherme Inácio Bastos conserva o volume da cozinha e recorre às alas claustrais para dispor a despensa, a morgue, os despejos, os laboratórios e os aposentos dos trabalhadores. No segundo andar, o engenheiro militar dispõe enfermarias, quartos para oficiais e salas relativas à administração do hospital. A adaptação dos espaços que acolhem os compartimentos relacionados com a gestão da instituição hospitalar resulta no entaipamento parcial de dois vãos de acesso que se abriam paralelamente à porta principal do Convento. O terceiro piso, que só se estende à ala Poente do antigo Convento, organiza-se em dois tipos de espaço: enfermarias, e quartos para oficiais.

O contacto entre a Igreja e as alas conventuais de São Francisco de Bragança é marcado pela presença de espaços longitudinais definidos pela largura dos contrafortes e circunscritos à extensão entre os mesmos; os referidos espaços são delimitados por duas paredes (uma pertence à Igreja, outra ao Convento) e são usados como zonas de circulação (corredores e escadarias) próprias ao funcionamento do edifício.

De um certo modo, o contacto entre a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança apresenta algumas das caraterísticas da *parede celular.* O termo é usado por George Kubler, historiador norte americano que identifica na arquitetura militar e religiosa portuguesa a tendência de tirar proveito da espessura das paredes para criar habitabilidade [12]. George Kubler identifica como *parede celular* a estrutura que faz o contacto entre o templo e o claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém (vulgo Mosteiro dos Jerónimos); no referido complexo monástico belenense, a parede de ligação entre a entre a nave e as dependências claustrais é *cavada* de modo a acolher os confessionários[13]. Importa ressalvar que no caso de São Francisco de Bragança o contacto entre a Igreja e o Convento é feito por duas paredes (e não uma grossa parede como no Mosteiro de Santa Maria de Belém) e, assim, apesar da ligação entre os edifícios dar origem a espaços habitáveis que conferem dinamismo à nave do templo e às dependências conventuais, não será correto dizer que o contacto entre os volumes da casa franciscana brigantina é feito por uma *parede celular* plena como a dos Jerónimos. Ou seja, o espaço entre a Igreja e o Convento de São Francisco de Bragança possui algumas das caraterísticas da *parede celular* mas não é uma *parede celular*.

Em relação às potencialidades arquitetónicas dadas pelos espaços resultantes do contacto entre o Convento e a Igreja de São Francisco de Bragança, convoca-se para o estudo uma fotografia do

10 http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2417 ;Consultado a 23/05/2021 às 08:51.
11 http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2417 ;Consultado a 23/05/2021 às 08:51.
12 KUBLER, George; A Arquitetura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706; Edições Vega; 1ª Edição; Lisboa; 1998; Pg. 7-9.
13 *Ibidem.*

1-Despejos (poderiam ser usados como enfermaria em caso de necessidade) 2-Morgue/ Sala de Autópsias 3-Alojamento dosTrabalhadores 4-Laboratórios de Farmácia e Botânica 5-Casas de Banho 6-Cozinha 7-Despensa 8-Despejos 9-Enfermaria 10-Latrinas 11-Quartos de Oficiais 12-Lavandaria 13-Secretaria 14-Sala de Reunião 15-Cada da Guarda

Figura 122 – Projeto de Guilherme de Inácio Basto

altar do Senhor dos Passos antes da campanha de reforma principiada no final do séc. XX (anexo 20 e anexo 21). O documento fotográfico é publicada num livro da autoria de António Rodrigues Mourinho no ano de 1995; a partir da referida fotografia percebe-se que o nicho do altar do Senhor dos Passos era rematado por um vão que abria para o estreito espaço criado pelo contacto entre o templo e as alas claustrais. O espaço por trás do altar do Senhor dos Passos é marcado pela presença de uma claraboia tubular que, na altura em que António Rodrigues Mourinho faz o registo fotográfico da Igreja de São Francisco de Bragança, servia de fonte de iluminação indireta à figura do Senhor dos Passos e, consequentemente, à nave do templo. Na sequência da campanha de requalificação da Igreja dá-se o entaipamento do vão que estabelecia ligação entre o altar e o espaço de contacto entre a Igreja e Convento.

Após a ocupação do Convento como hospital militar, o antigo complexo franciscano alberga diversos programas. As dependências conventuais são utilizadas como asilo, instituição de acolhimento, e arquivo distrital. A última utilização mencionada corresponde ao atual programa do antigo Convento de São Francisco. As sucessivas mudanças de programa e as alterações arquitetónicas associadas às mesmas acabam por alterar a disposição do edifício. Assim, o volume que albergava a cozinha do convento franciscano, e posteriormente a do Hospital Militar, acaba por não chegar à atualidade. Como comprovativo da existência do volume, ainda hoje são visíveis as antigas passagens entre a desaparecida cozinha conventual e as dependências claustrais.

A atual imagem do Convento de São Francisco de Bragança apresenta uma característica de interesse: aparenta haver um tratamento diferenciado da fachada Poente face às restantes. A diferença de tratamentos e de cuidado de desenho poderá ser justificado pela possibilidade de os franciscanos valorizarem a fachada Oeste por se tratar do frontispício do edifício. Admite-se, contudo, a hipótese de tratamentos diferenciados ter como base o estado de degradação em que Guilherme Inácio Basto encontra a ala Nascente do Convento de São Francisco. Conforme referido, os documentos planimétricos resultantes do levantamento do antigo complexo conventual alertam precisamente para o facto das dependências Este do claustro estarem arruinadas. Assume-se, assim, a hipótese de a fachada Nascente resultar de uma fase de construção mais pragmática e austera, mais preocupada em receber um equipamento hospitalar pronto a funcionar. Admite-se ainda que a imagem exterior atual do Convento de São Francisco possa ser resultado da combinação 2 hipóteses mencionadas.

Inicialmente, o Convento é pensado como um edifício religioso capaz de albergar a comunidade franciscana de Bragança e de estabelecer ligações necessárias para o funcionamento da Igreja de São Francisco. Conforme expresso, as condições mencionadas vão se perdendo ao longo do tempo. O relato da história do Convento após o incendio e após a extinção das ordens religiosas mostra como o edifício conventual se assume de forma cada vez mais vincada como um equipamento público separado da Igreja de São Francisco de Bragança.

Na década de 80 do século XX o antigo Convento de São Francisco de Bragança estava devoluto. Abandonado e à procura de um novo uso, o edifício que havia pertencido à ordem mendicante franciscana surge como *candidato perfeito* para receber as instalações do Arquivo Distrital de Bragança. Nesse sentido, o projeto de recuperação e adaptação do antigo Convento de São Francisco

Figura 123 – Claustro do Convento de São Francisco de Bragança

Figura 124 – Corredor do Claustro do Convento de São Francisco de Bragança

Figura 125 – Claustro do Convento de São Francisco de Bragança

é entregue à sociedade *Guimarães e Guimarães - Arquitetura e Planeamento Lda*; o contrato de adjudicação é celebrado em 1992 e o processo de obras consequente fica concluído em 2000[14].

A publicação *Ordens Religiosas em Portugal das Origens a Trento – Guia Histórico* descreve o *"estado atual do edifício"* do Convento de São Francisco de Bragança como *"devoluto"*[15]. A publicação em causa é o culminar de um demorado processo de trabalho dos autores. Assim, apesar Guia Histórico ser publicado pela primeira vez em 2005, aceita-se que o estudo relativo ao complexo franciscano de Bragança tenha sido feito numa data anterior a conversão do mesmo em Arquivo Distrital. A obra *Ordens Religiosas em Portugal das Origens a Trento - Guia Histórico* volta a ser publicado em 2006 e 2016. A segunda e a terceira edição são alvo de revisão e ampliação sem que seja corrigido o lapso relativo ao *"estado atual"* do edifício conventual franciscano de Bragança. Desse modo, sugere-se que numa potencial quarta edição da publicação a informação relativamente ao edifício em causa possa ser atualizada.

A preocupação inicial da firma *Guimarães e Guimarães*, sociedade formada por Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães, terá passado pela recuperação do edifício franciscano. Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima, autores de um artigo sobre as mais recentes campanhas de obras levadas a cabo na Igreja e no Convento de São Francisco Bragança, escrevem: *"na época da intervenção os espaços interiores encontravam-se deteriorados, condição focalizou o essencial em atos de reconstrução, caso dos pavimentos e coberturas, assegurando, tanto quanto possível, e segundo os seus autores, a genuinidade do carácter primitivo do edifício"*[16].

Paralelamente à recuperação do antigo conjunto conventual, o projeto de Guimarães e Guimarães pauta-se pela utilização do edifício pré-existente como zona de atendimento ao público e pelo aproveitamento do declive do terreno para a abertura de espaços subterrâneos destinados ao acolhimento de depósitos arquivístico[17]. Na área de utilização pública, instalada no antigo Convento, Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães projetam ainda um auditório/sala polivalente que se estende aos 2 pisos da ala Nascente do claustro. Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima resumem o projeto nos seguintes moldes:

"Mantendo as áreas de receção e serviço ao público no edifício pré-existente, enterrou-se a área de depósito e implantou-se um pequeno auditório, o que permitiu cumprir as novas áreas exigidas pelo programa do arquivo"[18]

Os espaços subterrâneos de depósito cumprem uma dupla função: dotam o antigo Convento de áreas próprias ao programa arquivístico; desenham o espaço público em torno do conjunto edificado. As coberturas dos depósitos são praticáveis e formam uma série de plataformas que

14 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.
15 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 281.
16 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.
17 *Ibidem.*
18 *Ibidem*.

Figura 126 – Corredor do Claustro do Convento de São Francisco de Bragança

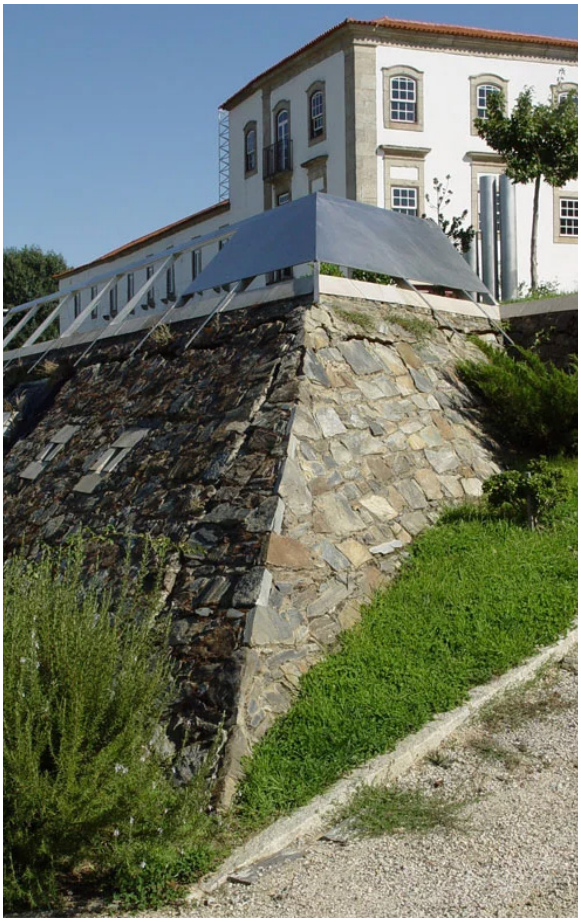


Figura 127 – Arranjos exteriores do Convento de São Francisco de Bragança

Figura 128 – Arranjos exteriores do Convento de São Francisco de Bragança

atenuam o declive do terreno entre o Arquivo e a Rua Miguel Torga. As referidas plataformas assentam sobre muros inclinados que se encontram em ângulos fechados (figura 127). O desenho descrito faz lembrar os bastiões das linhas muralhadas construídas no período moderno. Uma vez que a existência de estruturas bélicas na área envolvente ao Convento de São Francisco é referido em documentos históricos (ver 2.2 e 3.1), assume-se a possibilidade do projeto de *Guimarães e Guimarães* procurar recuperar o ambiente bélico que o espaço em questão teria. Importa salientar que a relação estabelecida entre a disposição das plataformas e as linhas muralhadas modernas é puramente especulativa, não se encontrou qualquer peça em que Pedro Karst Guimarães e/ou Guilherme Guimarães confirme/m ou desminta/m a afinidade entre os arranjos do espaço exterior do Arquivo distrital de Bragança e os bastiões das estruturas militares da Idade Moderna.

Conforme referido, a sala polivalente /auditório localiza-se na ala nascente do claustro do antigo Convento. A área em questão é coincidente com o local onde, em meados do século XIX, Guilherme Inácio Basto identifica a Sala do Capítulo do conjunto conventual. A Sala do Capítulo era utilizada pelos frades como zona de reunião. Assim, considera-se interessante referir que o projeto de Guimarães e Guimarães restitui à ala poente a função de acolhimento de aglomerados: no período de utilização edifício como Convento a zona em questão recebia os ajuntamentos de irmãos franciscanos que visavam discutir os desígnios da comunidade; na atualidade acolhe os aglomerados que se reúnem no âmbito de atividades culturais relacionadas com o funcionamento do Arquivo.

Apontamentos Finais

No quarto capítulo divide-se a narrativa do antigo complexo franciscano de Bragança em 3 parcelas: Igreja; Convento; Capela de Santa Catarina. O quarto capítulo foca-se na evolução dos dois últimos corpos edificados mencionados e na relação dos mesmos com a Igreja; explora-se a Capela de Santa Catarina em 4.1, aborda-se o Convento em 4.2 e 4.3.

O Convento de São Francisco de Bragança é fundado num terreno onde já existia uma Capela de Santa Catarina. A pré-existência de um edifício (capelas; ermidas; hospitais) no terreno onde os franciscanos se instalam é uma tendência que a Ordem manifesta em Portugal desde os anos 10 do séc. XIII até meados da mesma centúria (a tendência é recuperada em finais do séc. XIV e ao longo do séc. XV com o crescimento da Regular Observância dentro do franciscanismo). Em Bragança, os frades de São Francisco usam a antiga Capela de Santa Catarina como espaço litúrgico durante o período temporal que antecede a construção do Convento e da Igreja, e passam a utiliza-la como sala do capítulo após a conclusão da edificação do templo e das dependências conventuais. A pré-existência, que, conforme referido, desempenha um papel tão importante nos primeiros anos após a chegada dos franciscanos a Bragança, está atualmente desaparecida. O subcapítulo 4.1 procura suprimir a ausência de informação relativamente à desaparecida Capela de Santa Catarina. A partir do cruzamento das fontes existentes, procuram-se levantar hipóteses relativamente ao local que poderá ter correspondido ao posicionamento da Capela pré-existente. Ainda que não se cheguem a considerações definitivas relativamente à temática abordada, julga-se que as possibilidades indicadas têm algum grau de validade e constituem um ponto de partida relativamente sólido para uma discussão futura que se venha a ter sobre a localização primitiva da Capela de Santa Catarina.

Ainda que não encontre espaço na presente dissertação, considera-se que a relação das Capelas de Santa Catarina com os núcleos urbanos medievais portugueses é uma temática que merece um maior aprofundamento num estudo que se venha a levar a cabo. A referida investigação futura deverá ainda ter em consideração a ligação entre as comunidades franciscanas que no período medieval se instalam em território nacional e os edifícios de culto a Catarina de Alexandria; recorde-se que os conventos de São Francisco de Bragança e de Alenquer (ambos de fundação ducentista) são fundados em terrenos onde já existiam Capelas de Santa Catarina.

A abordagem ao complexo conventual revela que a evolução do mesmo é um processo conturbado (4.2 e 4.3). O conjunto edificado é vítima de um violento incêndio na primeira metade do séc. XVIII, é submetido a obras de reconstrução nos anos que se seguem, e é alvo de sucessivas intervenções arquitetónicas após a extinção das ordens religiosas em Portugal (1834). As diversas campanhas de obra sobrepõem-se umas às outras, acabam por dificultar a leitura plena das várias fases de vida do Convento de São Francisco de Bragança.

No estudo narrativo do Convento de São Francisco desaparecido no incêndio na década do séc. XVIII procura-se reunir informação relativamente ao mesmo (subcapítulo 4.2). As chamas resultam numa ruína quase completa do complexo conventual e, assim, as leituras de reconstituição do edifício são puramente especulativas. As únicas certezas relativas de que o estudo permite afirmar São: o Convento sempre se terá desenrolado numa cota inferior à da Igreja; o Convento cedo se terá organizado em torno de um claustro. Aproveita-se este momento para deixar uma nota de lamento pelo facto das escavações arqueológicas levadas a cabo na Igreja em meados da década de 90 do séc.

XX não se terem estendido ao complexo conventual; a realização de sondagens de arqueologia no Convento poderiam ter ajudado a responder a questões relativamente à sua organização medieval.

No subcapítulo 4.3 aborda-se a evolução do Convento reconstruído após o incêndio. A obras de reconstrução do complexo conventual ficaram concluída por volta de 1800; o edifício, que havia sido pensado como um espaço religioso capaz de albergar a comunidade franciscana, cedo se torna obsoleto como consequência da extinção das ordens religiosas em 1834. Assim, conforme se relata em 4.3, o antigo Convento é submetido a obras de conversão em Hospital Militar (acontecimento que revela que a proximidade entre o complexo e a raia é uma condição cujas consequências ainda se fazem sentir no complexo franciscano novecentista) e, mais recentemente, a intervenções que o capacitam de modo a poder receber o Arquivo Distrital de Bragança. Cada intervenção acentua ainda mais a separação que existe entre o Convento e a Igreja após a extinção das ordens religiosas; o complexo conventual assume-se de forma cada vez mais vincada como um equipamento público separado da Igreja de São Francisco de Bragança.

5. Igreja de São Francisco de Bragança

Nota Prévia

O quinto capítulo foca-se na Igreja do Convento de São Francisco de Bragança e nos vários aspetos que caraterizam a narrativa arquitetónica da mesma. Assim, organiza-se o capítulo em quatro subcapítulos distintos que, surgindo de uma forma cronológica, procuram definir as *fases de vida* do edifício franciscano.

O subcapítulo 5.1 estabelece hipóteses de leitura das caraterísticas espaciais das primeiras fases de vida da Igreja de São Francisco de Bragança. Procede-se à identificação dos elementos medievais como *pontos de ancoragem* do edifício primitivo e explora-se, de forma paralela, a arquitetura dos primeiros *anos de vida* da Ordem de São Francisco. No âmbito do estudo da arquitetura franciscana elabora-se um quadro comparativo entre igrejas mendicantes ducentistas e trecentistas implantadas na zona Oeste da Península Ibérica. A partir do quadro comparativo e do referido processo de identificação de elementos medievais procura-se perceber que tendências de arquitetura das ordens mendicantes poderão ter influenciado o desenho primitivo e medieval da Igreja de São Francisco de Bragança.

O subcapítulo 5.2 reserva-se à interpretação da Igreja do Convento de São Francisco de Bragança representada por Duarte de Armas na primeira metade do século XVI. As peças produzidas por Duarte de Armas constituem a imagem mais antiga do templo franciscano brigantino e são a única representação conhecida do edifício na transição da Idade Média para a Moderna - fatores que justificam o interesse dos referidos documentos gráficos para o estudo da narrativa arquitetónica da Igreja de São Francisco de Bragança.

O momento do subcapítulo 5.3 procura fazer um apanhado geral das alterações realizadas no período moderno no interior do edifício. Assim, o estudo é encetado pela identificação dos vestígios modernos na Igreja e desenrola-se em torno dos elementos que se consideram relevantes na mudança da imagem do templo franciscano.

O subcapítulo 5.4 aborda a última campanha de obras a afetar a Igreja de São Francisco de Bragança. Assim, ao longo de 5.4 faz-se a interpretação do projeto de requalificação (1996-2002) da Igreja assinado por Fátima Fernandes e Michele Cannatà.

A biografia chave do capitúlo é:

-*Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica*; Rui Tavares; Porto; Junho de 1994.

-*História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco*;Frei Manoel da Esperança; Lisboa; 1656

-*La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia*; Santiago Carrodeguas; Corunha; 2012.

-*São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio*; Ana Vaz Milheiro, Ricardo Lima; Lisboa; Dezembro de 2011.

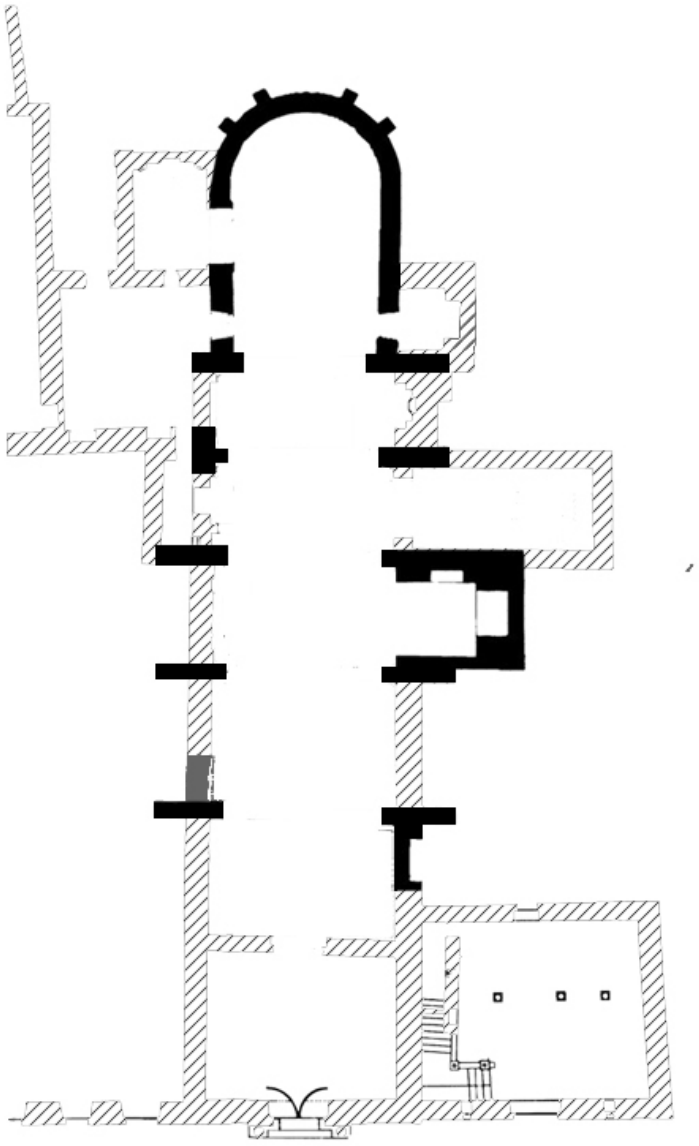


Figura 129 – Elementos Medievais na planimetria atual da Igreja de São Francisco de Bragança. Assinala-se a negro os elementos medievais

5.1 Período Medieval

5.1.1 Levantamento de Elementos Medievais

Levantamento dos Elementos Medievais

Os vestígios medievais constituem as permanências mais antigas no corpo da Igreja de São Francisco de Bragança. A identificação dos elementos medievos presentes no edifício franciscano constitui uma das pedras basilares para o desenvolvimento do subcapítulo 5.1.2, subcapítulo onde se procura fazer a leitura das primeiras fases de vida do objeto de estudo. Os vestígios da Idade Média constituem pontos aos quais o edifício medievo estaria forçosamente ancorado.

Num estudo histórico e arquitetónico sobre a Igreja de São Francisco de Bragança, Rui Tavares faz o levantamento dos vestígios medievais presentes no edifício. O autor indica os seguintes elementos como pertencentes ao período medieval: abside semicircular contrafortada; mísula gótica presente na Capela da Senhora da Boa Morte[1]; vão de porta situado no lado do Evangelho da nave; arcossólio encastrado na zona exterior da parede Sul da nave[2] (figura 129).

A antiguidade do arcossólio pode ser assumida pela presença de moedas com o cunho de D. Afonso V, rei entre 1438 e 1481, no interior do mesmo. Importa referir que, ainda que as moedas indiquem que o arcossólio seja anterior a 1481, a presença das mesmas não implica que elemento encastrado na parede tenha sido construído no período do reinado de D. Afonso V. Uma vez que a narrativa da Igreja começa no século XIII, é credível levantar a possibilidade de o espaço de sepulcro ser anterior ao governo d'O Africano e ser reaproveitado durante o período de atividade do referido monarca. Se, por outro lado, o elemento encastrado na zona exterior da parede Sul da nave data efetivamente do período da emissão das moedas, o arcossólio trata-se de um elemento construído na transição da Baixa Idade Media para a Idade Moderna e corresponde a uma manifestação de gótico desornamentado.

A antiguidade do pórtico do lado do Evangelho pode ser dividida por partes. O vão é enquadrado por uma modinatura cuja linguagem e a materialidade contrasta com a que se observa nas frestas de tijolo abertas na cabeceira – disparidades que levam a crer que o pórtico deverá ser posterior à estrutura primitiva da Igreja. Ainda assim, importa realçar que o referido elemento arquitetónico é marcado pela existência de tijolo no umbral (figura 130 e figura 131). O mencionado ladrilho não integra a atual estrutura do pórtico e, assim, acredita-se que possa ser parte da modinatura de um vão mais antigo aberto exatamente no mesmo local onde se rasga o que hoje se observa. A presença do elemento de tijolo no pórtico do lado do Evangelho credibiliza: a possibilidade de a estrutura inicial da Igreja comtemplar a existência de um vão no local em questão; a hipótese da modinatura do referido acesso poder ter sido substituída pela que hoje se observa. Assim, quando se assume a antiguidade do referido elemento arquitetónico dever-se-á fazer a distinção entre a existência de um

1 A mísula gótica presente na Capela da Senhora da Boa Morte (anexo 30) assume uma figura humana. A figura representada aparenta ter as mãos sobre a cabeça e sustentar, de uma maneira figurada, o peso da construção. Na região de Bragança encontra-se uma situação semelhante numa das mísulas do antigo Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs; na mísula da extinta instituição beneditina observa-se uma mão que suporta a nervura do abobadamento (anexo 31).

2 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

Figura 130 – Pórtico truncado por elemento vertical da estrutura da nave

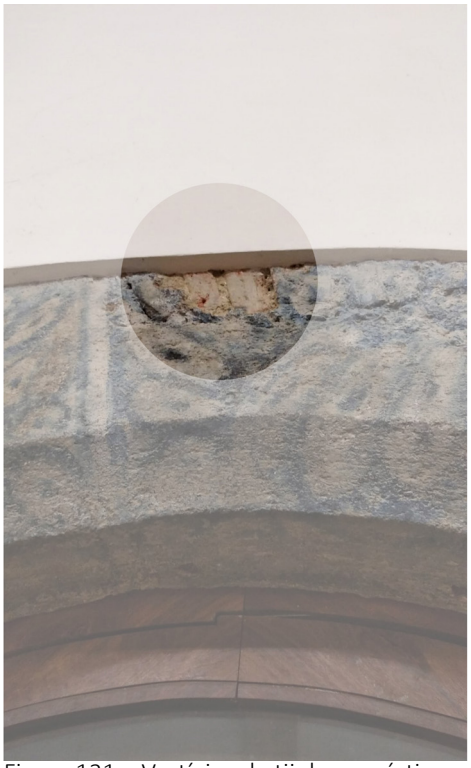


Figura 131 – Vestígios de tijolo no pórtico lateral do lado do Evangelho da nave da Igreja de São Francisco

Figura 132 – Vestígios do arco de tijolo encastrado entre o púlpito e a sacristia.

Figura 133 – Vestígios do arco de tijolo encastrado entre o púlpito e a sacristia.

vão de acesso e a modinatura que atualmente o enquadra[3].

A acrescentar aos vestígios medievais identificados por Rui Tavares, julga-se que os seguintes elementos poderão ter sido igualmente construídos durante o período medievo: cripta situada por baixo da Capela Tumular de Pascoal Frias; arco de tijolo cravado na parede entre a sacristia e o púlpito (figura 132 e figura 133).

Datação dos pilares contrafortados da nave

Rui Tavares integra os pilares contrafortados da nave na lista de vestígios medievais presentes no edifício. A inclusão dos referidos elementos estruturais na hipótese de reconstituição medieval da Igreja é uma questão que se divide em duas partes: Rui Tavares não identifica os pilares contrafortados atuais como *"elementos arquitetónicos originais (Idade Média e transição)"*, mas integra-os no exercício planimétrico de *"reconstituição conjetural da estrutura original"*[4]. Assim, assume-se que Rui Tavares apologia que a estrutura medieval da nave pudesse assentar em pilares contrafortados disposto no mesmo local que os atuais, mas com uma imagem distinta dos mesmos.

A questão da datação dos pilares contrafortados é uma temática que ganha profundidade através do contato direto com o objeto de estudo; o convívio entre os referidos elementos estruturais e as restantes existências arquitetónicas na Igreja de São Francisco de Bragança permite pensar balizas temporais para o período em que se dá a construção dos pilares e dos contrafortes da nave. Por intermédio de visitas ao templo franciscano brigantino constata-se que os elementos estruturais se sobrepõem a vãos, atualmente desaparecidos, dispostos do Evangelho da nave – flanco que estabelece contato entre a Igreja e as dependências conventuais. Os vãos desaparecidos foram referidos anteriormente e são: o pórtico situado no segundo tramo da nave a contar da zona de acesso à mesma (figura 130) ; o arco de tijolo situado no corredor entre a sacristia e a escadaria de acesso ao púlpito (figura 132). A modinatura do primeiro vão mencionado é truncada por um dos pilares contrafortados, o arco é interrompido no local onde assenta um dos contrafortes da estrutura e os vestígios remanescentes do mesmo estão atualmente encastrados na parede.

Pelas circunstâncias descritas, julga-se que se poderão explorar duas possibilidades cronológicas distintas para justificar a relação entre os pilares contrafortados e os vãos que estariam presentes na

3 Importa referir que o pórtico do lado do Evangelho da Igreja de São Francisco de Bragança tem uma linguagem semelhante ao mais pequeno vão de acesso a fazer a transição entre o espaço exterior e a nave do templo jesuíta brigantino. O conjunto edificado onde a Companhia de Jesus se instala é construído durante a primeira metade do séc. XVI e estaria inicialmente destinado a acolher um convento de clarissas. O programa original destinado ao edifício obriga os jesuítas a submeter o mesmo a obras de alteração; as intervenções feitas pela Companhia de Jesus, que, conforme referido, visavam adaptar o edifício às necessidades da instituição inaciana, ter-se-ão prolongado ao longo do séc. XVI e do séc. XVII. Assim, aceita-se que o pórtico mais pequeno a estabelecer acesso à nave tenha sido contruído num intervalo temporal compreendido no período seiscentista ou setecentista. A partir da datação do referido vão de acesso da Igreja da Companhia de Jesus assume-se, com a devida cautela, que o mesmo possa ser coetâneo do pórtico lateral presente na nave do templo franciscano. Assume-se que os dois pórticos possam ser coetâneos por partilharem uma série de caraterísticas no desenho do vão. Desse modo, o vão lateral na nave da Igreja de São Francisco pode datar do séc. XVI ou do séc. XVII. Ver anexo 22 e anexo 23.

4 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

Ver figura 158.

zona Norte da Igreja.

Numa primeira hipótese assume-se que os vãos poderão ser anteriores à edificação dos pilares contrafortados; possibilidade que descarta , assim, a hipótese de os elementos estruturais integrarem a nave primitiva/embrionária da Igreja. A segunda possibilidade levantada (distinta da primeira) passa pela hopótese dos pilares contrafortados pertencerem à estrutura original da Igreja e terem sido capeados numa das campanhas de reformas modernas (tema explorado em 5.3). Assim, assume-se a possibilidade dos pilares contrafortados poderem ter convivido de forma pacifica com os vãos até terem sido capeados e terem ganho, assim, uma volumetria mais bojuda.

No aprofundamento da segunda hipótese levantada será ainda importante mencionar que Duarte Moscoso Trancoso, Belarmino Afonso[5] e João Jacob[6] posicionam no séc. XVII a construção dos arcos de diafragma que atualmente suportam a cobertura da nave. Complanando datação dos arcos de diafragma com a hipótese cronológica que se tem vindo a explorar, admite-se que nas reformas modernas da nave os pilares contrafortados possam ter sido capeados de modo a receber os referidos arcos de diafragma que atualmente suportam a cobertura da nave. A segunda possibilidade justificaria ainda a exclusão dos pilares contrafortados dos *"elementos arquitetónicos originais (Idade Média e transição)"* identificados por Rui Tavares[7].

5 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia, vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.

6 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; Lisboa, 1997; Pg. 100.

7 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

5.1.2 Primeiras Fases de Vida: Regras Arquitetónicas da Ordem; Estudo Comparativo entre Igrejas Franciscanas Implantadas na Província de Santiago de Compostela

Fases de Vida da Arquitetura Franciscana

A atual imagem da Igreja de São Francisco de Bragança é resultado de uma série de intervenções que se vão sucedendo ao longo dos séculos. O presente subcapítulo explora a raiz das várias camadas arquitetónicas e procura estabelecer hipóteses de resposta a duas perguntas: qual a imagem primitiva da Igreja de São Francisco de Bragança? Qual a organização espacial medieval da Igreja de São Francisco de Bragança? Para atingir os objetivos colocados, relata-se de forma cruzada a evolução arquitetónica da Ordem de São Francisco e da Igreja de São Francisco de Bragança.

A primeira fase de vida de arquitetura da Ordem de São Francisco pauta-se pela ausência de construções[1]. Conforme referido em 4.1, as primeiras comunidades franciscanas instalam-se em terrenos marcados pela presença de edifícios pré-existentes. No período em questão, compreendido entre 1209 e 1230, os frades menores habitam e praticam a religião cristã em edifícios anteriores à sua chegada[2]. A tendência de utilização de construções pré-existentes procura ir de encontro à vida de pobreza e itinerância que os franciscanos pretendem praticar.

Uma vez que não é possível datar a fundação do Convento de São Francisco de Bragança, não se deverá excluir a possibilidade do complexo religioso em questão ter sido implantado na época correspondente à primeira fase de vida da arquitetura da Ordem. Conforme referido em 4.1, a comunidade franciscana de Bragança instala-se num terreno onde já existia uma Capela de Santa Catarina. Segundo Manoel da Esperança, cronista da Ordem de São Francisco em Portugal, o primeiro espaço utilizado pelos frades para celebrar a liturgia é precisamente o edifício pré-existente[3].

A indicação do ano de 1230 como data de mudança de paradigma não é taxativa; nesse sentido, importa referir que em 1235 na Covilhã e em 1239 em Estremoz, os franciscanos ainda se instalam inicialmente em edifícios já existentes[4]. Em Portugal, só por volta de 1239 é que se terá operado efetivamente a mudança plena de paradigma. As casas de São Francisco de Portalegre (1240-1275), de Santarém (1242) e de Évora (1245) ter-se-ão já instalado em locais desimpedidos de edificação pré-existente[5]. Conforme referido em 2.2, a Igreja do Convento de São Francisco de Bragança é fundada durante o século XIII num terreno marcado pela presença de uma ermida que, como menciona Frei Manoel da Esperança, é posteriormente utilizada como espaço destinado a acolher a liturgia. A utilização da pré-existente Capela de Santa Catarina como Igreja poderá constituir, com as devidas fragilidades, um fator que comprova que o Convento de São Francisco de Bragança constitui

1 CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Pg. 140-152.
2 *Ibidem.*
3 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 50.
4 A data de fundação do Convento de São Francisco de Estremoz não é consensual. A publicação Ordens Religiosas em Portugal das Origens a Trento – Guia Histórico indica o ano de 1239; a plataforma online do SIPA aponta a data de 1255 para a instituição do referido complexo conventual. O facto das casas franciscanos fundadas nos anos 40 do séc. XIII optarem por se instalar em terrenos desimpedidos de pré-existências (condição que não se verifica no caso do complexo de Estremoz) deverá indicar uma mudança na lógica de implantação dos templos da Ordem e justifica a inclinação do presente estudo para o ano de 1239 como ano de fundação do Convento de São Francisco de Estremoz.
5 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 275 -325.

efetivamente uma das primeiras instalações da Ordem em Portugal. Assim, pensa-se que a casa da Ordem de São Francisco em Bragança poderá ter sido fundada ainda na primeira metade do século XIII.

Numa segunda fase de vida da arquitetura franciscana, principiada na década de 30 do século XIII e terminada nos anos 60 da mesma centúria, os frades da Ordem de São Francisco lançam-se à construção de edifícios de raiz [6]. Segundo Santiago Carrodeguas, que toma a arquitetura mendicante galega como objeto de estudo para a tese de doutoramento que autoria, os templos primitivos seriam igrejas pequenas de nave única e "*planta retangular com cabeceira reta e com cobertura de madeira de duas águas apoiadas em arcos de diafragma apontados suportados por contrafortes interiores e exteriores"*[7] . Santiago Carrodeguas ilustra a descrição do templo franciscano primitivo com a Igreja de São Francisco de Saguemini (anexo 24) e com a Basílica de São Francisco de Arezzo (anexo 25), ambas localizadas em Itália.

O período temporal correspondente à primeira (c.1210-c.1230) e à segunda fase da prática de arquitetura franciscana (c.1230-c.1260) entra em oposição com a exposição histórica que o cronista mendicante Frei Manoel da Esperança faz da Igreja de São Francisco de Bragança. Segundo o cronista, a primeira igreja franciscana brigantina é fundada e projetada em 1214 pela mão de Francisco de Assis.

"Aqui (Bragança) chegou nosso Padre São Francisco andado já alguns meses do ano de 1214 (…) admirados os vizinhos desta vila (Bragança) por verem nele um homem que parecia mais homem do que homem, verdadeiro servo de Deus (…) ofereceram logo sítio e grande ajuda para se fazer casa. Não se pôde escusar o Santo Padre: mas dando satisfação à sua vontade (dos "admirados vizinhos da vila), fez a planta do Convento pelo traço e medidas da pobreza e deixou um companheiro dos que tinha achado em Santiago, o qual fosse correndo com estas obras até ele (Francisco de Assis) lhe encontrasse coadjuntores que lhe mandasse do caminho" [8]

A construção de uma edificação franciscana na data apontada por Manoel da Esperança (1214) é bastante improvável, uma vez que corresponderia a uma antecipação face ao resto do país e da Europa. José Mattoso, autor de uma extensa obra sobre a História de Portugal, escreve que em solo nacional só entre 1245 e 1266 é que a Ordem de São Francisco efetua as *"primeiras construções nas cidades"* [9]. Numa publicação sobre a prática da arquitetura gótica em Portugal, Pedro Dias assume uma posição semelhante à de Mattoso e escreve:

"Dever-se-á ter em conta (…) que a fundação de um convento ou de um mosteiro não implicava

6 *Ibidem.*
7 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 48.
8 *Ibidem.*
9 MATTOSO, José; O Enquadramento Social e Económico das Primeiras Fundações Franciscanas; Pg. 250.

a construção imediata de uma grande igreja, nem mesmo de uma pequena, e menos ainda que os templos dessas dessas instituições que chegaram até nós datem dos primeiros anos de vida comunitária. Normalmente, os mosteiros, mesmo os de patrocínio régio, começavam por se destinar somente a uns quantos frades ou freiras que raramente ultrapassavam a dezena, aumentando o seu número à medida que a instituição ganhava fama (…). Só depois de terem assegurado o seu sustento quotidiano e aforrado algumas reservas é que os religiosos metiam ombros a construções de grande porte. Sabemos que a generalidade dos bens era obtida por doações com o fim de instituir aniversários; portanto, um processo lento e gradual. Frei Manuel da Esperança, cronista dos franciscanos, refere concretamente que em Lisboa começaram os edifícios todos com aquela estreiteza e humildade que então «se usava na nossa religião». Em relação ao convento que tinham em Coimbra dizia que «os edifícios eram terreiros e pobres», e ao de Guimarães que não passava de «huas choupanas de ramos»" [10]

A terceira fase da arquitetura franciscana decorre na segunda metade do século XIII[11]. Na época em questão a Ordem de São Francisco define as normas gerais que as edificações franciscanas devem cumprir. As regras construtivas definidas no capítulo geral de 1260, em Narbona, estipulam que os edifícios da Ordem devem ser construídos "*sem exceder o limite da pobreza*"[12]. Delimita-se que a altura e a largura das Igrejas devem adaptar-se ao local de implantação, e estipula-se que as Igrejas só podem ser abobadadas na cabeceira. Define-se ainda que o espaço da/s nave/s não deveria ter vãos de iluminação; as janelas ficam reservadas para as ousias das igrejas[13].

A terceira fase terá sido fortemente influenciada pelo crescimento da popularidade da Ordem de São Francisco. Uma vez que, como consequência da expansão da Ordem, as comunidades franciscanas passam a receber mais e maiores doações para o financiamento das construções que tinham em mãos. A Igreja de São Francisco de Bragança inclui-se no conjunto de edifícios franciscanos beneficiados pelo crescente número de doações; a comunidade franciscana brigantina é contemplada com 50 libras por vontade testamental de D. Afonso III e, mais tarde, é ajudada com doações feitas pelo casal real formado por D. Dinis I e Santa Isabel. Frei Manoel da Esperança relata nos seguintes moldes a relação da Rainha Santa com o complexo franciscano de Bragança:

"A rainha Isabel lhe teve especial devoção, por ser ele o primeiro [convento] em que entrou neste reino, quando vinha de Aragão [1282]. E ajudada pela magnificência do rei seu marido D. Dinis [monarca em funções de 1279 até 1323], deu novo ser à igreja, reparando juntamente todos os mais de edifícios. Assim o testemunhavam no forro da capela-mor, que era obra sua, os retratos deles ambos, antes de uma ruína, com que ficaram enterrados" [14]

10 DIAS; Pedro; A Arquitetura Gótica Portuguesa; Editorial Estampa; 1ª Edição; Lisboa; 1997:Pg. 71.
11 CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Pg. 140-152.
12 *Ibidem.*
13 *Ibidem.*
14 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco ; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª parte; Pg. 50.

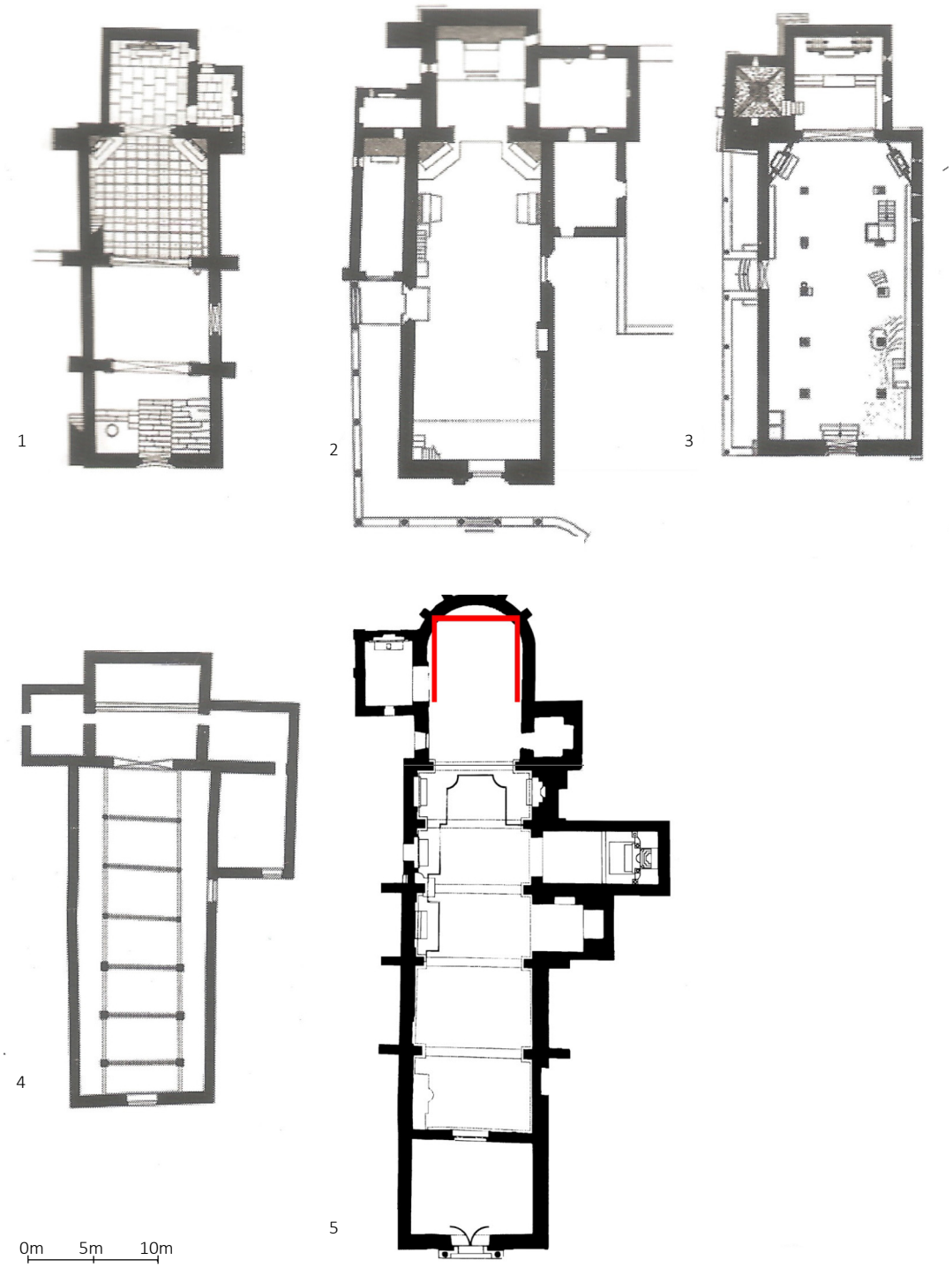


Figura 134 – Igrejas de ousias retas na região de Trás-os-Montes.
1 - Igreja de Santo André de Algosinho
2 - Igreja de Santa Maria de Azinhoso
3 - Ermida de Nossa Senhora da Ribeira
4 - Ermida de Nossa Senhora da Serra
5 - Igreja de São Francisco de Bragança

Documentalmente, não se conseguiu apurar mais informação relativa à ruína que Manoel da Esperança relata ter acontecido na cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança. Não é possível apurar a extensão do desabamento e, desse modo, não se sabe se o desmoronamento se terá estendido a todos os elementos contruídos da capela-mor.

Interrompe-se momentaneamente a exposição da evolução da arquitetura franciscana para se alertar para a existência de um elemento que poderá constituir o arranque de uma cabeceira primitiva[15]. O elemento é composto por um muro de pedra que se dispõe de uma forma retangular junto ao extremo da abside da capela-mor[16]. Interpretando o referido elemento como possível arranque de uma parede, poder-se-á afirmar que a ousia primitiva, possivelmente edificada ou requalificada através do financiamento da Rainha Santa, teria uma disposição reta e seria menos larga que a cabeceira e a nave da atual Igreja.

A disposição reta da cabeceira é uma opção arquitetónica comum nos edifícios medievais da região de Bragança (figura 134). Num artigo sobre Igrejas colunárias com tetos de madeira, Marta Oliveira e José Ferrão Afonso realçam a recorrência com que a ousia reta surge nas construções religiosas implantadas no território nordeste nacional. Partindo da análise das Ermidas de Nossa Senhora da Ribeira e de Nossa Senhora da Serra, e das Igrejas de Santo André de Algosinho e de Santa Maria de Azinhoso, os autores escrevem:

> *"Um dos elementos marcantes é a forma larga, quadrangular, da capela-mor, com parede funda plana. Dir-se-ia uma solução corrente já identificada no românico português. Todavia, a configuração das ousias nordestinas singulariza-se pela amplitude de medidas e uma persistente reposição da fórmula, que mereciam ser lidas à luz de semelhantes opções conhecidas em Leão e Castela. Num espaço cultural transfronteiriço, a permanência da ousia com parede testeira plana surge como um elemento característico do gosto artístico conservado, segundo a tradição hispânica"* [17]

Paralelamente à recorrência da ousia plana nos edifícios medievais religiosos da região de Trás-os-Montes, relembra-se que Santiago Carrodeguas aponta a cabeceira reta como uma das caraterísticas dos edifícios contruídos na segunda fase de vida da arquitetura franciscana (c. 1230 – 1260). Assim, assumindo que o elemento de pedra corresponde ao arranque da testa de uma cabeceira primitiva, a referida parede reta poderia integrar: uma ousia reta edificada entre 1230 e 1260; uma capela-mor erguida após 1282 na sequencia da visita da Rainha Santa Isabel à Igreja e da consequente

15 O elemento murado presente na ousia da Igreja de São Francisco de Bragança já havia sido convocado para o estudo no subcapítulo 4.1. No referido subcapítulo, que aborda a existência e a evolução de edificações anteriores à chegada dos franciscanos ao terreno onde o Convento de São Francisco se implanta, explora-se a possibilidade de a estrutura murada reta poder corresponder à parede da primitiva Capela de Santa Catarina (edificação anterior à construção do conjunto franciscano brigantino). Na hipótese levantada, assume-se, com a devida cautela, que a Capela de Santa Catarina pode ter sido usada como estaleiro durante a edificação da Igreja de São Francisco; a Capela de Santa Catarina terá sido, segundo a possibilidade explorada, transladada após a construção da ousia do templo franciscano.

16 No subcapítulo 4.1 levantou-se a possibilidade, ainda que remota, do elemento reto poder constituir os arranques da implantação primitiva da Capela de Santa Catarina. Contudo, dada a dimensão do enigma levantado pelo referido elemento reto, no presente subcapítulo (5.1.2) fazem-se leituras distintas do mesmo.

17 AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta ; Igrejas colunárias com tectos de madeira; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 96-107.

Figura 135 – Elemento reto na cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança

campanha de obras que, financiada pela mesma, dá *"novo ser à Igreja"*. Não há informação suficiente que confirmem ou desmintam as possibilidades exploradas. Desse modo, não se nega a hipótese do elemento que se tem vindo a identificar como arranque de uma parede poder ter feito parte de uma estrutura completamente diferente.

Voltando aos parâmetros globais que definem a arquitetura franciscana importa clarificar que, apesar da existência de normas gerais, as igrejas da Ordem de São Francisco edificadas após o Capítulo Geral e 1260 (assembleia onde as referidas normas são aprovadas) apresentam diferentes tipologias de organização de espaço . As regras de edificação da Ordem são flexíveis, indicam que os conventos devem ter a capacidade de se adaptar à topografia onde se implantam, definem a iluminação e a cobertura que os espaços devem ter, mas não especificam que organização as igrejas devem assumir. Assim, no período medieval que se segue ao Capítulo Geral de 1260, os franciscanos edificam uma igreja de três naves e transepto saliente em Santarém, uma igreja de nave única disposta em cruz latina em Ourense, e uma igreja de nave única flanqueada por capelas colaterais em Barcelona. A multiplicidade de respostas e a adaptabilidade arquitetónica da Ordem de São Francisco é abordada por Santiago Carrodeguas nos seguintes moldes:

"Em vez de criar uma arquitetura própria, os frades (franciscanos) possuem uma grande capacidade de adaptação que os leva a assimilar técnicas e tradições construtivas da zona onde se instalam e a aplicá-las nos seus edifícios, consequência de recorrerem frequentemente a construtores locais. Em função disso, as igrejas variam não só de nação para nação, mas mesmo dentro destas, dependendo da zona geográfica onde estão implantadas"[18]

Num estudo sobre a Igreja de São Francisco de Bragança, Rui Tavares assume uma posição semelhante à de Santiago Carrodeguas. O autor escreve:

"Integradas em contextos geográficos regionais e vincando uma ligação forte a tradições locais, as igrejas mendicantes apresentam uma grande variedade tipológica"[19]

Estudo Comparativo

Enceta-se neste ponto um estudo comparativo entre igrejas de São Francisco implantadas na zona ocidental da Península Ibérica. Nesse sentido, importa recuperar a evolução das regiões administrativas franciscanas no território em questão.

Conforme referido no subcapítulo 1.1, a hierarquia administrativa da OSF organiza-se, em sentido decrescente, nos seguintes moldes: Ordem; Província; Custódia; Convento. Chegados ao território ibérico nos anos 10 do séc. XIII, os franciscanos criam, no Capítulo Geral de 1219, a região administrativa

18 AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta ; Igrejas colunárias com tectos de madeira; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 96-107.

19 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

da Província de Espanha[20]. A referida região de administração franciscana integrava toda a Península Ibérica. Na década de 30 da mesma centúria, a Província de Espanha fragmenta-se em 3: Província de Aragão; Província de Castela; Província de Santiago[21]. Os Conventos portugueses são integrados na Província de Santiago e ficam entregues à Custódia de Portugal, também denominada por Custódia de Lisboa, em referência à localização da casa-mãe[22].

No ano de 1272 os conventos de São Francisco em Portugal, ainda dependentes da Província de Santiago, são distribuídos em duas custódias: Lisboa e Coimbra. Nesta divisão o Convento de São Francisco de Bragança é entregue, por questões de proximidade, à Custódia de Ourense[23]. A Custódia de Ourense fica encarregue dos conventos franciscanos de Ourense, Lugo, Viveiro, Ribadeo, Villafranca, Monterrei e Bragança. Sob a tutela da Província de Santiago de Compostela contam-se ainda as custódias de Santiago, Zamora, Leon e Salamanca.

Em 1330, a Custódia de Lisboa é fragmentada em duas. Surge, assim, a Custódia de Évora. Na referida reestruturação administrativa, o Convento de São Francisco de Bragança passa a integrar a Custódia de Zamora[24] [25]. Em 1384 as Custódias de Lisboa, Coimbra e Évora assumem a independência face à região administrativa de Santiago de Compostela e formam, assim, a Província Portugal[26]. Na data da formação da Província de Portugal já o Convento de Bragança havia passado para Custódia de Coimbra - a transferência da custódia zamoriana para a coimbrã ocorre em 1380[27]. As sucessivas alterações nas regiões administrativas franciscana é um tema abordado de forma mais detalhada no subcapítulo 1.1.

Uma vez que os conventos franciscanos implantados em Portugal e na zona Oeste de Espanha estão durante quase dois séculos debaixo da tutela de uma região admirativa comum, a Província de Santiago de Compostela, importa que o estudo comparativo entre as igrejas franciscanas não se feche nas fronteiras dos países ibéricos. Assim, o estudo que se enceta tem como objeto os templos que surgem na antiga Província Franciscana de Santiago de Compostela desde a sua fundação, em 1219, até à respetiva fragmentação, ocorrida na transição do séc. XIV para o séc. XV.

No estudo comparativo inseriram-se ainda dois edifícios dominicanos: Igreja de São Domingos de Tui; Igreja de São Domingos de Guimarães. A inclusão do primeiro templo mencionado será justificada mais adiante no presente trabalho; a convocação da Igreja de São Domingos de Guimarães justifica-se pela presumível coetaneidade que a mesma partilha como a Igreja de São Francisco de Bragança. Os dominicanos, que partilhavam com os franciscanos a forma de vida mendicante,

20 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 258.
21 *Ibidem.*
22 *Ibidem.*
23 FORMOSO, Pilar Pérez; TELLO, Prudencio Lezo; Apuntes para la historia del Convento y comunidad de San Francisco de Ourense; Pg. 286
24 TEIXEIRA, Vitor Rui; O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média; Mestrado em História Medieval; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 1995. ; Pg. 19.
25 O Convento de São Francisco de Bragança pertence à Custódia de Zamora entre 1330 e 1380. Contudo, face à conjugação do desaparecimento de parte dos conventos e da ausência de informação planimétrico relativa aos remanescentes, o estudo comparativo não convoca para a comparação os templos franciscanos da Custódia de Zamora.
26 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016.; Pg. 258.
27 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 246.

principiam a edificação de um templo em Guimarães no início dos anos 70 do século XII. Anos mais tarde, durante o reinado de D. Dinis e a mando do mesmo, são obrigados a mudar o local de implantação do complexo religioso. As obras de consequentes da deslocação da Igreja e do Convento de São Domingos ficam concluídas por volta de 1375. O período de edificação do primeiro edifício dominicano em Guimarães corresponde à data de fundação que José Mattoso atribui ao complexo franciscano brigantino (questão abordada em 1.1); a Igreja de São Domingos de Guimarães e a Igreja de São Francisco de Bragança sofrem alterações arquitetónicas pela mão de D. Dinis [28] Paralelismo que, conforme expresso, justificam a inclusão da Igreja de São Domingos de Guimarães no estudo comparativo.

Antes de prosseguir para o estudo comparativo importa fazer dois reparos em relação ao mesmo. Primeiro, interessa referir que o quadro comparativo pendura as igrejas pelo ponto provocado pelo cruzamento entre o eixo longitudinal dox edifícios e a linha de contacto entre a nave e o arco trinfal; julga-se que o método de comparação permite uma confrontação direta entre a largura e o comprimento das igrejas convocadas para o estudo. Importa mencionar que se assume que os edifícios abordados terão sido alvo de grandes alterações arquitetónicas e que, desse modo, as conclusões retiradas do trabalho de comparação entre os edifícios terão de estar sempre associadas a uma certa dose de cautela.

A comparação entre as igrejas (figura 136) resulta na identificação de 3 tipologias planimétricas. São templos de três naves e transepto saliente as igrejas de São Domingos de Guimarães e de São Francisco de Estremoz, Santarém e Porto. Como edifícios religiosos dispostos em cruz latina surgem as igrejas de São Domingos de Tui e de São Francisco de Betanzos, Corunha, Pontevedra, Portalegre, Ourense, Viveiro e Alenquer. Salientam-se como edifícios de nave única sem transepto as igrejas de São Francisco de Bragança e de Leiria.

As cabeceiras das igrejas convocadas para o estudo comparativo são, na grande maioria, espaços distribuídos em 3 capelas – uma ousia profunda ladeada por duas capelas laterais. As igrejas de São Francisco de Santarém, Leiria, Viveiro e Bragança, são exceções à regra. O testeiro do templo franciscano santareno dispõe-se em 5 capelas; os edifícios religiosos em Leiria e Viveiro têm a cabeceira organizada num espaço único. A igreja de São Francisco de Bragança constitui um caso único dentro do estudo comparativo; ainda que a ousia do templo franciscano brigantino seja ladeada a Sul pela Capela de São Miguel e a Norte pela Capela tumular de Pascoal Frias, nenhuma das referidas capelas abre diretamente para a nave. Desse modo, a Igreja de São Francisco de Bragança surge como um espaço de uma só nave com uma cabeceira distribuída numa única capela.

A frequência das cabeceiras tripartidas poderá estar relacionada com as práticas de financiamento da Ordem de São Francisco. Abre-se, assim, um parêntese dentro do texto de modo a expor os meios de subsistência utilizados pelos franciscanos nas primeiras fases de vida da Ordem. Numa primeira fase, os frades prestam auxílio às comunidades e sobrevivem por via de troca direta entre mão de obra e bens. Num momento posterior, a Ordem tira proveito das conjeturas religiosa do século XIII.

28 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 385.

Figura 136 - Quadro comparativo entre as Igrejas de São Francisco da Província de Santiago de Compostela

Custódia de Ourense

Ourense (1)
Convento fundado por volta de 1233. Igreja contruída em 1350. Igreja transladada em 1929.)

Viveiro (2)
Convento fundado em 1219. Igreja construída em 1344.)

Lugo (3)
Convento fundado entre 1230 e 1249. Igreja contruída entre 1360 e 1390.)

Bragança (4)
Pertence à Custódia de Ourense entre 1272 e 1330)

Ribadeo

Villafranca del Bierzo
Convento fundado em 1213. Não se conhece levantamento métrico.)

Moterrey
Convento fundado no séc. XIII. Igreja desaparecida.)

Custódia de Santiago

Pontevedra (5)
(Convento fundado entre 1214 e 1274. Igreja construída entre 1310 e 1360.)

Corunha (6)
(Convento fundado em 1214. Igreja construída entre os séc. XIII e XIV. Igreja transladada no séc. XX.)

Betanzos (7)
(Convento fundado em 1219. Igreja terminada em 1387.)

Santiago
(Convento fundado em 1214. Reconstruído no séc. XVIII.)

Ferral

Custódia de Coimbra

Porto (8)
(Convento fundado em 1233. Igreja terminada em 1410.)

Guimarães (9)
(Convento fundado por volta de 1216. Igreja construída em 1400.)

Bragança (4)
(Passa a pertencer à Custódia de Coimbra em 1380)

Coimbra
(Convento fundado em 1217/18; Igreja primitiva abandonada no séc. XVII.)

Guarda
(Convento fundado em 1235. Não há levantamento métrico.)

Lamego

Covilhã
(Convento fundado em 1235. Não há levantamento métrico.)

Torres Vedras
(Convento fundado por volta de 1257; havia já sido abandonado no séc. XIV.)

Custódia de Lisboa

Alenquer (10)
(Convento fundado por volta de 1216.)

Leiria (11)
(Convento fundado em 1232. Igreja profundamente alterada em 1387.)

Santarém (12)
(Convento fundado em 1242. Igreja reconstruída no sec. XIV.)

Bragança(4)
(Pertence à Custódia de Lisboa desde a fundação até 1272)

Lisboa
(Convento fundado em 1217. Igreja destruída no terramoto de 1755.)

Custódia de Évora

Portalegre (13)
(Convento fundado entre 1228-1266 na Custódia de Lisboa. Igreja edificada em 1272.)

Estremoz (14)
(Convento fundado em 1239 na Custódia de Lisboa. Igreja edificada em 1258.)

Beja
(Convento fundado em 1278. Igreja construída na segunda metade de quatrocentos.)

Tavira
(Convento fundado entre 1272 e 1330. Arruinado pelo terramoto de 1755 e reconstruído após o mesmo.)

Loulé
(Convento fundado entre 1253 e 1267. Arruinado no terramoto de 1755 e nunca reedificado.)

Custódia de Leon

Leon
(Convento fundado no séc. XIII. Igreja reconstruída no séc. XVIII.)

Astorga
(Convento fundado no séc. XIII. Igreja reconstruída no séc. XVIII.)

Oviedo
(Convento fundado no séc. XIII. Igreja demolida em 1902.)

Avilés
(Convento fundado em 1267. Reedificado no séc. XV. Não se conhece levantamento métrico.)

Custódia de Salamanca

Salamanca
(Convento fundado no séc. XIII. Igreja demolida no séc. XIX.)

Cidade de Rodrigo
(Convento fundado no séc. XIII. Igreja Arruinada.)

Plasencia
(Transformado em centro cultural)

Badajoz
(Convento anterior a 1332. Igreja alterada profundamente no séc. XVIII.)

Béjar
(Convento fundado no séc. XIII. Igreja desaparecida; conserva-se o claustro.)

Custódia de Zamora

Zamora
(Convento fundado em 1260. Igreja arruinada em 1835.)

Toro
(Convento fundado antes de 1266. Igreja arruinada em 1835.)

Benavente
(Convento fundado em 1270. Igreja demolida no início do séc. XVIII.)

Mayorga

Villalpando

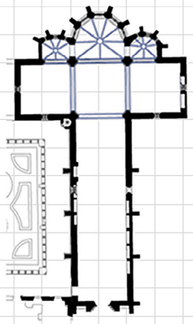
Bragança
(Pertence à Custódia de Zamora entre 1330 e 1380)

Igrejas de São Domingos

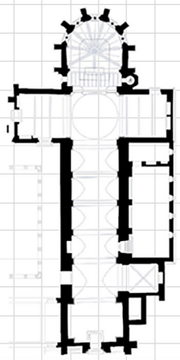
Guimarães (15)
(Convento fundado nos anos 70 do séc. XIII. Igreja concluída em 1375.)

Tui (16)

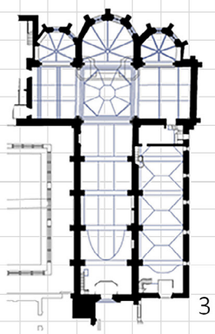
Custódia de Ourense



1



2

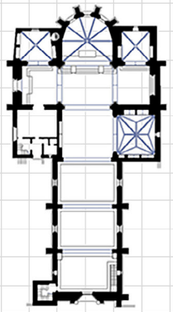


3

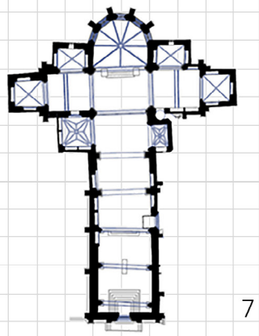
4

Custódia de Santiago

5

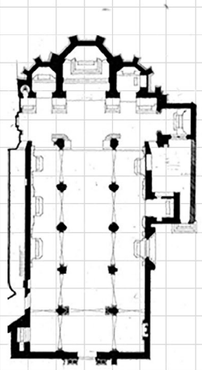


6

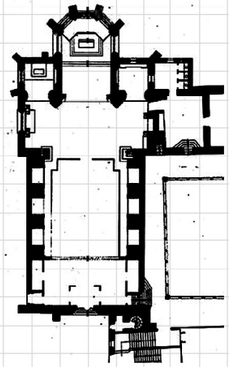


7

Custódia de Coimbra



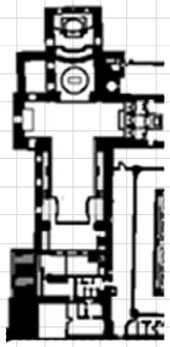
8



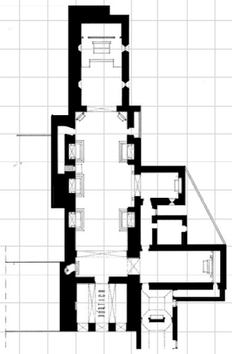
9

4

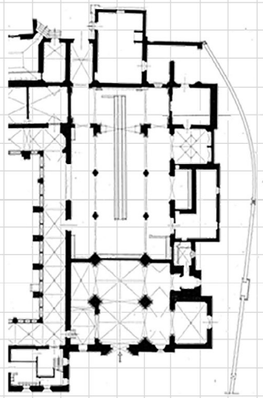
Custódia de Lisboa



10

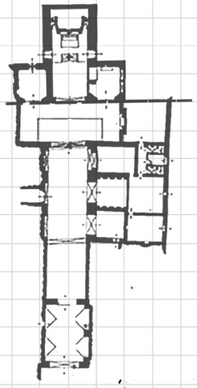


11

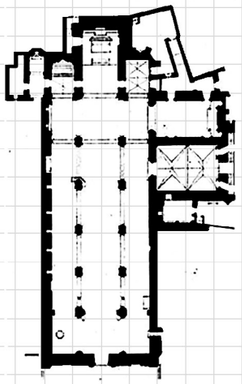


12

Custódia de Évora



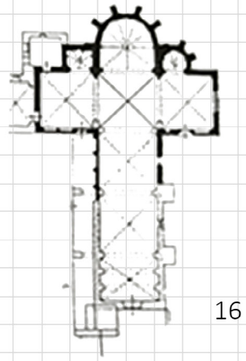
13



14

São Domingos

15



16

Figura 137 - Igreja de São Francisco de Ourense

Figura 138 - Igreja de São Francisco de Betanzos

Figura 139 - Igreja de São Francisco de Pontevedra

Figura 140 - Igreja de São Francisco de Lugo

Figura 141 - Igreja de São Francisco da Corunha

Em 1215 é emitida uma bula papal que decreta que todos os cristãos se deverão confessar uma vez por ano. A Ordem de São Francisco tira benefícios da regularidade anual com os fiéis são obrigados a praticar o sacramento e a partir de 1237, após autorização de Gregório IX, passa a praticar e a obter rendimentos da sagrada confissão[29]. Em simultaneidade com o sacramento, a Ordem financia-se por meio da celebração de rituais fúnebres. Os franciscanos tiram proveito das discussões em torno do purgatório - debate que ocupa a comunidade religiosa na época em que se dá a fundação na Ordem de São Francisco. Jaques Le Goff, autor de uma publicação sobre as referidas discussões da comunidade cristã, descreve o purgatório nos seguintes moldes:

"Quando o purgatório se instala na crença da Cristandade ocidental, entre aproximadamente 1150 e 1250, de que se trata? É um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual dos vivos.";" Um purgatório é, enfim, um além intermediário onde a provação que se sofre pode ser reduzida pelos sufrágios e as intervenções dos vivos" [30]

Como referido, na doutrina cristã o purgatório é o espaço intermédio onde as almas cumprem *"provações"*[31]; no purgatório o corpo espiritual dos defuntos é sujeito a castigos que visam a purificação das almas e a preparação das mesmas para a entrada no Reino dos Céus. Como indica Le Goff, as punições das almas podem ser reduzidas pelas ações, pelos "sufrágios" dos vivos. Assim, os franciscanos juntavam capital através da prestação de serviços que pretendiam reduzir o castigo dos defuntos. Nos referidos serviços incluem-se: missas fúnebres; missas pelas almas dos defuntos; espaços de sepulcro no interior das Igrejas que lhes pertenciam[32].Os cristãos mais afortunados recorriam ao último serviço mencionado por considerarem que seria um *bilhete direto* para o Reino dos Céus. Desse modo, nas cabeceiras das igrejas de São Francisco tripartidas, as capelas laterias à ousia são comummente utilizados como espaço de sepulcro.

Regressando ao estudo comparativo importa recordar que Santiago Carrodeguas indica que as normas de arquitetura da Ordem de São Francisco (proclamadas no ano de 1260) referem que a cabeceira deverá ser o único espaço abobadado das igrejas franciscanas. As regras arquitetónicas de 1260 ainda *pesam* nos templos de São Francisco e, assim, o estudo comparativo acaba por convocar uma série de edifícios em que o abobadamento do testeiro contrasta com a estrutura de madeira que cobre a nave; são exemplos disso as igrejas franciscanas de Ourense (figura 137), Betanzos (figura 138), Pontevedra (figura 139), Lugo (figura 140) e Corunha (figura 141). A cobertura da igreja de São Francisco de Bragança é alvo de de uma série de intervenções ao longo dos séc. XVIII e XIX. Em todo o caso, num artigo publicado em 1983 na revista Brigantia, Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso admitem a possibilidade de a cobertura da nave ter sido constituída por uma estrutura de

29 BRUZELIUS, Caroline; The Dead Come to Town: Preaching, Burying, and Building in the Mendicant Order; The Year 1300 and the Creation of a new European Architecture; Brepols Publisher; Turnhout (Bélgica); Janeiro de 2008.; Pg. 203-224.
30 GOFF, Jacques Le; O Nascimento do Purgatório; Editora Vozes; 1ª Edição; Petrópolis, Rio de Janeiro; 2017; Pg. 5-15
31 *Ibidem*
32 BRUZELIUS, Caroline; The Dead Come to Town: Preaching, Burying, and Building in the Mendicant Order; The Year 1300 and the Creation of a new European Architecture; Brepols Publisher; Turnhout (Bélgica); Janeiro de 2008. Pg. 203-224.

madeira, à semelhança do que se verifica nos templos franciscanos superamente mencionados.

A maioria dos edifícios convocados para o estudo comparativo tem a ousia disposta numa abside poligonal contrafortada. As Igrejas de São Francisco de Bragança, Ourense, Alenquer, Estremoz, Portalegre e Leiria constituem exceções à regra; as capelas-mor das Igrejas de São Francisco de Bragança e de Ourense estão organizadas numa abside semicircular; as Igrejas de São Francisco de Alenquer, Estremoz, Portalegre e Leiria, são marcadas pelo desenho retangular da ousia. Importa salientar, a título de curiosidade, que os mencionados templos de capela-mor reta estão todos integrados na Custódia de Lisboa até 1272.

A comparação entre a imagem atual das ousias dispostas em abside coloca a Igreja de São Francisco de Bragança numa posição excecional. As capelas-mor dos templos ducentistas e trecentistas da Custódio de Santiago, de Ourense e de Coimbra são construídas em cantaria de pedra e dispõem-se numa abside contrafortada; entre os contrafortes rasgam-se arcos quebrados que enquadram janelas de dois lumes (figura 142, figura 143, figura 144, figura 145, figura 146, figura 147, figura 148 e figura 149). A ousia da Igreja de São Francisco de Bragança é composta por uma conjugação de xisto e tijolo e organiza-se numa abside contrafortada; entre os elementos estruturais rasgam-se frestas enquadradas por modinaturas de ladrilho que desenham arcos de volta perfeita espalhados. Assim, conclui-se que as semelhanças planimétricas não se estendem a imagem das ousias; a capela-mor da Igreja de São Francisco Bragança afasta-se da linguagem góticos tempo dos franciscanos de Ourense, Lugo, Viveiro, Pontevedra, Betanzos, Corunha, Porto e Guimarães.

As desaparecidas Igrejas de São Francisco de Salamanca, Oviedo e Zamora possuíam igualmente capelas-mor organizadas em absides rasgadas por vãos de cariz gótico (figura 151, figura 152 e figura 143). Uma planta manuscrita da primeira Igreja de São Coimbra, abandonado no séc. XIV, comprova que o testeiro do templo coimbrão era definido por uma abside central ladeada por dois absidíolas; ainda assim, dada a ausência de informação relativamente à imagem do edifício não será seguro assumir que o mesmo teria uma imagem gótica (figura 150).

Cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança

A excecionalidade da materialidade e do desenho dos vãos da cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança é uma temática que merece ser alvo de um maior aprofundamento [33]. Nesse sentido, procede-se à exposição da materialidade do edifício e explora-se a origem por trás do cariz de exceção dentro da arquitetura medieval praticada pela Ordem de São Francisco na Província de Santiago.

A constituição do templo franciscano brigantino é composta por uma combinação de xisto, granito e tijolo; o xisto é utilizado na construção dos panos das paredes, o uso tijolo e do granito é reservado para umbrais, ombreiras, vãos, cunhais e pilares[34]. Michele Cannatà e Fátima Fernandes, arquitetos

33 A problemática foi abordada levemente no subcapítulo 1.1 e reforçam-se, assim, algumas informações referidas na mencionada secção textual.

34 A utilização dos materiais mencionados (xisto; granito; tijolo) justifica-se pela adaptabilidade da Ordem de São Francisco ás práticas e aos hábitos construtivos da região onde se instalam. Santiago Carrodeguas, autor de uma tese de doutoramento que se foca na arquitetura mendicante galega, refere que os franciscanos *"possuem uma grande capacidade de adaptação que os leva a assimilar as técnicas e as tradições construtivas da zona onde se instalam*". Desse modo, procura-se perceber quais as *"técnicas e tradições construtivas"* da zona do nordeste português e de que modo é que se refletem na edificação da Igreja de

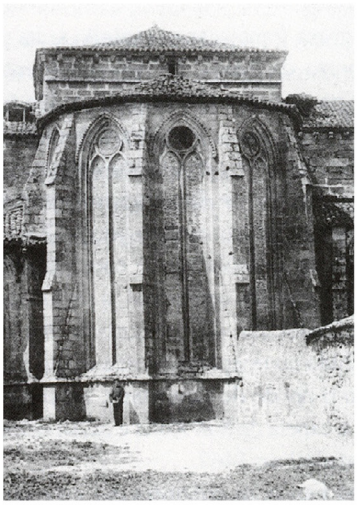


Figura 142 - Igreja de São Francisco de Ourense

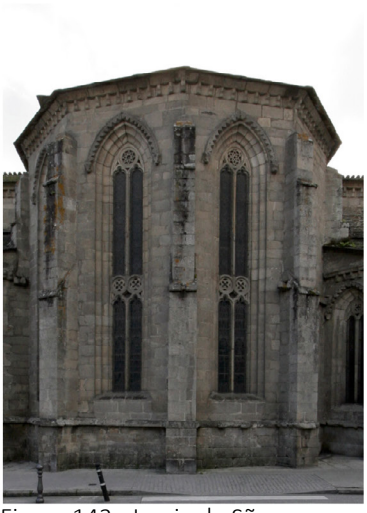


Figura 143 - Igreja de São Francisco de Lugo

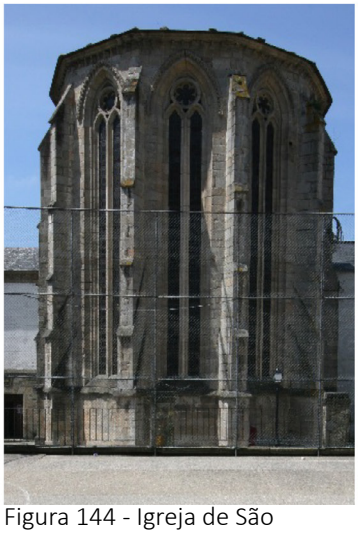


Figura 144 - Igreja de São Francisco de Viveiro

Figura 145 - Igreja de São Francisco de Pontevedra

Figura 146 - Igreja de São Francisco de Betanzos

Figura 147 - Igreja de São Francisco da Corunha

Figura 148 - Igreja de São Francisco do Porto

Figura 149 - Igreja de São Francisco de Guimarães

que intervencionam a Igreja no final do séc. XX, descrevem o sistema construtivo e a materialidade do edifício nos seguintes moldes:

> *"Estruturalmente, a Igreja compõe-se de um único grande vão, com contrafortes realizados em alvenaria de xisto irregular. Na abside, surgem ainda aberturas estreitas e altas delimitadas com ladrilho, aplicando um sistema construtivo que seria corrente na região, se tivermos em conta a sua utilização no mosteiro de Castro de Avelãs, localizado a pouco quilómetros de Bragança. Nas estruturas que integram a reforma dos séculos XVII e XVIII é frequente a presença de blocos de granito que delimitam os ângulos, enquadram janelas e decoram remates das coberturas."*[35]

Conforme referido na citação superamente exposta, a materialidade da ousia da Igreja de São Francisco de Bragança, onde o tijolo e o xisto são conjugados, integra o conjunto de construções influenciadas pela materialidade do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs.

Como mencionado em 1.2, o Mosteiro de São Salvador implanta-se na povoação de Castro de Avelãs. A instituição monástica pertencia à Ordem de São Bento e terá sido fundada numa data anterior à independência do reino de Portugal. Num estudo sobre a arquitetura na Diocese de Bragança-Miranda, António Rodrigues Mourinho não deixa de vincar o poder que o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs exerce na região de Trás-os-Montes durante a Idade Média: *"plantada na região com a intenção de povoar o território e de desenvolver a fé cristã (…) [a comunidade beneditina de Castro de Avelãs] exerceu uma forte influência económica e social na zona de Bragança"*[36]. A juntar à "influência económica e social" que o complexo beneditino teria na região, julga-se que será credível pensar que o Mosteiro de Castro de Avelãs exerce igualmente influências arquitetónicas nos territórios transmontanos medievais. Pedro Dias, autor de um artigo em que aponta a Igreja de São Salvador como um exemplo de arte mudéjar em Portugal, escreve: *"a impressão que fica, e não é mais que uma impressão, é que (o Mosteiro de São Salvador de) Castro de Avelãs marcou profundamente*

São Francisco de Bragança.

A tradição construtiva da região de Bragança é fortemente marcada pelo uso do xisto e do granito. Em Trás-os-Montes, os dois materiais são frequentemente conjugados na composição dos corpos edificados. O xisto constitui o pano das paredes e o recurso ao granito fica reservado, na maioria das construções, a cunhais, lintéis e ombreiras. Relativamente à frequência do uso e da combinação das referidas matérias minerais na região de Bragança, Eduarda Luso, autora de um estudo de engenharia sobre as estruturas do centro histórico do núcleo urbano brigantino, escreve:

> *"As pedras mais utilizadas são o granito e o xisto. O primeiro, usado em paredes de casas nobres ou burguesas com abundância e em paredes de casas mais modestas em padieiras de portas ou janelas. O xisto é uma pedra abundante na região, sendo por isso utilizada com mais frequência. No entanto, esta pedra é mais difícil de trabalhar e possui menor resistência que o granito."*

A utilização do material descrita por Eduarda Lusa não se cinge a *"casa nobres"* e a *"casa mais modestas"*. A torre de menagem da estrutura defensiva é exemplo de uma edificação militar em que se faz uso do xisto e do granito de uma forma idêntica à que Eduarda Lusa identifica na arquitetura doméstica.

Apesar da descrita prevalência do xisto e do granito na tradição construtiva da região de Bragança, importa não relegar para segundo plano o modo como o tijolo é aplicado numa série de edifícios religiosos, medievais e modernos, implantados no raio de influência do núcleo urbano. O ponto de partida para a referida tendência construtiva terá sido o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs.

35 CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

36 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Sendim; Julho de 1995; Pg. 432-437.

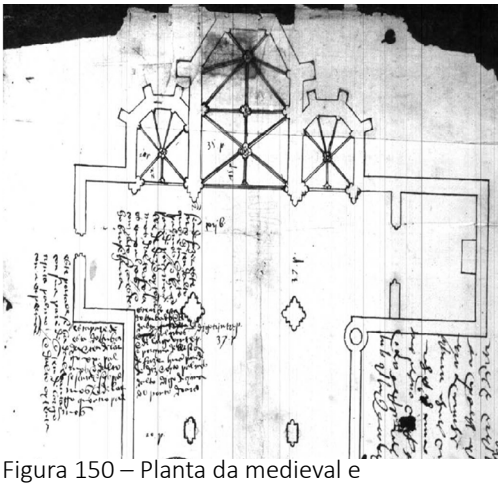


Figura 150 – Planta da medieval e desaparecida Igreja de São Francisco de Coimbra

Figura 151 – Cabeceira da desaparecida Igreja de São Francisco de Oviedo

Figura 152 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Salamanca

Figura 153 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Zamora

toda a arquitetura bragançana no dos séc. XIII e XIV e até talvez dos imediatamente seguintes"[37].

Arquitetonicamente, o único elemento sobrevivente da Igreja medieval do Mosteiro de São Salvador é a cabeceira (figura 154), presumivelmente ducentista, organizada numa abside ladeada por dois absidíolos. A referida cabeceira tem a particularidade de ser maioritariamente construída em tijolo – condição que, conforme referido, explicará a introdução do material na tradição construtiva local. Segundo Paulo Almeida Fernandes, que escreve um artigo sobre a Igreja beneditina na edição nº 32 da revista Monumentos, o caso de Castro de Avelãs "*é apenas mais um exemplo de uma tradição construtiva hispânica que teve grande difusão no centro norte da península Ibérica, no momento difuso em que a arte românica perdeu fulgor e foi substituída pelo gótico. Nesse período, originou-se um fenómeno conhecido como arte mudéjar, cuja evolução se processou em paralelo com a introdução, afirmação e dissolução da arte gótica"*[38].

Relativamente à influência arquitetónica que a cabeceira do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs exerce nos edifícios medievais da região, importa trazer para a equação a Igreja de São Vicente de Bragança (figura 156). Num estudo sobre a arquitetura religiosa da Diocese de Bragança-Miranda, António Rodrigues Mourinho aborda o templo vicentino brigantino e escreve: *"A capela-mor de São Vicente é de planta retangular, mas ainda se nota a parte da abside circular antiga que hoje está encoberta pelo retábulo de talha dourada. Esta parte da abside circular na cabeceira está construída ainda de ladrilho assente em base de pedra o que nos leva a deduzir que esta igreja foi contruída à maneira mudéjar, como a Igreja de São Francisco desta mesma cidade de Bragança, e como a Igreja do Convento de Castro de Avelãs"*. Indo de encontro ao texto de Rodrigues Mourinho, Paulo Almeida Fernandes estabelece paralelismos entre a Igreja de São Vicente e a de São Francisco: *"a igreja de São Vicente, de acordo com os estudos do Abade de Baçal, é (…) evidentemente a mais antiga da cidade (…), o que recua a sua fundação à última década do séc. XII. No exterior, ainda é possível observar duas janelas de arco dobrado da volta perfeita, em tijolo (…). O convento de São Francisco, fundado no séc. XIII, conserva também na capela-mor da sua igreja um conjunto de janelas de tijolo, de arco dobrado de volta perfeita, numa posição idêntica à da abside da Igreja de São Vicente, rasgando-se as janelas harmonicamente no alçado entre os contrafortes pouco elevados"*.

A materialidade e o desenho das frestas da cabeira da Igreja de São Francisco de Bragança (figura 155 e figura 157) pode ser justificada pela adaptabilidade dos franciscanos às tradições construtivas dos locais onde se implantam; recuperam-se as palavras de Santiago Carrodeguas:

> *"Em vez de criar uma arquitetura própria, os frades (franciscanos) possuem uma grande capacidade de adaptação que os leva a assimilar técnicas e tradições construtivas da zona onde se instalam e a aplicá-las nos seus edifícios, consequência de recorrerem frequentemente a construtores locais. Em função disso, as igrejas variam não só de nação para nação, mas mesmo dentro destas, dependendo da zona geográfica onde estão implantadas"*[39]

37 DIAS, Pedro; Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização; Mare Liberum; Volume 8; Comissão Nacional para a Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Dezembro de 1984.
38 FERNANDES; Paulo Almeida; Castro de Avelãs: o estranho caso de uma igreja de tijolo; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg.84-95.
39 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994.

Figura 154 – Cabeceira da Igreja de São Salvador de Castro de Avelãs

Figura 155 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança

Figura 156 – Cabeceira da Igreja de São Vicente de Bragança

Figura 157 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança durante as obras de restauro (1994-2002)

Proposta Planimétrica de Rui Tavares

Conforme expresso nos parágrafos onde se discorre sobre o estudo comparativo, a abordagem às igrejas franciscanas da Província de Santiago resulta na identificação de duas caraterísticas praticamente exclusivas à Igreja de São Francisco de Bragança: a ausência de transepto; a cabeceira distribuída numa única abside. As singularidades do desenho planimétrico do templo franciscano brigantino dentro do quadro arquitetónico da Província de Santiago de Compostela levam Rui Tavares a levantar a possibilidade de a Igreja de São Francisco de Bragança ter tido um traçado mais próxima ao dos edifícios que lhe são coetâneos na referida região administrativa[40]. Autor de um estudo histórico sobre a arquitetura do templo franciscano de Bragança , Rui Tavares convoca para a investigação as Igreja de São Domingos de Tui e as Igrejas de São Francisco de Lugo e de Ourense para levantar a possibilidade do edifício franciscano brigantino poder ter sido uma igreja de nave única, transepto saliente e cabeceira tripartida[41]. Justifica-se, assim, a inclusão do templo dominicano de Tui no quadro comparativo do presente estudo.

Rui Tavares apoia proposta planimétrica da Igreja de São Francisco nos vestígios medievais presentes no templo. O pórtico identificado na parede do lado do Evangelho da nave, o arcossólio rasgado na zona exterior da parede oposta, e os pilares contrafortados ancoram a largura da Igreja primitiva e justificarão a aproximação de Rui Tavares às igrejas mendicantes de nave única e transepto saliente na Galiza (figura 158) e, consequentemente, o afastamento dos templos franciscanos de 3 naves como o do Porto, de Estremoz e de Santarém. A presença dos referidos elementos medievais não é compatível com a existência de naves laterais; conforme referido, servem de ponto de ancoragem da nave primitiva e descredibiliza a possibilidade da mesma ter sido flanqueada por espaços de natureza semelhante.

Apoiada nas igrejas mendicantes de cruz latina implantadas na Galiza e nos vestígios medievais presentes na Igreja de São Francisco de Bragança, a hipótese planimétrica levantada por Rui Tavares é posta à prova pelas campanhas arqueológicas que na década de 90 do século XX se realizam no templo franciscano brigantino. As sondagens realizadas no processo de campanhas arqueológicas contemplam a área exterior a sul da ousia, onde Rui Tavares sugere a existência de um absidíolo lateral, e na sacristia, local que acolheria o braço Norte do transepto medieval da Igreja de São Francisco de Bragança.

As escavações realizadas na zona exterior a Sul da cabeceira, área que no processo das escavações se denominou pela letra A, tinham como um dos objetivos: *"Conferir a hipótese do Sr. Dr. Rui Tavares sobre a presença de uma absidíola sul na planta original do edifício, atestando assim a sua reconstituição conjetural da estrutura original (medieval) da Igreja de São Francisco"*[42]. O relatório

Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

40 *Ibidem.*

41 *Ibidem.*

42 Relatório das escavações arqueológicas realizadas na Igreja de São Francisco de Bragança entre 1996 e 1997. Documento

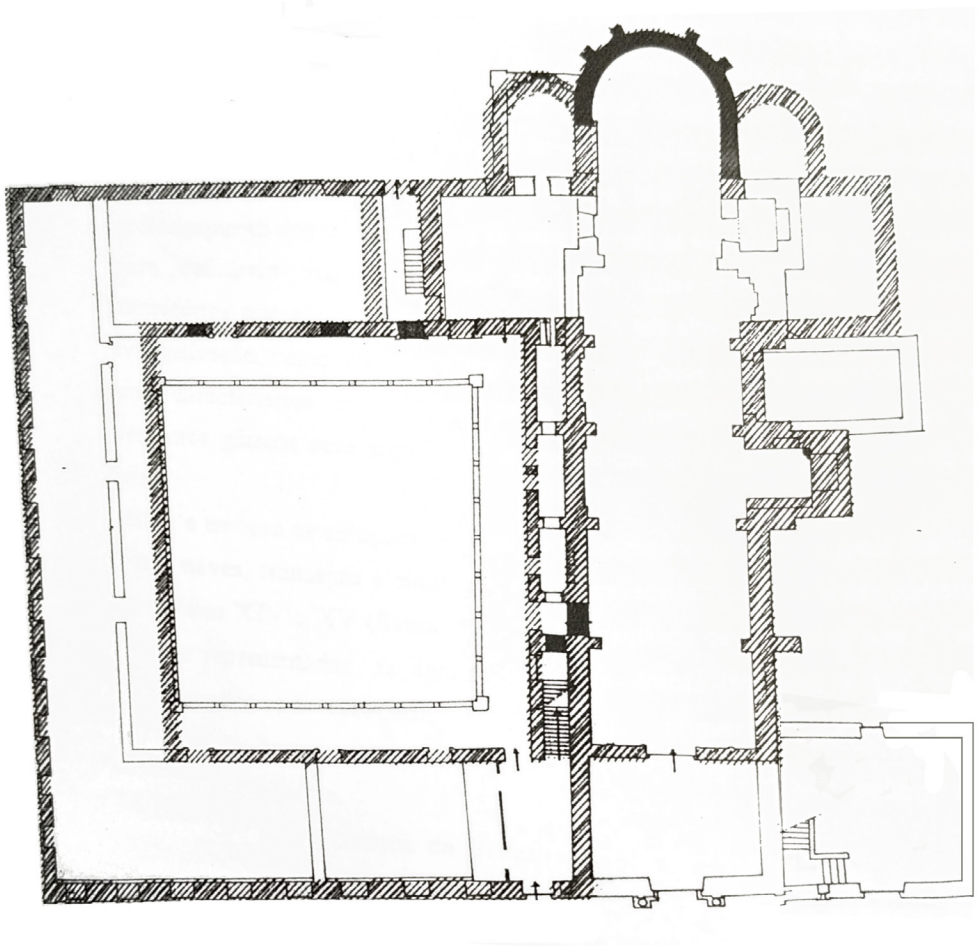


Figura 158 - Planimetria medieval do complexo franciscano brigantino sugerida por Rui Tavares.
A negro assinalam-se os elementos medievais; a tracejado marca-se a planimetria medieval sugerida por Rui Tavares

resultante das escavações na zona A descarta a possibilidade de a cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança ter tido uma absidíola a sul; o documento refere que "não restam vestígios da existência de uma absidíola" . A juntar à ausência de achados arqueológicos, o relatório vinca que a topografia do terreno e o declive da rocha matriz tornaria difícil a implantação de um espaço de absidíolo na zona em questão[43].

A sondagem realizada na sacristia, que compreendia a zona C e E do processo de escavações, tinham como um dos objetivos a averiguação da existência de qualquer vestígio que pudesse validar ou refutar a possibilidade da Igreja ter tido um espaço de transepto semelhante ao que Rui Tavares sugere . Os relatórios resultantes das sondagens procuram fazer uma cronologia das alterações da utilização do espaço e referem que até ao século XV a zona deverá ter sido ocupada por um espaço exterior[44]; excluindo, assim, a possibilidade da planimetria original da Igreja ter sido marcada por um transepto no local sugerido por Rui Tavares. Como entrave à proposta planimétrica de Rui Tavares surge ainda o arco de tijolo encontrado entre a sacristia o púlpito . O referido elemento de tijolo, que deverá datar da Idade Média, fixa a parede em que se encastra e descredibiliza a possibilidade da mesma de se ter aberto para o braço de um transepto.

A potencial (e provável) ausência de um transepto na Igreja de São Francisco de Bragança poderá ser justificada pelo declive do terreno. Nesse sentido, volta a relembrar-se que: as normas de construção da Ordem de São Francisco são flexíveis e indicam que os edifícios franciscanos se deverão adaptar ao terreno; o Convento de São Francisco de Bragança dispõe-se num local com uma topografia acidentada. Face aos dois fatores expostos, julga-se que a pendente acentuada do terreno onde se implanta o Convento de São Francisco de Bragança poderá ter impedido que a respetiva Igreja tenha tido um transepto. Conforme referido em 4.2, a topografia acidentada do local justifica o grande desnível entre o piso térreo das dependências conventuais e a cota de soleira do templo franciscano brigantino.

No ponto do presente estudo volta a vincar-se que, tal como referido em 2.2, o local onde a comunidade franciscana ergue um Convento poderia ser marcado pela presença de estruturas muralhadas anteriores à chegada da Ordem de São Francisco ao núcleo urbano de Bragança. Assim, aceita-se a possibilidade da Igreja de São Francisco de Bragança ser edificada tirando proveito das estruturas bélicas pré-existente[45]; o templo poderia apoiar-se na muralha e ser condicionado pela mesma. Assim, assume-se que a presença da estrutura militar poderá ter impossibilitando a hipótese da Igreja se ter desenvolvido como um edifício marcado pela existência de um transepto.

consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 8.

43 *Relatório das escavações arqueológicas realizadas na Igreja de São Francisco de Bragança entre 1996 e 1997. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0000900010G; Caixa 8.*

44 *Ibidem*.

45 A hipótese da Igreja de São Francisco se apoiar numa estrutura muralhada pré-existente assenta nas representações gráficas quinhentistas que Duarte de Armas faz do templo franciscano. Nos referidos documentos, o autor mencionado ilustra uma estrutura muralhada anexa à Igreja de São Francisco de Bragança. No subcapítulo 2.2, referente à evolução das linhas muralhadas do núcleo fortificado de Bragança, explora-se a possibilidade do referido aparelho bélico representado por Duarte de Armas poder integrar um anel defensivo anterior à atribuição do foral de vila atribuído por D. Sancho I à povoação de Bragança.

A ausência de transepto e de uma cabeceira tripartida poderá ainda ser justificada pelas dinâmicas de poder religioso da região transmontana medieval. Conforme referido em subcapítulos transatos: o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs é a instituição católica mais influente no território de Trás-os-Montes durante a Idade Média (questão abordada em 1.2); Igreja de Santa Maria de Bragança é, durante o período medievo, a cabeça da paroquia do núcleo urbano intramuros (condição referida em 2.3); a Igreja de São João de Bragança é o templo paroquial da paroquia medieval que abrange o povoado brigantino fora de portas de portas. Assim, nas dinâmicas medievais de poder religioso em Trás-os-Montes, o Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs surge no topo da pirâmide hierárquica e as Igrejas de São João e de Santa Maria dispõem-se no segundo patamar da referida hierarquia. Quando os franciscanos chegam a Bragança no século XIII, a pirâmide hierárquica estaria já estabelecida; os frades menores, que assim viriam ocupar um lugar num degrau inferior às instituições religiosas referidas, estariam condicionados pela posição que ocupavam nas dinâmicas de poder religioso. Desse modo, assume-se, a título de exemplo, que não será descabido pensar que a Ordem de São Francisco não poderia ultrapassar ou replicar a monumentalidade cabeceira tripartida do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs.

Ainda assim, face à recorrência do transepto na arquitetura franciscana da antiga Província de Santiago, sugere-se que o estudo planimétrico de Rui Tavares possa voltar a ser contemplada numa futura campanha de trabalhos arqueológicos na Igreja e que, desse modo, se realizem sondas na zona exterior a Sul da Igreja para que se possa aprofundar a questão da eventual existência de um transepto. Nesse sentido importa indicar, com as devidas precauções, que não se invalida por completo a possibilidade de as representações quinhentistas de Duarte de Armas ilustrarem um transepto. As vistas de Leste dos dois códices representam um volume na transição entre a cabeceira e a nave; o referido corpo edificado, que até este momento, por seguir a inclinação do telhado do corpo central, tem sido interpretado como uma capela lateral. Julga-se, contudo, que o volume lateral possa corresponder a um transepto cuja presença fosse pouco assinalada em corte e em alçado

Antes de dar continuidade ao estudo da arquitetura franciscana, importa aproveitar a menção às normas de construção da Ordem de São Francisco para abrir um curto parentese. Nesse sentido, salienta-se que, conforme referido em 2.3, o Convento de São Francisco de Bragança está implantado no enlace de uma via urbana que faz a ligação entre os edifícios religiosos medievais e modernos implantados no núcleo urbano extramuros; o complexo conventual francisco dispõe-se na zona em que o referido eixo tem uma cota mais elevada. A posição de superioridade topográfica do Convento de São Francisco face aos restantes templos brigantino fora de portas poderá, uma vez mais, explicar-se pelas normas de construção dos franciscanos e pelo dever que os mesmos tinham de adaptar os respetivos edifícios ao local onde se implantavam.

Figura 159 – Igreja de São Francisco de Bragança na Vista de Leste do códice de Madrid

Figura 160 – Igreja de São Francisco de Bragança na Vista de Leste do códice de Lisboa

5.3 Igreja representada por Duarte de Armas

Vistas de Leste

O presente capítulo reserva-se à interpretação da Igreja de São Francisco representada nas ilustrações que Duarte de Armas faz do núcleo urbano de Bragança. O interesse do estudo nas referidas representações parte do facto da peça gráfica em questão constituir a imagem mais antiga do edifício franciscano.

Vista de Leste

Nas Vistas de Leste, tanto do Códice de Madrid como no Códice de Lisboa, Duarte de Armas representa a Igreja de São Francisco de Bragança com uma imagem distinta da atual (figura 159 e figura 160). Nas peças quinhentistas, a cabeceira surge ilustrada com uma cércea mais elevada face ao corpo da nave – condição que não se verifica nos dias de hoje. Como discrepância entre a atualidade e a peça quinhentista destaca-se ainda a presença de um elemento murado que ladeia o testeiro do templo franciscano e deverá constituir o arranque da cerca conventual. O muro aparenta arrancar paralelamente ao corpo da Igreja e seguir a referida orientação (Este-Oeste) até ao momento em que quebra no que parece ser um ângulo obtuso. Na imagem atual do complexo franciscano, o lado Norte da cabeceira diferencia-se da representação quinhentista pela ausência da cerca conventual e pela presença da Capela Tumular de Pascoal Frias, edificada no ano de 1620.

No encontro entre a cabeceira e a nave, Duarte de Armas representa um campanário e um volume lateral. Como referido em 3.3, admite-se a possibilidade de a torre sineira procurar estabelecer contacto com os caminhantes que percorriam a via que flanqueia o lado sul do templo franciscano. A Igreja de São Francisco de Bragança era o primeiro grande edifício religioso a ser avistado por quem se aproximava do núcleo vindo de este. Assim, poderá não ser descabido apontar que a condição de *ponto de receção* para os viajantes vindos de nascente estará na origem do campanário representado na vista de Leste de Duarte de Armas. Sendo a Igreja de São Francisco anterior ao concílio de Trento, a cabeceira do templo está orientada a Este e, desse modo, de *costas voltadas* para quem chega a Bragança vindo de Nascente. Assim, poder-se-á pensar que a presença da torre sineira procura colmatar a ausência de diálogo entre o corpo da Igreja de São Francisco e os mencionados viajantes. O campanário permitia que o complexo franciscano fosse avistado a uma maior distância e serviria como um *ponto de receção* mais próprio do que as *costas* da ousia.

A possível localização que a referida torre sineira ocuparia é uma questão sobre a qual Luís Alexandre Rodrigues se debruça. O autor sugere que a atual Capela de São Miguel corresponde à base do volume vertical ilustrado nas representações quinhentistas[1]. Não é possível apurar em que a data a Capela de São Miguel é erguida. A história do volume adossado a sul da abside é uma incógnita, o único documento antigo que se conseguiu encontrar relativamente ao mesmo só

1 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019.

Figura 161 – Igreja de São Francisco de Viveiro

Figura 162 - Igreja de São Francisco de Ourense

Figura 163 - Igreja de São Francisco de Villafranca del Bierzo

Figura 164 - Igreja de São Francisco de Lugo

Figura 165 - Igreja de São Francisco de Bragança na Vista de Oeste do Códice de Lisboa

Figura 166 - Igreja de São Francisco de Bragança na Vista de Oeste do Códice de Madrid

informa que no ano de 1675 o licenciado Belchior Pires era administrador do espaço[2]. Apesar da falta de informação, considera-se que, face à localização da Capela de São Miguel e do campanário quinhentista, a correspondência entre os elementos constitui um raciocínio credível. O volume da Capela de São Miguel localiza-se, à semelhança do campanário representado por Duarte de Armas, na transição entre a nave e a cabeceira.

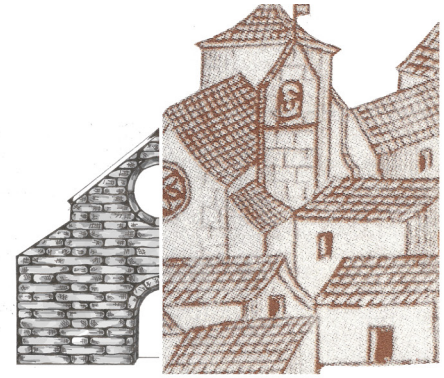
Nas vistas de Oeste destaca-se ainda um par de elementos que, por terem sido explorados em capítulos transatos, não serão alvo de escrutínio no momento presente. Nesse sentido recorda-se que: a questão em torno das frestas representadas no Códice de Madrid e desaparecidas no manuscrito de Lisboa foi abordada em 2:1; a presença de uma estrutura bélica anexa à Igreja de São Francisco de Bragança é uma problemática abordada em 2.2 e 4.1.

Vista de Oeste

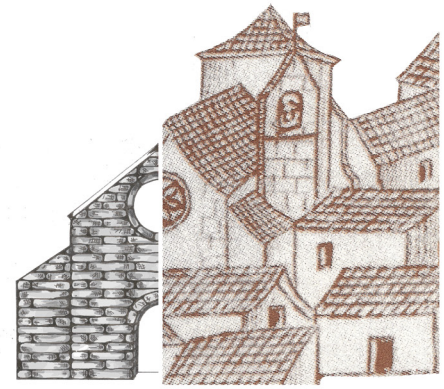
A concordância entre as Vistas de Leste não se estende às Vistas de Oeste. O desenho de Oeste do Códice de Madrid representa o frontispício da Igreja de São Francisco de Bragança como um volume coberto em toda a extensão transversal por uma estrutura telhada de duas águas. O eixo central da fachada é marcado pela presença de um pórtico e de uma rosácea sobre o mesmo. Lateralmente aos vãos mencionados, Duarte de Armas assinala dois elementos verticais simétricos (figura 166). Pelo desenho dos corpos que ladeiam o pórtico, considera-se que os mesmos deverão corresponder a contrafortes. A fachada frontal contrafortada é uma tendência construtiva presente nos edifícios pertencentes à antiga Custódia franciscana de Ourense, região administrativa a que o complexo franciscano de Bragança pertence entre os anos de 1272 e 1330. A esse respeito, podem-se elencar os exemplos das casas de São Francisco de Viveiro (figura 161) , Ourense (figura 162), Villafranca del Bierzo (figura 163) e Lugo (figura 164).

Passando para a Vista de Oeste do Códice de Lisboa, constata-se que Daurte de Armas desenha a Igreja de São Francisco com uma fachada definida pelo escalonamento de três volumes: um central e dois laterais. O corpo central é marcado pela presença de uma rosácea e é encimado por uma cobertura triangular de duas águas; os volumes laterais são simétricos, mais baixos que o edifício central a que se apoiam, e seguem a inclinação da cobertura do mesmo. Uma análise superficial da Vista de Oeste da fortaleza de Bragança pode levar à ideia de que Duarte de Armas representa a Igreja de São Francisco de Bragança como um edifício de corte basilical. Efetivamente, o templo franciscano ilustrado por Duarte de Armas na Vista de Leste do núcleo fortificado brigantino aparenta ter uma imagem semelhante à que atualmente se pode observar na Igreja de São Francisco do Porto e de Santarém. Pedro Dias realça que o desenho dos edifícios mencionados (Igreja de São Francisco de Santarém; Igreja de São Francisco do Porto) é comum à linguagem gótica portuguesa praticada pelas ordens mendicantes:

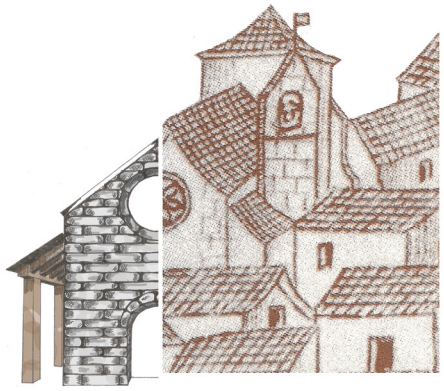
2 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 456-474



Interpretação dos elementos laterais como naves



Interpretação dos elementos laterias como capelas



Interpretação dos elementos laterais como alpendres

Figura 167 – Desenho interpretativo dos elementos laterais representados por Duarte de Armas na Vista de Oeste do Códice de Lisboa

"As fachadas têm (…) um traçado comum, com um corpo central mais elevado e a abertura de uma rosácea sobre o portal"[3]

Ainda que a Igreja de São Francisco de Bragança representada na Vista de Oeste aparente ter uma linguagem comum ao templo franciscano portuense e santareno, descarta-se a possibilidade do edifício representado por Duarte de Armas ter, à semelhança dos templos mencionados, um corte basilical. A rejeição da possibilidade de a Igreja de São Francisco de Bragança ter sido um edifício de corte basilical justifica-se com argumentos que se prendem com: os restantes elementos documentais resultantes do estudo gráfico que Duarte de Armas faz sobre a fortaleza de Bragança; o levantamento dos elementos medievais na Igreja; a conjugação das normas de arquitetura da Ordem de São Francisco com a topografia onde se implanta o conjunto edificado franciscano brigantino.

Relativamente ao estudo gráfico de Duarte de Armas sobre Bragança, importa referir que o aparente corte basilical da Igreja de São Francisco representada na Vista de Leste do Códice de Lisboa não é acompanhado por nenhum outro documento resultante da visita do escudeiro real à cidade brigantina. A Vista de Leste do Códice de Lisboa e os desenhos do manuscrito de Madrid não ilustram o templo franciscano como um edifício de corte basilical. Assim, nas peças documentais mencionadas, a Igreja de São Francisco de Bragança representada por Duarte de Armas é desenhada como um edifício de nave única.

A partir do levantamento dos elementos medievais presentes na Igreja, temática abordada no subcapítulo 5.1, é possível identificar elementos que ancoram as paredes laterais da nave e impossibilitam a hipótese da mesma ter sido ladeada por espaços que lhe fossem semelhantes. A título de exemplo, recorda-se que existe um arcossólio medieval na parede Sul da Igreja; a presença de um espaço tumular medievo na parede do lado do Evangelho descredibiliza a hipótese da Igreja de São Francisco representada na Vista de Oeste do Códice de Lisboa poder ser um edifício de corte basilical.

Neste ponto, importa voltar a convocar a relação entre as normas de arquitetura da Ordem de São Francisco e os terrenos onde se implantam os conventos franciscanos. Nesse sentido, apesar do também existirem igrejas de três naves na arquitetura franciscana, recorda-se que, segundo as normas construtivas da Ordem de São Francisco, os franciscanos não tinham a obrigação de seguir qualquer tipologia arquitetónica. Os frades menores deviam adaptar os edifícios ao terreno. Assim, a existência de três naves nas Igrejas de São Francisco Bragança é praticamente impossibilitada pela topografia acidentada do terreno onde o templo se implanta.

Descartada, assim, a possibilidade dos elementos laterias da Igreja de São Francisco de Bragança representada na Vista de Oeste do Códice de Lisboa poderem corresponder a naves, procede-se, ao longo do presente subcapítulo, à tentativa de leitura dos corpos que flanqueiam o corpo central do tempo franciscano representado por Duarte de Armas no manuscrito guardado na Torre do Tombo. Nesse sentido, aceita-se que os corpos laterais possam corresponder a: alpendres, contrafortes, capelas colaterais (figura 167).

3 DIAS; Pedro; A Arquitetura Gótica Portuguesa; Editorial Estampa; 1ª Edição; Lisboa; 1997; Pg. 77.

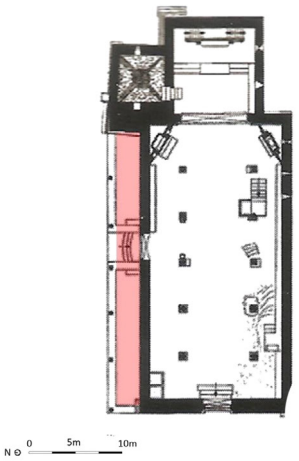
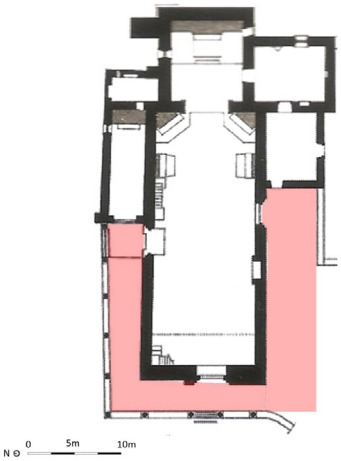


Figura 168 - Ermida de Nossa Senhora da Ribeira



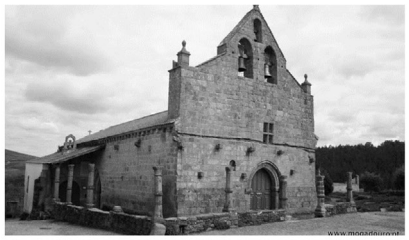
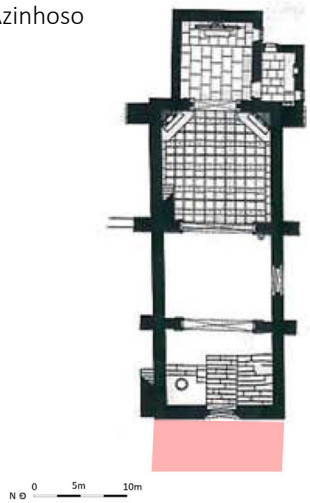


Figura 169 - Igreja de Santa Maria de Azinhoso



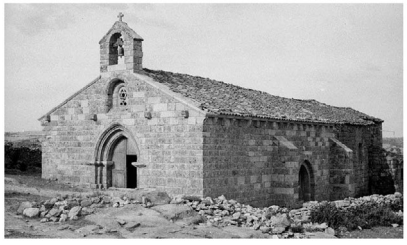


Figura 170 - Igreja de Santo André de Algosinho

A hipótese que explora a possibilidade de os corpos enigmáticos poderem corresponder a alpendres laterais é sustentada pela importância que a Ordem de São Francisco atribuía à prestação de auxílio de peregrinos que rumavam até Santiago de Compostela, e pela recorrência com que os espaços de alpendre surgem nos edifícios religiosos medievais implantados no território do Nordeste português. No que ao segundo ponto diz respeito, importa citar o que Marta Oliveira e José Ferrão Afonso escrevem sobre o alpendre da Ermida de Nossa Senhora da Ribeira (localizada a cerca de 20 km de Bragança):

"Retemos a forma aberta do alpendre que desenha a hospitalidade do lugar, como é costume em inúmeras povoações da região bragançana e mirandesa e de terras samoranas agrestes de Sayago, Aliste e Sanabria, estações do caminho de Santiago" [4]

Formando conjunto com a Ermida da Nossa Senhora da Ribeira (figura 168) , contam-se em Trás-os-Montes mais uma série de edifícios religiosos marcados pela presença de um espaço de alpendre medieval. A título de exemplo mencionam-se: Igreja de Santa Maria de Azinhoso (a cerca de 70 km de Bragança); Igreja de Santo André de Algosinho (a cerca de 80 km de Bragança).

Na Ermida de Nossa Senhora da Ribeira o espaço exterior coberto estende-se em todo o flanco Norte do templo e abre-se para a paisagem serrana; *"o alpendre forma parte da igreja; acolhe viajantes e peregrinos, e abriga de ventos, chuva e sol. A exposição a norte conserva o espaço temperado, constante na variação extrema das estações do ano"*[5]. Na Igreja de Azinhoso (figura 169), apesar da única entrada lateral se situar a Norte da nave, o alpendre flanqueia o edifício a Norte, a Sul e a Poente. Segundo António Rodrigues Mourinho, autor de um estudo sobre os edifícios religiosos implantados na região da diocese de Bragança-Miranda, a extensão do espaço exterior coberto era justificada pela elevada afluência que teriam as romarias em honra de Santa Maria[6] . O longo alpendre da Igreja de Azinhoso, atualmente desaparecido, é definido pela presença de estruturas colunárias que serviriam de suporte à antiga cobertura. Na Igreja de Santo André de Algosinho (figura 170) o espaço de alpendre seria ligeiramente diferente aos anteriormente mencionados e não surgiria associado a um acesso lateral. O espaço vestibular do edifício implantado em Algosinho estaria associado ao pórtico rasgado no frontispício do templo e dispunha-se, desse modo, no alinhamento do eixo longitudinal da nave.

António Rodrigues Mourinho realça a recorrência do alpendre na arquitetura religiosa regional e arrisca atribuir uma utilização ao mesmo: *"Como muitas das outras Igrejas desta zona que já apontamos e apontaremos a seguir, a igreja de Ifanes tem também o seu átrio de entrada antes da porta lateral do lado sul (construído já após o período medieval e, por isso, excluído dos exemplos mencionados) (…) Já encontramos este átrio em mais igrejas desta região. (…) O átrio é geralmente coberto de madeira e tem bancos de pedra em toda a volta o que nos leva a crer que seriam as*

4 AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta; Igrejas colunárias com tectos de madeira; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 96-107.
5 *Ibidem.*
6 MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Camara Municipal de Miranda do Douro; Sendim; 1995; Pg. 190-196.

reuniões dos homens de acordo ou governaça da povoação e mais os juízes da igreja e do povo"[7].

Não descartando a utilização dos espaços vestibulares exteriores como local de assembleia, acredita-se que a possível existência de alpendres na Igreja de São Francisco de Bragança faz mais sentido associada à missão de auxílio de peregrinos e viajantes. Dentro dos caminhantes que chegavam à Igreja de São Francisco de Bragança, o presente trabalho destaca os fiéis que atravessavam os caminhos de Santiago. A relação entre a casa franciscana brigantina e as vias de peregrinação é um tema abordado no subcapítulo 1.1. Na secção textual referida dá-se nota da estreita ligação entre os caminhos de Santiago de Compostela e o local de implantação das casas de São Francisco da Custódia de Ourense (região administrativa franciscana a que o complexo de Bragança pertence entre 1272 e 1330). No texto em questão dá-se ainda a indicação de que, segundo Duarte Trancoso e Belarmino Afonso, o espaço de átrio que antecede a entrada na Igreja de São Francisco de Bragança seria usado como zona de acolhimento para caminhantes . Ainda a título de exemplo de um templo mendicante medieval com uma entrada alpendredada na região geográfica em questão refere-se a Igreja de São Domingos de Pontevedra (anexo 27).

Como referido, assume-se igualmente a hipótese de os elementos laterais presentes nas representações quinhentistas poderem ser interpretados como contrafortes bojudos ou como dependências da Igreja laterais à nave. A possibilidade de os corpos laterais corresponderem a contrafortes parte do princípio que Duarte de Armas representa um edifício apoiada num sistema estrutural dissonante do atual - hipótese pouco provável. A interpretação dos volumes laterais como capelas/dependências da Igreja admite que a disposição espacial do templo franciscano brigantino seria semelhante à que se verifica nos edifícios da Ordem implantados em Ourense e Lugo. Nas Igrejas referidas, que numa fase inicial da difusão dos franciscanos fizeram parte da Custódia a que Bragança pertencia, as naves são ladeadas por Capelas e por dependências próprias ao funcionamento da Igreja.

Nos desenhos de Duarte de Armas do Códice de Lisboa salienta-se a ausência da representação de um pórtico. A não ilustração do ponto de acesso ao interior da Igreja deve ser originada pela obstrução no campo de visão de autor e não pela ausência real de um pórtico frontal. A não existência de um pórtico alinhado com eixo longitudinal da nave é uma tendência arquitetónica comum a templos de clarissas, mas pouco habitual nos edifícios franciscanos. Casos como o de São Francisco do Monte e de São Francisco Alenquer são exemplos raros dentro da arquitetura da Ordem. Além disso, o pórtico é representado nas vistas conservadas no Códice de Espanha; não se acredita que o vão possa ter sido entaipado no eventual intervalo entre a realização do manuscrito de Madrid e a produção do documento guardado na Torre do Tombo.

7 *Idem*; Pg. 163-167.

5.3 Período Moderno

Nota Prévia

A Igreja de São Francisco atravessa um extenso processo de *metamorfose* ao longo da Idade Moderna. O edifício é alvo de sucessivas empreitadas, relativamente independentes entre si, que *retiram* o templo do período medieval e o aproximam, de uma forma paulatina, da imagem moderna que hoje conserva. Uma vez que o processo de *modernização* é longo e fragmentado, o capítulo que aborda as múltiplas intervenções modernas é igualmente dividido em vários pontos/tópicos: num primeiro subsubcapítulo abordam-se as empreitadas pontuais que ocorrem desde o início da Idade Moderna até meados do século XVII; num segundo subsubcapítulo explora-se a grande campanha de reformas que na transição de seiscentos para setecentos terá alterado a imagem da Igreja de São Francisco de Bragança.

Figura 171 – Fachada exterior da Igreja de São Francisco de Bragança. A Capela Tumular de Pascoal de Frias é o volume situado à direita da abside da capela-mor

5.3.1 Reformas Pontuais: Capela Tumular de Pascoal Frias; Substituição do Frontispício; Capela da Ordem Terceira

O presente subcapítulo aborda as intervenções pontuais no corpo da Igreja desde o início da idade moderna até 1635. O texto procura fazer um apanhado geral das empreitadas independentes que antecedem a grande campanha de reformas que ocorre presumivelmente na transição entre os séculos XVII e XVIII. Assim, o subcapítulo aborda de uma forma cronológica as seguintes intervenções: edificação da Capela Tumular de Pascoal Frias (1620)[1]; substituição do Frontispício da Igreja (1635)[2];construção da Capela da Ordem Terceira (1635)[3].

Capela Tumular de Pascoal Frias

A Capela Tumular de Pascoal Frias situa-se a sul da cabeceira (figura 171). O edifício foi instaurado a 8 de dezembro de 1620, dia em que se celebrou a primeira festa em honra da santa padroeira da Capela: Nossa Senhora da Conceição[4]. Para a instituição da Capela, Pascoal Frias (Abade de Carrazedo) faz uma série de doações à comunidade franciscana. A juntar aos bens doados, terá ficado estipulado que todos os anos teriam de ser depositados quatro mil reis num cofre situado na Capela. Parte do capital armazenado no referido cofre seria posteriormente utilizado para a renovação do edifício instaurado pelo Abade de Carrazedo[5].

No ano de 1720, Manuel Morais de Faria reclama o título de administrador da Capela Tumular de Pascoal Frias/Capela de Nossa Senhora da Conceição. No processo que viria a confirmar o direito de administração reclamado por Manuel Morais da Faria, procedeu-se à medição da Capela e à inventariação dos bens da mesma. Desse modo, é possível ter uma imagem aproximada do que seria o espaço tumular de Pascoal Frias em princípios do século XVIII:

"confronta de nascente e norte com cerca deste convento, e de sul com a capella mor da igreja, e do poente com a sacristia com as paredes de azullejo com seu carneiro por baixo, e por cima de abobada com suas pinturas, tem de cumprido cinco varas, e dous palmos, e de largura três varas e meia e tem hu retabollo lizo dourado em meio uzo com hu quadro no meio e com mais de roda do dito retabollo catorze quadros todos de Roma, e duas lamenas de Roma da parte da epistolla, e da parte do evangelho tem somente as cazas, e se perderão as lamenas, e tem o altar da dita capella de pedra com azullejo com seu frontal de esvagem verde já uzado, e tem mais a dita capella trinta e cinco quadros de Roma pelas paredes the a cazas donde cahio nu quadro"[6]

A localização indicada por João Gomes da Costa e António Rodrigues, medidores envolvidos no

1 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II; Pg. 245.
2 NOGUEIRO, Maria Emília Pires; A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda; Tese de Doutoramento em História da Arte; Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca; Salamanca; 2015; Pg. 53.
3 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.
4 ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; 1ª Edição; Bragança; Junho de 2000; Tomo II;Pg. 245.
5 *Ibidem.*
6 Titollo de medição, e demarcação da capella, e inventario dos paramentos dela (Documento manuscrito guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) APUD RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 467.

Figura 172 – Elemento de tijolo no alçado tardoz da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 173 – Cunhal da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 174– Vãos e cobertura da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 175 – Retábulo da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 176 – Pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 177 – Pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 178 – Pórtico entre a Capela Tumular de Pascoal Frias e a Sacristia

processo iniciado por Manuel Morais de Faria, não deixa dúvidas em relação à posição que a Capela ocupa no conjunto franciscano. Ladeado a Sul pela cabeceira e a Poente pela Sacristia, é indubitável que o espaço descrito no século XVIII corresponde ao voume que hoje se conhece como Capela Tumular de Pascoal Frias.

João Gomes da Costa e Manuel Morais de Faria expõem as dimensões do espaço, indicam que a Capela teria cinco varas e dois palmos de comprimento, e três varas e meia de largura. Sabendo que uma vara corresponde a 110 cm, e um palmo a 22 cm, o espaço descrito no século XVIII tem o comprimento de 594 cm e a largura de 385 cm. As medidas apontadas por Gomes da Costa e Morais de Faria não correspondem em absoluto às dimensões atuais da Capela Tumular: a largura, que varia entre os 385 cm e 397 cm, mantem-se próxima do valor exposto na medição de 1720 (385 cm); o comprimento, que se aproxima dos 520cm, tem uma medida mais curta que a indicada na medição realizada por iniciativa de Morais de Faria (594 cm).

A descrição setecentistas da Capela permite perceber que o ornamento da mesma seria mais rico do que o que atualmente se observa. As silhas de azulejo, os "*quadros de Roma"*, são elementos que já não se encontram presentes no espaço instituído por Pascoal de Frias. Possivelmente desaparecidos após a extinção das ordens religiosas em 1834.

O retábulo da Capela Tumular de Pascoal Frias *"obedece ao esquema do maneirismo"*[7] (figura 175). A composição estende-se em quase toda a extensão do pé-direito da Capela e assume, desse modo, uma *"acentuada verticalidade"* que confere à talha um "*cunho anticlássico"*[8]. O retábulo é liso e divide-se numa malha que se assemelha ao "desenho da estrutura de uma fachada ou de um pórtico monumentalizado"[9]; os painéis da referida quadrícula são ornamentados pela representação de objetos relacionados com a cena bíblica da Paixão de Cristo. O local onde se disporia o painel central da composição está vazio, a talha abre para um nicho cravado na parede onde se presta culto à imagem de Cristo crucificado. O topo da máquina retabular também é marcado pela temática da paixão de cristo, o painel do topo é assinalado pela figura das três cruzes erguidas no cume da colina de Gólgota. Apesar da técnica utilizada nas pinturas da talha ser pouco erudita, Luís Alexandre Rodrigues, autor de um extenso estudo sobre as manifestações artísticas presentes em Bragança, ressalva que não se poderá ignorar a possibilidade de a obra original manifestar uma imagem menos vernacular. Nas palavras do próprio:

"Apesar de tudo, as referências às limitações dos recursos técnicos e artisticos devem ser entendidas com algum cuidado, porque o desconhecimento da obra quando estava na sua perfeição não pode fazer que tomemos, cegamente, como originais aplicações que correpondem a intervenções posteriores, bem visíveis nos repintesde que são exemplo os marmorados fingidos e os

7 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; Parecer; Centro de História da Universidade do Porto; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

8 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019; Pg. 523-595.

9 *Ibidem.*

motivos florais que se acrescentam nos angulos dos painéis com os símbolos da paixão"[10]

A questão da erudição da técnica da talha é relevante para que se possa explorar a questão da atribuição da autoria do traçado da Capela. Segundo Luís Alexandre Rodrigues, o arquiteto responsável pelo desenho da Capela Tumular de Pascoal Frias poderá ser Teodósio de Frias[11]. Teodósio de Frias (1555-1634) desempenhou as funções de mestre de obras no paço real e foi arquiteto régio de D. Filipe I. Entre as obras em que intervém conta-se a estalagem real de Vendas Novas, o Convento de Nossa Senhora da Penha de França, o retábulo do altar-mor da Igreja de São Vicente de Fora, a remodelação da Igreja de Santos-O-Velho, e a ampliação da Capela de São Sebastião Mouraria[12].

Luís Alexandre justifica possível intervenção de Teodósio de Frias na Capela de Tumular de Pascoal Frias através de dois argumentos: o grau de parentesco entre o arquiteto e o abade sepultado no espaço em questão; as fontes documentais que comprovam a passagem de Teodósio de Frias na região transmontana na primeira metade do século XVII. Pascoal Frias e Teodósio de Frias eram irmãos e filhos de Nicolau de Frias (arquiteto que antecedeu o filho nas funções de mestre de obras do paço real); peças documentais textuais comprovam que Teodósio de Frias se desloca até Miranda do Douro em 1614 com o intuito de avaliar o trabalho realizado no retábulo da Sé de Miranda do Douro. A conhecida viagem do arquiteto ao núcleo urbano mirandês antecede em apenas seis anos a abertura da Capela onde o irmão do mesmo viria a ser sepultado. Luís Alexandre Rodrigues resume a questão nos seguintes moldes:

"a disciplina do desenho leva-nos a pensar que a sua conceção se deve a um espírito familiarizado com a prática construtiva e ao mesmo tempo conhecedor, direta ou indiretamente, do pensamento de Juan de Herrera e também do seu discípulo de Francisco de Mora (…) Os conhecimentos de um e do outro devem ter valido ao arquiteto Teodósio de Frias, que herdou de seu pai, Nicolau de Frias, as funções e os importantes encargos régios relacionados com a arquitetura."; "Sendo irmão do Dr. Pascoal de Frias (…) é muito provável que se deva À sua mão a traça do retábulo e da capela da Imaculada Conceição que este eclesiástico patrocinou na antiga Igreja do Convento de São Francisco, em Bragança"[13]

Ainda que não caiba no âmbito do presente documento, considera-se relevante levantar a possibilidade de realização de um estudo arquitetónico comparativo entre as conhecidas obras de Teodósio de Frias e a Capela Tumular de Pascoal Frias; a investigação teria como objetivo a validação ou a refutação da hipótese de autoria projetual levantada por Luís Alexandre Rodrigues. No âmbito da possível realização do estudo importa salientar que grande parte dos edifícios projetados pelo arquiteto régio encontram-se, na sequência do terramoto de 1755, demolidos ou profundamente alterados. Ainda assim, julga-se que a investigação poderá partir da comparação entre o pórtico da

10 *Ibidem.*
11 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019; Pg. 523-595.
12 FONSECA, Jorge Manuel; Teodósio de Frias e a construção da Estalagem Real de Vendas Novas; Almansor; Volume 3; 2017; Pg. 139-149.
13 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019; 523-595.

Capela Tumular de Pascoal Frias, o arco triunfal da Ermida de São Sebastião da Mouraria e os pórticos presentes no piso térreo do Convento de Nossa Senhora da Penha de França (anexo 28).

Relativamente ao estudo da Capela Tumular de Pascoal Frias, importa mencionar a presença de um elemento de tijolo no alçado tardoz do edifício (figura 168). A referida estrutura de tijolo, que aparenta formar o umbral de um vão, surge num contexto desconhecido. A presença do altar na parede interior correspondente ao alçado em questão impossibilita, em grande parte, a hipótese de o possível vão associado à estrutura de tijolo ter sido aberto no processo de construção da Capela Tumular de Pascoal Frias. Assim, assume-se que a estrutura de tijolo pudesse corresponder a um pórtico rasgado: na parede de espaço anterior à edificação da Capela Tumular de Pascoal Frias; no muro de uma potencial cerca conventual cujo o percurso fosse parcialmente definido pela atual parede Nascente do volume tumular do Abade de Carrazedo.

Frontispício

O processo de substituição do frontispício da Igreja de São Francisco data dos anos 30 do séc. XVII e é relatado por José Cardoso Borges[14] e por Frei Manoel da Esperança[15]. Face à iminente ruína do frontispício, o guardião do Convento de São Francisco de Bragança manifesta a intenção de erguer a nova fachada numa posição recuada em relação à que então existia. O recuo do frontispício teria a finalidade de encurtar a dimensão do templo e, consequentemente, reduzir o volume dos custos de manutenção do mesmo. A pretendida redução da extensão da Igreja não se concretiza, uma vez que a nobreza e os populares se opõem e financiam a empreitada da construção da nova fachada. Face à referida intervenção monetária de terceiros, desconhece-se se o novo frontispício é erguido no local do antigo ou, em sentido completamente oposto às intenções do guardião do Convento, numa posição avançada face à fachada que ameaçava ruína. Frei Manoel da Esperança não é completamente claro em relação à questão em causa, nas palavras do autor:

"Tratando um guardião do Convento de encurtar a Igreja para segurar o frontispício, que tinha arruinado, nunca lhe quis consentir (…) que ficassem de fora dela os ossos dos seus defuntos, e então disseram os cidadãos com um brio generoso, que se a casa de S. Francisco era grande, ainda eles por sua devoção a desejavam ainda maior." [16]

14 BORGES, José Cardoso; Descripsão topografica da Cidade de Bragança; Documento manuscrito; Bragança; Sec. XVIII. https://purl.pt/16736 ; consultado a 29/10/2021 às 15:39.
15 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco ; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 51.
16 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa; 1656; 1ª Parte; Pg. 51.

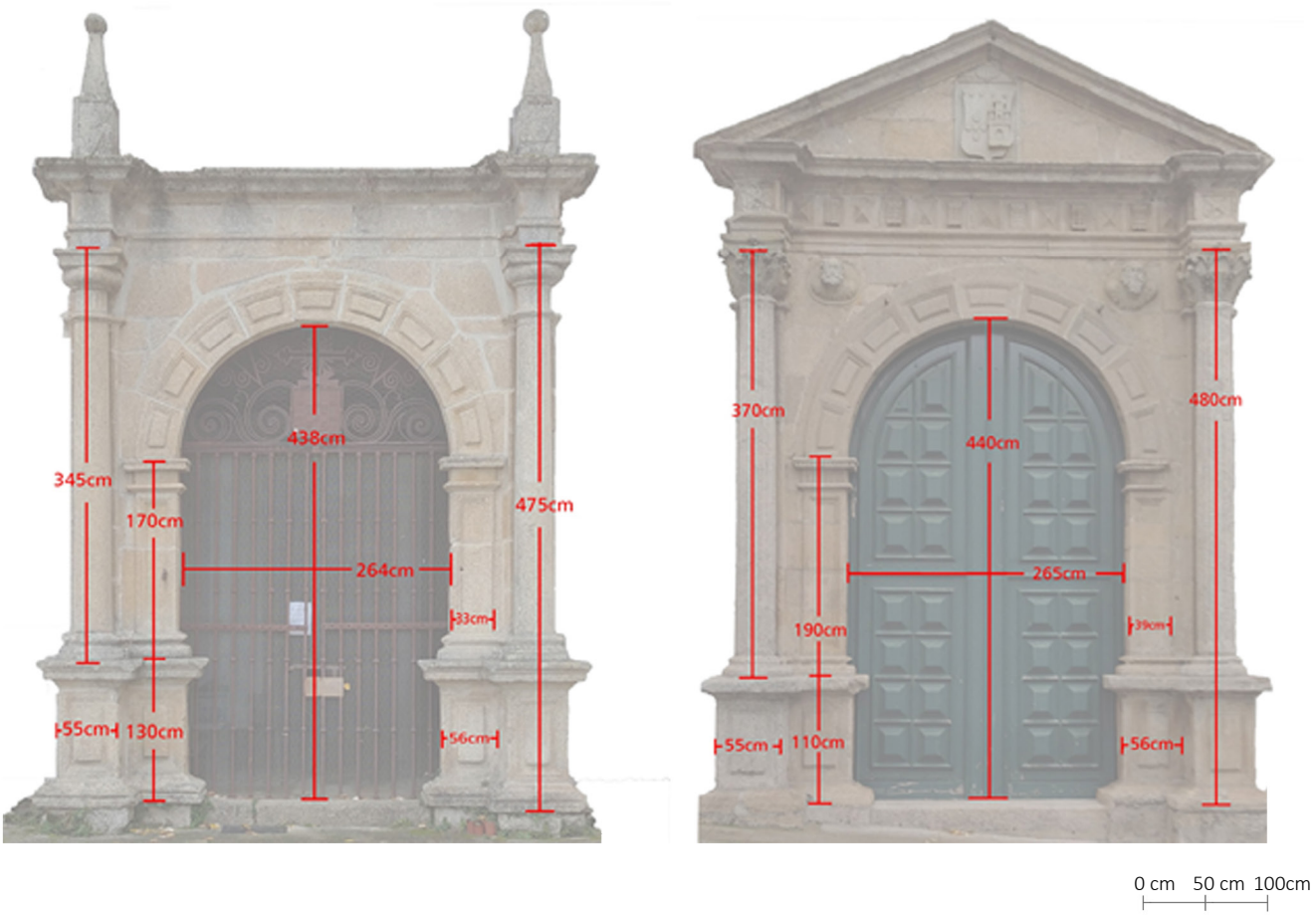


Figura 179 – Comparação entre o pórtico da Igreja de Santa Clara de Bragança (à direita) e o pórtico da Igreja de São Francisco de Bragança (à esquerda).

O único elemento remanescente da fachada seiscentistas (que, conforme exposto, poderá estar implantada num local distinto ao do frontispício que a antecede) trata-se do pórtico de acesso à Igreja . Nas palavras de Maria Emília Nogueiro:

"Sobre o frontispício da igreja é Cardoso Borges que nos informa acerca da data [em que se deu a substituição do mesmo], foi em 1635 que ameaçando ruína o frontispício foi reconstruído "de novo de obra dórica". Chegou até nós o portal maneirista, com colunas dóricas e encimado pelo brasão da ordem franciscana sobre o qual está a coroa real, ilustrando a proteção que a Casa de Bragança havia tomado sobre o convento"[17]

O pórtico seiscentista da Igreja de São Francisco de Bragança é definido por um arco de volta perfeita assente em pilastras. As referidas pilastras são ladeadas por duas colunas de capitel dórico que se estendem até ao entablamento que encerra a composição. As pilastras e as colunas assentam numa linha de envasamento cuja a altura ronda os 110 cm.

Através do contacto direto com a Igreja de São Francisco de Bragança e com os restantes templos católicos implantados no núcleo urbano em questão, denotaram-se uma série de semelhanças de linguagem nos pórticos do edifício franciscano e da Igreja de Santa Clara de Bragança. O edifício de clarissas teve um processo de construção conturbado: os alicerces da Igreja são executados em 1569, mas em 1596 as paredes do templo ainda não estão erguidas. A edificação da Igreja de Santa Clara vai-se arrastando e em 1620 o edifício está ainda por concluir. Na data em questão, a comunidade de freiras queixa-se que as obras se arrastam muito para lá dos prazos que haviam sido estipulados inicialmente. Face aos avanços e recuos no processo de construção da Igreja de Santa Clara de Bragança, julga-se que não será descabido pensar que o pórtico da mesma poderá ser coevo da substituição do frontispício do templo franciscano da mesma cidade.

O pórtico da Igreja de Santa Clara de Bragança é composto por um vão enquadrado por um arco de volta perfeita assente em pilastras ladeadas por colunas. Os elementos colunários têm capiteis compósitos sobre os quais assenta o entablamento. Os elementos verticais da composição, pilastras e colunas, partem de uma linha de emvasamento comum que se ergue a cerca de 130 cm da cota de soleira do edifício. Através da descrição do portal volta-se a vincar: a composição do pórtico da Igreja de Santa Clara partilha uma série de semelhanças com o portal da Igreja de São Francisco. A similaridade entre os pórticos das Igrejas de São Francisco e de Santa Clara de Bragança não se cinge a questões compositivas. Os pontos de acesso aos referidos edifícios partilham entre si uma série de medidas (figura 179).

A possível coevidade, as relações de semelhança compositiva, e as correspondências de medidas e proporções levam a crer ser possível pensar, com as devidas limitações, que o pórtico da Igreja de São Francisco de Bragança poderá ter o mesmo autor que o pórtico da Igreja de Santa Clara de Bragança. Conforme referido, o reconhecimento das semelhanças entre as composições em questão surgiu do contacto direto com os edifícios e carece, assim, de fontes de bibliografia externas ao

17 NOGUEIRO, Maria Emília Pires; A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda; Tese de Doutoramento em História da Arte; Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca; Salamanca; 2015; Pg. 53.

Figura 180 - Capela da Ordem Terceira

Figura 181 - Teto da Capela da Ordem Terceira

trabalho. Em jeito de conclusão, e como ponto de reforço da hipótese apresentada ao longo do presente subsubcapítulo, recorda-se que, tal como mencionado em 1.1, a Ordem de Santa Clara é uma instituição religiosa franciscana (Segunda Ordem de São Francisco). Assim, assumindo que o Convento de São Francisco de Bragança e o Convento de Santa Clara de Bragança eram tutelados por interesses e entidades comuns, torna-se a reiterar que os pórticos de acesso às igrejas dos mencionados complexos conventuais deverão ser produzidas na mesma época e poderão ser obra de um autor comum.

Capela da Ordem Terceira

Na primeira metade do séc. XVII, a Ordem Terceira terá fundado uma cCpela na Igreja de São Francisco de Bragança (figura 180 e figura 181). Na abordagem ao referido espaço o texto divide-se em duas partes: começa-se por caraterizar a Ordem Terceira e a relação da mesma com a Ordem de São Francisco; parte-se posteriormente à exposição da narrativa histórica e arquitetónica da Capela.

A Ordem de Terceira Secular é, de uma forma resumida, a extensão leiga da Ordem de São Francisco. Na publicação *Ordens Religiosas em Portugal das Origens a Trento – Guia Histórico a Ordem Terceira* é descrita nos seguintes moldes:

> *"A Ordem Terceira teve origem na subdivisão dos fiéis em três estados ou ordens, sendo a terceira a dos leigos. No que respeita aos franciscanos foi, pela primeira vez, referida num testamento de 1292, como uma especificação da Ordem dos penitentes. Formada por leigos seculares que, não tendo um lugar na estrutura da Igreja, desejavam viver, de forma mais exigente, a sua vocação cristã e, por isso, se diferenciavam do comum dos fieis, tornou-se uma instituição cada vez mais próxima da ordo continentium ou vida religiosa, em sentido estrito, dividindo-se assim em Secular e Regular."*[18]

Os membros da Ordem Terceira que fundam uma capela na Igreja de São Francisco de Bragança pertencem ao ramo Secular da mesma. A instituição do referido espaço de culto terá ocorrido no ano de 1635. O posicionamento cronológico da fundação da Capela é indicada por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso num artigo que escrevem para a revista Brigantia; os autores apoiam-se num documento de admissão de um «irmão» na Ordem Terceira para levantar a hipótese do edifício datar de 1635:

> *"Em 1635 dedicou esta V.O. a sua magestosa capela, dedicada à Imaculada Conceição da S.S.V. Maria, incorporada no primitivo templo do lado da epístola, na qual se celebram as funções religiosas e sufragais dos seis C.I. falecidos conforme a regra."* [19]

18 SOUSA, Bernardo Vasconcelos (direção); ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016; Pg. 259.
19 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança);

A data proposta por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso é corroborada por Maria Emília Nogueiro, autora de uma tese de doutoramento sobre *A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda* .

A capela da Ordem Terceira é um espaço de culto à imagem da Nossa Senhora da Conceição que se organiza numa planimetria retangular com cerca de 400 por 800 cm. A Capela é caraterizada pelas pinturas na cobertura que, através de jogos perspéticos, alongam a verticalidade do espaço (figura 158). O teto em perspetiva devera ser coetâneo do altar e datar, assim, do último quartel do séc. XVIII; Maria Emília Nogueiro aborda a cronologia do espaço e descreve-o nos seguintes moldes:

"Ainda hoje podemos observar na capela a pintura em perspetiva que adorna o teto em cujo centro está representada a imagem de nossa Senhora da Imaculada Conceição, o retábulo, que expõe sobre o trono a escultura da Imaculada Conceição. Quer a escultura que representa a Imaculada Conceição, quer o retábulo que a expõe, são obras do último quartel do século XVIII. O que denota a continuada transformaçã. o do espaço e da disposição das devoções no seu interior. Possivelmente a alteração da devoção da Imaculada Conceição do lado do evangelho para o lado da epístola terá ocorrido após 1788, quando, por desavenças entre os frades e os irmãos da ordem terceira, os terceiros abandonaram o templo deixando vazia a capela funda do lado da epístola que ocupavam desde 1635" [20]

O teto que, conforme referido, aumenta a verticalidade da Capela da Ordem Terceira/da Nossa Senhora da Conceição, é descrito por Luís Alexandre Rodrigues:

"Os efeitos coloridos e dinâmicos e a surpresa do movimento marcam presença na totalidade do espaço pictórico, onde também as massas coloridas de vistosas grinaldas contribuem para a opulência formal deste espaço. Para se aumentarem os efeitos ilusionistas, alongaram-se os fustes das colunas, de mármores nunca vistos, de modo a que o desenho da perspetiva pudesse realçar a centralidade do tema hagiográfico do painel central, onde se deu visibilidade à tradicional imagem da Senhora, de pé sobre o mundo rodeado pela serpente e a deixar ver o crescente, em vias de ser coroada por dois anjos que se destacaram do grupo que surge do meio das massas das nuvens" [21]

Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.

20 NOGUEIRO, Maria Emília Pires; A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda; Tese de Doutoramento em História da Arte; Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca; Salamanca; 2015; Pg. 58.

21 RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Bragança; Fevereiro de 2019 Pg. 523-595.

5.3.2 Campanha de Reformas Modernas: Alterações na Capela-Mor; Mudanças na Pavimentação; Intervenções na Cobertura.

O presente subcapítulo prende-se, conforme referido, com as profundas reformas que afetam a Igreja de São Francisco num período temporal compreendido entre os séculos XVII e XVIII. Uma vez que não existem documentos de época que apontem datas exatas para a realização das obras, o posicionamento temporal das mesmas apoia-se em: indicações textuais dadas por João Jacob[1] e pela dupla de autores formada por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso[2]; documentos seiscentistas que dão notícia da realização de um extenso peditório (1634-1679) que visa juntar os fundos necessários para combater o estado de ruína da Igreja de São Francisco; em peças documentais que referem a intervenção do poder episcopal para que o templo franciscano fosse requalificado na sequência de um incêndio (1733)[3] e da ruína da cobertura do corpo da Capela-Mor (1746)[4].

Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso indicam o século XVII como a data da *"modificação principal"*[5] que a Igreja de São Francisco de Bragança sofre no período moderno. João Jacob arrisca uma datação mais precisa e indica: *"[A Igreja de São Francisco de Bragança] sofreu várias remodelações ou readaptações, mas a maior foi sem dúvida a efetuada logo na primeira metade do século XVII, bem patente em toda a estrutura da Igreja – ostentando na respeitável fachada, executada segundo o esquema maneirista, a data de 1635 -, obras estas que se terão prolongado até ao final do século XVII."*[6]

Julga-se que a datação proposta por João Jacob para a *"maior"* modificação da Igreja apresenta algumas fragilidades. Apesar do portal do edifício franciscano brigantino ostentar a data de 1635, julga-se que a intervenção no pórtico deverá ser resultado de uma intervenção isolada (relatada por Cardoso Borges e Frei Manoel da Esperança na descrição que os autores fazem do edifício) e que, assim, não será correto associá-la às empreitadas levadas a cabo no corpo da Igreja. Nesse sentido importa: relembrar que o peditório que visava reformar a estrutura da Igreja decorre entre 1634 e 1679; indicar que Frei Manoel da Esperança, autor que tem contacto direto com o objeto de estudo no ano de 1656, não refere textualmente qualquer mudança de fundo no edifício da Igreja. A ausência de uma referência às reformas na crónica de Frei Manoel da Esperança deverá indicar que as mesmas ainda não haviam sido principiadas na data proposta por João Jacob.

Conforme referido, paralelamente à datação apontada pelos autores mencionados, o posicionamento cronológico das obras de reforma da Igreja têm em conta documentos de época que relatam a decorrência de processos de financiamento com o fim de levar a cabo obras no corpo do templo. Assim, e como mencionado anteriormente, salienta-se que entre 1634 e 1679 decorre um processo angariação de fundos que se alastra a toda a área da diocese de Miranda do Douro e que visa combater o estado de ruína da Igreja de São Francisco de Bragança. No âmbito da referida angariação de capital para a empreitada, a câmara de Bragança exclui a comunidade franciscana da

1 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; Lisboa, 1997; Pg. 100.
2 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.
3 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 463-464.
4 Ibidem; Pg. 463-464.
5 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983.
6 JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; Lisboa, 1997; Pg. 100.

obrigação de pagar renda anual e disponibiliza-lhe assistência médica gratuita[7].

O arrastar da angariação de fundos e o potencial atraso no início das obras é uma questão que se poderá prender com o período histórico que o país atravessa entre 1634 e 1679. O intervalo temporal em que o peditório se realiza coincide com o período da restauração da independência, ocorrida em 1640, e com as dificuldades que a Dinastia de Bragança sente até Espanha reconhecer a soberania portuguesa. Em relação ao impacto que a mencionada crise de governação tem na arquitetura, George Kubler, autor de um estudo arquitetónico que aborda Portugal entre 1521 e 1706, escreve:

"Foi lento o recomeço da atividade arquitetónica em Portugal no período que sucedeu à Restauração e início da dinastia de Bragança. A guerra civil entre os partidários Espanhóis e os de D. João IV tornou-se um perigo constante até à morte do monarca em 1656, e a todo o momento se esperavam as medidas de represálias por parte de Espanha ";" Desde as desilusões sentidas quando da Joyeuse Entrée de Lisboa, em 1619, até ao tratado de Lisboa, realizado em 1668, pelo qual Espanha reconhecia Portugal como país independente, decorre meio século de estagnação na arquitetura, marcada pela ausência de um número significativo de trabalhos importantes (…)"[8]

Numa data posterior ao peditório, e conforme referido no capítulo 4.2, as dependências conventuais do complexo franciscano de Bragança são afetadas por um violento incêndio; decorria o ano de 1728[9]. A rápida intervenção da comunidade religiosa e dos populares salva a Igreja e a Sacristia dos efeitos devastadores das chamas. Durante o processo de reconstrução do Convento, os referidos espaços são usados pelos frades como dormitório. Em 1733 há registo de um novo incêndio no complexo de São Francisco de Bragança. Desta feita, a Igreja de São Francisco não é poupada pelas chamas e sofre danos que levam o bispo D. João Sousa Carvalho a financiar uma campanha de obras que renova a Igreja desde a Capela-Mor até ao altar de São Benedito[10]. Em 1746 o poder episcopal de Miranda do Douro volta a intervir financeiramente no templo franciscano de Bragança. No ano mencionado dá-se a ruína da cobertura da ousia da Igreja de São Francisco. A referida intervenção começou no período em que Frei Pedro Silvestre da Conceição era guardião do Convento e prolongou-se para o mandato de Frei João Caetano Salreu. O arrastar do processo de obras justifica-se pela extensão do mesmo, a empreitada não se foca *"só no tecto mas também nas paredes e em todo o interior".*

Face à proximidade temporal entre a realização do peditório e os contratempos setecentistas levam à realização de intervenções na Igreja, aceita-se que as reformas no edifício franciscano possam ser resultado de duas linhas cronológicas: admite-se a possibilidade de se terem efetuado obras na sequência da realização do peditório (1634-1679) e que, na sequência dos danos causados no edificado pela sucessão de calamidades, se tenham realizado novas empreitadas de reconstrução

7 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume 1; Pg. 458-459

8 KUBLER, George; A Arquitetura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706; Edições Vega; 1ª Edição; Lisboa; 1998.

9 SANTA MARIA, Francisco de, ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano; Anno Historico. Notícia abreviada de pessoas grandes, e cousas notáveis de Portugal; Oficina Domingos Gonsalves; Lisboa; 1744; Pg. 131.

10 Espaço atualmente desaparecido, que, segundo a interpretação que se faz do texto de José Cardoso Borges, ficaria no tramo da nave mais próximo da ousia.

e requalificação em meados do século XVIII; assume-se a possibilidade da referida sucessão de contrariedades ter progressivamente impedindo a realização de obras e, consequentemente, ter dificultado a realização de uma única e grande campanha de reformas. Os autores da publicação *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquias de 1758* parecem apontar no sentido da primeira opção mencionada:

"A feição moderna do mosteiro e igreja [de São Francisco de Bragança] será construída no século XVII (entre 1634-1679; pedem então para as obras do convento e igreja) e também com as obras posteriores ao incêndio de 1728 e queda do tecto da capela-mor em 1746." [11] [12]

A dificuldade causada pela ausência de documentos de época relativamente às reformas não se cinge à datação das mesmas. A escassez de documentação dificulta a identificação dos elementos arquitetónicos resultantes da/s referida/s intervenção/ões modernas. Assim, o estudo das reformas da Igreja de São Francisco de Bragança parte de: consulta de fotografias anteriores ao processo de obras do final do século XX; situações de contacto direto com o objeto de estudo. Assim, percorrendo o eixo longitudinal da Igreja de Nascente para Poente, abordam-se as alterações na cabeceira e na nave do templo franciscano.

Na estrutura medieval da Capela-Mor, as alterações mais significativas terão passado pela aplicação de silhas de azulejos nas paredes e pela substituição da estrutura da cobertura (figura 182, figura 183 e figura 184). As modificações na cobertura terão sido consequência da referida ruína de 1746.

Exteriormente, a cobertura é feita por um telhado de duas águas que se reparte ao chegar à semicircunferência que forma a abside contrafortada. No interior, o teto acompanha a inclinação da cobertura telhada e é formado por 49 caixotões retangulares (dispostos numa quadricula formada com 7 caixotões por cada lado) que seguem a direção longitudinal da ousia. O encontro das guias dos caixotões com a parede é rematado por mísulas; os pontos de contato entre as guias longitudinais e transversais são assinalados por chaves ornamentadas com motivos florais. A estrutura de caixotões, que ainda hoje se observa, está *órfã* do altar-mor desmontado e retirado da Igreja na campanha de obras que afetou o edifício na transição do século XX para o século XXI. O lado Nascente da referida composição surge, assim, desamparado pela ausência do elemento retabular que lhe dava continuidade.

Como mencionado, as paredes da Capela-mor eram cobertas por azulejos. As silhas de azulejos formavam um lambril de tonalidades azuis, amarelas e brancas (figura 182 e figura 183). O referido elemento foi retirado das paredes da Ousia na campanha de obras principiada na última década do milénio transato. A existência dos azulejos é conhecida através da consulta de fotografias publicadas em 1983 no artigo sobre a Igreja de São Francisco que Belarmino Afonso e Duarte Moscoso Trancoso

11 BORRALHEIRO, Rogério; CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; OLIVEIRA, Carlos Prada de; As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património; Universidade do Minho; 1ª Edição; Braga; 2007; Pg. 85.

12 Neste ponto aproveita-se a menção às Memórias Paroquiais para referir que a publicação em causa não dá notícia da ruína de qualquer corpo edificado nas paroquias que constituem o núcleo urbano de Bragança: Santa Maria ; São João.

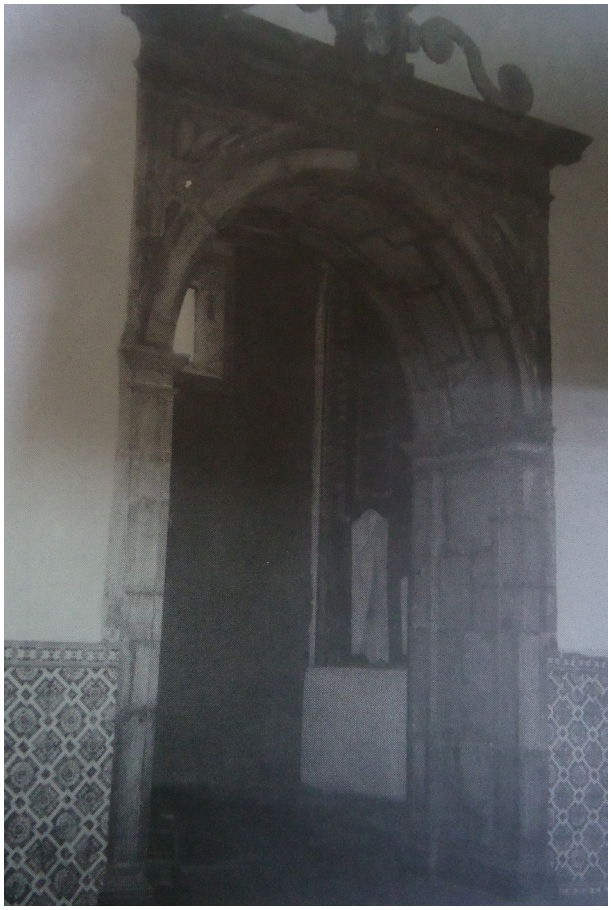


Figura 182 – Azulejos na Capela-Mor da Igreja de São Francisco; Contacto com o pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias

Figura 183 - Azulejos na Capela-Mor da Igreja de São Francisco; Contacto com a pia batismal

Figura 184 – Contacto da cobertura de caixotões com o altar neoclássico

assinam para a revista *Brigantina*. Os autores mencionados referem-se aos azulejos nos seguintes moldes:

"(…) elemento posterior, do século XVII, é a faixa de azulejos que circunda toda a capela-mor e ainda a capela de Nossa Senhora da Conceição [ou da Ordem Terceira]. Da segunda metade do séc. XVII, segundo parece, advinha-se neles, pelas ramagens e ornatos de linha caprichosas, o gosto deste século."[13]

As modificações mais significativas no corpo da nave são definidas por alterações na estrutura da cobertura e por arranjos na pavimentação. As intervenções na cobertura são paralelas à abertura de vãos na zona superior das paredes da nave; a conjugação entre as modificações no encerramento vertical do espaço e a localização dos janelões que se rasgam (presumivelmente) em simultâneo levam a Belarmino Afonso e Duarte Moscoso Trancoso a escrever: *"A modificação principal que o séc. XVII lhe trouxe, processou-se da atual cornija interior para cima"*[14].

Estruturalmente, após as reformas, os contrafortes, que, conforme referido em 5.2.1, deverão datar do período medieval, recebem elementos de granito que formam arcos de diafragma de volta perfeita. A construção de arcos de diafragma terá englobado o processo que, segundo Belarmino Afonso e Duarte Moscoso Trancoso, resulta na substituição de *"um telhado de madeira, em forma de albarda"* por uma cobertura em forma de *"abobada de canhão"*. Os autores não clarificam que fontes documentais ou vestígios arquitetónicos presentes no local lhe servem de base para tecer as referidas considerações relativamente à alteração da cobertura. Ainda que, conforme referido, não seja mencionado por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso, admite-se a possibilidade da suposição relativamente ao *"telhado de madeira"* poder basear-se no contrato de obra relativo aos madeiramentos da Igreja de Santa Clara de Bragança – documento datado de 1590. Segundo a peça documental, os carpinteiros Tomás Pires, Jerónimo Gonçalves e Pedro Gonçalves deveriam executar *"entablamentos, cordões, tirantes, quadrados e remates como estava a igreija de Sam Francisco"*[15]. Em todo o caso, ainda que o documente possa indicar que a cobertura do templo franciscano fosse de madeira, não oferece qualquer informação relativamente ao desenho da mesma. Assim, uma vez mais se reitera que se desconhecem os elementos que levam os autores a assumir que a Igreja fosse encerrada por uma cobertura em *"forma de masseira".* Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso indicam que a nave passa a ser fechada por uma *"abóbada de canhão"*. Ainda que a cobertura observada pelos autores em 1983 correspondesse efetivamente a uma abóbada de canhão, julga-se algo arriscado afirmar taxativamente que o abobadamento imediatamente posterior às intervenções fosse feito por uma estrutura de berço. O arquivo da Ordem Terceira de Bragança dá notícia de

13 AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983; Pg. 121-136.

14 *Ibidem.*

15 Contrato que feza Camará com os carpinteiros deas obras de Santa Clara (Documento manuscrito guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) APUD RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995; Volume I; Pg. 350.

Figura 185 – Estrutura de arcos de diafragma de volta perfeita que suportam a cobertura da Nave. Destaca-se ainda a presença dos janelões retangulares abertos sob a cornija

sucessivas intervenções na cobertura ao longo do século XIX. Assim, não se descarta a possibilidade da *"abóbada de canhão"* observada por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso poder ter sido resultado das intervenções novecentistas e não corresponder, desse modo, a umaconsequência direta das reformas seiscentistas/setecentistas.

Conforme referido anteriormente, num dos níveis superiores da nave rasgam-se vãos com o intuito de iluminar a mesma (figura 185). Os janelões retangulares abrem-se diretamente por cima do eixo central dos espaços laterais que acolhem altares e capelas e são separados dos mesmo por uma cornija contínua – elemento anteriormente mencionado quando se citava Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso. A disposição dos elementos acaba por organizar o desenho dos alçados interiores da nave em três momentos: o nível inferior é reservado aos altares e às aberturas das capelas laterais; o nível intermédio é marcado pela abertura de janelões retangulares; o último estrato é reservado à cobertura. A divisão é evidenciada pela referida cornija contínua que se dispõe entre o primeiro e o segundo nível da composição.

As reformas na nave da Igreja de São Francisco de Bragança terão igualmente levado à atual dinâmica de cotas estabelecida pelos desníveis da pavimentação. A nave está organizada em duas cotas distintas: a cotainferior surge associada ao espaço central da nave; a cota superior ergue-se no enlace dos altares e das capelas laterais. A cota mais baixa estaria destinada a acolher os fiéis presentes para as eucaristias; a mais elevada seria reservada *"às devoções pessoais, às procissões e às promessas"*[16]. Na Igreja de São Francisco de Bragança, o distanciamento entre o espaço central da nave e o nível associado aos altares laterais seria reforçado pela existência de uma cerca. O gradeamento desaparece na sequência das obras de restauro principiadas no final do século XX. A existência do referido elemento é comprovada por fotos anteriores à mencionada empreitada. A cerca em torno do espaço destinado aos fiéis poderia ter uma origem simbólica que procuraria reforçar a posição dos devotos como rebanho de Cristo.

O desnivelamento da pavimentação e a existência de uma cerca é uma opção arquitetónica semelhante à que se observa na Igreja de São Roque de Lisboa. Segundo George Kubler, autor de estudo arquitetónico sobre edifícios portugueses construídos entre 1521 e 1706, o templo implantado na capital terá sido a primeira igreja onde se tenta, através do desnivelamento, criar duas zonas distintas: uma associada à nave, a outra relacionada com os altares e com as capelas laterais [17].

16 KUBLER, George; A Arquitetura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706; Edições Vega; 1ª Edição; Lisboa; 1998.
17 Ibidem.

5.4 Requalificação no Final do Século XX: Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà

Em 1993 surge a ideia de intervencionar paralelamente a Igreja de São Francisco e a Casa da Ordem Terceira de Bragança; a intenção passa por requalificar o primeiro edifício e por adaptar o segundo de modo a estabelecer condições para a criação de um museu de arte-sacra[1]. No mesmo ano, 1993, o projeto arquitetónico de intervenção nos dois volumes mencionados é entregue à sociedade de arquitetos formada por Fátima Fernandes e Michele Cannatà[2]. Com o objetivo de levar a cabo as referidas intenções, encetam-se investigações sobre o edifício franciscano: Rui Tavares realiza um estudo histórico e arquitetónico sobre a evolução da Igreja (1994)[3]; Natália Marinho Ferreira-Alves autoria um parecer relativamente à qualidade e ao estado de conservação dos elementos retabulares presentes no templo (1995) [4]; realizam-se escavações arqueológicas na Igreja (1996)[5].

Em memória descritiva, Fátima Fernandes e Michele Cannatà definem como objetivos da intervenção:

"Recuperar o monumento (…) integrando-o no processo de dinamização do centro histórico da cidade de Bragança. O projeto fundamenta a sua própria filosofia de recuperação na possibilidade de atribuir novas funções compatíveis com o princípio e de respeito pela autenticidade do testemunho acumulado durante toda a vida do edifício"[6]

Na edição nº 32 da revista *Monumentos*, volume que aborda o núcleo urbano de Bragança, Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima escrevem um artigo sobre o processo de requalificação da Igreja e do Convento de São Francisco. Os autores descrevem o método e a abordagem de Fátima Fernandes e Michele Cannatà nos seguintes moldes:

"Genericamente, a actuação de Fátima Fernandes e Michele Cannatà privilegiou uma lógica de restauro, ganhando maior visibilidade nos arranjos do espaço exterior do adro e caraterizando-se por maior descrição no que diz respeito aos demais elementos intervencionados. (…) No plano metodológico, começou-se por privilegiar uma aproximação ao monumento através do levamento arqueológico; prosseguiu-se com a integração de situações inicialmente não previstas, consolidação estrutural e outras intervenções técnicas; finalizando com o restauro do espolio, realização de mobiliário e acabamento dos arranjos exteriores. Externamente foram eliminados acrescentos espúrios; e, no interior da igreja, a recuperação concentrou-se na valorização de elementos preexistentes, designadamente altares, coro, órgão, mobiliário e alfaias litúrgicas."[7]

1 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.
2 *Ibidem.*
3 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.
4 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; Parecer; Centro de História da Universidade do Porto; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.
5 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.
6 CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.
7 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos, nº 32; Instituto

O processo descrito por Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima é interrompido no ano de 2002. A interrupção ter-se-á ficado a dever a um desentendimento entre os arquitetos e a Ordem Terceira de São Francisco. A disputa entre as duas partes é exposta na plataforma digital *Ecclésia* nos seguintes moldes:

"Fátima Fernandes explica que retirou o termo de responsabilidade exigido legalmente, no âmbito do financiamento aprovado, porque "a Ordem Franciscana quis alterar as regras, e as condições para executar os trabalhos desapareceram". A arquiteta acrescenta que não considera os projetos imutáveis, "mas tem de haver o mínimo de qualidade", e um projeto global "não se pode compadecer de dar respostas imediatas". Para Fátima Fernandes, o projeto deveria continuar a executar-se, tal como foi aprovado, ou então a Ordem deveria "pedir as alterações, de forma clara, se houver motivos, por questões económicas". Segundo fonte ligada ao processo, o desentendimento com a arquiteta terá resultado da comunicação da rescisão do contrato de fiscalização, que custaria cerca de 4500 contos, feita pelo dono da obra. A fiscalização passaria a ser feita por uma equipa disponibilizada gratuitamente pela Câmara Municipal de Bragança. A arquiteta terá entendido que esta comunicação não seria só respeitante à fiscalização, mas englobaria a direção técnica de execução da obra e poria em causa a autoria do projeto"[8]

Na sequência do desentendimento entre os arquitetos e a Ordem terceira, o IPPAP, atual DGPC, que iria suportar 50% dos custos da obra, *puxa a alavanca* do financiamento. As partes nunca se entenderam e a disputa deu origem a processos jurídicos. Como resultado, as obras na Igreja de São Francisco de Bragança nunca foram concluídas e ficaram assim por terminar os arranjos do espaço exterior, o restauro de parte das peças retabulares e a conversão da Casa de Ordem Terceira em galeria de arte sacra. Volvidas praticamente duas décadas, a requalificação continua por terminar e a Igreja de São Francisco tem uma utilização inconstante, o templo abre ocasionalmente para o culto nos dias de São Francisco, de Santa Luzia e de Nossa Senhora da Conceição.

Indo de encontro ao que Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima apontam como estratégia de intervenção, as alterações observáveis do projeto interrompido procuram restabelecer a leitura do que se terá considerado como a versão mais *pura* do edifico.

Na cabeceira são retiradas as silhas de azulejos que formavam o lambril e é desmantelado o altar-mor neoclássico. A exclusão da peça retabular pretendia dar maior destaque às pinturas murais que em 1994 são descobertas na parede da abside. A decisão projetual é descrita por Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima no artigo que autoriam na revista *Monumentos*:

"De acordo com o espírito da intervenção, em 1994, a descoberta de uma pintura mural na abside da igreja pelos arquitetos acabaria por determinar um novo curso para o projeto. A

da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169

8 https://agencia.ecclesia.pt/portal/obras-paradas-na-igreja-de-s-francisco-em-braganca/ ; consultado às 10:56 de 17/06/2021.

consequente desmontagem do altar-mor alterou a leitura espacial da nave que se mantinha na memória da população. A decisão em privilegiar o fresco – provavelmente uma realização do século XVI – sacrificando o altar existente, introduziria aqui uma breve polémica, representativa igualmente da dificuldade que as operações de restauro levantam. Consequentemente, cumpriu-se um programa cuidadoso de restauro das pinturas e da estatuária"[9]

Na Capela da Boa Morte, capela lateral situada no lado da Epístola, tomou-se uma opção semelhante (figura 186, figura 187 e figura 188). Parte da peça retabular que então ocupava o espaço foi desmontada para permitir a leitura da edificação medieval. No parecer de Natália Marinho Ferreira-Alves já se havia sugerido algo semelhante: *"o retábulo da Senhora da Boa Morte merece a maior atenção no seu tratamento, já que é um exemplar híbrido nacional/joanino, com acrescentos posteriores. A estrutura arquitetónica por trás do retábulo revela interesse, pelo que deverá ser estudado um processo que possibilite também a sua exposição ao público"*[10]. Ainda assim, não deixa de ser relevante mencionar que a solução de compromisso parece inacabada; a relação entre as partes estabelece-se de forma conflituosa. Poderá tratar-se de uma das decisões projetuais afetadas pela interrupção abrupta da intervenção de requalificação.

Na nave a intervenção pautou-se por alterações ao nível da cobertura e do pavimento. A cobertura encontrada por Fátima Fernandes e Michele Cannatà era constituída por uma estrutura de madeira que formava uma falsa abóbada de berço (figura 185). A referida abóbada era interrompida pela fileira de vãos que se rasga no nível superior da nave e tinha, assim, uma leitura descontínua. A estranheza causada pelo confronto entre os vãos e o abobadamento de canhão poderá ser justificado pelas sucessivas campanhas de obras de requalificação a que a cobertura teve de ser submetida na segunda metade do séc. XIX. Segundo o arquivo da Ordem Terceira, entidade que tutela a Igreja desde a extinção das ordens religiosas em 1834, as obras oitocentistas na cobertura da Igreja principiaram em 1862 (com um restauro que se terá alargado às paredes) e prolongam-se até 1878 (data em que o teto terá sido coberto com uma camada de gesso[11]). Conforme referido, as repetidas intervenções poderão ter levado à materialização de uma cobertura que Fátima Fernandes e Michele Cannatà referem estar *"em evidente contraste com o sistema estrutural"*[12].

A intervenção define uma nova estrutura para o encerramento vertical do espaço (figura 190). Assim, a cobertura da nave passa a ser feita por uma estrutura de gesso cartonado que define uma abóboda de berço que, dado o abatimento do arco que a define, não perturva nem é perturbada pela presença dos vãos que iluminam a Igreja.

9 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.

10 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; Parecer; Centro de História da Universidade do Porto; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

11 RODRIGUES, Luís Alexandre; Igreja do Convento de S. Francisco de Bragança; s/d. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

12 CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Figura 186 - Capela da Senhora da Boa Morte antes da intervenção.

Figura 187 - Capela da Senhora da Boa Morte durante a empreitada.

Figura 188 - Capela da Senhora da Boa Morte após a intervenção.

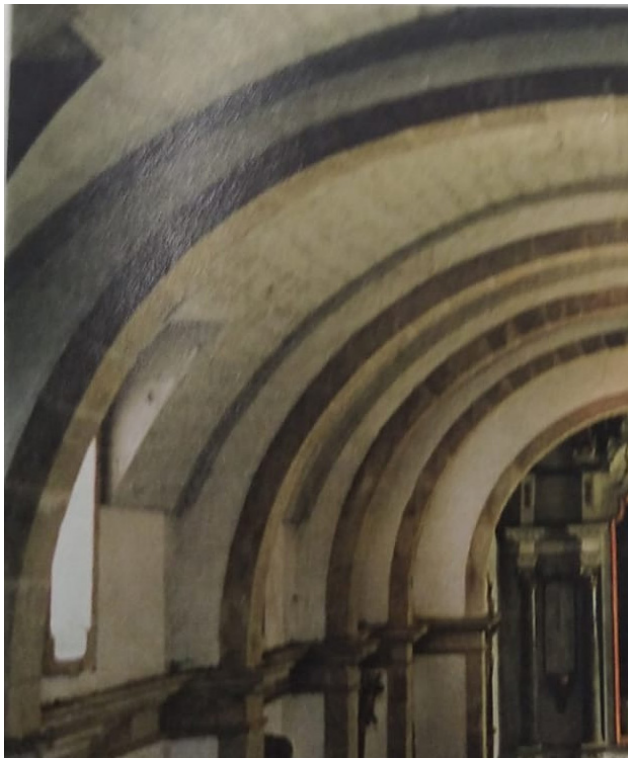


Figura 189 – Abóbada antes da intervenção.

Figura 190 - Abóbada na atualidade.

Antes da intervenção, a pavimentação da nave era feita através de um estrado de madeira (figura 188). Nas palavras dos arquitetos: *"o pavimento interior era constituído por um pobre estrado de madeira em avançado estado de degradação. Quando se removeu foi encontrado um outro em madeira de castanho, colocado diretamente sobre a terra, articulado com uma guia de pedra central"*[13]. O estrado *"colocado diretamente sobre a terra"* estava, segundo a interpretação que se faz dos cortes de Fátima Fernandes e Michele Cannatà, cerca de 13 cm a baixo do *"pobre estrado de madeira"*[14] . Na intervenção optou-se por recuperar a antiga pavimentação do espaço e, assim, a Igreja de São Francisco de Bragança é atualmente lajeada através de uma estrutura de madeira que se apoia numa guia central de pedra. A opção de retomar à antiga altimetria terá permitido reforçar a leitura das plataformas que se elevam no enlace dos altares laterias e que separam os mesmo do espaço central da nave.

Exteriormente, a maior alteração na Igreja de São Francisco de Bragança terá passado pela remoção do volume que acolhia as escadas de acesso ao campanário (figura 193). O desaparecimento do referido corpo da escadaria permite uma melhor leitura do volume da Igreja e leva à construção de um aceso vertical à torre. Assim, Fátima Fernandes e Michele Cannatà projetam uma escada metálica em forma de caracol; a linguagem do referido acesso vertical constitui um dos pouco momentos em que os arquitetos projetam um elemento que vinca a data de realização da intervenção. Fazendo parelha com a escadaria de acesso ao campanário, identifica-se ainda o corrimão de aço associado à plataforma de acesso ao púlpito.

A abordagem que Fátima Fernandes e Michele Cannatà tiveram na requalificação da Igreja é resultado de uma filosofia distinta a que esteve por trás da intervenção de Pedro Karst Guimarães e Guilherme Guimarães nas dependências conventuais (projeto abordado em 4.3). Ana Vaz Milheiro e Ricardo Lima vincam:

> *"No caso do convento, é manifesta a preocupação da equipa Guimarães & Guimarães - Arquitectura e Planeamento, Lda. em assinalar o momento da intervenção, ainda que em cada elemento desenhado se mantenha um certo espírito de reversibilidade, sugerindo o carácter de justaposição do novo sobre o antigo. Quanto à igreja e à Casa do Despacho, a opção de Fátima Fernandes e de Michele Cannatà inscreve-se, como se afirmou antes, numa operação de restauro, onde cabem acções como remover os volumes anexos à fachada ou recuperar os frescos e o mobiliário existente, apesar de alguns elementos novos, pontualmente repostos";" O argumento pela "obra nova", que estabelece um contraste com o existente é, naturalmente, o mais arriscado na perspetiva disciplinar e o que coloca maiores problemas face ao futuro. No caso de uma estrutura consolidada historicamente, a intervenção contemporânea deve prever a sua própria obsolescência. Já a opção pelo restauro reverte, numa abordagem que pela sua delicadeza pode passar quase "despercebida" a um olhar menos atento, ainda que assente em decisões igualmente difíceis.*

13 CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

14 *Ibidem*.

Figura 191 – Cobertura da Nave da Igreja de São Francisco de Bragança durante a intervenção arquitetónica.

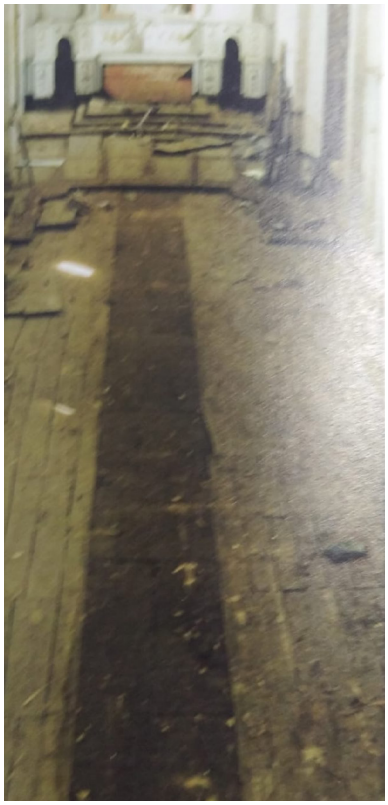


Figura 192 - Pavimento da Nave da Igreja de São Francisco der Bragança durante a intervenção arquitetónica.

Figura 193 – Fachada Norte da Igreja de São Francisco de Bragança antes da intervenção; observa-se o volume que acolhia o acesso vertical ao sino.

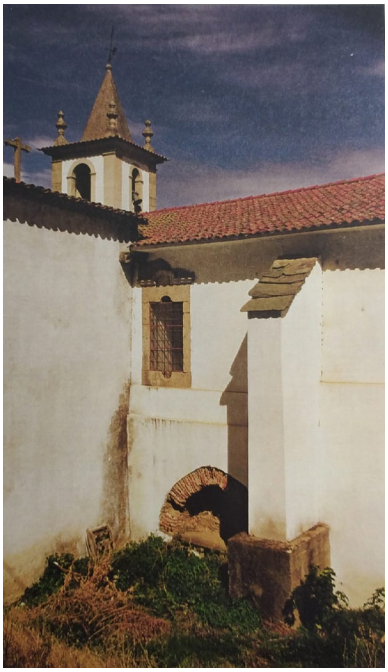


Figura 194 – Fachada Sul da Igreja de São Francisco de Bragança antes da intervenção

Aposta-se aqui, de forma mais consistente, no valor intrínseco do monumento, propondo-se a consolidação dos elementos preexistentes em detrimento de novas inserções. Nesse sentido torna-se uma acção mais reconfortante e que, de algum modo, se remete ao silêncio, deixando o monumento encarregue da sua própria narrativa."[15]

Conforme expresso, o projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà procura estabelecer-se de uma forma pacífica. Ainda assim, na procura da valorização narrativa própria do edifício os arquitetos são obrigados a tomar decisões *"ruidosas"* – é exemplo disso a opção de remover o altar-mor neoclássico de modo a valorizar as pinturas murais em detrimento do mesmo.

Em memória descritiva, Fátima Fernandes e Michele Cannatà resumem o projeto nos seguintes moldes:

"O primeiro objetivo é eliminar as situações de degradação através de obras de restauro e consolidação dos muros, das coberturas e dos pavimentos.

Outro aspeto da intervenção é a recuperação, com autenticidade, dos espaços e dos elementos arquitectónicos originais, em relação à época de construção, eliminando todos os anexos sem qualquer valor histórico ou qualidade arquitectónica, usando materiais tradicionais aplicados com as técnicas e expressões atuais.

A intervenção projetada engloba ainda as seguintes obras: a abertura da abside, eliminando a atual estrutura de Madeira; a eliminação do actual estrado de madeira do pavimento e a consequente recuperação completando as partes que se encontram em terra; e eliminação do teto falso de madeira e reposição de um teto em gesso com acabamento branco; a recuperação de caixilharias e reposição de lastras de ónix nas aberturas da nave, que atualmente se encontram sem qualquer proteção; a recuperação de altares e a reposição de rebocos depois de picados e consolidadas as paredes, devidamente impermeabilizadas; a transformação da antiga Casa do Despacho em Galeria de exposição de Arte Sacra e arranjos Exteriores.

A Igreja, além de ser restituída às atividades litúrgicas, será usada para manifestações culturais diversas em especial para concertos de música Sacra e Clássica."[16]

15 MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011; Pg. 164-169.

16 CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Apontamentos Finais

O quinto capítulo explora as fases de vida da Igreja de São Francisco de Bragança; o estudo da evolução arquitetónica do edifício franciscano vai convocando uma série de temáticas abordadas ao longo de capítulos transatos e reforça a estrutura circular da dissertação.

A abordagem à Igreja de São Francisco de Bragança durante o período medieval (5.1) assenta no estudo da divisão administrativa franciscana levado a cabo em 1.1; o estudo do edifício medievo explora ainda a materialidade do templo franciscano e recupera, assim, a temática debatida em 1.2 que esmiúça a influência do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs na tradição construtiva local. A abordagem à fase de vida medieval da Igreja, que compara o templo brigantino com edifícios franciscanos coetâneos implantados na antiga Província de Santiago de Compostela, confere um carater enigmático à ausência de transepto em São Francisco de Bragança. Assim, uma vez mais se reitera que, de modo a colocar um ponto final na questão da eventual existência de um transepto, eventuais futuras campanhas de arqueologia no espaço da Igreja de São Francisco de Bragança deverão contemplar a zona exterior a Sul do edifício.

O estudo da Igreja de São Francisco de Bragança representado no séc. XVI por Duarte de Armas aborda temáticas que já haviam sido debatidas em 2.1 – subcapítulo que introduz as mencionadas peças quinhentistas na presente dissertação. A possibilidade de existência de contrafortes no frontispício do templo franciscano representado por Duarte de Armas no Códice de Madrid explora as fachadas frontais das igrejas medievais da Custódia de Ourense e recupera, uma vez mais, o estudo levado a cabo em 1.1 e a abordagem que o mesmo faz das regiões administrativas franciscanas. A investigação em torna da Igreja presente nas peças gráficas quinhentistas abre a possibilidade de Duarte de Armas ilustrar alpendres laterias no Códice de Lisboa; a hipótese mencionada lança um curto estudo em torno da recorrência dos espaços exteriores cobertos na arquitetura religiosa medieval da região de Bragança.

A abordagem às intervenções na Igreja durante o período Moderno resulta num subcapítulo (5.4) algo fragmentado – a estrutura do referido subcapítulo ilustra bem que a transição do templo para a modernidade terá sido marcada por intervenções pontuais e não por uma grande campanha de obras que abrangesse todo o conjunto edificado. Para eventuais estudos futuros, o subcapítulo 5.4 deixa indicações: em relação à possibilidade do pórtico da Igreja de São Francisco de Bragança poder partilhar autor com o portal da Igreja de Santa Clara da mesma cidade; em relação à hipótese (levantada por Luís Alexandre Rodrigues) da Capela Tumular de Pascoal Frias ser um projeto do arquiteto Teodósio de Frias (irmão de Pascoal de Frias).Relativamente ao primeiro ponto e as afinidades entre os pórticos, o capítulo 5 convoca, uma vez mais, informação exposta no início da dissertação; nesse sentido, recorda-se a familiaridade entre a Ordem de São Francisco (primeira ordem franciscana) e a Ordem de Santa Clara (segunda ordem franciscana).

O último subcapítulo (5.5) aborda as reformas levadas a cabo na Igreja durante a transição do milénio. As referidas obras foram interrompidas na sequência de um processo judicial e fica, assim, por cumprir a entrada da Igreja numa nova fase de vida; o templo está preso entre a imagem resultante das intervenções modernas e o aspeto que o projeto de Fátima Fernandes e Michele Canatà lhe pretender atribuir. Urge regularizar a situação de modo que a narrativa arquitetónica da Igreja de São Francisco de Bragança possa prosseguir.

Considerações Finais

O texto das considerações finais procura estabelecer o contributo do estudo para o adensamento do estado de conhecimento em torno da Igreja de São Francisco de Bragança. Nesse sentido, procede-se à exposição sintética do interesse, do estudo e das conclusões associadas às temáticas exploradas no corpo da dissertação. Ao longo das considerações finais far-se-á ainda o levantamento de linhas de investigação que, mesmo que surjam de forma consequente ao estudo, não encontrem lugar no presente trabalho para o devido aprofundamento e resultantes conclusões; as referidas linhas de investigação não são esmiuçadas por terem uma natureza distinta à das problemáticas abordadas na dissertação e por fugirem, assim, da esfera de temas que se estudam ao longo da mesma.

Na abordagem à Igreja e ao Convento de São Francisco de Bragança, o estudo explora a relação estabelecida entre o território ibérico e as instituições religiosas que integram o conjunto franciscano brigantino. Na aproximação à região peninsular procede-se ao estudo dos reinos que vão dominando espaço ibérico e faz-se a enumeração das vias, antigas e medievais, que fazem a unificação territorial; na análise às instituições religiosas que tutelam o Convento de São Francisco de Bragança esmiúça-se a evolução das regiões administrativas da Ordem de São Francisco e do Episcopado Católico. A investigação em torno das dinâmicas estabelecidas entre as partes mencionados procura descortinar de que modo as mesmas influenciam a leitura da posição territorial, da implantação urbana e do desenho arquitetónico da Igreja e do Convento de São Francisco de Bragança.

Antes de prosseguir importa destacar um conjunto de documentos decisivos para a construção do estado do conhecimento: as representações que Duarte de Armas faz da fortaleza de Bragança no início do séc. XVI. As peças gráficas constituem a imagem mais antiga do núcleo urbano brigantino e do Convento de São Francisco implantado no mesmo. Os documentos produzidos por Duarte de Armas servem, assim, de base para muitas das temáticas abordadas ao longo da dissertação; - motivo que justifica a existência de um subcapítulo meramente destinado à introdução das peças documentais no estudo.

O estudo da relação entre as vias de unificação territorial e as regiões administrativas do Episcopado Católico e da Ordem de São Francisco resulta na identificação de eixos que poderão ter sido importante para os franciscanos instalados em Bragança: Via XVII do Itinerário Antonino; Caminho Portugues da Via da Prata (estrada de peregrinação que ruma a Santiago de Compostela). A Via XVII do Itinerário Antonino unia o núcleo urbano brigantino à cidade de Braga- cabeça da arquidiocese a que as paroquias de Bragança eram (e são) sufragâneas. O Caminho português da Via da Prata une Bragança a Santiago de Compostela, casa-mãe da Província a que o Convento franciscano brigantino pertence até 1384, a Ourense, cabeça da Custódia que tutela a comunidade de frades bragançanos desde 1272 até 1330, e Zamora, sede da Custódia que integra o edifício franciscano de Bragança.

O Caminho Português da Via da Prata também poderá ter sido importante para os franciscanos pelo interesse que os mesmos teriam de auxiliar e acolher os caminhantes que rumavam a Santiago de Compostela. Nesse sentido, importa mencionar que os conventos franciscanos pertencentes à Custódia de Ourense (na qual o Convento de Bragança se incluí desde 1272 até 1330) surgem todos implantados junto a eixos de peregrinação até Santiago de Compostela. A proximidade entre as comunidades franciscanas do Norte peninsular e as rotas de peregrinação terá dado origem,

segundo Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso, ao átrio que ainda hoje antecede a entrada na nave da Igreja de São Francisco de Bragança. Os autores mencionados, que assinam um artigo sobre templo franciscano brigantino em 1983, indicam que o referido espaço vestibular é substituto de um átrio anterior que teria a mesma função de prestação de auxílio aos peregrinos que seguiam rumo a Santiago de Compostela.

O estudo da evolução dos reinos que dominam a Península Ibérica reflete-se na abordagem à Igreja de São Francisco enquanto parte integrantes do núcleo urbano e fortificado de Bragança. A cidade de Bragança localiza-se no extremo nordeste da raia portuguesa com Espanha, a proximidade entre o núcleo brigantino e a fronteira portuguesa com Espanha coloca o mesmo num ponto estratégico para a defesa bélica de Portugal. A importância militar de Bragança na manutenção da independência do Reino leva, ao longo dos séculos, à origem de vários anéis de defesa em torno da cidade. O estudo da evolução das estruturas defensivas de Bragança revela que o Convento de São Francisco de Bragança estaria: implantada numa posição extramuros face à muralha medieval edificada após a atribuição do foral de vila a Bragança por parte de D. Sancho I e representada no séc. XVI por Duarte de Armas; disposta no interior do cerco muralhado definido pelas linhas defensivas modernas e contemporâneas que se erguem após a realização das peças quinhentistas produzidas pelo escudeiro da casa real.

Relativamente à proximidade entre o Convento de São Francisco e as linhas muralhadas medievais, Frei Manoel da Esperança refere que edifício franciscano se situa num local *"algo assombrado pela soberba do castelo"*[1]. A curta distância entre as linhas defensivas e as Igrejas é uma tendência que carateriza a estratégia de implantação da Ordem de São Francisco desde o final do primeiro quartel do séc. XIII até ao final do período quatrocentista (época em que a difusão da corrente de Regular Observância começa a causar fragmentações dentro da Ordem de São Francisco). Conforme refere Catarina Marado, os franciscanos instalam-se tendencialmente *"perto das muralhas, das portas e das vias principais"*[2]. A atração dos franciscanos pelos locais fora de portas deverá justificar-se pelo interesse dos mesmo em socorrer espiritualmente a população carenciada e marginalizada que então habitava os núcleos extramuros; citando Catarina Marado uma vez mais:

> *"Nesses primeiros tempos [da Ordem de São Francisco], a vontade de estar próximo dos pobres, doentes, forasteiros e socialmente excluídos foi certamente um dos principais motivos de âmbito geral para a fixação dos mendicantes nos espaços suburbanos (…). De facto, era no entorno das cidades que se encontrava a população mais desfavorecida e sem assistência espiritual, à qual os mendicantes terão dirigido inicialmente as suas atividades de pregação (…). Os subúrbios das cidades acolhiam (…) não só os recém-chegados como também os excluídos do interior dos muros. Eram lugares de conectividade, de itinerância e de assistência material e espiritual. Os mendicantes, também eles recém-chegados, encontraram nestes espaços o cenário ideal para praticar os seus ideais de vida religiosa: pobreza, pregação e itinerância"*[3]

1 ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa;1656; 1ª Parte; Pg. 50.
2 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg. 119.
3 MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos

Importa realçar que o Convento de São Francisco surge próximo da Porta da Traição, um dos vãos de acesso que se rasga na muralha primitiva. Face à curta distância entre os elementos, sugere-se que um estudo futuro da reconstituição medieval da morfologia urbana da cidade de Bragança possa contemplar a possibilidade de existência de um caminho direto entre os dois elementos – ligação viária que, se existiu, está hoje desaparecida.

Conforme referido, as linhas muralhadas que se sucedem à edificação do anel defensivo primitivo acabam por desaparecer ao longo dos séculos. A existência das referidas estruturas bélicas é comprovada através de vestígios arqueológicos, de documentos cartográficos e de relatos da época. Através da georreferenciação dos mencionados anéis defensivos na atual morfologia urbana de Bragança, reconhece-se que o Convento de São Francisco de Bragança é abraçado pelas muralhas modernas e contemporâneas e posiciona-se no extremo do recinto definido pelas mesmas. Importa ainda referir que os anéis defensivos se erguem num local próximo do complexo conventual franciscano. O surgimento de linhas defensivas em torno da zona da Igreja de São Francisco poderá ser justificado pela anteriormente mencionada proximidade entre complexo franciscano e a Porta da Traição (ponto de acesso que se rasga na muralha medieval).

O estudo das linhas defensivas de Bragança levanta a possibilidade de Bragança ter sido marcada pela presença de uma linha defensiva pertencente à povoação que existiria no local antes da atribuição do foral de vila; assume-se, a partir das indicações de José Cardoso Borges, que o potencial anel defensivo possa ter sido edificado durante a ocupação muçulmana da Península Ibérica. A hipótese indicada apoia-se: na presença de estruturas muralhadas abandonadas nos desenhos que Duarte de Armas faz da cidade de Bragança no séc. XVI; nos textos que Manuel Simancas escreve sobre as referidas estruturas militares presentes nas mencionadas peças gráficas quinhentistas; nos relatórios resultantes da escavações arqueológicas realizadas diante da Igreja de São Francisco durante 2016/2017 e na indicação que os mesmo dão relativamente à existência de um fosso, que estaria associado a uma construção bélica, no espaço fronteiro ao templo franciscano brigantino. Na possibilidade levantada admite-se a hipótese dos franciscanos terem encostado a Igreja a uma das estruturas bélicas associadas ao potencial anel defensivo atualmente desaparecido; a hipótese indicada apoia-se na presença de um aparelho muralhado anexo à Igreja de São Francisco representada por Duarte de Armas nas vistas de Leste (Códice de Madrid e Códice de Lisboa) da fortaleza de Bragança.

A narrativa do espaço público de São Francisco de Bragança está profundamente ligada ao estudo das linhas defensivas. A título de exemplo convoca-se novamente para o texto a estrutura bélica que estaria associada o fosso desenterrado entre 2016 e 2017 na campanha de escavações arqueológicas realizada diante da Igreja. O referido fosso estaria associado a uma muralha cujo percurso passaria a escassos metros da atual fachada frontal do templo franciscano. A curta distância entre os elementos dá força à possibilidade que Rui Tavares levanta em 1994 num estudo sobre a Igreja de São Francisco de Bragança[4]; o autor sugere que o templo franciscano medieval pudesse ter um frontispício recuado

mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018; Pg. 123.

4 TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-

face ao que hoje se observa. Em 1996 e 1997 realizaram-se sondagens arqueológicas no espaço que antecede a entrada na nave do templo e não se encontraram vestígios que confirmassem ou desmentissem o recuo do frontispício medieval. Ainda assim, face à descoberta recente do fosso e da proximidade do mesmo com a fachada frontal, sugere-se que numa eventual escavação futura a hipótese levantada por Rui Tavares volte a ser considerada.

A investigação em torno da evolução das regiões administrativas da Ordem de São Francisco volta a ser convocada para estudo quando se procede à leitura da Igreja de São Francisco de Bragança durante a Idade Média. Na procura de descortinar a imagem medieval do templo franciscano brigantino procedeu-se à elaboração de um estudo comparativo entre as igrejas da Ordem de São Francisco erguidas na antiga Província de Santiago de Compostela. Recorda-se que, tal como explorado em 1.1, a Província de Santiago de Compostela tutela todos os Conventos implantados no Ocidente peninsular (onde se integra Portugal) até 1384. Nesse sentido, julga-se que a visão global da Província de Santiago não deverá cingir-se ao estudo da Igreja de São Francisco de Bragança; crê-se que a área de influência da mencionada região administrativa deverá ser considerada na abordagem arquitetónica a qualquer uma das igrejas franciscanas implantadas em Portugal até 1384.

Rui Tavares já havia sugerido afinidades arquitetónicas entre a Igreja de São Francisco de Bragança e templos mendicantes instituídos na Galiza[5]; o autor compara a Igreja de São Francisco de Bragança com os edifícios homónimos de Ourense e de Lugo e com o edifício litúrgico que os dominicanos erguem em Tui. Conforme referido, no presente trabalho o estudo comparativo é alargado às remanescentes igreja franciscana ducentista e trecentistas implantadas na região da antiga Província de Santiago.

Na publicação assinada por Rui Tavares estranha-se: a ausência de capelas laterais na cabeceira; a inexistência de um transepto na Igreja de São Francisco de Bragança. Os relatórios resultantes das escavações arqueológicas conduzidas no templo franciscano brigantino entre 1996 e 1997 negam a possibilidade de existência de capelas laterais e manifestam reticencias em relação à hipótese da presença de um transepto. Ainda assim, face à prevalência do transepto na arquitetura franciscana da antiga Província de Santiago, sugere-se que eventualmente se possam realizar escavações arqueológicas na zona exterior Sul da Igreja de modo que se desfaçam dúvidas em relação à possibilidade do templo franciscano medieval se ter organizado numa planta de cruz latina.

Em todo o caso, convém referir que as normas de arquitetura franciscana aprovadas em 1260 não comprometem a Ordem com nenhuma tipologia arquitetónica. As regras de construção dos franciscanos são flexíveis e referem que os edifícios da Ordem deverão adaptar-se ao local onde se implantam. Assim, a ausência de um transepto na Igreja de São Francisco de Bragança poderá ser justificada pelas dificuldades edificatórias causadas pelo declive acentuado do terreno. Admite-se ainda a possibilidade da inexistência de um transepto ser explicada pela possibilidade do templo se ter apoiado a uma estrutura militar (hipótese já exposta no presente texto) que limitaria o desenvolvimento do mesmo.

00010G; Caixa 2.

5 *Ibidem.*

Relativamente ao estudo comparativo levado a cabo no quinto capítulo, importa referir, em jeito de retrospetiva, que se lamenta a escassa informação existente relativamente às igrejas franciscanas, medievais da antiga Custódia de Zamora. Julga-se que a relação de proximidade cultural entre a região zamoriana e o território brigantino (situação que ainda se conserva), conjugada com o fato da Igreja de São Francisco de Bragança ter pertencido à Custódia de Zamora entre 1330 e 1380, poderá ter influenciado a arquitetura do templo franciscano bragançano.

Posteriormente, o estudo da Igreja acompanha a evolução da narrativa arquitetónica do edifício. A abordagem da Igreja no período moderno surge algo fragmentada – organização que reflete a ausência de um grande plano de reforma da Igreja. No espaço das considerações finais aproveita-se para mencionar que o estudo do templo moderno leva à abertura de duas linhas de investigação que constituem, tanto quanto se julga, uma interessante rampa de lançamento para a iniciação de estudos futuros em torno da Igreja de São Francisco de Bragança. Assim, destaca-se o estudo da substituição do frontispício da Igreja de São Francisco de Bragança (1635) e da construção da Capela Tumular de Pascoal Frias (1620). Na abordagem à substituição do frontispício levanta-se a possibilidade de o pórtico do templo franciscano brigantino poder partilhar a autoria com o portal da Igreja de Santa Clara da mesma cidade; no estudo da construção da Capela Tumular de Pascoal Frias aprofunda-se ligeiramente a indicação dada por Luís Alexandre Rodrigues[6] relativamente à possibilidade do edifício poder ser da autoria do arquiteto Teodósio de Frias (irmão de Pascoal de Frias). Sugere-se que um futuro estudo sobre a autoria da Capela Tumular de Pascoal Frias analise comparativamente: o pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias; o arco triunfal da Ermida de São Sebastião da Mouraria; os pórticos presentes no piso térreo do claustro do Convento de Nossa Senhora da Penha de França.

Numa última fase do estudo da Igreja, a dissertação aborda as intervenções mais recentes na Igreja. O projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà pauta-se pela remoção de elementos que se consideram excessivos e procura recuperar a imagem original da Igreja. É no âmbito das obras que se: realizam escavações arqueológicas no templo; redescobrem as pinturas murais tardo mediavas/ modernas na cabeceira da Igreja. As intervenções de requalificação do templo foram interrompidas e que, desse modo, falta entrar em pleno na mais recente fase de vida da Igreja de São Francisco de Bragança.

Em retrospetiva, e em jeito de conclusão, julga-se que será seguro afirmar que as temáticas exploradas e as linhas de investigações abertas ao longo do estudo contribuem de forma direta para o adensamento do estado de conhecimento em torno da Igreja de São Francisco de Bragança. No seguimento da frase transata, crê-se que os grandes contributos gerais da dissertação para uma abordagem futura ao templo franciscano brigantino são: a construção atualizada e aprofundada do estado da arte relativo à Igreja e ao Convento de São Francisco de Bragança; a abertura definitiva da leitura do referido complexo conventual bragançano como parte integrante de complexos organismos políticos, geográficos e religiosos – Ordem de São Francisco, território ibérico, Portugal, região de Trás-os-Montes, cidade de Bragança.

6 RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança: urbanismo e arquitetura na época moderna; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Referências de Bibliografia

Manuscritos

Autor; Título da Obra; Localidade; Data.
(versão digital)

BORGES, José Cardoso; Descripsão topografica da Cidade de Bragança; Bragança; Documento manuscrito; Bragança; Sec. XVIII.
(https://purl.pt/16736)

Publicações antigas impressas

Autor; Título da Obra; Impressora; Localidade; Data.
(versão digital[1])

ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano; SANTA MARIA, Francisco de; Anno Historico. NotÍcia abreviada de pessoas grandes, e cousas notáveis de Portugal; Oficina Domingos Gonsalves; Lisboa; 1744.

BLUTEAU, Raphael; Vocabulario Portuguez e Latino; Colégio das Artes da Companhia de Jesus; Coimbra; 1712.
(https://purl.pt/13969)

CARDOSO, Jorge; Agiologio Lusitano dos santos, e varões ilustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. António, insignes patronos desta cidade de Lisboa e a seu ilustre Cabido Sede Vacante; Officina Craesbeekiana; Lisboa; 1666.
(https://archive.org/details/agiologiolusitan03card_0)

COSTA, António Carvalho da; Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens; Officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade; Lisboa; 1706.
(https://purl.pt/434/4/hg-1065-v/hg-1065-v_item4/hg-1065-v_PDF/hg-1065-v_PDF_24-C-R0150/hg-1065-v_0000_capa-534_t24-C-R0150.pdf)

ESPERANÇA, Frei Manoel da; História Seráfica da Ordem dos frades de S. Francisco; Officina Kraesbeeckiana; Lisboa;1656.
(https://purl.pt/20706/4/)

HARO, Alonso Lopez; Nobiliario Genealogico dos Reys e Titulos de España; Luiz Sanchez Impressor Real; Madrid; 1622.
(https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=13314)

MONFORTE, Frei Manuel de; Chronica da Província da Piedade: primeira Capucha de toda a ordem, e regular observância de nosso seráfico padre S. Francisco; Oficina Miguel Manescal da Costa; Lisboa; 1751.
(https://archive.org/details/chronicadaprovin00manu)

Publicações impressas

Autor; Título da Obra; Editora; Edição; Localidade; Data.
(versão digital[2])

ALARCÃO, Jorge; O Domínio Romano em Portugal; Pg. 96-97; Edições Europa América; 3º Edição; Mem Martins; 1988.

ALVES, Francisco Manuel; Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança; Câmara Municipal de Bragança; Bragança; 1ª Edição; Junho de 2000.

BORRALHEIRO, Rogério; CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; OLIVEIRA, Carlos Prada de; As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património; Universidade do Minho; 1ª Edição; Braga; 2007.
(http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11884/1/BRAGAN%2b%c3%a7A%20Livro%20Mem%20Paroq.pdf)

CASTRO, José de; LOPES, Maria Antónia; A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; 2018.
(https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/17303)

1 Se disponível. Paginas de internet consultadas a 18/10/2021 às 03:18.
2 Se disponível. Paginas de internet consultadas a 18/10/2021 às 03:18.

DIAS; Pedro; A Arquitetura Gótica Portuguesa; Editorial Estampa; 1ª Edição; Lisboa; 1997.

GOFF, Jacques Le; O Nascimento do Purgatório; Editora Vozes; 1ª Edição; Petrópolis, Rio de Janeiro; 2017.

GOFF, Jacques Le; O Apogeu da Cidade Medieval; Livraria Martins Fontes Editora Ltda; 1ª Edição Brasileira; São Paulo, 1992.
(https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3883019/mod_resource/content/1/LE%20GOFF%20jacques-o-apogeu-da-cidade-medieval.pdf)

HERCULANO, Alexandre; História de Portugal, Desde o Início da Monarquia até ao Reinado de D. Afonso III; Bertrand; 3ª Edição; Lisboa; 1863.
(https://books.google.pt/books?id=YKpN4pHsPpsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false)

HIRST, John; Breve História da Europa; Edições D. Quixote; 2º Edição; Alfragide; Maio de 2019.

JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; 1ª Edição; Lisboa, 1997.

KUBLER, George; A Arquitetura Portuguesa Chã, Entre as Especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706; Edições Vega; 1ª Edição; Lisboa; 1998.

LOPO, Albino dos Santos Pereira; Bragança e Benquerença; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 2ª Edição; Lisboa; 1983.

MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; 1ª Edição; Coimbra; 2018.
(https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/arquitetura_conventual_e_cidade_medieval_forma%C3%A7%C3%A3o_e_os_impactos_dos_sistemas_urban%C3%ADsticos)

MATTOSO, José; SOUSA, Arminda de; História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480); Editorial Estampa; 1ª Edição; Lisboa; 1993.

MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Julho de 1995.

REIS, António Matos; História dos Municípios [1050-1383]; Livros Horizonte; Edição digital revista pelo autor; 2015.

ROS, Vicente Garcia;Los Franciscanos y la Arquitectura de San francisco a la exclaustración; Editorial Asís; 1ª Edição; Valência, 2000.

SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; 1ª Edição Madrid; 1910.
(https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=10065384)

Monografias/Dicionários

Diretor; Autores ; Título da Obra; Editora; Edição; Localidade; Data.

COROMINAS; Joan; Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana; Editorial Gredos; 3ª Edição; Madrid; 1973.

SILVA, Joaquim Carvalho da; Dicionário da Língua Portuguesa Medieval; EDUEL ; 2ª Edição; Londrina; 2009.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos; ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor de Oliveira Silva; Ordens Religiosas em Portugal, Das Origens a Trento - Guia Histórico; Livros Horizonte; 3º Edição; Lisboa; Maio de 2016.

Artigos

Autor; Título do Artigo; Título da Publicação; Edição; Editora; Localidade; Data.
(versão digital[3])

AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança);Brigantia; vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983.
AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta; Igrejas colunárias com tectos de madeira; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

3 Se disponível. Paginas de internet consultadas a 18/10/2021 às 03:18.

AFONSO, Luís U.; Donzelas no castelo, Cultura religiosa e secular nos murais de São Francisco de Bragança; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

AFONSO, Luís U. ; Manter a freguesia no século XVI: os frescos de S. Francisco de Bragança e a Virgem Maria; Cadernos na Terra Quente; nº III; Terras Quentes; Macedo de Cavaleiros; 2005.
(https://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/manter_a_frequesia.pdf)

BARROCA; Mário Jorge; O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas - Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid; Genius Loci, Lugares e Significados; Volume II; CITCEM; Porto, 2017.
(https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118882/2/264562.pdf)

BRUZELIUS, Caroline; The Dead Come to Town: Preaching, Burying, and Building in the Mendicant Order; The Year 1300 and the Creation of a new European Architecture; Brepols Publisher; Turnhout (Bélgica); Janeiro de 2008.
(https://www.academia.edu/2453590/The_Dead_Come_to_Town_Preaching_Building_and_Burying)

CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

DIAS, Pedro; Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de Sistematização; Mare Liberum; Volume 8; Comissão Nacional para a Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Dezembro de 1984.
(http://www.cidehusdigital.uevora.pt/ophir-restaurada/mare-liberum/volume-8/arquitectura-mudejar-portuguesa-tentativa-de-sistematizacao?pag=49)

FERNANDES; Paulo Almeida; Castro de Avelãs: o estranho caso de uma igreja de tijolo; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

FONSECA, Jorge Manuel; Teodósio de Frias e a construção da Estalagem Real de Vendas Novas; Volume 3; Almansor 3; 2017.
(https://run.unl.pt/bitstream/10362/42425/1/Teod_sio_de_Frias.pdf)

FORMOSO, Pilar Pérez; TELLO, Prudencio Lezo; Apuntes para la historia del Convento y comunidad de San Francisco de Ourense; Rudesindusmiscelánea de arte e cultura ; Nº 13; Academia Auriense-Mindoniense de San Rosendo; Celanova; 2020

LINO, António; O Convento de S. Francisco Guimarães. O Convento de S. Francisco de Bragança; Brigantia; vol IV, Nº 3; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Julho-Setembro 1984.

MILHEIRO, Ana Vaz, LIMA, Ricardo; São Francisco na actualidade: entre o ruído e o silêncio; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança: urbanismo e arquitetura na época moderna; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

RODRIGUES, Luís Alexandre; Arte e Urbanismo de Bragança na Idade Moderna. Poderes, Crenças, Estéticas; Bragança. Das origens à revolução liberal de 1820; Vol. 1; Município de Bragança; Fevereiro de 2019.

SEPÚLVEDA, Francisco Xavier Gomes de; Breve Notícia Genealógica da Família dos Morais; Pharol Trasmontano; Typ. de D. A. de Sá Vargas, Bragança; 1846.
(http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OPharolTransmontano/N09/N09_master/OPharolTransmontano_N09_Mai1846.pdf)

Trabalhos Académicos

Autor; Título da Obra; Âmbito do Estudo; Instituição de Ensino; Localidade; Data.
(versão digital[4])

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Vias Medievais, Entre Douro e Minho; Dissertação para a Licenciatura em História; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 1968.
(https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002495&set_entry=000001&format=999)

AGUIAR, Raul; ALMEIDA, Igor; MEIRELES, Ângela; MOREIRA, Marcos; SIMÕES, Miguel; VIDIGAL, Madalena; Igreja de Santa Maria do Azinhoso: Um abrigo no percurso entre dois castelos; Trabalho prático da Unidade Curricular da História da Arquitetura Portuguesa; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Março de 2014.

4 Se disponível. Paginas de internet consultadas a 18/10/2021 às 03:18.

ALMEIDA, Mélissa; CARVALHO, Sílvia; LIMA, Anatilde; MONTEIRO, Bruno; PESTANA, Rui; Igreja de Algosinho: Evolução desde Românico Tardio; Trabalho prático da Unidade Curricular da História da Arquitetura Portuguesa; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Maio de 2014.

CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012.
(https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/9991)

OLIVEIRA, Carla Manuela Baptista da Silva; Ordem de São Francisco na Cidade de Guimarães; Mestrado em Património e Turismo; Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho; Braga, 2003.
(https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25303/1/TESE.pdf)

PEREIRA, Ana Cristina; Os Conventos do Porto, Descontinuidades, Transformação e Reutilização; Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Porto; 2007.
(https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64322)

REBELO, Daniela Almeida; Bragança, Transformações Urbanas de uma Cidade; Prova Final de Licenciatura de Arquitetura; Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Coimbra; 2008.
(file:///C:/Users/Rui/AppData/Local/Temp/PROVA%20FINAL%20Daniela%20Rebelo%20parte1.pdf)

RODRIGUES, Luís Alexandre; Bragança no Século XVIII: Urbanismo. Arquitetura; Dissertação de Mestrado em História da Arte; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 1995.
(https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53690)

TEIXEIRA, Vitor Rui; O Maravilhoso no Mundo Franciscano Português na Baixa Idade Média; Mestrado em História Medieval; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto, 1995.
(https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=002476&set_entry=000029&format=999)

Documentos de Arquivo

Autor; Título da Obra; Data; Arquivo e Cota.

CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima; Memória Descritiva e Justificativa; Porto; Junho de 1994; Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; Parecer; Centro de História da Universidade do Porto; Porto; Junho de 1994; Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Relatório das escavações arqueológicas realizadas na Igreja de São Francisco de Bragança entre 1996 e 1997; Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 8.

RODRIGUES, Luís Alexandre; Igreja do Convento de S. Francisco de Bragança; s/d; Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994; Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 2.

Referências de Imagens

Número da Figura – Título da Figura.
Tipo de Figura (ex. fotografia; desenho cartográfico; desenho planimétrico).
Autor da Figura.
Fonte.
Fonte (no caso de terem sido consultadas várias fontes para a produção da figura).

Introdução

Figura 1 – Igreja de São Francisco de Bragança no extremo do núcleo urbano de Bragança (fotografia da primeira metade do séc. XX).
Fotografia.
Autor desconhecido.
Fonte: https://www.facebook.com/groups/1219091778180041

Figura 2 – Vista área do Convento de São Francisco de Bragança na atualidade (perspetiva de Nascente para Poente).
Fotografia.
360Portugal.
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=iikznwCGRBo

Figura 3 – Vista área do Convento de São Francisco de Bragança na atualidade (perspetiva de Noroeste para Sudoeste).
Fotografia.
360Portugal.
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=iikznwCGRBo

Figura 4 - Planta e cortes da Igreja de São Francisco de Bragança.
Desenho planimétrico.
Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

1º Capítulo

Figura 5 - Via XVII na rede viária ibérica formada pelas estradas romanas do Itinerário Antonino e pelos caminhos de peregrinação de Santiago Compostela.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Main Roman Roads in Hispania; 2007; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hispania_roads.svg .
Caminos de Europa; Mapa autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago; https://www.pinterest.pt/pin/55028426677512691/ .

Figura 6 – Caminho português da Via da Prata na rede viária ibérica formada pelas estradas romanas do Itinerário Antonino e pelos caminhos de peregrinação de Santiago Compostela.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Main Roman Roads in Hispania; 2007; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hispania_roads.svg .
Caminos de Europa; Mapa autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago; https://www.pinterest.pt/pin/55028426677512691/ .

Figura 7 - Províncias franciscanas ibéricas e respetivos conventos na transição do séc. XIII para o séc. XIV.
Desenho cartográfico.
Reprodução feita pelo autor da dissertação.
RUCQUOI, Adeline; Expansíon de la Orden Franciscana Hasta 1300; Los Franciscanos en el Reino de Castilla; C.N.R.S. Paris; Pg. 69.

Figura 8 - Relação entre os Conventos da Custódia franciscana de Ourense e os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Main Roman Roads in Hispania; 2007; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hispania_roads.svg (03/08/2021 às 15:56).
Caminos de Europa; Mapa autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago; https://www.pinterest.pt/pin/55028426677512691/ (03/08/2021 às 16:05.
FORMOSO, Pilar Pérez; TELLO, Prudencio Lezo; Apuntes para la historia del Convento y comunidad de San Francisco de Ourense; Rudesindusmiscelánea de arte e cultura ; Nº 13; Academia Auriense-Mindoniense de San Rosendo; Celanova; 2020.;Pg. 286.

Figura 9 - Evolução das regiões administrativas franciscanas no território português.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Main Roman Roads in Hispania; 2007; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hispania_roads.svg (03/08/2021 às 15:56).
Caminos de Europa; Mapa autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago; https://www.pinterest.pt/pin/550284266775126 91/ (03/08/2021 às 16:05.
FORMOSO, Pilar Pérez; TELLO, Prudencio Lezo; Apuntes para la historia del Convento y comunidad de San Francisco de Ourense; Rudesindusmiscelánea de arte e cultura ; Nº 13; Academia Auriense-Mindoniense de San Rosendo; Celanova; 2020.;Pg. 286.

Figura 10 - Vias que atravessavam o território transmontano medieval.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.
ALARCÃO, Jorge; O Domínio Romano em Portugal; Pg. 96-97; Edições Europa América; 3º Edição; Mem Martins; 1988.

Figura 11 - Ligação territorial entre os edifícios que partilham a linguagem arquitetónica com São Salvador de Castro de Avelãs.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Main Roman Roads in Hispania; 2007; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hispania_roads.svg (03/08/2021 às 15:56).
Caminos de Europa; Mapa autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago; https://www.pinterest.pt/pin/550284266775126 91/ (03/08/2021 às 16:05
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; Primeiras Impressões Sobre a Arquitetura Românica Portuguesa; Revista da Faculdade de Letras; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto; 1972.
FERNANDES; Paulo Almeida; Castro de Avelãs: o estranho caso de uma igreja de tijolo; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 12 - Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Peñarandilla.
Fotografia.
Segio Fernandez Bueno.
https://www.google.com/maps/place/Iglesia+de+Nuestra+Se%C3%B1ora+de+La+Asunci%C3%B3n/@40.8825301,-5.3948795,3a,75y/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipNKeBEVCTskZn7UYZnmk_AmlOcmmeuG8HoHydlu!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNKeBEVCTskZn7UYZnmk_AmlOcmmeuG8HoHydlu%3Dw114-h86-k-no!7i4128!8i3096!4m13!1m7!3m6!1s0xd3f409d4d6b6c6f:0xaa7e09c0bf5f466d!2s37820+Pe%C3%B1arandilla,+Salamanca,+Espanha!3b1!8m2!3d40.8839419!4d-5.3933007!3m4!1s0xd3f3f7d45e9e16b:0x38f475adbd97ee9f!8m2!3d40.8825205!4d-5.394943 .

Figura 13 - Igreja de São Martinho de Cuéllar.
Fotografia.
Juan Ryu.
https://www.google.com/maps/place/Iglesia+de+San+Mart%C3%ADn/@41.4009878,-4.3180591,3a,80.6y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipPJINodj64mCft_mBmm_SEAyGrOjDfU4WU_c4j8!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipPJINodj64mCft_mBmm_SEAyGrOjDfU4WU_c4j8%3Dw203-h135-k-no!7i1080!8i720!4m5!3m4!1s0xd46d97f78f66017:0x4a0b7778471294b6!8m2!3d41.4009878!4d-4.3180591 .

Figura 14 - Igreja de Santo Tirso de Sahagún.
Fotografia.
Guia de Ruta Turística.
https://www.google.com/maps/place/Church+of+San+Tirso,+Sahag%C3%BAn/@42.3707071,-5.0323807,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipNKh2KBKCZ4glBheXSlSmPJSjgvCUA6egk2oeB0!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNKh2KBKCZ4glBheXSlSmPJSjgvCUA6egk2oeB0%3Dw152-h86-k-no!7i4000!8i2250!4m5!3m4!1s0xd47ff30bfc23bf3:0xf89e56d398f67ed9!8m2!3d42.370716!4d-5.03238 .

Figura 15 - Igreja de São Lourenço de Sahagún.
Fotografia.
Jorpuro.
https://www.google.com/maps/place/Church+of+San+Lorenzo/@42.3730195,-5.0301932,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipMTGXLuAxuI9k0U8n7LtRlkB8eTfD92pRKA6rL3!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipMTGXLuAxuI9k0U8n7LtRlkB8eTfD92pRKA6rL3%3Dw203-h359-k-no!7i2240!8i3968!4m9!1m2!2m1!1sigreja+de+s%C3%A3o+louren%C3%A7o+de+sahagun!3m5!1s0x0:0x6a627156c5fda4c7!8m2!3d42.3730631!4d-5.0303189!15sCiNpZ3JlamEgZGUgc8OjbyBsb3VyZW7Dp28gZGUgc2FoYWd1bloIliNpZ3JlamEgZGUgc8OjbyBsb3VyZW7Dp28gZGUgc2FoYWd1bpIBD2NhdGhvbGljX2NodXJjaJoBJENoZERTVWhOTUc5blMwVkpRMEZuU1VNd2NHUjZWSGRuUlJBQg .

Figura 16 - Igreja de São Pedro de Dueñas.
Fotografia.
Manuel Aguado Diaz.
https://www.google.com/maps/@42.3317345,-5.0497855,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipMsvTV4bXcFTIbFly9bDoC8g605zgj8p0YKwA5J!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipMsvTV4bXcFTIbFly9bDoC8g605zgj8p0YKwA5J%3Dw203-h152-k-no!7i3264!8i2448 .

Figura 17- Igreja de São Cristóvão de Trabancos.
Fotografia.
Autor desconhecido.
http://estampasdelallanura.blogspot.com/2011/11/san-cristobal-de-trabancos.html .

Figura 18 - Igreja de Santa Maria do Castelo de Madrigal de las Altas Torres.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.turismoavila.com/web/puntos_de_interes/visor/index.php?iid=5b2136854d5a9-16 .

Figura 19 -Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs.
Fotografia.
Rodrigo Ancede.
https://www.google.com/maps/place/Mosteiro+de+Castro+de+Avel%C3%A3s/@41.799022,-6.8045325,3a,81y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipNlcCu-XDvfYrr--5cJy43yqQMa7C-6zzLWDkVM!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNlcCu-XDvfYrr--5cJy43yqQMa7C-6zzLWDkVM%3Dw114-h86-k-no!7i1024!8i768!4m5!3m4!1s0xd3a4962eb111177:0x2203d4136f3089bf!8m2!3d41.799022!4d-6.8045325 .

Figura 20 - Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor da dissertação.

2º Capítulo

Figura 21 - Interpretação de Manuel Simancas das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Oeste do Códice de Madrid.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; Madrid, 1910.

Figura 22 - Interpretação de Manuel Simancas das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Leste do Códice de Madrid.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
SIMANCAS, Manuel; Plazas de Guerra y Castillos Medioevelos de La Frontera de Portugal; Tip. de la Rev. Arch. y Museos; Madrid, 1910.

Figura 23 – Interpretação das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Oeste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 24 - Interpretação das indicações textuais de Duarte de Armas na vista de Leste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 25 - Comparação entre a vista de Oeste do Códice de Madrid e a morfologia atual da cidade de Bragança.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 26 - Comparação entre as representações da vista de Leste códice de Madrid e a morfologia atual da cidade de Bragança.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 27 - Comparação entre a vista de Oeste do Códice de Lisboa e a morfologia atual da cidade de Bragança.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 28 - Comparação entre as representações da vista de Leste códice de Madrid e a morfologia atual da cidade de Bragança.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 29 - Comparação entre as representações das igrejas de São Francisco e de São João nas vistas de Oeste do Códice de Madrid (em cima) e do Códice de Lisboa (em baixo).
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 30 - Comparação entre as representações da Igreja de São Francisco nas vistas de Leste do Códice de Madrid (em cima) e do Códice de Lisboa (em baixo).
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 31 - Vestígios de pintura mural na parede da Capela-Mor da Igreja de São Francisco.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 32 - Vestígios de pintura mural na parede da Capela-Mor da Igreja de São Francisco.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 33 - Vestígios de pintura mural na parede da Capela-Mor da Igreja de São Francisco.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 34- Capela de São Sebastião na Vista de Leste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Duarte de Armas.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 35 - Capela de São Sebastião na atualidade.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 36 - Capela de São Sebastião na atualidade.
Fotografia.
Paula Noé.
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19691

Figura 37 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Vicente de Bragança representada na vista de Oeste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 38 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Vicente de Bragança representada na vista de Oeste do Códice de Madrid.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 39 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Francisco de Bragança representada na vista de Leste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 40 – Estrutura muralhada anexa à Igreja de São Francisco de Bragança representada na vista de Leste do Códice de Madrid.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 41 – Fosso descoberto diante da Igreja de São Francisco de Bragança nas escavações arqueológicas de 2016-2017.
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
Fotografia do autor da dissertação.

Figura 42 – Fosso descoberto diante da Igreja de São Francisco de Bragança nas escavações arqueológicas de 2016-2017.
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
Fotografia do autor da dissertação.

Figura 43 – Possíveis linhas muralhadas medievais na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 44 – Relação do Convento de São Francisco de Alenquer com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.
RAPOSO, Raquel Dang Caçote; Castelo de Alenquer: ensaio sobre a Colecção Hipólito Cabaço; Dissertação de Mestrado em Arqueologia; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa; Lisboa, 2017; Pg. 155.

Figura 45 - Relação do Convento de São Francisco de Guimarães com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.
MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018; Conventos mendicantes fundados em Guimarães e no seu território envolvente, séc. XIII-XV.

Figura 46 - Relação do Convento de São Francisco de Lisboa com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.
MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018; Localização do mosteiro do Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e do convento dos Franciscanos em Lisboa, séc. XIII.

Figura 47 - Relação do Convento de São Francisco de Coimbra com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.
MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018; Conventos mendicantes fundados em Coimbra e no seu território envolvente, séc. XIII-XV.

Figura 48 - Relação do Convento de São Francisco do Porto com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.
MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018; Conventos mendicantes fundados no Porto, séc. XIII-XV.

Figura 49 - Relação do Convento de São Francisco de Leiria com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.
SILVA, Maria Bernardino da; Leiria, Cidade do (Po)Lis: Análise da Estratégia de Revitalização da Frente de Água; Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura; Faculdade de Ciencias e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Coimbra,2010.
MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018.

Figura 50 - Relação do Convento de São Francisco de Bragança com as linhas muralhadas.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
https://mapstyle.withgoogle.com/.

Figura 51 – Linha muralhada quinhentista na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 52 - Planta da Cidade de Bragança; Autor desconhecido; c. 1640.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos; nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 53 -Linha muralhada representada na cartografia Planta da Cidade de Bragança na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).
Planta da Cidade de Bragança; Autor desconhecido; c. 1640.

Figura 54 - Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes; José Monteiro de Carvalho; 1754.
Desenho cartográfico.
José Monteiro Carvalho.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 55 -Linha muralhada representada na cartografia Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).
Planta da Praça de Bragança cituada na Província de Trás-os-Montes; José Monteiro de Carvalho; 1754.

Figura 56 - Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones; Autor desconhecido; 1762.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 57 - Linha muralhada representada na cartografia Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).
Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones; autor desconhecido; 1762.

Figura 58 – Planta de Bragança feita por ordem do Exmo. Sr. George Cary; José Maria Cavanha; 1763.
Desenho cartográfico.
José Maria Cavanha.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 59 - Linha muralhada representada na cartografia Planta de Bragança feita por ordem do Exmo. Sr. George Cary na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).
Planta de Bragança feita por ordem do Exmo. Sr. George Cary; José Maria Cavanha; 1763.

Figura 60 - Planta da Cidade de Bragança e suas dependências; Luís Gomes de Carvalho; 1801.
Desenho cartográfico.
Luís Gomes de Carvalho.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 61 - Linha muralhada representada na cartografia Planta da Cidade de Bragança e suas dependências na morfologia atual de Bragança.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).
Planta da Cidade de Bragança e suas dependências; Luís Gomes de Carvalho; 1801.

Figura 62 - Planta de Bragança; Vasconcellos de Sá; 1840.
Desenho cartográfico.
Vasconcellos de Sá.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 63 -Pontos de interesse para a comunidade franciscana de Bragança no núcleo urbano medieval.
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 64 - Porta da Traição e respetivo percurso na vista de Oeste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 65 - Ligação entre a Porta da Traição e a Rua de São João.
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
Fotografia do autor da dissertação.
CASANOVA; Maria José; Bragança, cidade-fortaleza "setuada no estremo de portugall e Castela"; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 66 - Ligação entre a Porta da Traição e a Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
Fotografia do autor da dissertação.

Figura 67 - Pontos de interesse para a comunidade franciscana de Bragança no núcleo urbano quinhentista.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 68 - Pontos de interesse para a comunidade franciscana de Bragança no núcleo urbano setecentista.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 69 - Percurso entre edifícios religiosos na cartografia Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones (1762) e na morfologia atual.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones; Autor desconhecido; 1762.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 70 - Percurso entre edifícios religiosos na cartografia Planta da Cidade de Bragança e suas dependências (1801) e na morfologia atual.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação.
Planta da Cidade de Bragança e suas dependências; Luís Gomes de Carvalho; 1801.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 71 - Percurso entre edifícios religiosos na cartografia Planta de Bragança (1840) e na morfologia atual.
Desenho cartográfico.
Autor da dissertação:
Planta de Bragança; Vasconcellos de Sá; 1840.
Morfologia urbana atual da cidade de Bragança (desenho cartográfico produzido pelo autor da dissertação com base em documentos cedidos pela Câmara Municipal de Bragança).

Figura 72 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na Vista de Oeste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Duarte de Armas.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 73 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones (1762).
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 74 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na cartografia Planta da Cidade de Bragança e suas dependências (1801).
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 75 - Percurso entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião na cartografia Planta de Bragança (1840).
Desenho de Vasconcellos de Sá
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
CONCEIÇÃO; Margarida Tavares da; Fortificação da fronteira nordeste: a cartografia militar e a praça de Bragança (1640-1840); Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.

Figura 76 – Zona fronteiriça da Capela de São Sebastião em postal novecentista
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.postais-antigos.com/braganca-avenida-sao-sebastiao-braganca.html .

Figura 77 – Zona tardoz da Capela de São Sebastião em postal novecentista
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.postais-antigos.com/braganca-castelo-de-braganca.html .

Figura 78 - Imagem área do percurso entre edifícios religiosos no núcleo urbano atual
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
https://www.youtube.com/watch?v=MMRktoOokEs.

Figura 79 - Vista área de Bragança na primeira metade do séc. XX .
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.facebook.com/groups/1219091778180041 .

Figura 80 – Perfil do atual percurso entre os edifícios religiosos fora de portas.
Desenho planimétrico.
Autor da dissertação.

3º Capítulo

Figura 81 – Vista aérea da relação entre a Igreja de São Francisco e o fosso descoberto nas escavações arqueológicas de 2016-2017.
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
Fotografia cedida por **Inês Pousa**.

Figura 82 – Vista aérea da relação entre a Igreja de São Francisco e o fosso descoberto nas escavações arqueológicas de 2016-2017 (proposta planimétrica de Rui Tavares sobreposta à vista aérea).
Fotomontagem.
Autor da dissertação.
TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994.

Figura 83 – "Espaço de Pregação" na cartografia Planta da Cidade de Bragança (1640).
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Planta da Cidade de Bragança; Autor desconhecido; c. 1640.

Figura 84 – Espaço público na cartografia Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones (1762).
Desenho cartográfico.
Autor desconhecido.
Planta de la Cuidad de Braganza com sus fortificaciones; Autor desconhecido; 1762.

Figura 85 – Espaço de Público na cartografia Planta da Cidade de Bragança e suas dependências (1801).
Desenho cartográfico.
Luís Gomes de Carvalho.
Planta da Cidade de Bragança e suas dependências; Luís Gomes de Carvalho; 1801.

Figura 86 – Espaço Público na Planta de Bragança (1840).
Desenho cartográfico.
Vasconcellos de Sá.
Planta de Bragança; Vasconcellos de Sá; 1840.

Figura 87 - Alçado da Igreja e do Convento de São Francisco representado na Revista Popular de 1850.
Desenho.
Autor desconhecido.
Revista Popular, nº25; 1850; Bragança – O Convento de S. Francisco.

Figura 88 - Grafismo especulativo da distribuição do "espaço de pregação" em 1850.
Desenho.
Autor da dissertação.

Figura 89 – Espaço público em celebração religiosa na primeira metade do séc. XX.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.facebook.com/groups/1219091778180041 .

Figura 90 – Espaço público durante o período de utilização do Convento como Hospital Militar.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.facebook.com/groups/1219091778180041 .

Figura 91 – Espaço público na cartografia de Albino Lopo (1897).
Desenho cartográfico.
Albino Lopo.
LOPO, Albino dos Santos Pereira; Bragança e Benquerença; 2ª ed; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Lisboa; 1983.

Figura 92 - Grafismo especulativo da distribuição do espaço de pregação no século XX.
Desenho.
Autor da dissertação.

Figura 93 – Vista aérea do Convento de São Francisco de Bragança na primeira metade do séc. XX (perspética de Noroeste
para Sudeste. Realça-se a presença do arvores no espaço público.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.facebook.com/groups/1219091778180041 .

Figura 94 – Espaço público no projeto de intervenção da Igreja de São Francisco de Bragança.
Desenho planimétrico.
Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Figura 95- Espaço público no final do séc. XX
Fotografia.
João Jacob.
JACOB, João; Bragança; Editorial Presença; Lisboa, 1997.

Figura 96 – Espaço público durante o processo de obras de arranjos exteriores da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Joaquim Caetano.
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2417 .

Figura 97 – Espaço público após a interrupção do processo de obras de arranjos exteriores da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor desconhecido.

4º Capítulo

Figura 98 – Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia
Autor da dissertação.

Figura 99 – Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia
Autor da dissertação.

Figura 100 -Arca Tumular ao centro da Cripta
Fotografia.
Arqueohoje.
Relatório das escavações arqueológicas realizadas na Igreja de São Francisco de Bragança entre 1996 e 1997. Documento consultado no Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 8.

Figura 101 -Elemento Muralhado nas representações de Duarte de Armas da Vista de Leste do Códice de Lisboa
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 102 - Elemento Muralhado nas representações de Duarte de Armas da Vista de Leste do Códice de Madrid
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 103 -Ermida de Santa Catarina Monsaraz
Fotografia.
Autor desconhecido.
http://arquivo2020.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/visitar/Paginas/ermida-de-santa-catarina.aspx .

Figura 104 -Volume a norte da Igreja de São Francisco representado na Vista de Leste do Códice de Lisboa
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 105 - Volume a norte da Igreja de São Francisco representado na Vista de Leste do Códice de Madrid.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 106 – Localização da Cripta, da Sacristia, e da possível localização da Capela de Santa Catarina na planimetria atual.
Desenho.
Autor da dissertação, com base nas plantas e nos cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Figura 107 – Elemento reto na capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 108 – Elemento reto na capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 109 – Elemento reto na capela-mor da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 110 - Fachada da Igreja da Nossa Senhora do Loreto.
Fotografia.
Paula Noé.
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19694.

Figura 111 - Nave da Igreja da Nossa Senhora do Loreto.
Fotografia.
Paula Noé
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=19694

Figura 112 - Capela da Santo António de Coelhoso.
Fotografia.
Adriano Martins
https://www.google.com/maps/uv?pb=!1s0xd3bc954c95271ff:0x805687deb70e9da0!3m1!7e115!4shttps://lh5.googleusercontent.com/p/AF1QipMEdyeLw2YKFkzC22s4KKrxjM2gX2qFb2aVG1Kf%3Dw213-h160-k-no!5scapela+de+santo+ant%C3%B3nio+de+coelhoso+-+Pesquisa+Google!15zQ2dJZ0FRPT0&imagekey=!1e10!2sAF1QipMEdyeLw2YKFkzC22s4KKrxjM2gX2qFb2aVG1Kf&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi_wsfW5tLzAhWPy4UKHbrJDWYQoip6BAhQEAM

Figura 113 - Espaço ermo de culto a Santo António em Coelhoso .
Fotografia.
Bruno Rocha.
https://www.youtube.com/watch?v=Q3pVNxTTkH0

Figura 114 - Possíveis dependências conventuais representadas por Duarte de Armas no códice de Madrid.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 115 - Possíveis dependências conventuais representadas por Duarte de Armas no Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 116 – Corte transversal do atual claustro do Convento de São Francisco de Bragança.
Desenho planimétrico.
Autor da dissertação, com base nas plantas e nos cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Figura 117 – Corte longitudinal do atual claustro do Convento de São Francisco de Bragança.
Desenho planimétrico.
Autor da dissertação, com base nas plantas e nos cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
Arquivo Municipal de Bragança: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 2.

Figura 118 – Planta do Convento em meados do século XIX.
Desenho planimétrico.
Autor da dissertação.
Planta do Convento de S. Francisco em Bragança: em Outubro de 1850; Guilherme Inácio Basto; 1850.

Figura 119 – Gravura da Casa da Ordem Terceira, do Convento e da Igreja de São Francisco de Bragança em 1850.
Desenho.
Autor desconhecido.
Revista Popular, nº25; 1850; Bragança – O Convento de S. Francisco.

Figura 120 – Alçado do Convento representado por Guilherme Inácio Basto.
Desenho
Guilherme Inácio Basto.
Alçado do edifício do extincto Convento de São Francisco em Bragança e a que fica reduzido pelo novo projecto de um Hospital Militar; Guilherme Inácio Basto; 1854.

Figura 121 – Alçado atual da Casa da Ordem Terceira, do Convento e da Igreja de São Francisco de Bragança.
Desenho.
Autor da dissertação.
Plantas e cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
Alçado do edifício do extincto Convento de São Francisco em Bragança e a que fica reduzido pelo novo projecto de um Hospital Militar; Guilherme Inácio Basto; 1854.

Figura 122 – Projeto de Guilherme de Inácio Basto.
Desenho.
Autor da dissertação.
Projecto de Hospital Militar no extincto Convento de S. Francisco em Bragança; Guilherme Inácio Basto; 1851.

Figura 123 – Claustro do Convento de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Karst Arquitetos.
https://www.karstarquitetos.com/arquivo-distrital-de-braganca

Figura 124 – Corredor do Claustro do Convento de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Karst Arquitetos.
https://www.karstarquitetos.com/arquivo-distrital-de-braganca

Figura 125 – Claustro do Convento de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Karst Arquitetos.
https://www.karstarquitetos.com/arquivo-distrital-de-braganca

Figura 126 – Corredor do Claustro do Convento de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Karst Arquitetos.
https://www.karstarquitetos.com/arquivo-distrital-de-braganca

Figura 127 – Arranjos exteriores do Convento de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Karst Arquitetos.
https://www.karstarquitetos.com/arquivo-distrital-de-braganca

Figura 128 – Arranjos exteriores do Convento de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Karst Arquitetos.
https://www.karstarquitetos.com/arquivo-distrital-de-braganca

5º Capítulo

Figura 129 – Elementos Medievais na planimetria atual da Igreja de São Francisco de Bragança.
Desenho planimétrico.
Autor da dissertação.
Plantas e cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994.

Figura 130 – Pórtico truncado por elemento vertical da estrutura da nave.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 131 – Vestígios de tijolo no pórtico lateral do lado do Evangelho da nave da Igreja de São Francisco.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 132 – Vestígios do arco de tijolo encastrado entre o púlpito e a sacristia.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 133 – Vestígios do arco de tijolo encastrado entre o púlpito e a sacristia.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 134 – Igrejas de ousias retas na região de Trás-os-Montes.
Desenho planimétrico.
Composição do autor da dissertação.
AFONSO, José Ferrão, OLIVEIRA, Marta M. Peters Arriscado de; Igrejas colunárias com tectos de madeira; Revista Monumentos, nº 32; Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; Lisboa; Dezembro de 2011.
Plantas e cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà

Figura 135 – Elemento reto na cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 136 – Quadro comparativo da planimetria das Igrejas medievais da Província de Santiago.
Desenho planimétrico.
Composição do autor da dissertação.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012.
Plantas e cortes do Projeto de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.
http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8

Figura 137 - Igreja de São Francisco de Ourense.
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista del interior de la nave de la atual iglesia de San Francisco.

Figura 138 - Igreja de São Francisco de Betanzos.
Fotografia
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la nave de la iglesia de San Francisco de Betanzos hacia la Capilla Mayor desde la parte inferior de coro alto.

Figura 139 - Igreja de São Francisco de Pontevedra.
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la nave hacia la portada.

Figura 140 - Igreja de São Francisco de Lugo.
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la nave hacia la portada.

Figura 141 - Igreja de São Francisco da Corunha
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la nave de la atual Iglesia de San Francisco, con la nueva estructura que suporta la cubierta.

Figura 142 - Igreja de São Francisco de Ourense
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la cabecera; sobre 1910.

Figura 143 - Igreja de São Francisco de Lugo
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la cabecera de San Francisco de Lugo.

Figura 144 - Igreja de São Francisco de Viveiro
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la cabecera, de un solo abside y los brazos del crucero de la iglesia de San Francisco Viveiro.

Figura 145 - Igreja de São Francisco de Pontevedra
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista de la Cabecera com la Capilla Mayor y las dos menores absidales.

Figura 146 - Igreja de São Francisco de Betanzos
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista exterior de la cabecera y crucero de la iglesia de San Francisco de Betanzos.

Figura 147 - Igreja de São Francisco da Corunha
Fotografia.
Santiago Carrodeguas.
CARRODEGUAS, Santiago; La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia; Tese de Doutoramento em Arquitetura; Universidade da Corunha; Corunha; 2012; Vista del exterior de la cabecera del atual templo de San Francisco de A Coruña.

Figura 148 - Igreja de São Francisco do Porto
Fotografia.
Rosa Peiro.
https://www.google.com/maps/place/Igreja+Monumento+de+S%C3%A3o+Francisco/@41.1410111,-8.6157173,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipPvAUNm7hSkTSrGPWllgkAghqrzv9q9a3g-w_qB!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipPvAUNm7hSkTSrGPWllgkAghqrzv9q9a3g-w_qB%3Dw203-h152-k-no!7i4000!8i3000!4m5!3m4!1s0xd24651e2e1751f9:0xcae5f5a2cd96956c!8m2!3d41.1408761!4d-8.6157252?hl=pt-PT

Figura 149 - Igreja de São Francisco de Guimarães.
Fotografia.
Carlos Pimenta.
https://www.google.com/maps/place/Igreja+de+S%C3%A3o+Francisco/@41.4407039,-8.2923915,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipN8UkwqVh0c-WP2aAh8aL77GIcx7npEZ35J7qHR!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipN8UkwqVh0c-WP2aAh8aL77GIcx7npEZ35J7qHR%3Dw203-h152-k-no!7i4656!8i3496!4m9!1m2!2m1!1sigreja+de+s%C3%A3o+francisco+de+guimar%C3%A3es!3m5!1s0xd24efde9d0de8d9:0x5ce4ca40322fe98a!8m2!3d41.4406818!4d-8.2924325!15sCiZpZ3JlamEgZGUgc8OjbyBmcmFuY2lzY28gZGUgZ3VpbWFyw6Nlc1ooIiZpZ3JlamEgZGUgc8OjbyBmcmFuY2lzY28gZGUgZ3VpbWFyw6Nlc5IBD2NhdGhvbGljX2NodXJjaJoBI0NoWkRTVWhOTUc5blMwVkpRMEZuU1VScmFtTTJXV1puRUFF

Figura 150 – Planta da medieval e desaparecida Igreja de São Francisco de Coimbra.
Desenho planimétrico.
Autor desconhecido.
MARADO, Catarina Almeida; Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal; Universidade de Coimbra; Coimbra; 2018.

Figura 151 – Cabeceira da desaparecida Igreja de São Francisco de Oviedo.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.lavozdeasturias.es/noticia/oviedo/2020/08/27/iglesia-franciscana-desvanecio/00031598511677377821944.htm

Figura 152 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Salamanca.
Fotografia.
Artur Nahosi.
https://www.google.com/maps/place/Chapel+of+San+Francisco+%2F+Convent+of+the+Capuchins/@40.9654235,-5.6681987,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipNxCatxmm1HJuzbDiyhhkLkqt55JaViZBDlMxh2!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNxCatxmm1HJuzbDiyhhkLkqt55JaViZBDlMxh2%3Dw203-h152-k-no!7i4632!8i3474!4m9!1m2!2m1!1s+Capela+de+San+Francisco+de+salamanca!3m5!1s0x0:0xb7084fb5db9ea25d!8m2!3d40.9654309!4d-5.6681926!15sCiRDYXBlbGEgZGUgU2FuIEZyYW5jaXNjbyBkZSBzYWxhbWFuY2GSAQ9jYXRob2xpY19jaHVyY2g

Figura 153 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Zamora.
Fotografia.
Miguel Almaraz.
https://www.google.com/maps/place/Rei+Afonso+Henriques+Foundation/@41.49769,-5.7495751,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipP6ovqlfBZEfiiAsEYZTEiL8g3MWXDZLsCvlSPQ!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipP6ovqlfBZEfiiAsEYZTEiL8g3MWXDZLsCvlSPQ%3Dw203-h152-k-no!7i4096!8i3072!4m5!3m4!1s0xd391fcacc6f6e5b:0x887d359f294f5445!8m2!3d41.4975805!4d-5.7495445

Figura 154 – Cabeceira da Igreja de São Salvador de Castro de Avelãs.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/mosteiro-de-castro-de-avelas

Figura 155 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 156 – Cabeceira da Igreja de São Vicente de Bragança .
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 157 – Cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança durante as obras de restauro (1994-2002) .
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

Figura 158 - Planimetria medieval do complexo franciscano brigantino sugerida por Rui Tavares.
Desenho planimétrico.
Rui Tavares.
TAVARES, Rui; Convento de S. Francisco de Bragança, contexto histórico e estratificação arquitetónica; Porto; Junho de 1994.

Figura 159 – Igreja de São Francisco de Bragança na vista de Leste do códice de Madrid.
Desenho.
Duarte de Armas.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; séc. XVI.

Figura 160 – Igreja de São Francisco de Bragança na vista de Leste do códice de Lisboa.
Desenho.
Duarte de Armas.
Vista de Leste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; séc. XVI.

Figura 161 – Igreja de São Francisco de Viveiro.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.wikiwand.com/pt/Semana_Santa_de_Viveiro .

Figura 162 - Igreja de São Francisco de Ourense.
Fotografia.
J. Pacheco.
https://ourensenotempo.blogspot.com/2018/03/iglesia-de-san-francisco.html .

Figura 163 - Igreja de São Francisco de Villafranca del Bierzo.
Fotografia.
Gonzalo Fernandez.
https://www.google.com/maps/place/Igreja+de+S%C3%A3o+Francisco/@42.605779,-6.8089486,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1sAF1QipMIT-5AqfqekIvLm2WCy0zyhSV7VHidCSiBsLXE!2e10!3e12!6shttps:%2F%2Flh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipMIT-5AqfqekIvLm2WCy0zyhSV7VHidCSiBsLXE%3Dw203-h152-k-no!7i4032!8i3024!4m15!1m6!3m5!1s0xd30944182b664c7:0xd82a47f9e0c5e9ef!2sConvento+de+S%C3%A3o+Jos%C3%A9!8m2!3d42.6070597!4d-6.8108523!3m7!1s0x0:0xd75bac032968fdc5!5m2!4m1!1i2!8m2!3d42.6057797!4d-6.8089371

Figura 164 - Igreja de São Francisco de Lugo.
Fotografia.
Autor desconhecido.
https://www.turismo.gal/recurso/-/detalle/3099/igrexa-de-san-pedro?langId=pt_PT&tp=8&ctre=31

Figura 165 - Igreja de São Francisco de Bragança na Vista de Oeste do Códice de Lisboa
Desenho.
Duarte de Armas.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Lisboa; séc. XVI.

Figura 166 - Igreja de São Francisco de Bragança na Vista de Oeste do Códice de Madrid
Desenho.
Duarte de Armas.
Vista de Oeste da Fortaleza de Bragança; Códice de Madrid; séc. XVI.

Figura 167 – Desenho interpretativo dos elementos laterais representados por Duarte de Armas na Vista de Oeste do Códice de Lisboa.
Desenho.
Autor da dissertação.

Figura 168 - Ermida de Nossa Senhora da Ribeira.
Composição gráfica.
Composição do autor.
Fotografias do autor.
MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Julho de 1995.

Figura 169 - Igreja de Santa Maria de Azinhoso.
Composição gráfica.
Composição do autor.
Base gráfica:
MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal.
AGUIAR, Raul; ALMEIDA, Igor; MEIRELES, Ângela; MOREIRA, Marcos; SIMÕES, Miguel; VIDIGAL, Madalena; Igreja de Santa Maria do Azinhoso: Um abrigo no percurso entre dois castelos; Trabalho prático da Unidade Curricular da História da Arquitetura Portuguesa; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Março de 2014.

Figura 170 - Igreja de Santo André de Algosinho.
Composição gráfica.
Composição do autor.
MOURINHO, António Rodrigues; Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança; Câmara Municipal de Miranda do Douro; 1º Edição; Julho de 1995.
ALMEIDA, Mélissa; CARVALHO, Sílvia; LIMA, Anatilde; MONTEIRO, Bruno; PESTANA, Rui; Igreja de Algosinho: Evolução desde Românico Tardio; Trabalho prático da Unidade Curricular da História da Arquitetura Portuguesa; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Maio de 2014.

Figura 171 – Fachada exterior da Igreja de São Francisco de Bragança. A Capela Tumular de Pascoal de Frias é o volume situado à direita da abside da capela-mor
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 172 – Elemento de tijolo no alçado tardoz da Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 173 – Cunhal da Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 174 – Vãos e cobertura da Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 175 – Retábulo da Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 176 – Pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 177 – Pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 178 – Pórtico entre a Capela Tumular de Pascoal Frias e a Sacristia
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 179 – Comparação entre o pórtico da Igreja de Santa Clara de Bragança (à direita) e o pórtico da Igreja de São Francisco de Bragança
Fotomontagem.
Autor da dissertação.

Figura 180 - Capela da Ordem Terceira
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 181 - Teto da Capela da Ordem Terceira.
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 182 – Azulejos na Capela-Mor da Igreja de São Francisco; Contacto com o pórtico da Capela Tumular de Pascoal Frias.
Fotografia.
Duarte Moscoso Trancoso.
AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia, vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983.

Figura 183 - Azulejos na Capela-Mor da Igreja de São Francisco; Contacto com a pia batismal.
Fotografia.
Duarte Moscoso Trancoso.
AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia, vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983.

Figura 184 – Contacto da cobertura de caixotões com o altar neoclássico.
Fotografia.
Duarte Moscoso Trancoso
AFONSO, Belarmino, TRANCOSO, Duarte Nuno Moscoso; Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança); Brigantia, vol. III, nº. 1; Assembleia Distrital de Bragança; Bragança; Janeiro-Março 1983.

Figura 185 – Estrutura de arcos torais de volta perfeita que suportam a cobertura da Nave. Destaca-se ainda a presença dos janelões retangulares abertos sob a cornija
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 186 –Capela da Senhora da Boa Morte antes da intervenção
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

Figura 187 - Capela da Senhora da Boa Morte durante a empreitada
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

Figura 188 - Capela da Senhora da Boa Morte após a intervenção
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 189– Abobada antes da intervenção
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

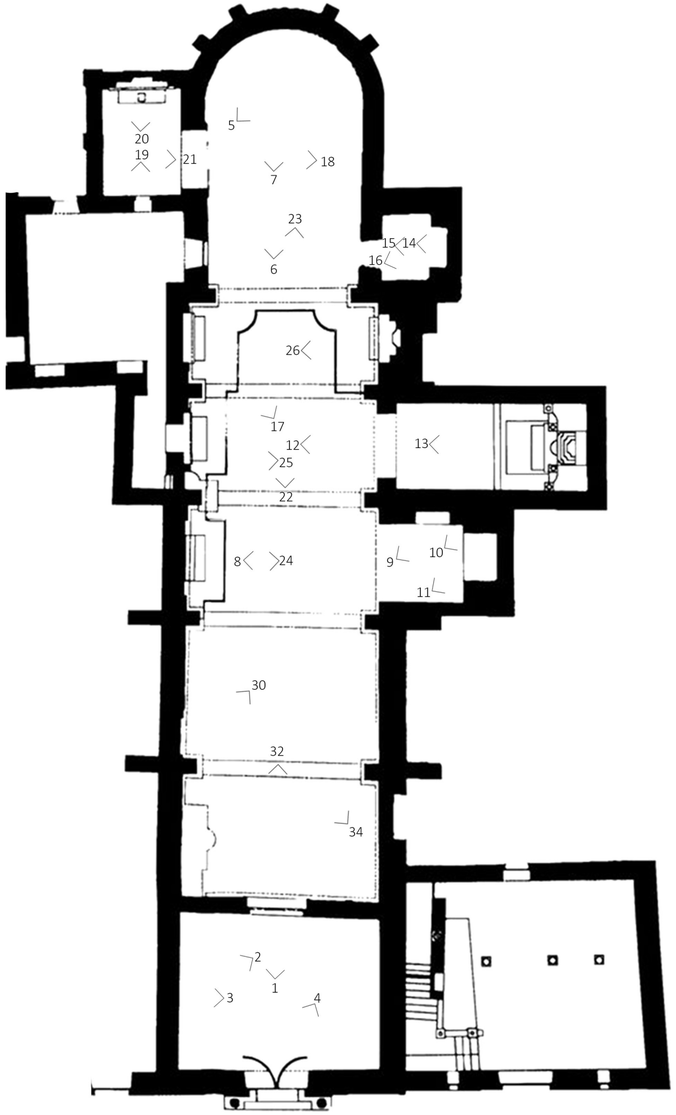
Figura 190 - Abobada na atualidade
Fotografia.
Autor da dissertação.

Figura 191 – Cobertura da Nave da Igreja de São Francisco de Bragança durante a intervenção arquitetónica
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

Figura 192 - Pavimento da Nave da Igreja de São Francisco der Bragança durante a intervenção arquitetónica
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

Figura 193 – Fachada Norte da Igreja de São Francisco de Bragança antes da intervenção; observa-se o volume que acolhia o acesso vertical ao sino
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.

Figura 194 – Fachada Sul da Igreja de São Francisco de Bragança antes da intervenção
Fotografia.
Arquivo Municipal de Bragança; Obras Públicos; Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 0 0009-00010G; Caixa 3-Caixa 4.



1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

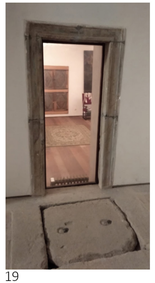
14

15

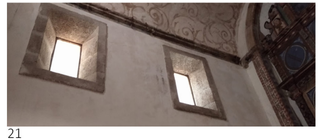
16

17

18


19

20


21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

32

31

33

34

Apêndices

Levantamento Fotográfico

O levantamento fotográfico da Igreja de São Francisco de Bragança estaleca o retrato da imagem atual do edifício franciscano e, à semelhança do levantamento planimétrico, serve como ponto de apoio às temáticas abordadas nos subcapítulos que se seguem.

O processo de levantamento fotográfico da Igreja de São Francisco de Bragança divide o edifício em dois: interior; exterior. Dentro da referida divisão há uma segunda compartimentação das partes. O recolhimento de fotografias do exterior dividiu-se entre as fachadas nascente, sul e poente; o levantamento fotográfico do interior fragmenta o espaço em: Vestíbulo; Coro-alto; Nave; Ousia; Capela da Senhora da Boa Morte; Capela da Ordem Terceira; Capela Tumular de Pascoal Frias; Capela de São Miguel; Sacristia.

Vestíbulo:
1; 2; 3; 4.

Ousia:
5;6;7.

Capela da Senhora da Boa Morte:
8; 9; 10; 11.

Capela da Ordem Terceira:
12; 13.

Capela de São Miguel:
14; 15; 16.

Capela Tumular de Pascoal de Frias:
17; 18; 19; 20; 21.

Nave:
21; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34.

Vista aerea da Igreja do Convento de São Francisco de Bragança

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

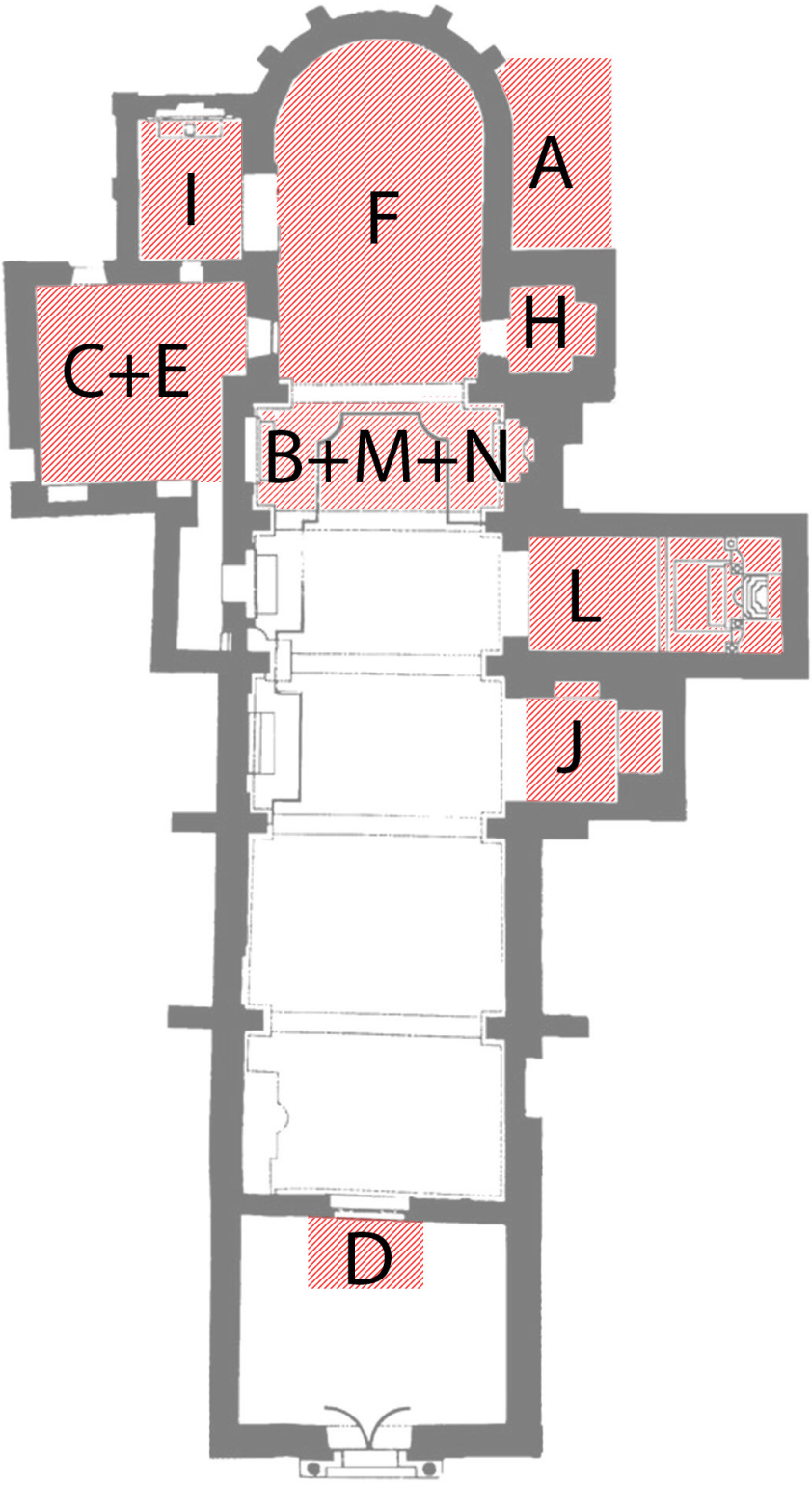
15

16

17

18

19



Identificação do local das sondas das investigações arqueológicas

Resumo dos Relatórios Arqueológicos de 1996-1997

No ano 1996 tem início uma campanha de investigações arqueológicas na Igreja de São Francisco de Bragança. Os estudos de arqueologia ficam ao cargo da sociedade Arqueohoje; na plataforma digital da referida entidade os trabalhos no templo franciscano brigantino é analisado retrospetivamente nos seguintes moldes:

"No âmbito dos trabalhos de "Remodelação e Restauro da Igreja de S. Francisco", e na sequência dos resultados das intervenções arqueológicas desenvolvidas anteriormente, a empresa envolvida na execução da obra solicitou, a colaboração da ArqueoHoje, no sentido da prossecução dos trabalhos de arqueologia decorrentes da execução da obra e de caráter complementar e inadiável. Tendo como objetivo avaliar a potência e valor arqueológico do subsolo do conjunto da Igreja de S. Francisco de Bragança e, consequentemente informar o Projeto de Arquitetura das preocupações a tomar durante o decorrer da obra, foi adjudicada à empresa Arqueohoje, Ldª a realização de seis sondagens e respetivos relatórios nas áreas identificadas com a letra E (Sacristia), F (Ábside), H (Capela funerária lateral-sul à abside), I (Cripta sob a capela do Abade Frias, no alçado lateral-norte da abside), J (Altar de Nossa Senhora da Boa Morte, aberto no alçado lateral sul da nave) e L (Capela lateral-sul à nave da Ordem Terceira ou da Imaculada Conceição)"[1]

Nos tópicos que se seguem faz-se o resumo dos relatórios resultantes das investigações arqueológicas. Os documentos referentes aos relatórios poderão ser consultados no Arquivo Municipal de Bragança – Câmara Municipal de Bragança, Largo Forte São João de Deus, Bragança; a cota das peças documentais mencioanadas é: Obras Públicas, Área Urbana – Santa Maria – 008.006.004.002; 00009-00010G; Caixa 8.

Zona A
Objetivos:

"-Saber se é possível levar a cabo a abertura de valas naquela área sem destruir camadas arqueológicas importantes.
-Conhecer parte da estratigrafia arqueológica do monumento.
-"Conferir a hipótese do Sr. Dr. Rui Tavares sobre a presença de uma absidíola sul na planta original do edifício, atestando assim a sua reconstituição conjetural da estrutura original (medieval) da Igreja de São Francisco"

Descobertas/Conclusões:

-Foi descoberta uma possível plataforma de pavimentação novecentista. O referido pavimento poderá ter surgido associado ao cemitério que estendia na zona tardoz da Igreja de São Francisco de Bragança.
-Foi descoberto o arranque de uma estrutura murada cuja função original se desconhece.
-O relatório descarta, em grande parte, a possibilidade de a cabeceira da Igreja de São Francisco de Bragança ter tido uma absidíola a sul; o referido documento textual refere que "não restam vestígios

1 https://www.arqueohoje.com/?page=portfolio&areas=arqueologia_antropologia&id=1 ; consultado a 06/07/2021 às 14:37.

da existência de uma absidíola". A juntar à ausência de achados arqueológicos, o relatório vinca ainda que a topografia do terreno e o declive da rocha matriz tornariam difícil a implantação de um espaço de absidíolo na zona em questão.

Zona B+M+N
Objetivos:

"-Conhecer a estratigrafia arqueológica no interior da igreja.
-Estabelecer se a remoção de terras que se prevê no interior da mesma (Igreja de São Francisco) não danificará nenhum vestígio arqueológico importante."

Descobertas/Conclusões

-Foram descobertas várias ossadas e "assim, a nave da Igreja de São Francisco guarda informação preciosa sobre a população brigantina daquele período".
-As sondagens nas zonas em questão não forneceram qualquer "informação acerca da estrutura original da Igreja"

Zona C+E
Objetivos:

"-Estabelecer se a remoção de terras não danificará nenhum vestígio arqueológico"
-Averiguar a existência de qualquer vestígio que possa validar ou refutar a possibilidade da Igreja ter tido um espaço de transepto semelhante ou igual ao que Rui Tavares sugere que existiria no edifício medieval.

Descobertas/Conclusões:

-Foram descobertos espaços de sepulcro, zonas de combustão e várias camadas de pavimentação.
-Partindo das descobertas mencionadas, os relatórios resultantes das sondagens realizadas na zona C e E procuram fazer uma cronologia das alterações da utilização do espaço em questão. Os documentos referem que até ao século XV a zona deverá ter sido ocupada por um espaço exterior. Nesta fase, os relatórios especulam que a área deverá ter servido de acesso à cripta localizada por baixo da Capela Tumular de Pascoal Frias. Os relatórios indicam que só numa data compreendida entre o século XVII e o século XVIII é que a zona passa a ser usada como sacristia; até ao mencionado momento terá sido um espaço pertencente às dependências do Convento e não da Igreja. Tendo em conta as zonas de combustão descobertas no espaço em questão, os relatórios sugerem que a zona poderá ter sido usada como oficina durante uma das múltiplas campanhas de intervenção no corpo edificado. A cronologia resultante dos trabalhos arqueológicas nas áreas C e E excluí a possibilidade da zona onde atualmente se dispõe a sacristia ter sido usada como transepto; contrariando, assim, a hipótese de

planimetria medieval sugerida por Rui Tavares.

Zona D
Descobertas/Conclusões:

-Foram descobertas várias ossadas. O estado de conservação das estruturas ósseas encontradas leva os investigadores a indicar que os enterramentos mais recetes na zona em questão deverão ter ocorrido por volta de 1848, ano em que as leis de salubridades passam a proibir a sepultura de cadáveres no interior das igrejas.
-Os relatórios resultantes da escavação indicam que a parede onde se rasga o acesso à nave deverá datar de finais do século XVIII, inícios do século XIX.

Zona F
Objetivos:

"-Esta empreitada decorre da necessidade de uma intervenção de emergência destinada a acompanhar as obras e informar o projeto de arquitetura elaborado para a remodelação e recuperação do sítio."

Descobertas/Conclusões:

-A partir das escavações arqueológicas procura-se traçar uma cronologia que retrate a evolução do espaço em questão. Os relatórios dão conta que as fundações e o arranque da abside da cabeceira datam do final do século XIII, início do século XIV. Os documentos mencionam que entre a centúria XIV e a XV ter-se-á dado um novo formato ao interior da ousia e, assim, a zona interior capela-mor da Igreja terá assumido uma forma reta. O levantamento do remate retangular deverá ter surgido, segundo os relatórios das investigações, como tentativa de ocultar a pedra matriz onde a parede da abside se apoia. Entre o século XV e o XVI a ousia terá adotado novamente uma forma semicircular, uma vez na data em questão ter-se-ão realizado as pinturas murais na parede da abside. Ainda segundo os relatórios, no século XVIII a Capela-Mor da Igreja ter-se-á dividido em duas cotas: a mais baixa destinada 12 espaços sepulcrais separados por guias de pedra; a mais alta destinada à máquina retabular. Deverá datar desta fase o altar de estilo nacional cujos vestígios foram encontrados encastrados no retábulo-mor que no final do século XX se dispunha na ousia.

Zona H
Objetivos:

"-Preparar o espaço para a execução do projeto de impermeabilização do solo."

Descobertas/Conclusões:

-Foram encontradas várias ossadas na área em questão

Zona I

Objetivos:

"-Preparar o espaço para a execução do projeto de impermeabilização do solo."

Descobertas/Conclusões:

-Foram descobertas várias ossadas no solo da cripta, incluindo um ossário constituído sobretudo por crânios e ossos longos. No interior da arca tumular foram encontrados vários ossos dispostos de uma forma não anatómica mas que deverão ter pertencido a um único individuo.

Zona J

Objetivos:

"-Preparar o espaço para a execução do projeto de impermeabilização do solo."

Descobertas/Conclusões:

-Foram encontradas várias ossadas na área em questão

Zona L

Objetivos:

"-Preparar o espaço para a execução do projeto de impermeabilização do solo."

Descobertas/Conclusões:

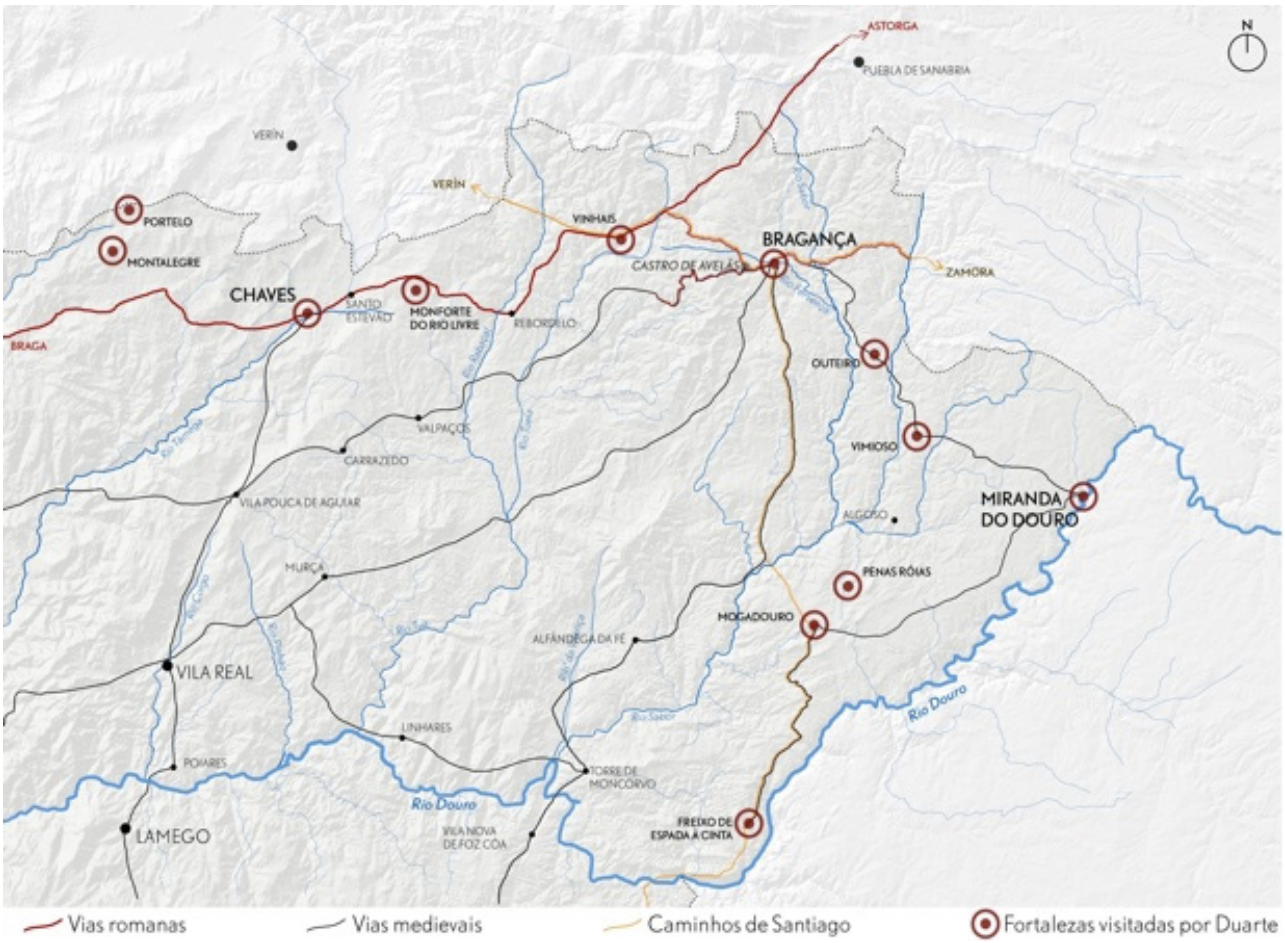
-Foram encontradas várias ossadas na área em questão.

Anexos

Anexo 1 – Main Roman Roads in Hispania; 2007.

Anexo 2 – Caminos de Europa; Mapa autorizado e distribuído pela Archicofradia Universal do Apóstol Santiago.

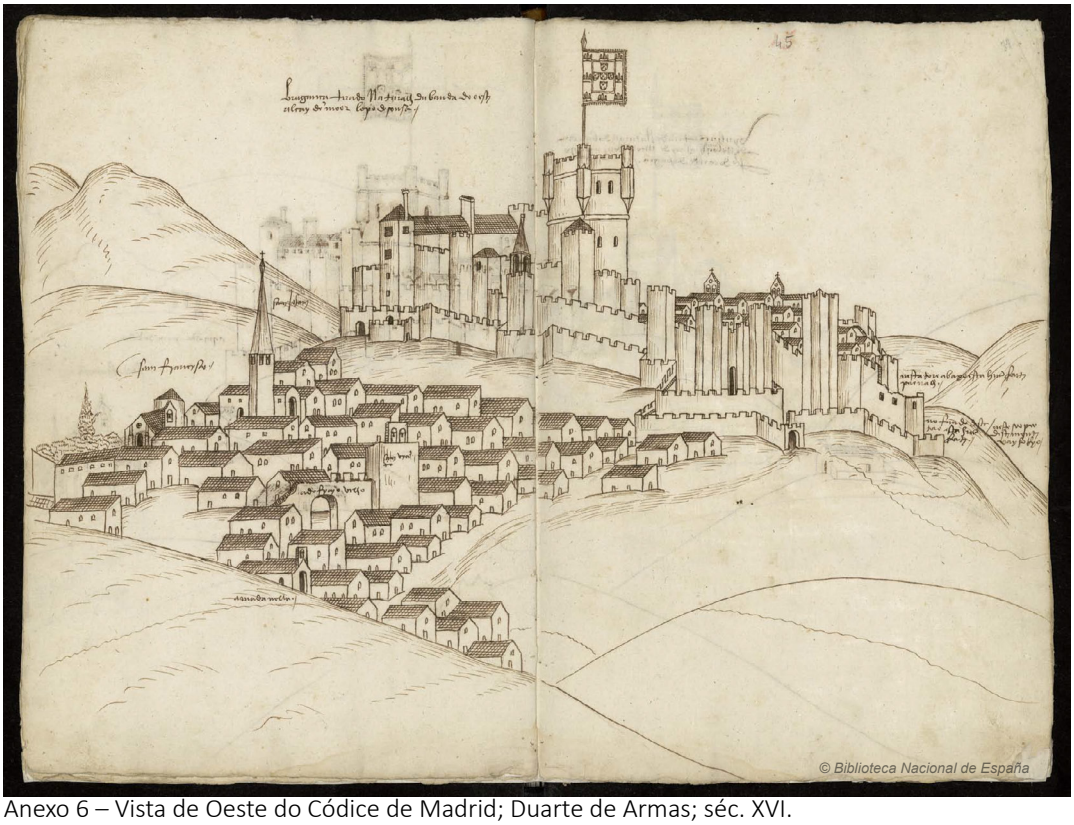
Anexo 3 - Expansíon de la Orden Franciscana Hasta 1300.



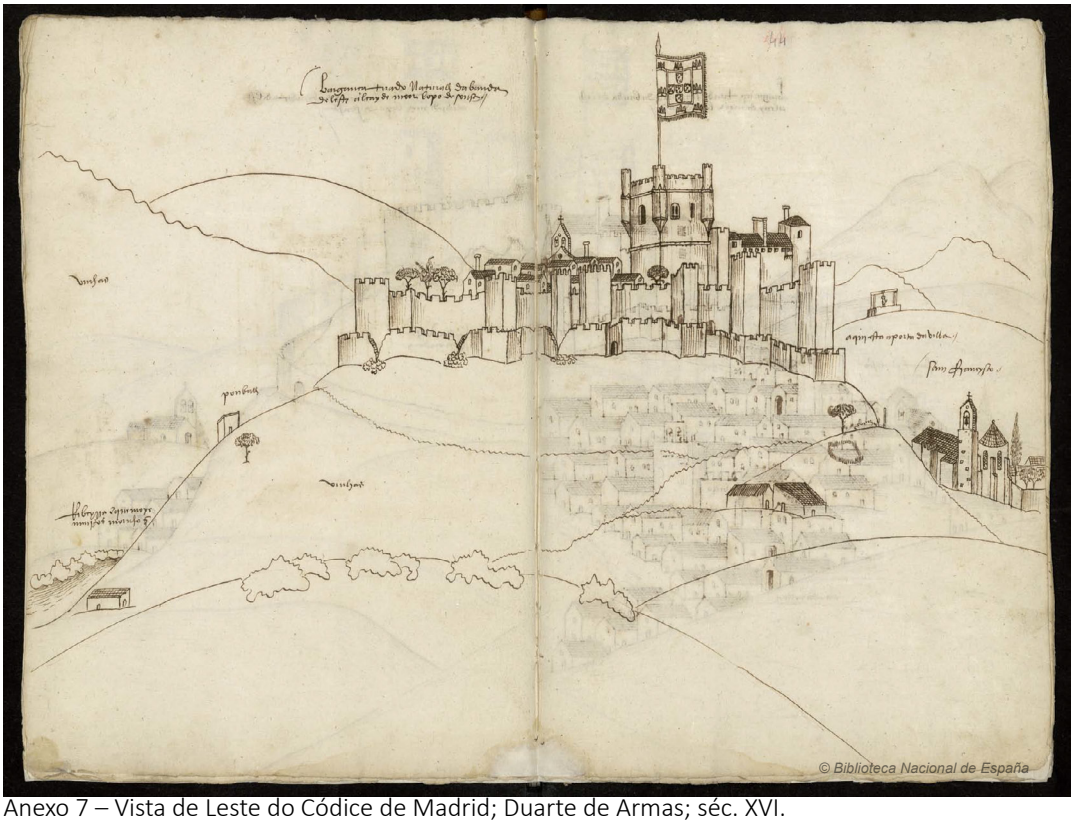
Anexo 4 – Mapa Regional de Maria José Casanova.

	*Fundação**	*Frades em 1739***
Regular Observância		
Províncias		
Portugal	1517	868
Algarves	1532/1533	922
S. Tomé (India)	1583/1619	270
S. João Evangelista (Açores)	1639/1641	309
Custódias		
S. Tiago Menor (Madeira)	1683/1702	100
Conceição (Açores)	1717	173
Estreita Observância *(Mais Estreita e Regular Observância Instituto Capucho – Capuchos)*		
Províncias		
Piedade	1517	285
Arrábida	1560	613
Santo António	1568	378
Soledade	1673	435
Conceição	1705/1706	343
Madre de Deus (India)	1622/1629	220
Santo António (Brasil)	1657/1659	420
Imaculada Conceição (Brasil)	1675/1677	379
Custódia		
Malaca (Extremo Oriente)	1584	-
Comissariados de Províncias do Reino no Estado do Maranhão e Grão-Pará		
Santo António	1617/1624 *(Custódia)*/1655	30
Piedade	1693	36
Conceição	1707	36
Missão das Províncias da Piedade (1656) e da Soledade (1673)		
Cabo Verde e Guiné (África)	1656	30
Seminários de Missionários Apostólicos		
Varatojo	1679/1680	41
Brancanes (Setúbal)	1708/1711	32
Vinhais	1753	-
Mesão Frio	1790	-
Falperra (Braga)	1825/1828	-

Anexo 5 – Quadro da evolução da Primeira Ordem de São Francisco retirado da publicação A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda.

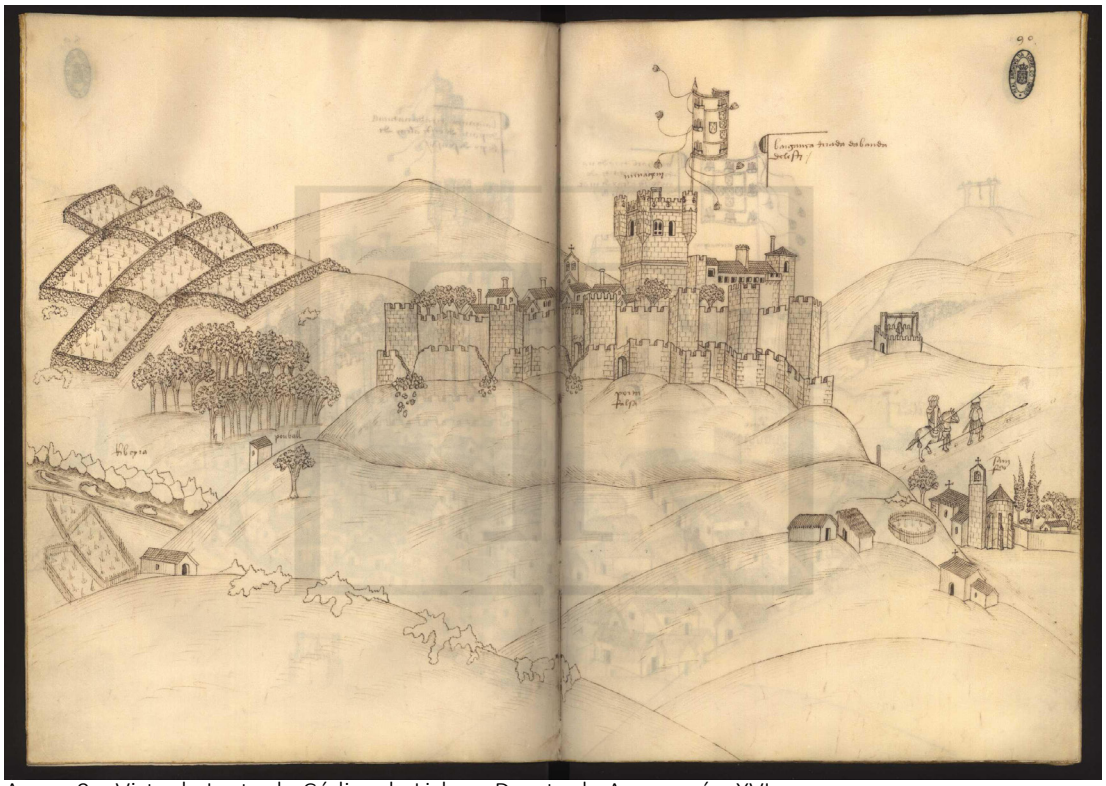


Anexo 6 – Vista de Oeste do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

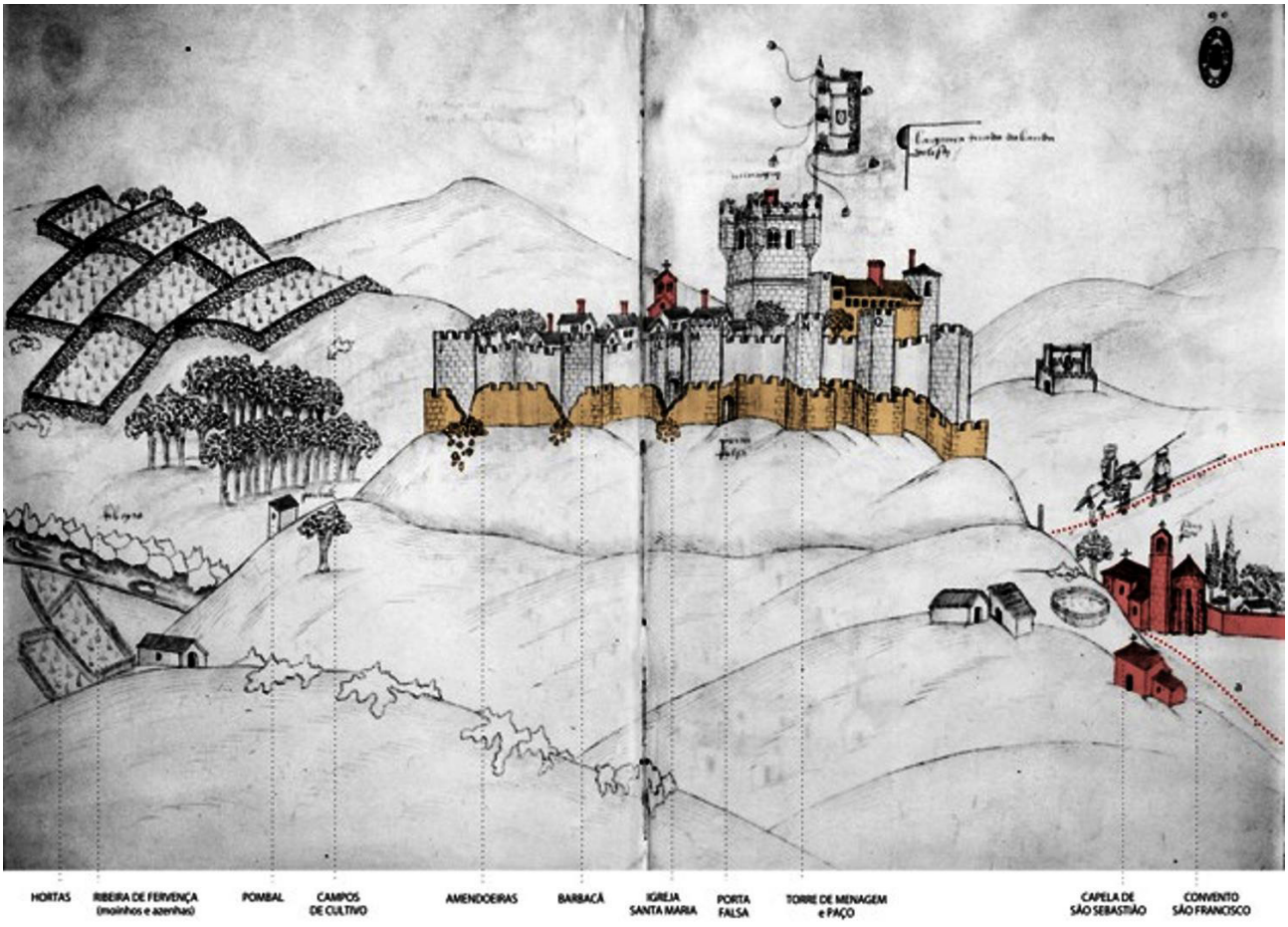


Anexo 7 – Vista de Leste do Códice de Madrid; Duarte de Armas; séc. XVI.

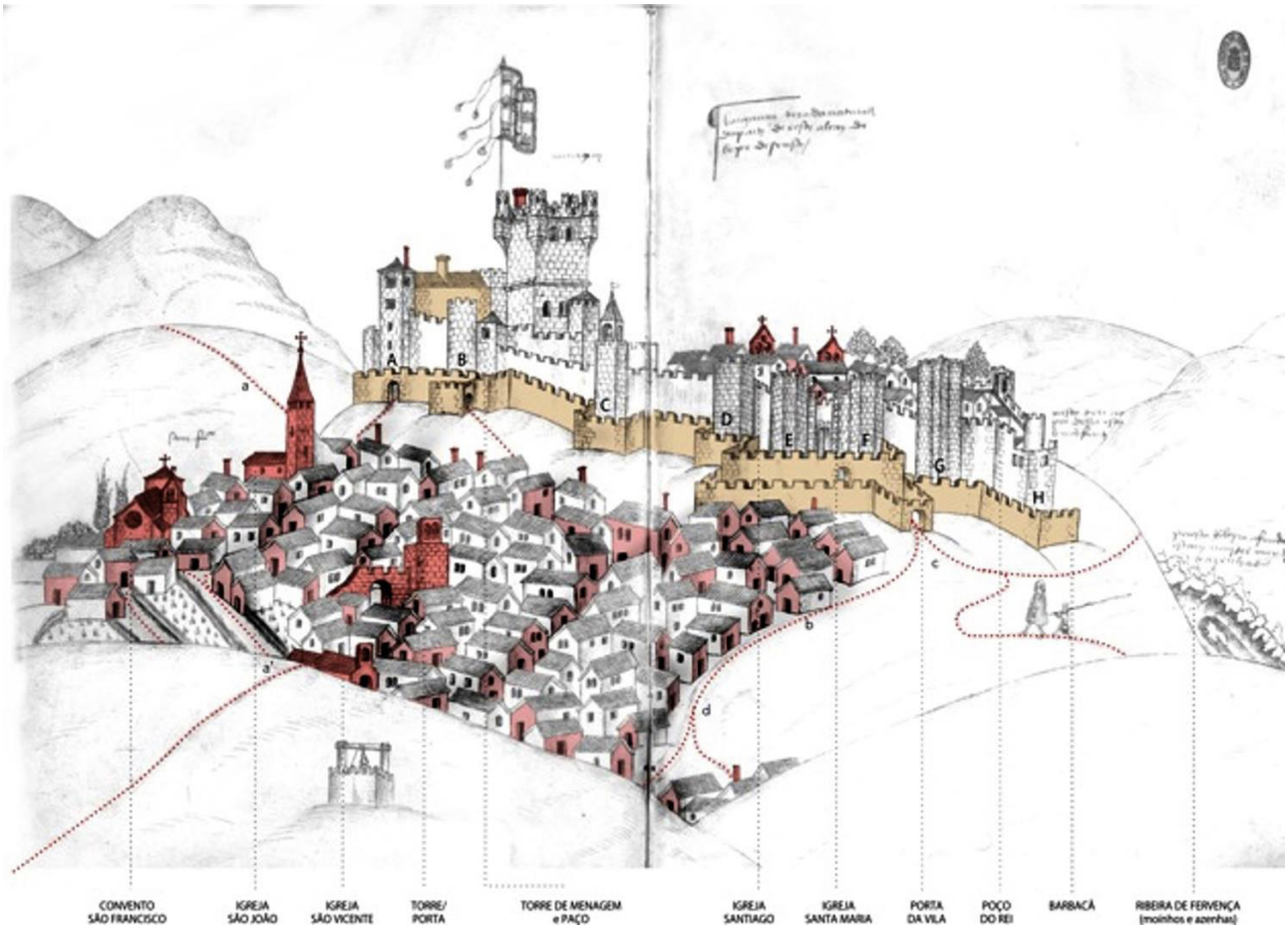
Anexo 8 – Vista de Oeste do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

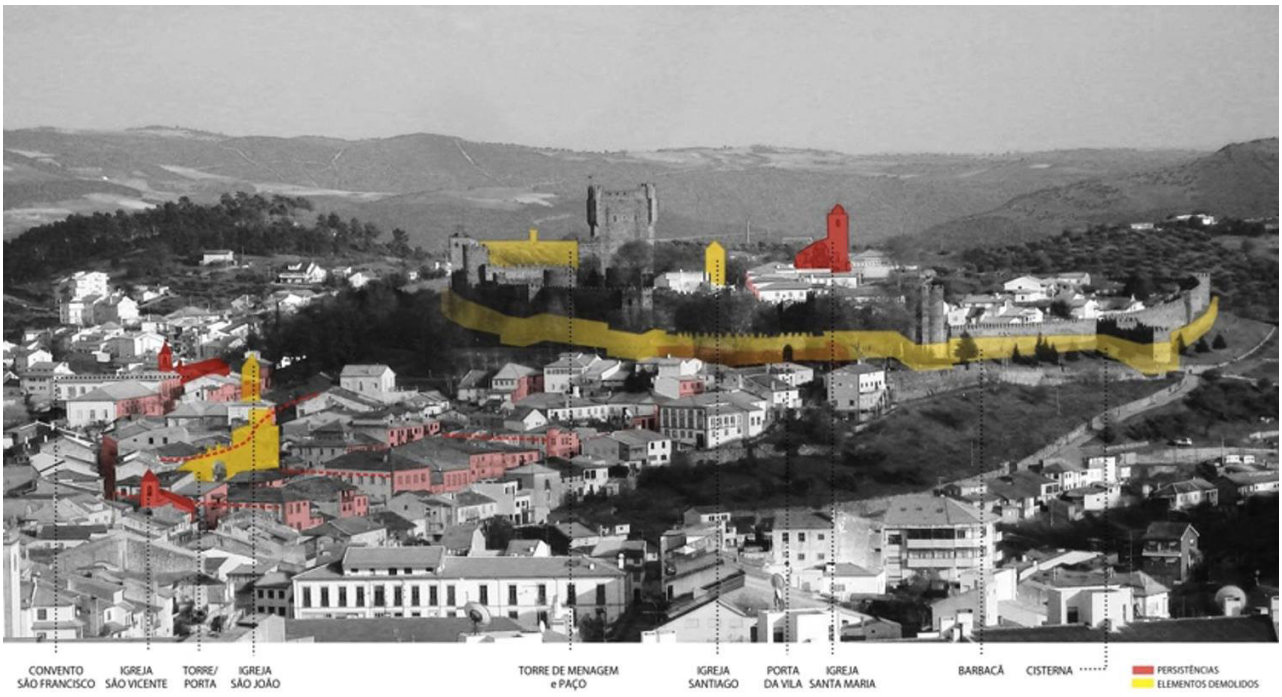


Anexo 9 – Vista de Leste do Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

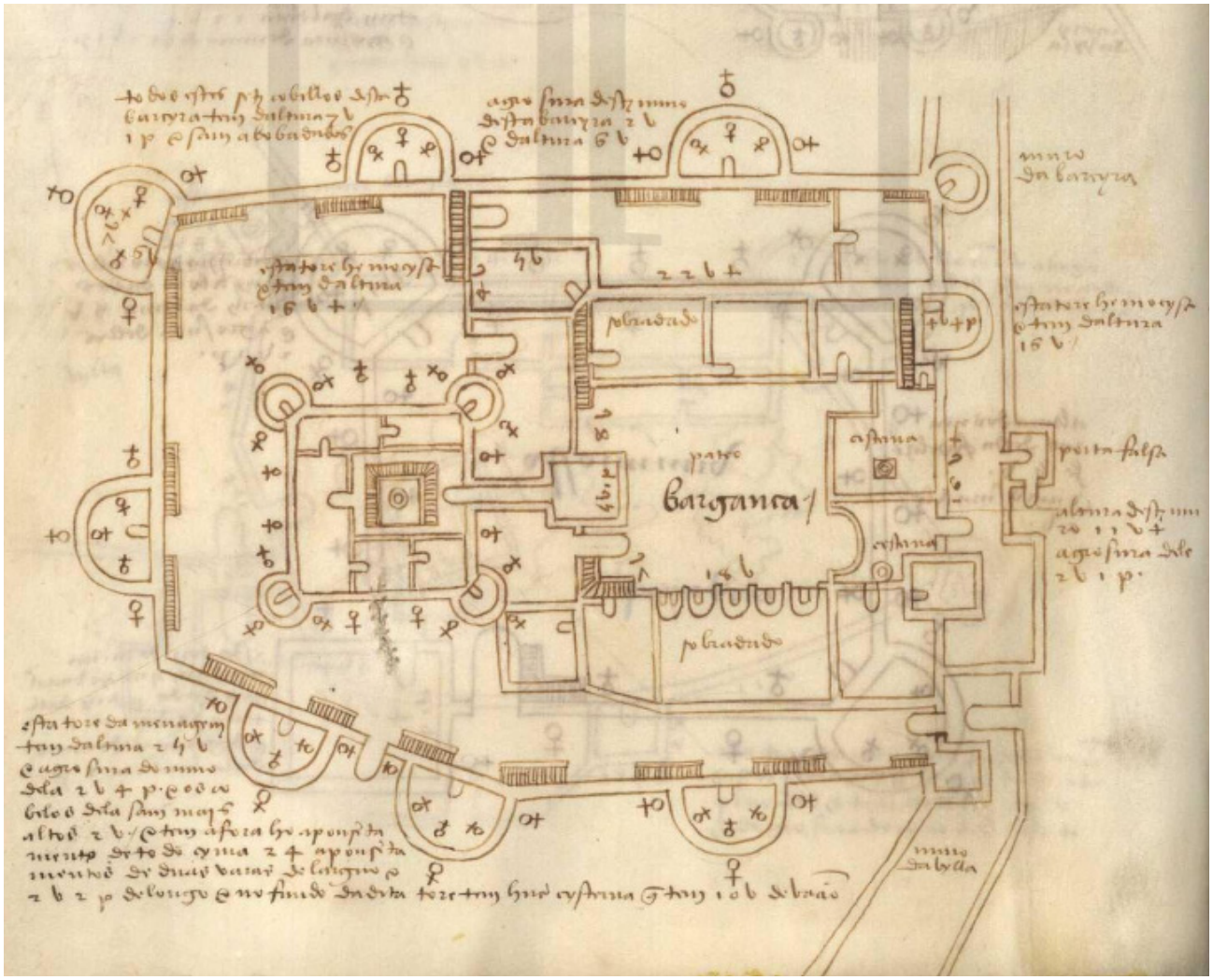


Anexo 10 – Interpretação da Vista de Leste do Códice de Lisboa; Maria José Casanova; 2011.





Anexo 11 – Interpretação da Vista de Oeste do Códice de Madrid; Maria José Casanova; 2011.



Anexo 12– Planta da fortaleza de Bragança no Códice de Lisboa; Duarte de Armas; séc. XVI.

Figura 3. 11. Conventos mendicantes fundados em Guimarães, séc. XIII-XV: localização (imagem do Google Earth)

	convento	ordem religiosa	ramo	data
1	Convento de São Domingos	São Domingos	masc.	1270
2	Convento de São Francisco	São Francisco	masc.	1271

Anexo 13 - Conventos mendicantes fundados em Guimarães e no seu território envolvente, séc. XIII-XV; retirado da publicação Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV).

Figura 4. 2. Localização do mosteiro do Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e do convento dos Franciscanos em Lisboa, séc. XIII. Desenho da autora.

ermidas:
A-B - Ermida de São Vicente (Mosteiro de São Vicente de Fora e Mosteiro de São Miguel das Donas)
1 - Ermida de N. Sr.ª dos Mártires (Convento São Francisco)

estrutura urbana:
I – muralha primitiva
II – castelo
III – porta do Ferro

Anexo 14- Localização do mosteiro do Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e do convento dos Franciscanos em Lisboa, séc. XIII; retirado da publicação Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV).

Figura 3. 8. Conventos fundados no Porto, séc. XIII-XV: localização (imagem do Google Earth)

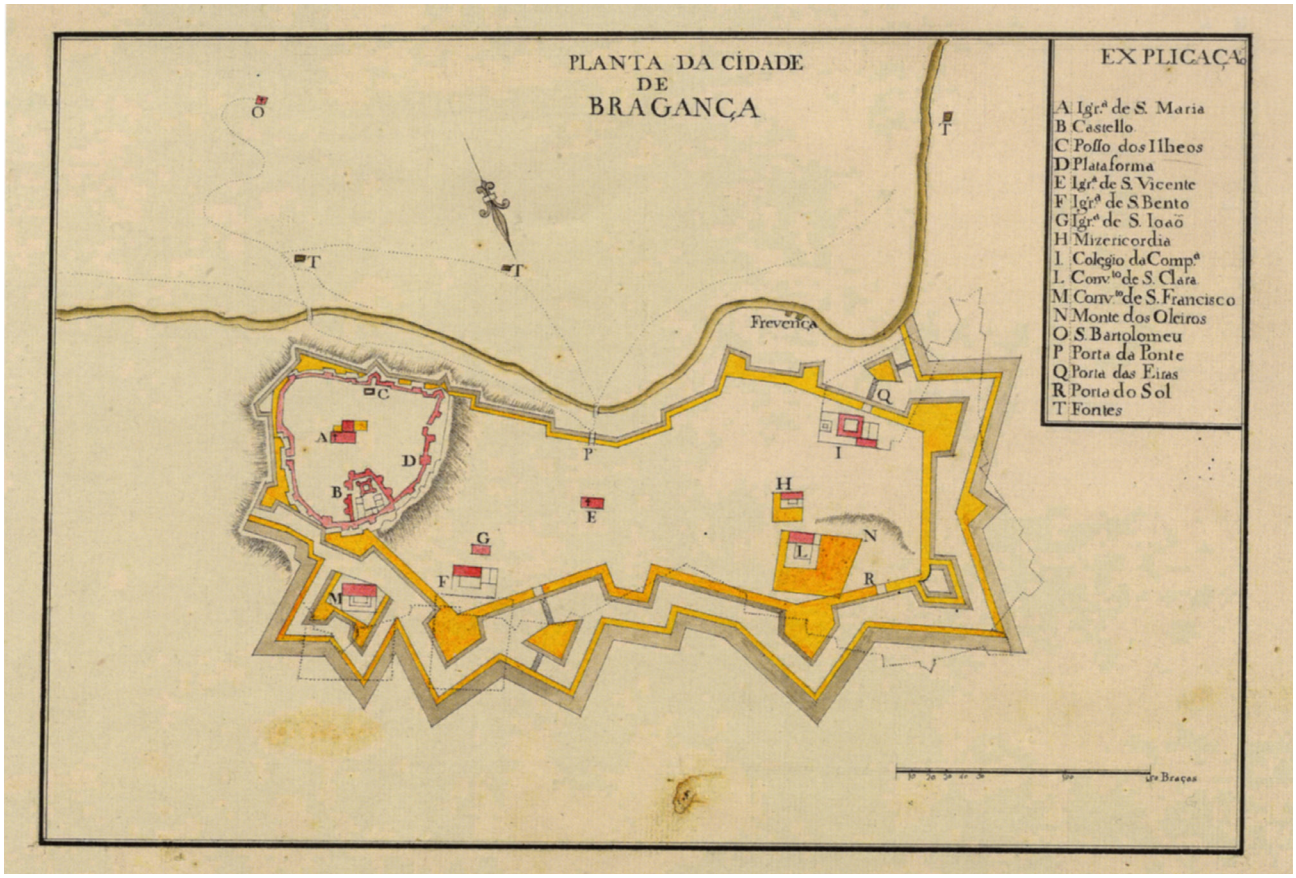
	convento	ordem religiosa	ramo	data
1	Convento de São Francisco	São Francisco	masc.	1233
2	Convento de São Domingos	São Domingos	masc.	1237
3	Convento de Santa Clara	São Francisco	fem.	1405
4	Convento de N. Sr.ª da Consolação	Cónegos Sec. S. João Evang.	masc.	1490

Anexo 15 - Conventos mendicantes fundados em Coimbra e no seu território envolvente, séc. XIII-XV; retirado da publicação Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV).

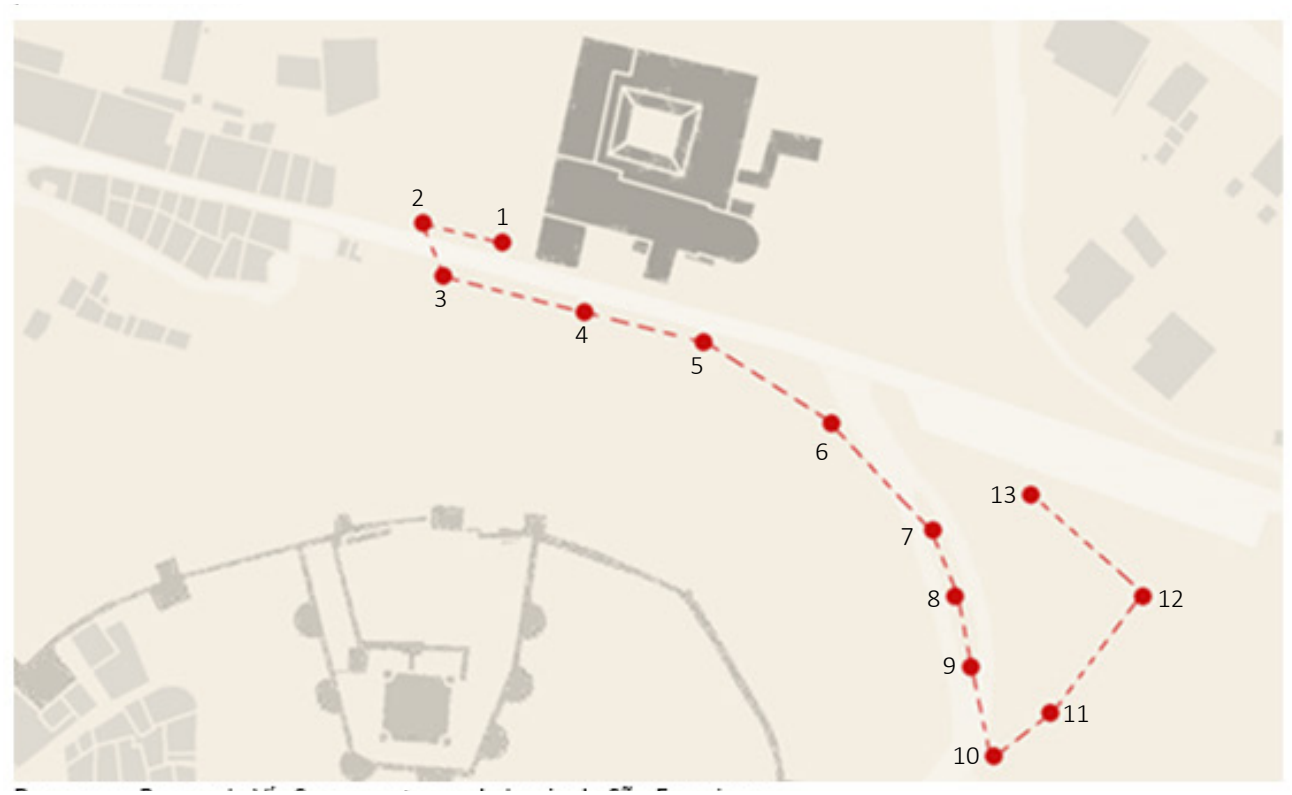
Figura 3. 7. Conventos mendicantes fundados em Coimbra e no seu território envolvente, séc. XIII-XV: localização (imagem do Google Earth)

	convento	ordem religiosa	ramo	data
D	Eremitério de Santo Antão dos Olivais	São Francisco	masc.	1216
1	Convento de São Domingos	São Domingos	masc.	1227
2	Convento de São Francisco da Ponte	São Francisco	masc.	1247

Anexo 16 - Conventos mendicantes fundados no Porto, séc. XIII-XV; retirado da publicação Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV).



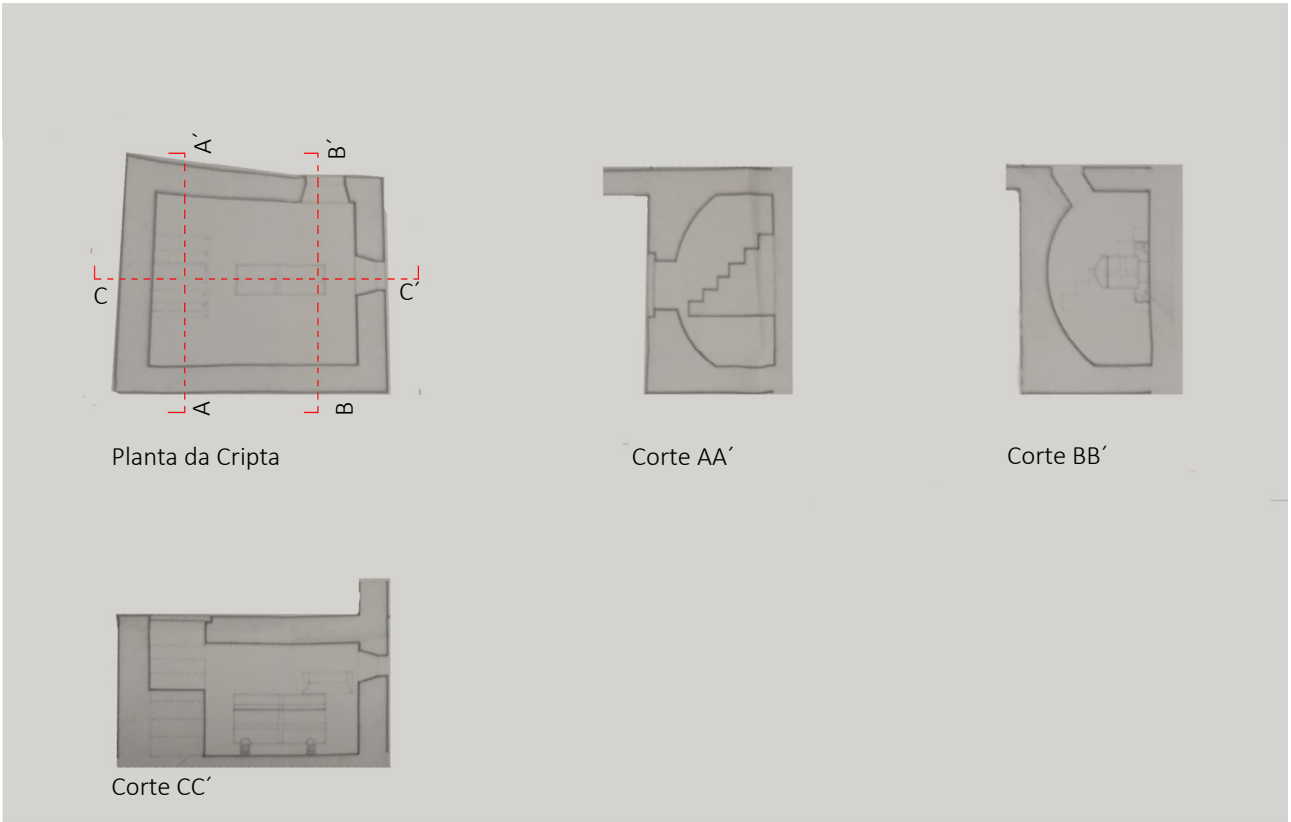
Anexo 17 – Planta da Cidade de Bragança; autor desconhecido; 1759.



1 2 3 4 5

6 8 9 10 11 12 13

Anexo 18 – Localização e situação atual dos cruzeiros entre a Igreja de São Francisco de Bragança e a Capela de São Sebastião



Anexo 19 – Planta e Corte da Cripta realizado por Duarte Moscoso Trancoso e Belarmino Afonso na revista Brigantia; retirada de Vestígios românticos na Igreja do Convento de S. Francisco (Bragança)

Anexo 20 – Capela do Senhor dos Passos na Igreja de São Francisco de Bragança em 1995; retirado de Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro-Bragança.

Anexo 21 – Capela do Senhor dos Passos na Igreja de São Francisco de Bragança em 2021; fotografia do autor.

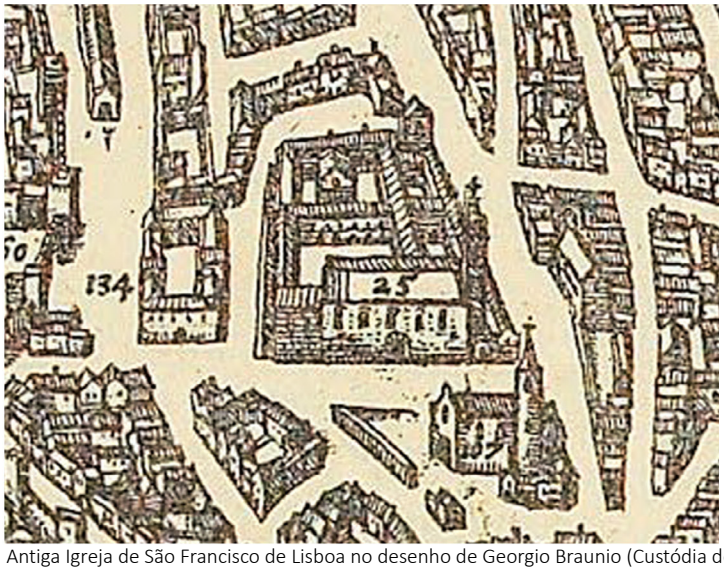
Anexo 22 – Pórtico lateral da nave da Igreja de São Francisco de Bragança; fotografia do autor.

Anexo 23 – Pórtico lateral da Igreja da Companhia de Jesus de Bragança; retirada de http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=169

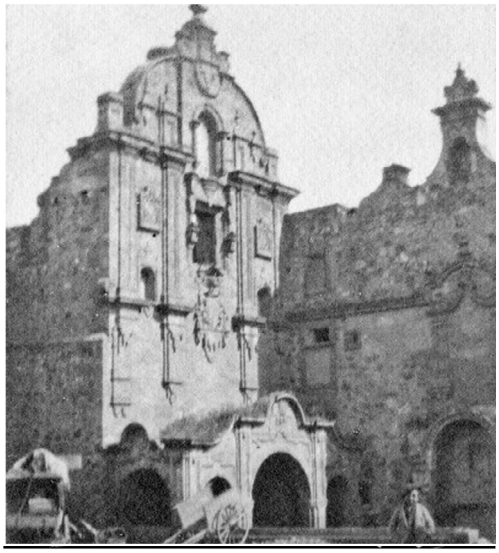
Anexo 24 - Igreja de São Francisco de Saguemini; retirada de La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia.

Anexo 25 - Basílica de São Francisco de Arezzo; retirada de La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia.

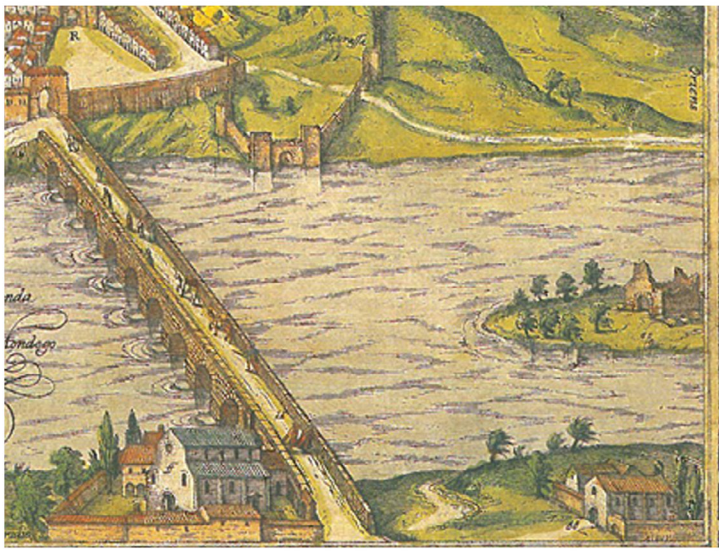
Planta da antiga Igreja de São Francisco de Lisboa na cartografia de Aires de Carvalho (Custódia de Lisboa)



Antiga Igreja de São Francisco de Lisboa no desenho de Georgio Braunio (Custódia de Lisboa)



Fachada da Igreja de São Francisco de Benavente (Custódia de)

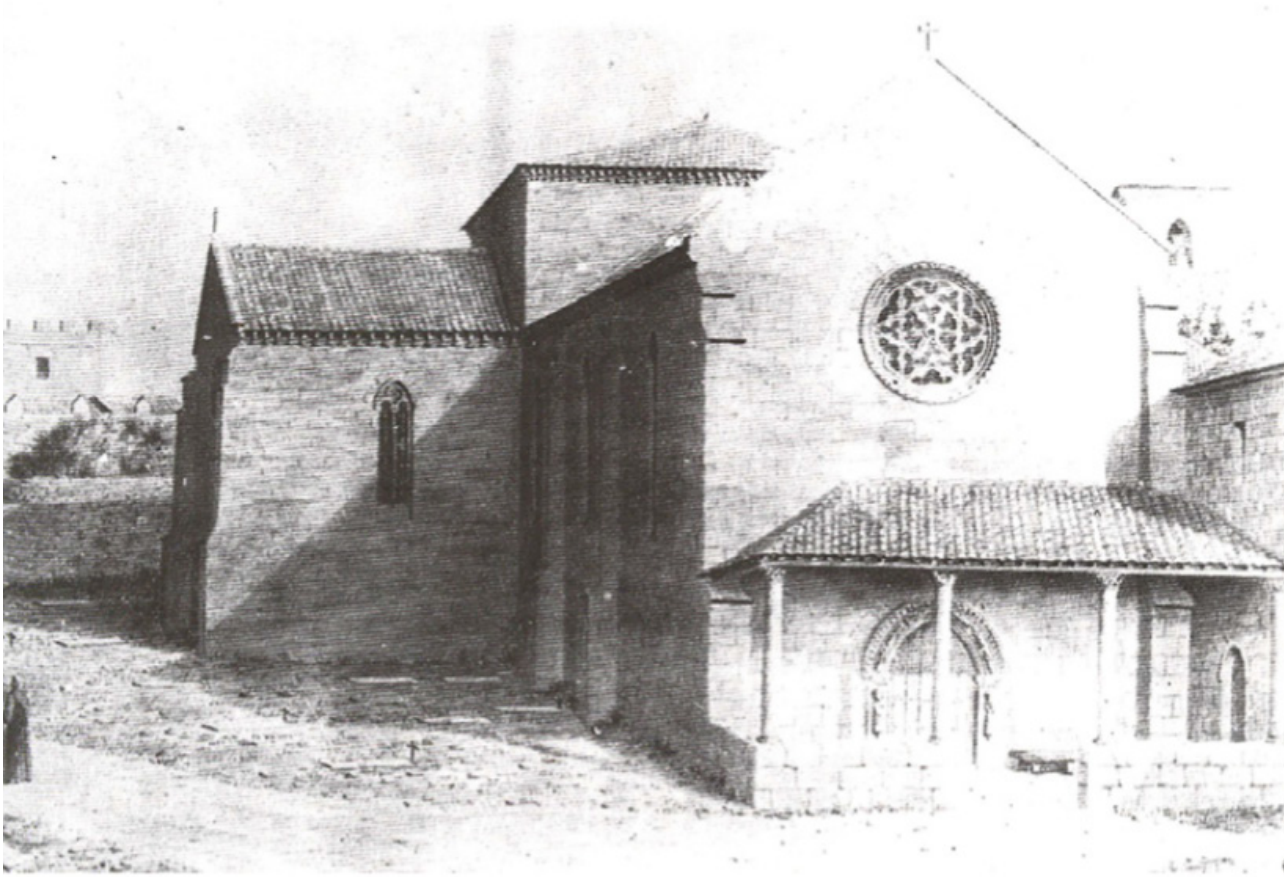


Igreja de São Francisco de Coimbra no desenho de Georgio Braunio (Custódia de Coimbra)

Ruínas da antiga Igreja de São Francisco da Cidade de Rodrigo (Custódia de Salamanca)

Antiga Igreja de São Francisco de Évora na representação quinhentista da cidade (Custódia de Lisboa, Custódia de Évora)

Anexo 26 – Quadro de conventos medievais franciscanos desparecidos na Província de Santiago



Anexo 27 - Desenho de Garcia de la Riega que representa a desaparecida Igreja de São Domingos de Pontevedra: retirado de La Arquitectura de las Órdene Mendicantes En Galicia.

A intervenção

Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da empreitada (2016-17) para arranjo do espaço fronteiro ao antigo convento e igreja de S. Francisco permitiram a identificação de várias estruturas, enquadráveis nos períodos medieval e moderno, das quais se destaca um segmento do fosso que integrou o sistema defensivo de Bragança, a par de um conjunto de estruturas, de cronologia moderna/contemporânea, para captação de águas subterrâneas (galerias, tanques para decantação, condutas, ...), que se destinariam, sobretudo, ao abastecimento do convento, seja enquanto espaço religioso, seja, posteriormente, enquanto hospital militar.

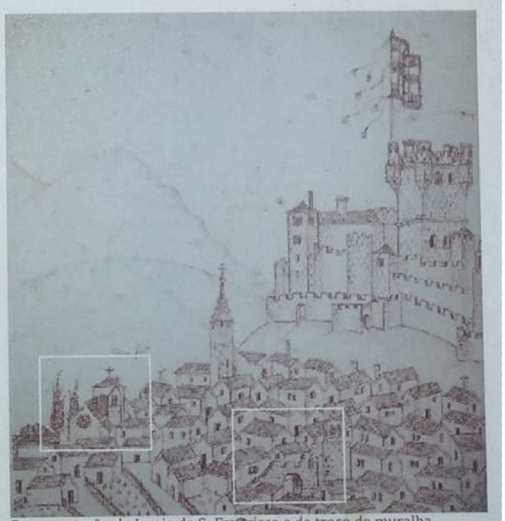
A novidade destes achados e o reconhecimento da sua importância para a história de Bragança motivaram a alteração do projecto, possibilitando a fruição pública deste património, tendo, ainda, sido uma das duas intervenções arqueológicas da região norte selecionadas para o evento "Arqueologia em Portugal. Recuperar o passado - 2016", um evento destinado a promover as boas práticas em arqueologia e sensibilizar o público em geral, através da apresentação de algumas das mais importantes intervenções e descobertas arqueológicas realizadas em todo território nacional.

Moeda: Dinheiro Bolhão.
Afonso III. Séc. XIII (1248-1279)

Enquadramento histórico

As Inquirições de 1258 deixam transparecer que o núcleo habitacional de Bragança já não se confinava ao espaço definido pela muralha que bordejava o outeiro onde se implanta o castelo, registando duas paróquias extramuros. O contínuo aumento desta população e o consequente crescimento e dinamismo dos arrabaldes, aliados a uma política de protecção da fronteira, terão obrigado à construção de uma linha defensiva mais alargada. Os troços desta 2.ª muralha registados por Duarte d`Armas observam-se já em degradação.

Corte estratigráfico do fosso



Representação da Igreja de S. Francisco e de troço de muralha arruinada num excerto de "Barga[illegible]ça tirada natural da parte de oeste (...)" (Duarte d`Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509, fl. 89).

Anexo 28 – Parte 1 de 2 - Evidência das escavações arqueológicas diante da Igreja de São Francisco de Bragança; informação exposta em marco turístico em frente à Igreja de São Francisco de Bragança (fotografia do autor de dissertação; 22/06/2021).

Os vestígios

O momento da construção, as características e o percurso desta 2.ª estrutura defensiva, continuam por apurar. Contudo, sabemos agora que, pelo menos em alguns segmentos, ao exterior de uma muralha em alvenaria de xisto encostaria um fosso (**1**) escavado no afloramento rochoso (**2**) e de secção em U.

Com pelo menos 8 metros (que se prolongariam para Este e Oeste, nas áreas não escavadas), uma largura variável, na base, de 2,10 m a 3,60 m e, no topo, de 4,70 m a 5,50 m, e com uma profundidade entre os 2,59 m e os 3,70 m, o troço de fosso identificado – e que é possível observar na sua totalidade – ajudaria a dificultar a aproximação do inimigo à estrutura amuralhada, contribuindo para a protecção de pessoas e bens intramuros.

A análise dos numismas e dos materiais cerâmicos apontam para que a sua desativação e abandono tenha ocorrido ainda no séc. XIV.

Após colmatação desta estrutura negativa, e já em época moderna/contemporânea, foi construída uma série de muros destinados à contenção de terras e à definição do adro (**3**), que conferiram uma nova organização a todo o espaço fronteiro a este cenóbio.

O aspecto actual do antigo convento resulta sobretudo das transformações ocorridas em consequência dos violentos incêndios de 1728 e 1746. Votado ao abandono após a extinção das ordens religiosas (1834), aqui se instalou, por ordem do Ministério da Guerra, em 1856, o hospital militar, situação que não só terá obrigado a remodelações do edifício como acarretará novas exigências, no que ao consumo de água se refere.

Para fazer face a esta necessidade, foram abertas, na encosta norte da colina do castelo, pelo menos duas galerias com a finalidade de captar e aproveitar a água dos aquíferos aí existentes.

Uma delas (**4**), com uma extensão preservada de 48 metros e direcção *grosso modo* norte-sul, atravessou o fosso, cortando-lhe, parcialmente, a base. A instabilidade das terras de enchimento provocou o abatimento da abóbada do corredor central da mina na zona do fosso, encontrando-se visível após realização dos trabalhos de escavação integral das camadas de aterro.

A outra, localizada numa cota superior, tem uma orientação aproximada nordeste/sudoeste e uma extensão preservada de 32 metros A água ressudada pela rocha era encaminhada, através de sulcos, para caixas de decantação e transportada numa conduta composta por módulos cerâmicos, que encaixam num sistema tipo macho/fêmea, protegidos por estrutura de alvenaria de xisto que evitava que se quebrassem.

Espólio arqueológico

Desta intervenção arqueológica resultou, ainda, a exumação de um significativo conjunto de espólio, importante testemunho do quotidiano bragançano materializado em centenas de fragmentos cerâmicos, de ossos de animais, metais e algumas peças de jogo.

De entre os materiais recuperados, destaca-se o gruo de cerâmicas, exclusivamente de uso comum, provenientes do interior do fosso e que remetem para cronologias balizadas pelos séculos XII e XV, aferidas pelas moedas (dinheiros), da 1.ª dinastia, a elas associadas.

NORTE2020

Município de Bragança
Largo Forte São João de Deus
5300-263 Bragança
www.cm-braganaca.pt
geral@cm-braganca.pt

Anexo 28 – Parte 2 de 2 - Evidência das escavações arqueológicas diante da Igreja de São Francisco de Bragança; informação exposta em marco turístico em frente à Igreja de São Francisco de Bragança (fotografia do autor de dissertação; 22/06/2021).

Arco do pórtico de acesso à Capela Tumular de Pascoal Frias

Arco triunfal da Ermida de São Sebastião da Mouraria

Pórtico presente no claustro no Convento de Nossa Senhora da Penha de França

Arco do pórtico de acesso à Capela Tumular de Pascoal Frias

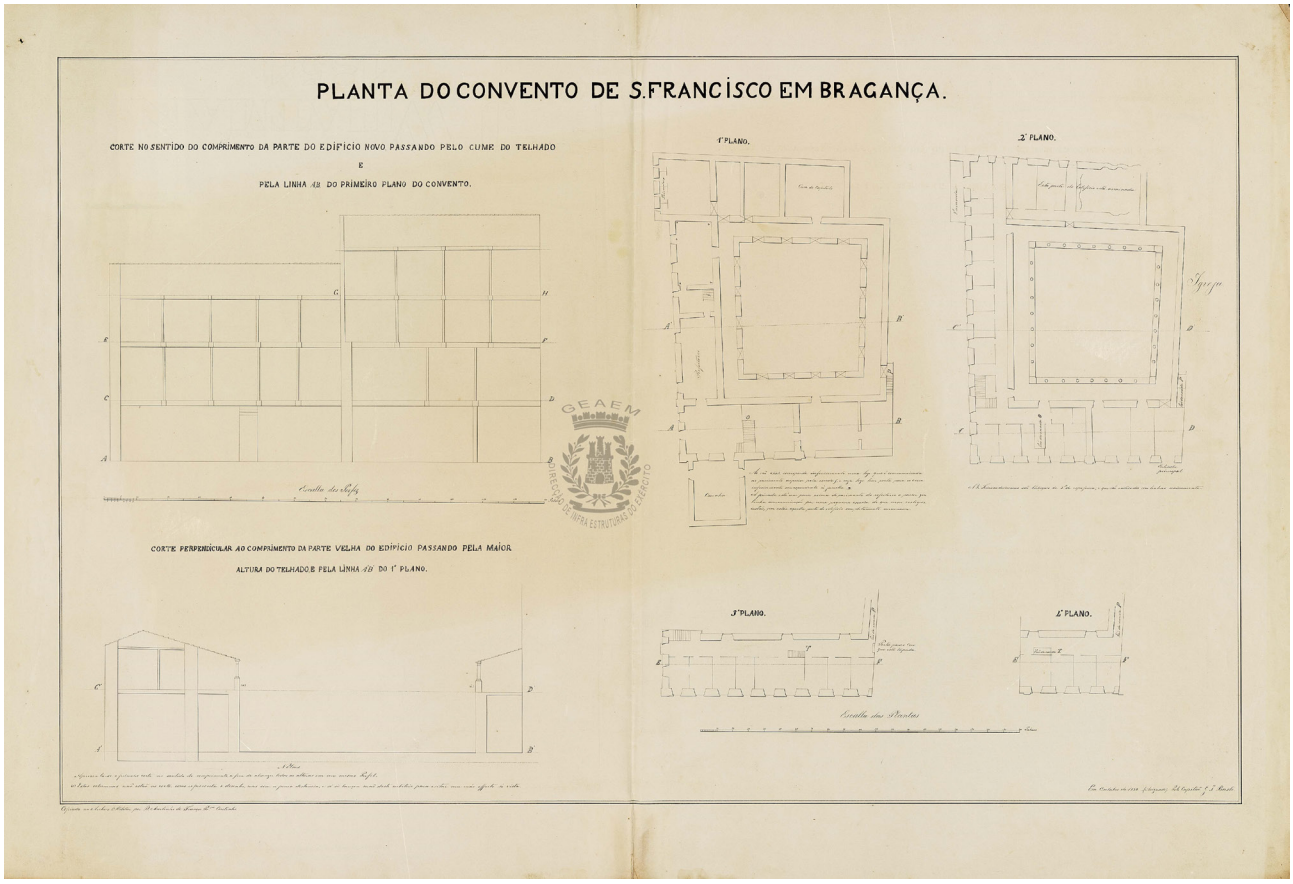
Arco triunfal da Ermida de São Sebastião da Mouraria

Pórtico presente no claustro no convento de Nossa Senhora da Penha de França

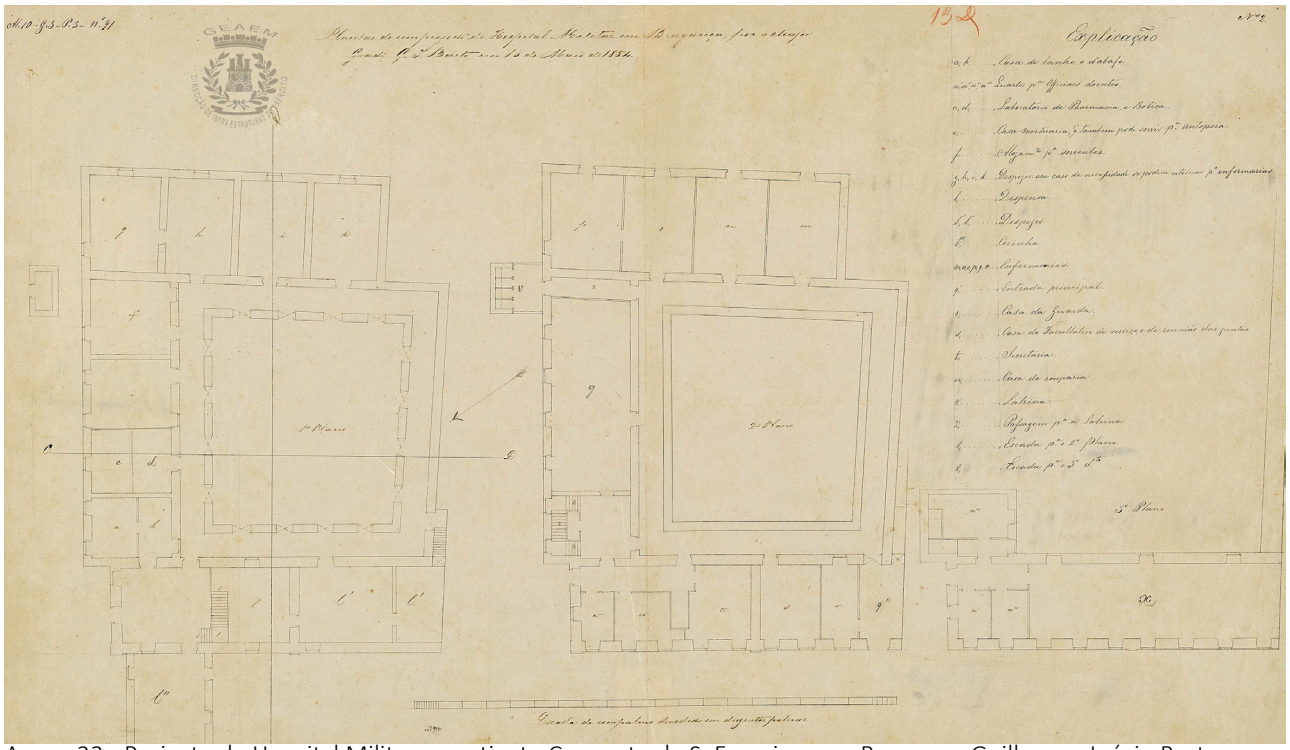
Anexo 29 – Quadro comparativo entre obras de Teodósio de Frias.

Anexo 30 – Mísula da Capela da Boa Morte.

Anexo 31 – Mísula em ruínas do antigo Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs.



Anexo 32 -Planta do Convento de S. Francisco em Bragança em Outubro de 1850; Guilherme Inácio



Anexo 33 - Projecto de Hospital Militar no extincto Convento de S. Francisco em Bragança; Guilherme Inácio Basto; 1851

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Mestrado Integrado em Arquitetura
2021